

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

A Diplomacia nas Águas:

Cooperação e Discórdia nas relações entre Brasil, Paraguai e Argentina
em torno da Bacia do Prata (1966-1979)

Luiz Eduardo Pinto Barros

FRANCA
2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

A Diplomacia nas Águas:

Cooperação e Discórdia nas relações entre Brasil, Paraguai e Argentina
em torno da Bacia do Prata (1966-1979)

Luiz Eduardo Pinto Barros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Teresa Maria Malatian

FRANCA
2018

B277d	<p data-bbox="406 526 766 560">Barros, Luiz Eduardo Pinto</p> <p data-bbox="406 593 1209 772">A Diplomacia nas Águas : Cooperação e Discórdia nas Relações entre Brasil, Paraguai e Argentina em torno da Bacia do Prata (1966-1979) / Luiz Eduardo Pinto Barros. -- Franca, 2018</p> <p data-bbox="406 817 638 851">271 p. : il., mapas</p> <p data-bbox="406 884 1209 963">Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p data-bbox="406 996 877 1030">Orientadora: Teresa Maria Malatian</p> <p data-bbox="406 1064 1209 1142">1. Aproveitamento do Rio Paraná. 2. Estratégias de atuação diplomática. 3. Energia. I. Título</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Luiz Eduardo Pinto Barros

A Diplomacia nas Águas:

Cooperação e Discórdia nas relações entre Brasil, Paraguai e Argentina
em torno da Bacia do Prata (1966-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de Pesquisa: História e Cultura Política

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Teresa Maria Malatian (orientadora)
Universidade Estadual Paulista (UNESP/ campus Franca).

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof^a.Dr^a. Janina Onuki
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares
Universidade Estadual Paulista (UNESP/ IPPRI)

Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Aparecida Biason
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Franca)

Franca, 10 de dezembro de 2018.

A minha amada mãe, Rita

Minhas adoradas irmãs, Iela, Carol e Nívea

E querido sobrinho, Felipe

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, pela oportunidade de realizar o presente trabalho e conquistar a titulação de Doutorado. Da mesma forma, quero agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que possibilitou, durante três anos, o desenvolvimento desta pesquisa, como viagens para Brasília, Buenos Aires e Assunção. Além disso, permitiu que eu dedicasse meu tempo de forma exclusiva em função da tese.

Também gostaria de agradecer a professora Teresa Maria Malatian, minha orientadora. Desde o início sempre foi atenciosa e eficiente no trabalho de orientação e no auxílio as demais atividades do Programa de Pós-Graduação em História.

Quero agradecer aos funcionários da UNESP, em especial, a Maísa Hele Araújo, que sempre foi eficiente nas suas atividades. E aproveito para agradecer os poucos colegas que fiz nesta curta passagem pela UNESP/Franca, mas que merecem minha gratidão: Elvis, Carlos, Eudes e Janaina.

Ainda quero agradecer aos funcionários e estagiários do Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília, assim como aqueles que me receberam com muito carinho e hospitalidade no arquivo do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* e na hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, ambos em Buenos Aires. E é claro, aos funcionários do arquivo do *Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay*, em especial a minha amiga Daisy Alejandra Basili Grau, uma das pessoas mais especiais que conheci em minha vida. Também agradeço aos funcionários da hemeroteca da Biblioteca Nacional em Assunção. E não posso esquecer-me de homenagear outra grande amiga paraguaia, Adelina Pusineri. Uma pessoa maravilhosa que tenho muito a agradecer. Há muitos anos administra o *Museo Etnografico “Andres Barbero”*, em Assunção, com competência e dedicação.

E finalmente quero agradecer a minha mãe, Rita Donizete Pinto Barros. A pessoa mais importante da minha vida e que sempre me apoiou em todos os momentos. Em especial, desde antes de ingressar na Pós-Graduação, ela apoiou a minha decisão de prestar o processo seletivo para o curso de Doutorado em História na UNESP de Franca, quando eu estava num momento de baixa autoestima em minha vida, desacreditado, após um período de anos em Dourados-MS, quando trabalhava como docente no SESC

e a mesma instituição, ao final de 2014, decidiu por encerrar suas atividades na área de Educação. Isto resultou na minha saída da referida cidade em Mato Grosso do Sul e o retorno a minha cidade natal. Desempregado e sem perspectivas, pois, o mercado de trabalho não estava favorável para professores de História, além de ser muito concorrido para pouca oferta, busquei forças para seguir em frente. Minha mãe foi fundamental para isso ao me apoiar em todos os sentidos e abrindo as portas para que eu pudesse ficar no seu apartamento em Andradas, no sul de Minas Gerais, onde produzi boa parte desta tese. E aproveito para também agradecer: as minhas irmãs Maria Gabriela, Maria Carolina e Nivea Maria; meus cunhados Mauro Rubens e Rodrigo Gonçalves; meus avôs Sebastião Pereira Pinto, Elza dos Santos Pinto e Yvonne Azevedo de Barros; meu pai Leonardo José Azevedo de Barros e demais familiares. É com muito orgulho que menciono todas estas pessoas neste trabalho e agradeço por fazerem parte da minha vida.

Podemos compreender que haverá guerra, e ainda assim lutar pela paz. Podemos fazê-lo --pois é essa a história do progresso humano; é essa a esperança do mundo inteiro; e, neste momento de desafios, é esse que deve ser nosso trabalho aqui na Terra.

Barack Obama

Discurso após receber o Nobel da Paz
10 de dezembro de 2009

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. A Diplomacia nas Águas: cooperação e discórdia nas relações entre Brasil, Paraguai e Argentina em torno da Bacia do Prata (1966-1979). 2018. 271f. Tese. (Doutorado em História)- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

A presente pesquisa é dedicada a um tema que ficou marcado na história das diplomacias do Brasil, Paraguai e Argentina, pois exigiu destes países habilidade para defenderem seus interesses na Bacia do Prata. Entre 1962 e 1966, Brasil e Paraguai vivenciaram um intenso litígio fronteiriço sobre a soberania de Sete Quedas, localizada no oeste do estado do Paraná, tendo em vista que esta era uma região produtiva para gerar energia elétrica. O impasse foi solucionado em junho de 1966 com assinatura da Ata das Cataratas definindo que os dois países usufruiriam dos recursos hídricos da área. Porém, o Estado argentino estava atento ao processo de negociação para construção da hidrelétrica binacional brasileiro-paraguaia, pois isto poderia afetar o aproveitamento do Rio Paraná a jusante. Ao longo da década de 1970, a Argentina insistiu na tese da “consulta prévia” a respeito da construção de Itaipu e que não era aceita pelo Brasil. As relações entre ambos os países sofreram maiores dificuldades de entendimento a partir do momento em que a Argentina manifestou interesse em construir a hidrelétrica de Corpus em conjunto com o Paraguai e insistia que a construção desta deveria ser compatível com Itaipu, sendo por isso a necessidade de um Acordo Tripartite, firmado apenas em 1979. Entre 1966 e 1979, os três países se relacionaram num processo de cooperação e discórdia, ocorrendo neste período às assinaturas dos Tratados de Itaipu (Brasil-Paraguai) e de Yacyretá (Paraguai-Argentina), ambos em 1973. Após a assinatura do Acordo Tripartite os países intensificaram suas relações favorecendo o processo de integração e resultando na formação do MERCOSUL nos anos 1990. Os objetivos da pesquisa são: compreender as estratégias das diplomacias; analisar os elementos internos e externos que influenciavam nas decisões; e a relevância da questão hidro energética no Rio Paraná no contexto geopolítico da Bacia do Prata. A hipótese sustentada é de que o aproveitamento do referido rio foi tratado como uma questão política que interligou interesses domésticos e geopolíticos nos três países e que o desfecho com a assinatura do Acordo Tripartite esta diretamente relacionada às relações de interdependência, principalmente entre Brasil e Argentina. A metodologia consiste nas análises de documentos diplomáticos do

Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Brasília), do *Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay* (Assunção) e do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (Buenos Aires). E, além da visita aos arquivos diplomáticos, utilizam-se periódicos dos três países com o intuito de compreender a temática estudada no âmbito interno por atores que não atuam no Estado, como empresários e diferentes grupos políticos. Busca-se dialogar com diversos autores que já escreveram sobre a temática proposta e, de forma geral, entendem que o período foi crítico na Bacia do Prata e exigiu estratégias de atuação contundente na defesa dos interesses de cada país, além de que o desfecho abriu caminho para um processo de cooperação na região. É possível compreender que o aproveitamento hidro energético no Rio Paraná nas décadas de 1960 e 1970 teve reflexos significativos no âmbito interno dos três países e na história das relações entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Palavras-Chave: Aproveitamento do Rio Paraná; Estratégias de atuação diplomática; Energia.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. *Diplomacy in Waters: cooperation and discord in relations between Brazil, Paraguay and Argentina around the Prata River Basin (1966-1979)*. 2018. 271 f. Thesis (PhD in History)- Faculty and Social Science, São Paulo State University, Franca, 2018.

ABSTRACT

The present research is dedicated to a theme that was marked in the history of diplomacy in Brazil, Paraguay and Argentina, because required of these countries the ability to defend their interests in the *Bacia do Prata*. Between 1962 and 1966, Brazil and Paraguay experienced an intense border dispute over the sovereignty of Sete Quedas, located in the west of the state of Paraná, considering that this was a productive region to generate electricity. The impasse was solved in June 1966 with the signature of the Ata das Cataratas, defining that both countries would enjoy the water resources of the area. However, the Argentine State was aware of the negotiation process for the construction of the Brazilian-Paraguayan binational hydroelectric, because this could affect the use of the Paraná River downstream. During the 1970s, Argentina insisted on the thesis of "prior consultation" about the construction of Itaipu and was not accepted by Brazil. Relations between the two countries experienced greater difficulties of understanding from the moment that Argentina expressed interest in building the Corpus hydroelectric with Paraguay and insisted that its construction should be compatible with Itaipu, that is why the necessity a Tripartite Agreement, signed only in 1979. Between 1966 and 1979, the three countries were involved in a process of cooperation and discord, occurring in this period the signature of the Treaties of Itaipu (Brazil-Paraguay) and Yacyretá (Paraguay-Argentina), both in 1973. After the signature of the Tripartite Agreement, the countries intensified their relations favoring the integration process and resulting in the formation of MERCOSUL in the 1990s. The objectives of the research are: to understand the strategies of diplomacy; analyze the internal and external elements that influenced the decisions; and the relevance of the hydroelectric power issue in the Paraná River in the geopolitical context of the Bacia do Prata. The sustained hypothesis is that the use of this river was treated as a political issue that interconnected domestic and geopolitical interests in the three countries and that the outcome with the signature of the Tripartite Agreement is directly related to relations of interdependence, mainly between Brazil and Argentina. The methodology consists of the analysis of diplomatic documents of Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Brasília), of *Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay* (Assunção) and of *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* (Buenos Aires). Beyond this, are

used periodicals of the three countries to understand the subject studied internally by actors who do not act in the State, as businessmen and different political groups. Search for dialogue with authors who wrote about the subject studied and, in general, understand that the period was critical in the Bacia do Prata and required action strategies in the defense of the interests of each country, besides enabling a process of regional integration. It is possible to understand that the hydroenergy use in the Paraná River in the 1960s and 1970s had significant repercussions in the internal context of the three countries and in the history of relations between Brazil, Paraguay and Argentina.

Keywords: Utilization of the Paraná River; Strategies of diplomatic action; Energy.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. La Diplomacia en las Aguas: cooperación y discordia en las relaciones entre Brasil, Paraguay y Argentina en torno a la Cuenca del Plata (1966-1979). 2018. 271 f. Tesis. (Doctorado en Historia). Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista, Franca, 2018.

RESUMEN

La presente investigación está dedicada a un tema que quedó marcado en la historia de las diplomacias de Brasil, Paraguay y Argentina, pues exigió de estos países habilidad para defender sus intereses en la Cuenca del Plata. Entre 1962 y 1966, Brasil y Paraguay vivenciaron un intenso litigio fronterizo sobre la soberanía de Salto del Guaira, ubicada en el oeste del estado de Paraná, teniendo en vista que ésta era una región productiva para generar energía eléctrica. El impasse fue solucionado en junio de 1966 con firma del Acta de las Cataratas definiendo que los dos países usufruendrían de los recursos hídricos del área. Sin embargo, el Estado argentino estaba atento al proceso de negociación para la construcción de la hidroeléctrica binacional brasileño-paraguaya, pues esto podría afectar el aprovechamiento del río Paraná aguas abajo. Durante la década de 1970, Argentina insistió en la tesis de la "consulta previa" sobre la construcción de Itaipú y que no era aceptada por Brasil. Las relaciones entre ambos países sufrieron mayores dificultades de entendimiento a partir del momento en que Argentina manifestó interés en construir la hidroeléctrica de Corpus en conjunto con Paraguay e insistía que la construcción de ésta debería ser compatible con Itaipú, siendo por ello la necesidad de un acuerdo tripartita, firmado sólo en 1979. Entre 1966 y 1979, los tres países se relacionaron en un proceso de cooperación y discordia, ocurriendo en este período a las firmas de los Tratados de Itaipú (Brasil-Paraguay) y de Yacyretá (Paraguay-Argentina), ambos en 1973. Tras la firma del Acuerdo Tripartita los países intensificaron sus relaciones favoreciendo el proceso de integración y resultando en la formación del MERCOSUR en los años 1990. Los objetivos de la investigación son: comprender las estrategias de las diplomacias; analizar los elementos internos y externos que influyen en las decisiones; y la relevancia de la cuestión hidro energética en el Río Paraná en el contexto geopolítico de la Cuenca del Plata. La hipótesis sostenida es que el aprovechamiento del referido río fue tratado como una cuestión política que interconectó intereses domésticos y geopolíticos en los tres países y que el desenlace con la firma del Acuerdo Tripartita está directamente relacionada a las

relaciones de interdependencia, principalmente entre Brasil y Argentina. La metodología consiste en los análisis de documentos diplomáticos del Ministerio de Relações Exteriores do Brasil (Brasilia), del Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay (Asunción) y del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (Buenos Aires). Y, además de la visita a los archivos diplomáticos, se utilizan periódicos de los tres países con el propósito de comprender la temática estudiada en el ámbito interno por actores que no actúan en el Estado, como empresarios y diferentes grupos políticos. Se busca dialogar con diversos autores que ya escribieron sobre la temática propuesta y, de forma general, entienden que el período fue crítico en la Cuenca del Plata y exigió estrategias de actuación contundente en la defensa de los intereses de cada país, además de que el desenlace abrió camino hacia un proceso de cooperación en la región. Es posible comprender que el aprovechamiento hidro energético en el Río Paraná en las décadas de 1960 y 1970 tuvo reflejos significativos en el ámbito interno de los tres países y en la historia de las relaciones entre Brasil, Paraguay y Argentina.

Palabras clave: Aprovechamiento del Río Paraná; Estrategias de actuación diplomática; Energía.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC - Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

AIEA- Agência Internacional de Energia Atômica

ANDE – Administración Nacional de Eletricidad (Paraguai)

ARENA- Aliança Nacional Renovadora

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESP- Companhia Energética de São Paulo

CHESF- Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CNAEE- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CGT – Confederación General del Trabajo

CIAP- Comitê Interamericano de Aliança para o Progresso

CIC- Comitê Intergovernamental Coordenador

CEMIG- Companhia Energética de Minas Gerais

CIBPU- Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí

COMIP- Comision Mixta del Rio Paraná

CONEMPA- Consórcio de Empresas Constructoras Paraguayas

CNEA- Comisión Nacional de Energía Atómica

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS- Departamento de Ordem Política e Social

EBY - Entidade Binacional Yacyreta

ELETROBRÁS- Centrais Elétricas Brasileiras

EMCEP- Equipo de Misiones de la Conferencia Episcopal Paraguay

FMI- Fundo Monetário Internacional

FIP - Força Interamericana de Paz

FREJULI- Frente Justicialista de Liberación

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

JIT- Junta Interamericana de Defesa

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL- Mercado Comum do Sul

MME- Ministério de Minas e Energia

OBAN- Operação Bandeirante

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAEG- Programa de Ação Econômica do Governo

PDC- Partido Democrata Cristão (Paraguai)

PNE- Plano Nacional de Eletrificação

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SNI- Serviço Nacional de Informações

OTCA- Organização Tratado de Cooperação Amazônica

UNICON- União de Construtoras LTDA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Hidrográfico da Bacia do Prata

Figura 2: Trecho não caracterizado na fronteira Brasil-Paraguai

Figura 3: Mapa da fronteira Brasil-Paraguai e do trecho do Médio Paraná de maior potencial de geração de energia

Figura 4: Imagem do artigo do Jornal do Brasil que trata sobre os estudos para aproveitamento Hídrico das Sete Quedas

Figura 5: Mapa da área em litígio que demonstra onde estavam localizados os militares brasileiros

Figura 6: Mapa da localização de Yacyretá

Figura 7: Croque do território do Projeto de Yacyretá

Figura 8: Capa do Jornal *Clarín* destacando a posição brasileira de suspender a reunião tripartite

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. A HISTÓRICA DINÂMICA GEOPOLÍTICA NA BACIA DO PRATA: AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E PARAGUAI NO “CASO SETE QUEDAS” (1962-1966)	33
1.1. A Geopolítica no âmbito sul-americano: as análises de Mario Travassos	33
1.2. Os antecedentes da dinâmica geopolítica na Bacia do Prata: um breve histórico	38
1.3. A reaproximação entre Brasil e Paraguai desde a Era Vargas (1930-1945)	50
1.4. Sete Quedas: a origem do litígio fronteiriço	56
1.5. Demanda energética no Brasil: o início do impasse diplomático brasileiro-paraguaio sobre Sete Quedas	61
1.6. A ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato: a tensão diplomática do “Caso Sete Quedas”	75
2. BRASIL E PARAGUAI EM NEGOCIAÇÃO: DA ATA DAS CATARATAS AO TRATADO DE ITAIPU (1966-1973)	95
2.1. Ata das Cataratas: o acordo para o aproveitamento hidroenergético conjunto	95
2.2. O processo de negociação para o maior acordo bilateral entre ambos: Brasil e Paraguai rumo a Itaipu	110
2.3. Itaipu: análise do Tratado	124
3. ARGENTINA E PARAGUAI: DAS PRIMEIRAS NEGOCIAÇÕES PARA O APROVEITAMENTO CONJUNTO DO RIO PARANÁ AO TRATADO DE YACYRETÁ EM 1973	130
3.1. As relações entre Argentina e Paraguai: os antecedentes desde a década de 1930	130
3.2. A Energia Elétrica em ambos os países	138
3.2.1 Argentina	138
3.2.2 Paraguai	143
3.3. As Negociações para o Aproveitamento Hidroelétrico Conjunto	146
3.4. O Tratado de Yacyretá	156
4. AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA EM TORNO DO APROVEITAMENTO HIDROENERGÉTICO DO RIO PARANÁ: OS PRIMEIROS ANOS DO IMPASSE (1967-1973)	163
4.1. O Panorama das divergências	163
4.2. Diplomacias, estratégias e divergências	170
4.2.1 Brasil X Argentina: o impasse nas águas do Rio Paraná	170
4.2.2 Corpus: projeto hidroelétrico conjunto ou estratégia diplomática?	182
4.3. A repercussão interna em ambos os países	188

5.	AS NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO TRIPARTITE E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O CENÁRIO GEOPOLÍTICO DA BACIA DO PRATA _____	207
5.1.	Impasse e divergência; do Tratado de Itaipu ao início das negociações trilaterais (1973-1977) _____	207
5.2.	As negociações trilaterais: das dificuldades de entendimento ao Acordo Tripartite _____	221
5.3	As décadas seguintes após o Acordo Tripartite _____	242
5.3.1.	Do Acordo Tripartite ao MERCOSUL _____	242
5.3.2.	Itaipu _____	246
5.3.3.	Yacyretá e Corpus _____	253
	CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	257
	FONTES _____	260
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	266

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é o resultado de um estudo sobre as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina e as estratégias para defenderem os seus interesses na Bacia do Prata, sobretudo, na questão hidroenergética. Entre 1962 e 1966, o Brasil e o Paraguai vivenciaram um litígio fronteiriço a respeito da soberania dos Saltos das Sete Quedas, localizado no oeste do estado do Paraná na fronteira paraguaia, e as negociações para chegar a um entendimento interessava à Argentina. Isto porque, a solução encontrada foi à construção conjunta de uma usina hidrelétrica no curso médio do Rio Paraná na qual ambos os países se beneficiariam do potencial energético da região. Por estar a jusante do referido rio, os argentinos alegaram que o projeto hidro elétrico brasileiro-paraguaio deveria passar por uma “consulta prévia” a Buenos Aires, pois havia a preocupação com as consequências que a obra poderia causar rio abaixo inviabilizando a sua utilização para navegação, agricultura, pesca e outros. O Estado brasileiro não aceitava a “consulta prévia” alegando que qualquer atividade dentro de seu território era referente à sua soberania e defendia que consultar outro Estado era “inadmissível”. A partir de 1973, quando foi assinado o Tratado de Itaipu, as discussões não se restringiram apenas a possível inviabilidade do rio à jusante para atividades como a navegação e irrigação, mas, também, para fins hidroenergéticos na proximidade da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, pois, surgiu a questão Corpus. Os argentinos alegavam que a consulta era necessária para compatibilizar a utilização desta com Itaipu e, a partir de 1976, após um golpe de Estado na Argentina que iniciou uma ditadura militar, os argentinos intensificaram as tentativas de chamar o Brasil e o Paraguai para sentarem a mesa e iniciar as negociações trilaterais. A partir de 1977, depois de conversações por meio da troca de notas num momento conturbado entre o Brasil e a Argentina, os três países iniciaram negociações para a compatibilidade Itaipu-Corpus que foi consolidada em outubro de 1979 com a assinatura do Acordo Tripartite. A partir dos anos seguintes, o processo de integração na região platina, principalmente entre Brasil e Argentina, foi intensificado chegando à criação do Mercado Comum do Sul, em 1991.

Neste sentido, a presente pesquisa parte da seguinte hipótese: as relações de cooperação e discórdia entre os três países envolveu interesses internos (político,

econômico e demanda energética) e externos (questões geopolíticas no âmbito da Bacia do Prata).

Sendo assim, buscam-se os seguintes objetivos: compreender o papel das diplomacias do Brasil e da Argentina na tarefa de auxiliar seus respectivos Estados na defesa dos interesses nacionais no cenário geopolítico sul-americano quando a temática era sobre o aproveitamento hídrico da Bacia do Prata; verificar como o Estado paraguaio, governado por Alfredo Strossner, agiu com o intuito de garantir os interesses de seu país mediterrâneo, em meio às divergências entre seus “grandes” vizinhos tendo condições de adquirir barganha política e economia por ser sócio de Brasil e Argentina na construção das hidrelétricas de Itaipu, Corpus e Yacireta; estudar como a questão envolvendo o aproveitamento hídrico energético da Bacia do Prata foi explorada no âmbito interno e era interpretada e utilizada pelos grupos políticos e pela imprensa de cada um dos três países como símbolo de defesa dos interesses nacionais, tendo em vista as discordâncias existentes que foram repercutidas no cenário internacional causando um clima desconfortável na região, sobretudo entre Brasil e Argentina; e finalmente os elementos que possibilitaram o entendimento entre o Brasil e a Argentina no final da década de 1970.

Ao tratar do presente tema, destaca-se o papel da diplomacia. Segundo Raymond Aron, o trabalho de um diplomata é similar a de um soldado em plena guerra. “As relações interestatais apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre Estados implicam essencialmente a guerra e a paz”¹. Neste processo, o mesmo autor valoriza o papel da política fazendo o seguinte apontamento:

Enquanto se dirige à organização interna das coletividades, a política tem por objetivo imanente a submissão dos homens ao império da lei; na medida em que diz respeito à relação entre Estados, parece significar a simples sobrevivência dos Estados diante da ameaça virtual criada pela existência de outros Estados. Este é o seu ideal objetivo (...). Em suas relações mútuas, os Estados não deixaram ainda o estado natural. Só por isto existe ainda uma teoria das relações internacionais².

Em relação ao *Realismo político*, Gilmar Bedin destaca que este paradigma é considerado o mais tradicional ou clássico pelos teóricos da disciplina. Nesta interpretação, a noção estadocêntrica está presente na dinâmica das Relações

¹ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 1986, p. 52.

² *Ibid*, p. 53-54.

Internacionais. Afirma uma concepção baseada na busca do poder e no uso da força, ou seja, que todos os Estados definem seus interesses em termos de poder³. Segundo Nogueira, existem duas características comuns entre autores realistas que não são exatamente conceitos: a primeira é enfatizar os acontecimentos no sistema internacional considerando que o que acontece dentro dos países não é relevante para compreender as relações internacionais. Já a segunda é o pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana. O que chama a atenção destes pesquisadores são os fatores internacionais, o que se traduz, por exemplo, em enfatizar a distribuição de poder entre os diferentes agentes internacionais do que os elementos domésticos de poder. Para certos realistas, mais do que tratar do poder em si, é o equilíbrio de poder que importa, enquanto que para outros autores do realismo os Estados buscam o poder como um fim em si mesmo, sendo essa uma das diferenças mais destacadas entre realistas e liberais. Afinal, para os pesquisadores do realismo é necessário enfatizar os ganhos relativos, ou seja, quanto um Estado ganha em relação aos demais, enquanto os liberais destacam os ganhos absolutos, ou seja, de forma conjunta⁴.

Segundo Aron, em tempos de paz, sem chegar a uma reflexão exata, as relações entre as potências é a expressão deformada de forças potenciais ou reais que podem definir diferentes tipos de paz que podem distinguir-se em três: império, equilíbrio e hegemonia. Em determinado contexto as forças das unidades políticas ou estão em equilíbrio, ou estão dominadas dentro delas, ou então superadas a tal ponto pelas forças de uma unidade que todas as demais perdem sua autonomia e tendem a desaparecer como centros de decisão política. Este seria o caso do Estado Imperial que detém o monopólio da violência legítima. E entre a paz do império e a paz do equilíbrio esta a paz da hegemonia. A ausência do conflito bélico não significa que existe uma igualdade aproximada de forças que reina nas unidades políticas e impedindo uma coalizão. Ao contrário, está vinculada à superioridade incontestável de uma das unidades, fazendo os Estados insatisfeitos deixarem de alterar o *status quo*. Contudo, “o Estado hegemônico não procura absorver as unidades reduzidas à impotência: não abusa da sua hegemonia,

³ BEDIN, Gilmar. *O Realismo Político e as Relações Internacionais: Algumas Reflexões sobre o Paradigma Tradicional das Relações Internacionais*. In: BEDIN, Gilmar Antonio; OLIVEIRA, Maria Odete de; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Paradigmas das Relações Internacionais*, 2000

⁴ NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais*, 2005.

e respeita as formas externas de independência dos Estados. O Estado hegemônico não aspira à situação de império”⁵.

Sendo o império, a hegemonia e o equilíbrio os três tipos de modalidades de paz propostas por Aron, este introduziu um subtipo denominado preponderância estando numa situação intermediária entre a hegemonia e o equilíbrio. Para Mello, tal classificação de Aron adquire um valor teórico fecundo e inusitado para analisar as relações entre Brasil e Argentina no recorte temporal estudado.

A preponderância seria, no âmbito de um determinado grupo de unidades políticas, a ruptura de um equilíbrio que não significa uma posição de supremacia incontestável. A sua tipificação seria a influência ou o peso que certa unidade lhe confere, de forma automática ou necessária, numa posição de comando ou supremacia nas suas relações com as unidades menores que integram o panorama político. O conjunto de unidades com poderes desiguais fazem parte de um cenário mais amplo e constitui apenas o subsistema de um sistema maior que relativiza a superioridade de peso da unidade preponderante. Sendo assim, a unidade que está exercendo maior peso preponderante dentro de tal subsistema encontra-se subordinada, por sua vez, à hegemonia de outra unidade mais poderosa que ocupa o vértice do sistema mais abrangente.

Isto posto, se aplicarmos a classificação original das modalidades de paz à compreensão da realidade histórico-geográfica do campo da reflexão escolhido- o continente americano- torna-se possível adaptar a tipologia ternária aroniana às condições particulares de nosso objeto de investigação científica: o subsistema platino. Essa adaptação conserva as noções de equilíbrio e hegemonia, descarta a de império e introduz a de preponderância, que será situada no mesmo nível de abstração das duas primeiras. A nova classificação derivada da matriz original, se assim é possível denomina-la, passa então a constituir outra tipologia ternária: o equilíbrio, a preponderância e a hegemonia⁶.

É necessário levar em consideração que as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina não pode ser analisada de forma desvinculada do sistema político e econômico interamericano e internacional, da mesma forma que não se deve deixar de analisar suas ações como protagonistas do cenário platino, especialmente Brasil e Argentina. O que “se almeja é colocar em relevo a autonomia das relações de poder

⁵ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*, 1986, p. 220-221.

⁶ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no cone sul*, 1996, p. 49-50.

intra regionais, sem deixar de lado as possíveis interações entre o subsistema platino e os sistemas de poder extra regionais no qual aquele se encontra inserido”⁷.

Fazendo uma análise da conjuntura da Bacia do Prata, envolvendo as relações entre os ribeirinhos e os interesses colocados nas reuniões realizadas a partir de 1967, Laércio Betiol menciona que

Sob o prisma multilateral, a cooperação econômica internacional entre os Estados platinos adquire duas dimensões: uma de caráter geográfico e outra relativa ao domínio econômico que ela abrange. Quanto a dimensão geográfica existe certa inter-relação entre a cooperação econômica resultante do movimento de integração econômica da América Latina e a cooperação econômica no seio do Grupo da Bacia do Prata. Quanto ao domínio econômico em que se realiza, a cooperação no seio da América Latina tem caráter mais marcadamente comercial, enquanto a realizada pelo Grupo da Bacia do Prata vai dirigir-se prioritariamente à integração física e às obras de infraestrutura econômica. Existe uma relação de causalidade entre os dois movimentos e existem influências inegáveis destes na evolução das relações bilaterais. A divisão que fazemos entre relações bilaterais e multinacionais, embora facilite o seu estudo bilateral (o Tratado de Itaipu), não deve ser tomada isoladamente, mas sim em seu conjunto para que melhor se compreenda a interpretação dos diversos fatos⁸.

Para Matias Spektor, o projeto de integração regional iniciado na década de 1980 foi resultado não intencional de uma conjuntura crítica ocorrida nas relações entre Brasil e Argentina ao longo da década de 1970, sobretudo, entre 1974 e 1979 durante o governo Geisel. Houve uma mudança na condução da política externa brasileira, sob a chancelaria de Azeredo da Silveira, deixando a cordialidade oficial em relação à Argentina que até então era um marco conceitual do Itamaraty nas relações com Buenos Aires. Em seu trabalho, Spektor expõe o método de análise para compreender a conjuntura crítica do período.

O modelo proposto para conduzir esta análise – a conjuntura crítica – é oriundo da história comparada e tem por meta oferecer critérios para avaliar processos de mudança. A sua lógica articula-se de modo a sugerir que só é possível identificar rupturas significativas ao longo do tempo se as mesmas conformam um período histórico específico e inauguram, após seu encerramento, um período substancialmente distinto daquele sobre o qual atuaram originalmente. Em outras palavras, uma conjuntura crítica é um momento limitado durante o qual mudanças geram um legado específico. Segundo essa vertente, os critérios para identificar rupturas de forma sistemática são três: (a) a existência de uma delimitação temporal da hipotética ruptura, ou seja, a identificação clara do período em que uma mudança começa e termina; (b) a ocorrência, identificável, de uma tendência ou regularidade prévia à ruptura observada, que é a base sobre a qual a mudança opera; e (c) a ocorrência de legados oriundos da suposta ruptura, ou seja, fenômenos que têm lugar imediatamente após a conclusão da mudança observada e instauram padrões inovadores. Caso um desses pré-requisitos

⁷ Ibid. p. 53.

⁸ BETIOL, Laércio F. *Itaipu: modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*, 2008, p.36.

esteja ausente, o processo de transformação fica descaracterizado como tal e pode-se falar apenas em “inflexão” ou mudança limitada, mas não em ruptura com o passado. Paralelamente à noção de conjuntura crítica, utilizou-se a categoria de homem de Estado⁵ para interpretar a ação internacional das personalidades no entendimento de que o ideário dessas lideranças impregna sua ação, suas escolhas e, conseqüentemente, as relações entre as burocracias e os países⁹. (Matias Spektor, introdução, p. 119).

Sobre o período estudado, a vertente argentina “histórico-panorâmica”, nas obras de Paradiso¹⁰, Pardo & Frenkel¹¹ (2004) e Lanús¹², aponta que a perda de importância da Argentina no cenário internacional deveu-se à conjunção de fatores endógenos (como, por exemplo, as lutas políticas internas entre forças peronistas e antiperonistas) e exógenos (como o deslocamento do eixo internacional de poder da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, a ruptura “aliança” entre Londres e Buenos Aires, entre outros), resultando na sucessão de rupturas e discontinuidades da política exterior argentina. Alguns “revisionistas históricos”, como Carlos Escude e Andrés Cisneros, apontam a “Terceira Posição”, política peronista de confrontação com os Estados Unidos e de inserção internacional autônoma, e o emprego da força, como na Guerra das Falklands/Malvinas (1982), como responsáveis pela perda de prestígio internacional da Argentina¹³.

Já autores argentinos, na área militar, que escreveram sobre a dinâmica da Bacia do Prata no auge dos acontecimentos nos anos 1970, como Isaac Francisco Rojas, na obra *Intereses argentinos en la Cuenca del Plata*, manifestaram a necessidade da Argentina conter a influência brasileira no cenário platino. Já o general Juan Gugliamelli expressou que o Brasil “*apoyado desde Washington, ha operado con objetivos claros, tenazmente perseguidos y menor instrumentados, acicateado hoy, además, por necesidades perentorias de materias primas y fuentes de energía. Avanzo sobre los países menores*”. E ao tratar especificamente sobre a construção de Itaipu, Gugliamelli manifestou que se não houvesse entendimentos entre Brasil e Argentina, a represa não só resultara num fato consumado, mas se produzirão novos e graves enfrentamentos cujas conseqüências “serão imprevisíveis”.

⁹ SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel*, 2002, p. 119.

¹⁰ PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*, 2005.

¹¹ PARDO, Carlos; FRENKEL, Leopoldo. *Perón: La unidad nacional entre el conflicto y la reconstrucción (1971-1974)*, 2004.

¹² LANÚS, Archibaldo. *De Chapultec al Beagle: Política Exterior Argentina de 1945-1980*, 1989.

¹³ ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*, 2000.

Em relação ao Paraguai, Espósito Neto aponta que as autoridades paraguaias foram muito ativas e intransigentes na defesa das pretensões nacionais que, por vezes, contrariaram importantes interesses brasileiros em assuntos essenciais, como na questão da ciclagem energética gerada em Itaipu, quando sugeriu-se ao Paraguai a mudança da sua frequência de 50 para 60 hertz. Refuta-se, portanto, “a tese do ‘subimperialismo’ ou ‘expansionismo brasileiro’, tão presentes nas análises nas relações entre o Brasil e os seus vizinhos”¹⁴.

Dentre as obras paraguaias consultadas, a respeito de Itaipu, para Canese e Mauro, “*el tratado de Itaipu es marcadamente injusto com el Paraguay y desmedidamente beneficioso para el Brasil*”¹⁵. Já para Enzo Debernardi, engenheiro que trabalhou de forma enfática nas negociações para a assinatura do tratado e no processo de construção da hidrelétrica, aponta que Itaipu foi algo positivo para ambos os países.

Tanto para el Paraguay cuanto para el Brasil, Itaipú significó la solución de un grave conflicto que minaba sus relaciones. Sin embargo, muy diferentes fueron las consecuencias para los dos países en otros campos. Para el Brasil, Itaipú resultó una central más, aunque de relevante significado, dentro de la riqueza excepcional de sus posibilidades hidroeléctricas. Sin embargo, con el transcurrir del tiempo, su importancia relativa disminuirá frente al crecimiento del sistema eléctrico de ese país, que deberá seguir construyéndose a un ritmo muy elevado.

[...]

El cambio, para el Paraguay, ese emprendimiento significa la liberación de la temida carencia energética, que lo hubiera condenado a un subdesarrollo crónico, quizás insuperable.

[...]

Además, se produjeron beneficios financieros que hoy constituyen uno de los más significados ingresos de su presupuesto nacional y de su balanza de pagos, sin que esto le haya requerido gravosas inversiones de capital, ni endeudamientos, ni costos de oportunidad¹⁶.

Em relação ao Paraguai, faz-se aqui uma análise deste como um Estado pequeno que se beneficiou de uma conjuntura crítica nas relações entre seus dois grandes vizinhos, as maiores potências da Bacia do Prata e da América do Sul, para angariar benefícios econômicos, além de estar geograficamente no centro platino compensado a situação de país mediterrâneo. Neste sentido, Neumann e Gstöhl afirmam que grandes potências só existem em relação aos outros Estados – isto é, em relação aos pequenos Estados. Historicamente, os primeiros só existem em pequeno número, ao passo que os

¹⁴ ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*. 2012, p. 11.

¹⁵ CANESE, Ricardo; MAURO, Luis Alberto. *Itaipu: dependência o desarrollo*. Asuncion. Paraguay: Araverá, 1985, p.141.

¹⁶ DEBERNARDI, Enzo. Apuntes para la historia politica de Itaipu, 1996, p. 25.

últimos sempre formaram uma maioria numérica¹⁷. Maass afirma que a definição de pequeno Estado não é consensual. Seguindo a abordagem neorrealista, a definição de pequeno Estado enquanto “fraco” sugere que estes sofrem influência das grandes potências, mas são incapazes de exercerem influência sobre as grandes potências. Nesta linha, os Estados pequenos teriam como única preocupação sua própria sobrevivência, sendo, portanto, incapazes de definir uma agenda internacional frente aos demais Estados no sistema internacional¹⁸. Segundo Marques da Silva, “em outras palavras, o comportamento dos pequenos Estados pode ser entendido como um mero reflexo da balança de poder no sistema internacional”¹⁹. Neumann e Gstöhl destacam que a definição de Estados pequenos “costuma ser residual/negativa”²⁰. Desta forma, são agregados em uma única definição, sendo os Estados muito distintos, incluindo desde ricos países europeus até pobres países africanos, passando por Estados que possuem grande poder em questões específicas, como Suíça e Arábia Saudita²¹. Para os autores, “o problema básico em se iniciar a análise dos pequenos Estados a partir da questão das capacidades é que ela identifica uma precondição estrutural – a diferença no poder que é basicamente concebida materialmente e frequentemente restrita ao poder militar”²². De acordo com Marques da Silva, os pequenos Estados devem ser compreendidos por meio das negociações entre as grandes potências. O reconhecimento do status de Estado potência é um recurso de poder relevante para a definição de uma agenda na dinâmica internacional, mesmo quando o mesmo Estado se abstém de atuar.²³ E acrescenta que “não há consenso, na literatura, a respeito da existência de um padrão de comportamento dos pequenos Estados no sistema internacional”²⁴.

E dentre uma das hipóteses desta pesquisa, mencionadas nos parágrafos anteriores, a respeito do desfecho do impasse envolvendo Brasil e Argentina, com a assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, esta relacionada ao paradigma da interdependência que cabe aqui fazer uma descrição sobre esta teoria. A reflexão sobre o crescimento da interdependência já era manifestada no início do século XX por

¹⁷ NEUMANN, Iver; GSTÖHL, Sieglinde. *Lilliputians in Gulliver's World? Small States in International Relations*, 2004.

¹⁸ MAASS, Matthias. *The elusive definition of the small state. International Politics*, 2009.

¹⁹ Marques da Silva (FENDIUS ELMAN, 1995)

²⁰ NEUMANN, Iver; GSTÖHL, Sieglinde. *Lilliputians in Gulliver's World? Small States in International Relations*, 2004.

²¹ *Ibid.*

²² MARQUES DA SILVA, Roberta Rodrigues. *A política externa do Uruguai no período recente: as teorias das relações internacionais e os dilemas de um estado pequeno*, 2012.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

autores liberais como Norman Angell que acreditavam que os níveis de interdependência econômica entre os países europeus tornaria quase impossível o desenrolar de um conflito bélico. Algo que foi objeto de crítica e possibilitou o fortalecimento do *Realismo* a partir da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1970, Robert Keohane e Joseph Nye publicaram dois trabalhos importantes sobre o tema: uma coletânea de artigos intitulada *Transnational Relations and World Politics* (1971); e o livro *Power Interdependence: World Politics in Transition* (1977). Ambas as obras defendem a tese de que os processos transnacionais estavam mudando o caráter do sistema internacional²⁵. O avanço nas comunicações, a interligação das transações financeiras, a expansão do comércio ligado às multinacionais em diferentes mercados simultaneamente e a influência de movimentos ideológicos e culturais proporcionaram a interligação das economias nacionais. Algo que significava que, cada vez mais, os países se encontravam na possível situação de sofrer problemas políticos, econômicos e sociais causados por fatos ou decisões em outros países e sobre os quais não tinham qualquer controle.

A característica mais nova dessa política mundial “em transição” era a emergência de atores não-estatais desempenhando papéis às vezes mais relevantes que os Estados em decisões sobre investimentos, tecnologia, mídia, etc. Keohane e Nye acreditavam que não era mais possível estudar as relações internacionais olhando apenas para o comportamento dos Estados; era imprescindível incorporar os novos atores nos modelos de análise. Por outro lado, era importante não cair na armadilha do idealismo e desconsiderar a dimensão do poder na política mundial, como alguns estudiosos da interdependência pareciam fazer.

Em *Power and Interdependence*, os dois autores se propõem a mostrar como a interdependência, ao contrário de ser um fenômeno neutro ou benigno, pode ser uma fonte de conflito e um recurso de poder. Trata-se, na verdade, da primeira tentativa importante de conciliar uma perspectiva liberal com o realismo. Keohane e Nye afirmavam que o realismo não possibilitava a compreensão da política mundial em um mundo complexo e interdependente, mas, ao mesmo tempo, diziam que sua teoria complementava o realismo ao incorporar as mudanças nas formas em que o poder era exercido contemporaneamente²⁶.

Outra hipótese mencionada anteriormente foi que o prolongamento do impasse entre Brasil e Argentina sobre o aproveitamento do Rio Paraná era mais uma questão política do que técnica. Segundo Cristian Caubet, “a construção da barragem de Itaipu, sobre o médio Paraná, ilustrou bem a complexidade dos problemas que é preciso resolver para conciliar os interesses de vários Estados ribeirinhos, quando esses

²⁵ NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais*, 2005.

²⁶ *Ibid*, p.81-82.

privilegiam utilizações diferentes das águas”²⁷. E se por um lado, o Brasil alegava que as obras realizadas em seu território desrespeitavam somente ao país, sem ter que consultar outro Estado, Caubet faz o seguinte apontamento:

“É preciso notar que a análise da situação, passando pelo prisma deformante da defesa, muitas vezes intransigente, dos interesses respectivos, a incompreensão mútua via-se reforçada. Porque, se o Brasil subestimava o interesse que apresentava a navegação fluvial para a Argentina, esta, produtora de mais de 90% do petróleo que utiliza, não avaliava a seu justo nível as necessidades energéticas de seu vizinho”²⁸.

Do ponto de vista geopolítico, Maria Regina Soares de Lima aponta a questão Itaipu colocou em evidência o papel hegemônico do Brasil na Bacia do Prata, sendo que o Itamaraty atingiu seus objetivos de forma estratégica misturando recompensas com ações punitivas²⁹. Já para Carlos Eduardo Vidigal, o processo de negociação entre Brasil e Argentina revelou o papel das “forças profundas”, tais como a comunhão de certos valores dos dois países e os fluxos econômicos³⁰.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi necessária à visita aos arquivos diplomáticos dos três países estudados. Com isso, a pesquisa conta com documentos do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, localizado em Brasília, do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*, em Buenos Aires, e do *Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay*, em Assunção. Em relação aos documentos pesquisados, foram feitas análises de como estes foram produzidos de forma a melhor decifrar suas informações. Diante do conhecimento prévio sobre o tema estudado, foi possível justapor os documentos, relacionar texto e contexto, e identificar os diversos elementos inseridos no objeto de pesquisa. A confrontação das fontes possibilitou elaborar um pensamento de forma fundamentada e coerente. Dentre os documentos pesquisados a maior parte são ofícios secretos, confidenciais, urgentes, confidencial-urgente, telegramas secretos, urgentes, secretos-urgentes e memorandos.

E além do trabalho com os documentos, no intuito de conhecer a repercussão e manifestação interna nestes países, foram realizadas visitas a hemeroteca da *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*, em Buenos Aires, acessando os periódicos *Clarín* e *La Nacion*. Em Assunção, foi realizada a visita a *Biblioteca Nacional* na qual foram

²⁷ CAUBET, Christian G. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p. 15.

²⁸ *Ibid*, p. 29.

²⁹ LIMA, Maria Regina Soares. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy*. 2013.

³⁰ VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil e Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)*, 2007.

acessados os periódicos *La Tribuna*, *Pátria* e *ABC Color*. No Brasil, foram pesquisados, na maior parte, os periódicos *Folha de São Paulo*, a revista *Veja* e o *Última Hora* (relacionado aos anos de 1960), além do *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*. A análise dos periódicos foi relevante não apenas para compreender as questões internas relacionadas ao tema de estudo, mas também para suprir lacunas não encontradas nos documentos que foram essenciais para pesquisa. De forma metodológica, foram feitas análises críticas das fontes inter cruzando dados e relacionando com a bibliografia pesquisada.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro, intitulado *A histórica dinâmica na Bacia do Prata: as relações entre Brasil e Paraguai no “caso Sete Quedas” (1962-1966)*, faz-se um estudo de um litígio fronteiriço entre os dois países procurando compreender os interesses em jogo numa conjuntura em que se intensificava as relações entre os dois países. O segundo capítulo, intitulado *Brasil e Paraguai em negociação: da Ata das Cataratas ao Tratado de Itaipu (1966-1973)*, analisa-se o processo de negociação para solucionar o litígio fronteiriço e as negociações que resultaram no maior acordo entre os dois países (o Tratado de Itaipu) e que teria impacto na dinâmica política da Bacia da Prata. Já o terceiro, intitulado *Argentina e Paraguai: das primeiras negociações para o aproveitamento conjunto do Rio Paraná ao Tratado de Yacyretá (1973)*: estuda-se o processo de negociação entre os dois países para o aproveitamento hidro elétrico conjunto do Rio Paraná, levando-se em consideração a demanda energética nos dois países, principalmente na Argentina que buscava intensificar seu potencial energético e industrial. Já no quarto capítulo, intitulado *As relações entre Brasil e Argentina em torno do aproveitamento hidro energético do Rio Paraná: os primeiros anos do impasse (1967-1973)*, estuda-se os primeiros momentos em que as divergências entre os dois países ganharam notoriedade buscando analisar as estratégias de ambos para defender seus interesses e a repercussão interna das divergências. E finalmente no último capítulo, intitulado *As negociações para o Acordo Tripartite e as consequências no cenário geopolítico da Bacia do Prata*, estuda-se as relações entre os três países envolvidos, as estratégias de ação na defesa de seus interesses, o processo de entendimento e as consequências políticas do Acordo Tripartite no cenário da Bacia do Prata e os acontecimentos envolvendo as usinas de Itaipu e Yacyretá, e a não construção da hidrelétrica de Corpus.

Com isso, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para os diversos estudos existentes sobre a história da política externa dos três países e procurando trazer

novas discussões sobre as questões internas e externas que influenciam a política externa e o papel da diplomacia nos interesses de um país.

1 A HISTÓRICA DINÂMICA GEOPOLÍTICA NA BACIA DO PRATA: AS RELAÇÕES BRASIL E PARAGUAI NO “CASO SETE QUEDAS” (1962-1966)

Neste capítulo serão tratadas as primeiras negociações entre Brasil e Paraguai para o usufruto conjunto do aproveitamento hidro energético do rio Paraná. As conversações tiveram início a partir de 1962 quando um impasse diplomático referente à soberania de Sete Quedas na fronteira entre os dois países se tornou um dos principais temas de discussão nas suas relações diplomáticas. O assunto ganhou dimensão a partir de junho de 1965 quando os governantes brasileiros ordenaram uma ocupação militar na área em litígio. Este episódio teria impacto no cenário geopolítico da Bacia do Prata e atrairia as atenções da Argentina.

1.1-) A Geopolítica no âmbito sul-americano: as análises de Mario Travassos

O *heartland* tem se mostrado capaz de atravessar seu tempo para analisar a geoestratégia entre os Estados, embora componha o leque de conceitos e teorias da geopolítica clássica. A oposição oceanismo *versus* continentalismo representa o pano de fundo geográfico das diversas estratégias de defesa e de projeção adotados ao longo dos tempos, sempre nas condições geográficas, marítimas ou terrestres, que fossem efetivamente convertidas em poder militar e econômico.

Em 1900, o alemão Friedrich Ratzel, na obra *O mar como fonte de grandeza dos povos*, defendeu que um Estado para se tornar potência necessita ser simultaneamente naval e terrestre. Já o inglês Halford Mackinder, geógrafo e diplomata, elaborou o conceito de *heartland* (“coração da terra”) para analisar os movimentos possíveis no interior da grande massa continental da Eurásia. Para Mackinder, o país que transformasse em poder econômico as riquezas das vastas extensões de terras das planícies centrais eurasiáticas poderia lançar-se ao mar e conquistar um poder militar capaz de disputar a hegemonia mundial com a Inglaterra. Afinal, o *heartland* estaria na vasta hidrografia de interior, envolvendo a Rússia e a Alemanha, mas se estendendo até a China, encerrando enorme potencial de crescimento pela mobilização de recursos naturais abundantes e representando uma retaguarda protegida contra ataques de poderes marítimos e explorando as comunicações de transporte terrestre destes países

para favorecê-los no mercado mundial, ampliariam seus domínios consolidando seus potenciais no cenário geopolítico mundial.

Pois, foi exatamente este conceito que o geopolítico militar brasileiro Mário Travassos trasladou ao contexto sul-americano, a importância das áreas centrais do subcontinente para a circulação regional Sul (Platino), Leste (Atlântico), Oeste (Pacífico) e Norte (Amazônico). Este pensamento foi publicado nos anos de 1930 na obra que mais tarde se chamaria *Projeção Continental do Brasil*.

Em 1930, a república oligárquica foi destituída do poder através de uma revolução que possibilitou ao gaúcho Getúlio Vargas assumir a presidência da república. A crise econômica mundial, iniciada com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, interferiu diretamente no enfraquecimento político dos grupos oligarcas e favoreceu o fortalecimento dos grupos militares interessados em ter maior influência na condução da política interna brasileira. Segundo Mello, “assim como a Revolução de 30 foi um divisor de águas na história do país, *Projeção Continental do Brasil* tornou-se um marco no pensamento político brasileiro, do qual Mario Travassos é o pai fundador”³¹.

Travassos reelaborou a teoria associando as condições peculiares do continente sul-americano na qual o planalto boliviano, assumindo um papel de terreno fértil para domínio geopolítico³², é chamado de *heartland* do continente. Travassos escreveu da seguinte maneira sobre os aspectos geográficos da América do Sul:

O enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes – a leste o Atlântico, a oeste o Pacífico; a oposição sistematizada por circunstâncias decisivas, entre as duas maiores bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica – a do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul; a existência de países mediterrâneos – o caso da Bolívia e do Paraguai – justo na região em que aqueles antagonismos como se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental³³

O antagonismo tratado por Travassos refere-se aos dois oceanos que envolvem o continente sul-americano, cortado “pela espinha dorsal da cordilheira dos Andes, cujos cumes dividiam desigualmente as águas que convergiam para as duas vertentes

³¹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.72.

³² *Ibid*, p.74.

³³ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p.8

continentais”³⁴. Neste caso, o Oceano Atlântico teria um papel decisivo pela via de comunicação com os países ocidentais, sobretudo da Europa e da América do Norte. Já o Oceano Pacífico, “com seu litoral inóspito, era o ‘mar solitário’ situado as margens dos grandes feixes de comunicações marítimas e via de contato intermitentemente com a Ásia Oriental”³⁵.

Outro antagonismo apontado por Travassos é a oposição entre dois grandes sistemas fluviais da América do Sul, sendo o Amazonas e o Prata. Mello descreve da seguinte maneira a abordagem de Travassos sobre a oposição entre estes dois sistemas fluviais:

Dada a proximidade dos Andes da costa pacífica e o “divortium aquarum” formado pelo altiplano boliviano, corriam ambos para o leste, mas em direções opostas, desaguando um ao norte e outro ao sul da vertente atlântica. Esse antagonismo se expressa no conflito entre as bacias amazônica e platina – com suas desembocaduras controladas, respectivamente, pelo Brasil e Argentina – pela conquista da posição de principal via de comunicação da vertente pacífica com a vertente atlântica e obter, através desta, o acesso à “civilização mundial”. Na resolução do antagonismo amazônico-platino, o papel decisivo caberia ao altiplano boliviano, como zona de contato entre as duas bacias hidrográficas, e o resultado traria como consequência a oscilação do pêndulo geopolítico na direção do Brasil ou da Argentina, em termos de hegemonia no continente sul-americano³⁶.

Ao tratar diretamente sobre a Bacia do Prata, Travassos enfatiza a importância da linha de comunicações planejada e executada pela Argentina através da conexão ferroviária entre La Paz e Assunção, além da capital chilena Santiago. O autor chama a atenção para a aproximação entre a Argentina e a Bolívia, que possibilita aos bolivianos melhores condições de acesso ao mercado do Novo e Velho Mundo, tendo em vista que a Bolívia é um país mediterrâneo. Para ele, “da ligação Buenos Aires- La Paz advém reflexos capazes de repercussão até mesmo sobre a economia continental”.³⁷ Neste sentido, Mello faz a seguinte análise:

O sistema de comunicações platino, de um lado, estabelecia a ligação entre Buenos Aires- via La Paz- e os portos de Antofagasta, Mejillones e Arica, no Chile, assim como Mollendo, no Peru; e, de outro lado, colocava o “heartland” boliviano em contato direto com Buenos Aires. Em suma: a resolução dos dois grandes antagonismos em presença – Atlântico- Pacífico e

³⁴ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 75.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid, p.77

³⁷ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p.56.

Amazonas- Prata – poderia se dar com o predomínio do eixo norte-sul sobre o eixo oeste-leste, isto é, em favor da Argentina e em detrimento do Brasil na competição pela hegemonia geopolítica no continente sul-americano³⁸.

Para Travassos, em território boliviano o triângulo de ligação entre Cochabamba, Sucre e Santa Cruz concentra a maior parte da riqueza natural do país. Por uma questão geográfica, a Bolívia tem o privilégio de pertencer às bacias do Prata e a Amazônica. Em determinada situação, a desvantagem de não ter acesso ao oceano é compensada pela utilização de uma das duas bacias a favor de seus interesses econômicos e políticos.

A base do triângulo era formada por Cochabamba e Santa Cruz, ligadas entre si por uma rodovia. O pólo principal de seus vértices era constituído por Cochabamba que, vinculada ao sistema de comunicações platino, ligava-se ao norte com o porto chileno de Arica, no Pacífico, e ao sul com o porto argentino de Buenos Aires, no Atlântico. Segundo Travassos, a rede ferroviária platina conferia à Argentina, via região de Cochabamba, uma posição geopolítica dominante no triângulo estratégico do “heartland” boliviano³⁹.

Tendo em vista que o aspecto geográfico favorece a Bolívia por pertencer a duas consideráveis bacias hidrográficas, a Amazônica, segundo Travassos, teria um “peso” importante para o Brasil na sua estratégia geopolítica na América do Sul. Isto porque, o Brasil teria condições de oferecer aos bolivianos um caminho alternativo à “exclusividade” do Prata favorável a Argentina. A Bacia Amazônica já era um motivo considerável para o Brasil como “contrapeso” em relação à Argentina, mas algo a mais poderia ser aproveitado sobre esta bacia. O “passo seguinte seria estabelecer a conexão entre a Bacia Amazônica e a Cordilheira dos Andes, como forma de canalizar para o Atlântico grande parte da produção dos países andinos situados na vertente ocidental do continente americano”.⁴⁰ Neste caso, “a conexão entre o Amazonas e a costa pacífica se faria através dos ‘nudos’ andinos, zonas de menos resistência cujas plataformas serviriam de pontos de ultrapassagem transversal da gigantesca barreira formada pelas cumeadas dos Andes”⁴¹. Com isso, através destes “nudos”, a conexão entre a Bacia Amazônica e a costa pacífica ocorreria com três países andinos: Peru, Equador e Colômbia.

³⁸ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.79.

³⁹ *Ibid*, p. 82

⁴⁰ *Ibid*, p. 86

⁴¹ *Ibid*.

Mello utiliza o seguinte trecho da obra de Travassos no qual este faz a sua previsão em relação ao “contrapeso” da Bacia Amazônica:

Quando as possibilidades carreadoras da Amazônia se verificarem a pleno rendimento e conjugadamente com as abertas andinas, excluindo apenas o Paso de Ospalata, as bocas do Amazonas despejarão no Atlântico grande parte da riqueza ocidental do continente⁴².

E se o *heartland* boliviano foi um dos principais enfoques da obra de Travassos, o autor fez questão de desenvolver uma análise sobre o aspecto geográfico do Brasil que o colocasse em condição favorável no cenário geopolítico sul-americano.

O primeiro dado é sobre a costa atlântica. O Brasil possui dois terços do litoral atlântico sul-americano. Além disso, enfatiza que o território geográfico do Brasil faz fronteira com dez países e só não é limítrofe do Chile e do Equador. Partindo desta análise, Travassos faz uma síntese do espaço geográfico natural do Brasil dividindo-o em quatro “regiões naturais”: o Brasil Platino, o Nordeste Subequatorial, a vertente oriental dos planaltos e o Brasil Platino.

Segundo Mello, a partir desta análise, Travassos constata a existência de dois “Brais”: o platino e o amazônico. Neste sentido, “a partir de pontos extremos da vertente atlântica, convergem ambos para o centro geográfico do continente, onde está localizado o ‘heartland’ boliviano”. Travassos ainda “verifica que as duas outras regiões – a Vertente Oriental dos Planaltos e o Nordeste Subequatorial⁴³ constituem o chamado ‘Brasil Longitudinal’, que teria como papel funcional estabelecer a ligação entre as duas primeiras regiões”⁴⁴. Sobre estes dois “brasis”, Travassos fez a seguinte análise:

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso que dispõe do Rio Amazonas como via natural, e sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul de Mato Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração⁴⁵.

Ao longo de sua obra, Travassos desenvolve de forma sistemática sua análise sobre as quatro subdivisões “naturais” do país. Sua síntese, segundo Mello, “era que a

⁴² TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p. 77.

⁴³ É uma região subdividida em quatro regiões: agreste, zona da mata, sertão e meio-norte.

⁴⁴ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.95-96.

⁴⁵ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1947, p.129.

consolidação da unidade do país dependeria da conjunção de dois tipos de atuação: por um lado, o desenvolvimento de ações convergentes dos Brasis platino e amazônico em direção ao objetivo comum- o *heartland* boliviano⁴⁶. Em outras palavras, o Brasil amazônico e o platino são extremamente importantes para o país consolidar seus objetivos no cenário sul-americano.

Travassos fez de sua obra um clássico dos estudos da geopolítica no Brasil e que merece total atenção para desenvolver uma análise abrangente de cada parte de seu trabalho. Coube neste trabalho tratar sobre os principais pontos estudados por Travassos para demonstrar a sua importância teórica nos estudos sobre a política externa brasileira voltada para a América do Sul desde a década de 1930. Sobre este estudioso da geopolítica brasileira, Costa faz a seguinte análise:

A análise geopolítica de Travassos é não apenas pioneira como original neste tipo de discurso no país. Ao contrário dos [sic] demais nesse período, ela [sic] parte de minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele deriva daí um projeto geopolítico que está centrado não na unidade interna *stricto sensu*, mas na repercussão externa do movimento de integração interna, subordinando este, àquele objetivo maior⁴⁷.

A teoria de Travassos, transposta do pensamento de Mackinder, e tratada por Itaussu Mello, é um ponto de partida relevante para compreender os elementos inseridos na geopolítica da Bacia do Prata do qual trataremos a seguir.

1.2-) Os antecedentes da dinâmica geopolítica na Bacia do Prata: um breve histórico

Para tratar sobre as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina no âmbito da Bacia do Prata nas décadas de 1960 e 1970 é necessário fazer aqui um breve estudo sobre a dinâmica política platina desde meados do século XIX até o recorte temporal estudado neste trabalho.

Em se tratando do aspecto geográfico, a Bacia do Prata tem uma área de 3 milhões de km² e é a segunda maior da América Latina, ficando atrás da Bacia Amazônica, que corresponde a uma área de 7 milhões de km². Os principais rios da Bacia do Prata são o Paraguai, o Uruguai e o Paraná, que nascem em solo brasileiro e convergem para o estuário platino na fronteira entre Uruguai e Argentina. O perímetro

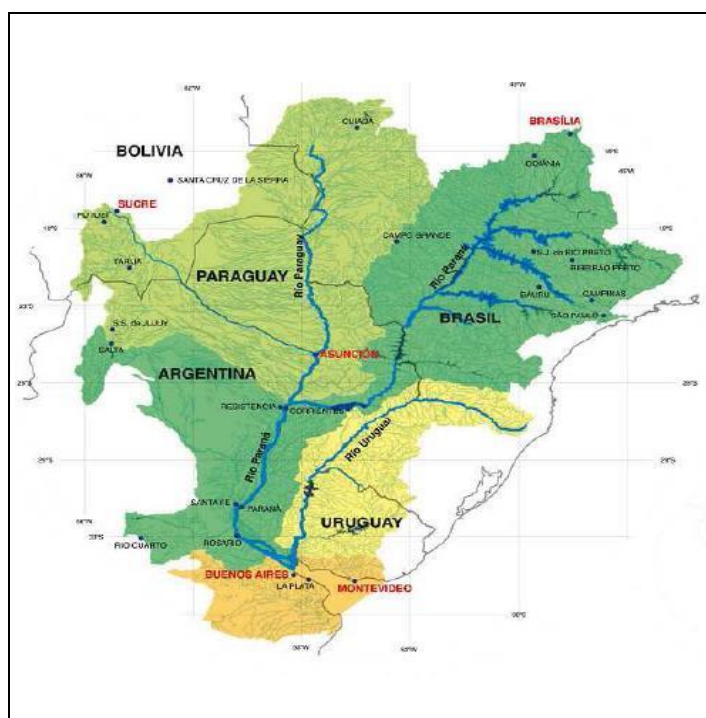
⁴⁶ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 98.

⁴⁷ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, 1992, p.206.

total do sistema platino abrange 19% da Bolívia, 100% do Paraguai, 80% do Uruguai, 37% da Argentina e 17% do Brasil. Segundo Mello:

Brasil e Argentina constituem, evidentemente, os dois grandes eixos de poder da geopolítica platina, em torno dos quais oscilam pendularmente os três países menores. Bolívia e Paraguai são países mediterrâneos dependentes da rede hidrográfica como única via natural de acesso ao oceano. O Uruguai, às bordas do Atlântico e da desembocadura platina, funciona como Estado-tampão entre o Brasil e a Argentina⁴⁸.

Figura 1: Mapa Hidrográfico da Bacia do Prata



Fonte: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Bacia+do+Prata/15571/> Acessado em julho de 2012

Historicamente a América do Sul foi palco de inúmeras disputas entre as Coroas Espanhola e Portuguesa desde o início da colonização no século XVI e que consequentemente resultaram em várias tentativas de solução de demarcação fronteiriça, com destaques para o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Idelfonso (1777) no decorrer do século XVIII. O não cumprimento destes acordos teriam reflexos nas disputas ocorridas no subcontinente após o surgimento de Estados independentes no século XIX.

⁴⁸ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 171.

No âmbito da Bacia do Prata, pouco antes da independência brasileira, D. João incorporou a Banda Oriental (Cisplatina) como mais uma província ao Reino Unido de Portugal em 1821. Após a emancipação, em setembro de 1822, a região passou a ser de soberania do Brasil. Pouco tempo depois as Províncias Unidas do Rio da Prata, futura Argentina, tentou anexar a Cisplatina, mas encontrou resistência do Império brasileiro. O impasse resultou num conflito bélico envolvendo ambos entre 1825 e 1828. Com o equilíbrio militar dos dois lados impedindo uma conquista, a Inglaterra interviu no conflito por ver o seu comércio na região ser prejudicado. Em agosto de 1828, o Império brasileiro e as Províncias Unidas do Prata reconheceram a independência da República Oriental do Uruguai. Ambos envolvidos saíram prejudicados economicamente com grandes reflexos no cenário político do Brasil e contribuindo para o desgaste de D. Pedro I que levaria a sua abdicação em 7 de abril de 1831⁴⁹.

Na década de 1830 entrou em cena a figura de Juan Manuel Rosas, um produtor de charque e membro da elite rural de Buenos Aires que liderou o movimento que criaria a Confederação Argentina em 1835. Logo se transformando em ditador, Rosas iniciaria um processo de imposição portenha dentro da Confederação, por causa da dependência de outras regiões em relação ao porto de Buenos Aires, além de tentar fazer uma política expansionista na dinâmica platina. Uma de suas drásticas medidas foi a proibição do tráfico de navios mercantes estrangeiros pelo Rio Paraná, para forçar a utilização destes do porto de Buenos Aires⁵⁰.

E em meio as disputas entre *blancos* e *colorados* no Uruguai, que gerou uma Guerra Civil no país entre 1839 e 1851, Rosas deu asilo ao *blanco* e antiliberal Manuel Oribe, que foi presidente uruguaio de 1835 a 1838, enquanto o líder *colorado* e liberal Fructuoso Rivera (primeiro presidente do Uruguai entre 1830 e 1834) receberia apoio do Império brasileiro ao se exilar no Rio de Janeiro quando as tropas lideradas por Oribe derrotaram seu exército. Porém, em determinado momento o Império brasileiro chegou a ter simpatia por Rosas já que este “era vítima da hostilidade da França e da Gra-Bretanha, por terem os seus interesses comerciais contrariados pela proibição da navegação do Rio Paraná”⁵¹. E, além disso, acreditava-se que o apoio de Rosas a vitória de Oribe no Uruguai o tornaria “figura-chave para os interesses do Império, como a pacificação do Rio Grande do Sul ou a navegação por navios brasileiros pelos rios

⁴⁹ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*, 2002.

⁵⁰ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2014.

⁵¹ *Ibid*, p. 26.

internacionais da bacia hidrográfica platina, vital para o contato regular entre o Rio de Janeiro e o Mato Grosso”⁵².

Além dos conflitos de interesse na navegação do Rio Paraná que causaram desgaste nas relações com a França e a Grã-Bretanha, ameaçando alcançar seus objetivos no cenário internacional, Rosas se deparava com uma revolta interna em Corrientes nos primeiros anos da década de 1840. A partir do momento em que a ameaça foi suplantada energeticamente, concomitante ao recuo militar de França e Grã-Bretanha na região platina, Rosas recusou a fazer uma aliança com o Império brasileiro⁵³. A complexidade da situação resultaria no apoio do Brasil aos *colorados* no Uruguai, apesar de Rivera ter relações com os farroupilhas que almejavam a independência do Rio Grande do Sul⁵⁴. O Império receava que com os *blancos* no poder uruguaio, apoiados por Rosas, este anexaria o Uruguai ao território argentino. E, da mesma forma, acreditavam fazer o mesmo com o Paraguai que não era reconhecido como independente por parte de Rosas. Além disso, a possibilidade de parte dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai serem argentinos resultaria no impedimento estratégico da navegação brasileira chegar ao Mato Grosso. Tal preocupação ganhou maior relevância com a ascensão do Partido Conservador ao gabinete de D. Pedro II em 1848, do qual seus membros acreditavam que a anexação do Paraguai e do Uruguai pela Confederação Argentina possibilitaria essa atravessar militarmente a fronteira brasileira⁵⁵.

Medidas tomadas por Rosas que prejudicaram a economia da província argentina de Entre Rios, fizeram seu governador, Justo José Urquiza, romper com o ditador portenho e se aliar ao Império brasileiro. O primeiro objetivo foi derrotar Oribe e pacificar o Uruguai. Concluída a meta, as províncias de Entre Rios e Corrientes, juntamente com o governo uruguaio e o Império brasileiro, assinaram um Tratado de aliança em novembro de 1851 após Rosas ter declarado guerra ao Brasil. Urquiza contou com o apoio militar brasileiro que resultaria na vitória sobre as forças de Rosas na batalha de Caseros, em fevereiro de 1852. Logo o ditador portenho procurou asilo e foi para a Inglaterra, onde ficou exilado até sua morte em 1877⁵⁶.

⁵² Ibid, p.26.

⁵³ CERVO, A.mado. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, 2001.

⁵⁴ Foi um movimento revolucionário de caráter separatista ocorrido no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845 com interesses econômicos regionais e que influenciaram outros movimentos pelo Brasil. Teve início quando o país passava por uma instabilidade política sendo governado por uma regência.

⁵⁵ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2014.

⁵⁶ Ibid.

Com a queda de Rosas a Confederação Argentina reconheceu a independência do Paraguai. As relações deste com o Império eram estreitas antes da queda do ditador argentino muito por conta das ameaças em comum. Carlos Antônio Lopez ascendeu ao poder em solo paraguaio em 1844, sucedendo o ditador José Gaspar Rodriguez Francia, um dos líderes da independência de 1811, quando passou a ser chefe de Estado desde então. Lopez era simpático a uma política externa expansionista e almejava que o Paraguai tivesse acesso ao Oceano Atlântico. Com o fim do governo Rosas, Brasil e Paraguai passaram a ter maiores atritos nas suas relações diplomáticas. Segundo Doratioto, havia “discordância quanto a definição da fronteira, que para o Paraguai, baseando-se em títulos da época colonial, era o rio Branco, enquanto para o Império, recorrendo ao *uti possidetis*, era o rio Apa”⁵⁷. Como consequência da situação, Carlos Antônio Lopes somente permitiria a livre navegação brasileira pelo rio Paraguai caso o rio Branco passasse a ser de soberania paraguaia. Mas o Império não demorou agir ao enviar José Maria da Silva Paranhos a Confederação Argentina para conquistar o apoio desta “nas divergências em torno de fronteiras com o Paraguai e, em troca, recebeu um empréstimo de 300.000 pacotões do Tesouro Imperial. Respalado por esse apoio, Paranhos partiu para Assunção onde obteve acordo restabelecendo a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná”^{58,59}.

Logo a dinâmica platina passaria a ter novos rumos a partir da década de 1860. Em meio a conflitos internos, José Justo Urquiza, líder da Confederação Argentina, enfrentou sérios problemas internos num contexto em ele já tinha se afastado do Brasil e do Paraguai. Forças de Buenos Aires, liderada por Bartolomé Mitre, enfrentaram as forças da Confederação e o impasse resultou na retirada de Urquiza e possibilitando o surgimento da República Argentina, em 1862, sob a presidência de Mitre. No mesmo ano, Carlos Antônio Lopez faleceu e logo seu filho, Francisco Solano Lopez, assumiu o poder no Paraguai. Este era simpático a política externa “pra fora” de seu pai e ambicionava o livre acesso paraguaio ao Atlântico. Foi neste contexto que ele observava os *blancos* no Uruguai como aliados, tendo em vista que estes estavam no poder naquele momento, e também pela alternativa que o porto de Montevideu proporcionava ao Paraguai em decorrência da dependência do porto de Buenos Aires. Isto acontecia num momento em que o Uruguai vivenciava outra Guerra Civil, iniciada em abril de

⁵⁷ Ibid, p. 36.

⁵⁸ Na área litigiosa ficou definido que ambos deveriam manter uma moratória por seis anos.

⁵⁹ Ibid, p.36.

1863, quando o caudilho *colorado* Venancio Flores, apoiado por Bartolome Mitre e pelo Império brasileiro composto por um gabinete Liberal, lutava para derrubar o governo *blanco* de Bernardo Berro. Segundo Doratioto, este teria argumentado a Solano Lopez algo que não correspondia a realidade ao mencionar “ao ditador paraguaio que o Império e a Argentina, em caso de vitória dos rebeldes colorados, voltar-se-iam contra o Paraguai”. Mas mesmo este argumento ter sido usado como pretexto, “o fato é que Solano Lopez acreditou que poderia militarmente vencer o Brasil e anular o governo argentino”⁶⁰.

Após tropas do Império brasileiro apoiarem a queda dos *blancos* no Uruguai, forças militares do Paraguai invadiram a província de Mato Grosso e ocuparam Corumbá em dezembro de 1864. Meses depois, tropas paraguaias invadiram a província argentina de Corrientes. Isto resultou na formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, a partir da assinatura de um Tratado em maio de 1865, contra o Paraguai. Naquele momento, o *colorado* Venancio Flores estava no poder uruguaio desde fevereiro do mesmo ano e recebia o apoio de Bartolome Mitre e do Império brasileiro sob o gabinete do Partido Liberal. O conflito perduraria até 1870 com o assassinato de Solano Lopez nas proximidades de Cerro Corá, em solo paraguaio. Antes, em 1868, o gabinete de governo do Império passou a ser composto por membros do Partido Conservador no Brasil. Já na Argentina, Mitre deixava o poder por cumprir o seu mandato e foi sucedido por Domingo Faustino Sarmiento. Os novos governantes, diferente de seus antecessores, passaram a ter desconfiança em relação ao país vizinho e desejavam o fim da aliança entre o Brasil e a Argentina⁶¹.

Após a imposição de um governo provisório em solo paraguaio por parte dos Aliados da Tríplice Aliança, ainda durante a guerra quando Solano Lopez liderava suas tropas no interior do país, um acordo de paz foi assinado em junho de 1870. Derrotado, o Paraguai ficou em uma situação política, econômica e social totalmente frágil. Brasil e Argentina, vitoriosos no conflito, estavam com uma enorme vantagem sobre o Paraguai e davam as cartas na negociação para delimitar definitivamente suas fronteiras com o país guarani. Porém, divergências entre brasileiros e argentinos contribuíram para que o Paraguai não sofresse uma perda maior do que se imaginava. Isto porque, a Argentina deseja anexar a região do Chaco, mas poderia ter problemas com a Bolívia, que fazia fronteira com o território em questão. Para o Brasil, não era interessante que um país

⁶⁰ Ibid, p. 42 e 43.

⁶¹ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*, p.2002.

com forte potencial geopolítico e com quem tinha históricas divergências desde o período colonial, herdado dos atritos entre Portugal e Espanha, ampliasse seu domínio sobre o Paraguai e conseqüentemente a fronteira com o Estado brasileiro. Afinal, a Argentina desejava ser proprietária de toda a margem esquerda do Rio Paraná até o Iguazu, e de toda a margem direita do Paraguai até a Baía Negra⁶².

Tentando evitar que a ambição argentina se tornasse realidade, o Brasil exigiu que a Bolívia não fosse prejudicada e que fossem reservados seus direitos. A definição dos limites entre o Paraguai e a Argentina somente seria oficializada com a assinatura do Tratado de Paz e Limites em fevereiro de 1876 que delegou a definição final da fronteira à arbitragem do presidente dos EUA. O laudo do presidente Hayes saiu em 1878, estabelecendo o rio Pilcomayo como a fronteira entre os dois países na região do Chaco.

Já para o Brasil, ainda nos primeiros anos da década de 1870, não restou alternativa a não ser negociar diretamente com o Paraguai, tendo em vista as divergências brasileiro-argentinas sobre o território paraguaio naquele contexto. A questão da demarcação fronteira entre os dois países ficou definida com a assinatura do Tratado de Paz e Limites em 9 de janeiro de 1872. E o primeiro artigo do referido documento ficou da seguinte maneira:

O território do Império do Brasil é separado do da República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguazu até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná;
Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracajú até onde ela finda;
Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy;
Prosegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay;
Todas as vertentes que correm para o Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguay.
A Ilha do Fechos dos Morros é domínio do Brasil⁶³.

Sobre a questão fronteira entre o Brasil e o Paraguai que ficou definida no Tratado de Paz e Limites, Silva Paranhos assinala que:

Esses limites, com a única e pequena alteração da linha do Iguaré, são os mesmos que o Brasil, dando prova de seu espírito mais conciliador, ofereceu

⁶² OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão no período colonial até a atualidade*. 2008, p.55

⁶³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.70.

ao governo paraguaio desde 1852 como solução amigável e honrosa da sua questão territorial. Os títulos desse domínio, que era de posse efetiva antes da guerra, em toda a extensão do território contestado, com exceção do Fecho-dos-Morros, já são conhecidos dos ilustres aliados do Brasil e do mundo civilizado. Os referidos títulos foram exibidos e aquilatados em face dos que apresentara por sua parte o presidente D. Carlos Antônio Lopez, em discussão que consta de protocolos impressos desde 1857 e que formam um volume da coleção de relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império. São os protocolos que impuseram silêncio por anos à obstinação daquele governo e o induziram a assinar os acordos amigáveis de julho de 1856 e fevereiro de 1858⁶⁴.

Com isso, é possível perceber que o Brasil não teve nenhum avanço relevante sobre o território paraguaio, apesar de ter condições geopolíticas de fazê-lo naquele contexto. Segundo Oliveira, “historicamente, a posição luso-brasileira sempre foi a de se contrapor à pretensão recorrente em Buenos Aires de criação de um Estado forte e unitário ao sul das fronteiras brasileiras”⁶⁵.

Na segunda metade do século XIX houve considerável instabilidade política nas relações entre o Brasil e a Argentina. A disputa geopolítica destes fez da Bacia do Prata um terreno de estratégias elaboradas dos dois lados. A Argentina “estimulava a sublevação contra os governos que o Brasil sustentava. No Uruguai, o governo triunfou. O Brasil interveio, veladamente, desarmando e internando os insurgentes”⁶⁶. No Paraguai, quando ocorreu uma guerra civil, em 1904, o Brasil enviou três navios para interferir na instabilidade política do país. Já a Argentina, que estava em posição privilegiada no aspecto militar naquele período, reforçou sua esquadra de forma mais intensa no Paraguai. Em relação à Bolívia, enquanto os argentinos intensificavam as relações norte-sul com os bolivianos, tentando ampliar seu eixo de influência, o Brasil vinha tendo problemas com o país mediterrâneo. A questão era o Acre, que pertencia à Bolívia nos primeiros anos do século XX. O governo brasileiro fez oposição à intenção do governo boliviano de entregar o Acre a um sindicato de capitais norte-americanos chamado *Bolivian Syndicate*. Neste período, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, assumiu o Ministério de Relações Exteriores do Brasil e reconheceu o Acre como região de litígio. Depois de várias negociações, os dois países chegaram a um acordo e o Acre passou a ser brasileiro⁶⁷.

⁶⁴ PARANHOS *apud* SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras das fronteiras no Brasil*, 1975, p.278-279.

⁶⁵ OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão no período colonial até a atualidade*. 2008, p 58.

⁶⁶ *Ibid*, p.308.

⁶⁷ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O eixo Argetnina-Brasil*, 1987.

Aos poucos, Brasil e Argentina amenizavam suas divergências ao ponto de renunciarem à compra de armamentos de guerra. Na década de 1910, os outros países da Bacia do Prata (Uruguai, Paraguai e Bolívia) tentaram, de algum modo, se adequar à estabilidade entre Brasil e Argentina. Neste sentido, Moniz Bandeira acrescenta que:

A construção da estrada de ferro entre o Porto de Santos e o de Corumbá, chegando quase às lindes do Paraguai e da Bolívia, diminuiu a importância estratégica do Rio da Prata e seus afluentes como via de transporte e comunicação, antes indispensáveis à defesa e à conservação dos territórios de Mato Grosso, Goiás e parte de São Paulo. E não mais havia litígios de fronteira entre o Brasil e a Argentina, cujos produtos de exportação não só não competiam, no mercado mundial, como possibilitavam que os dois países sempre mantivessem estreitas relações econômicas, com intenso e grande intercâmbio comercial. O Congresso da Argentina, porém, não aprovou o tratado do ABC. E o curso da I Guerra Mundial, deflagrada em 1914, concorreu para avivar as tensões na Bacia do Prata, na medida em que começou a alterar a correlação internacional de forças, em favor dos Estados Unidos⁶⁸.

Na década de 1930, outro conflito bélico causou desgaste na dinâmica platina. A região em disputa era o Chaco Boreal, que tem cerca de 200 km² limitados pelos rios Paraguai, Parapetí e Picomayo. Durante o período colonial, a Coroa espanhola não havia dado atenção a delimitação precisa da área que era carente de interesses econômicos naquele período. Até o início do século XX, Bolívia e Paraguai tentaram sem sucesso criar vários acordos para resolver a questão. Na década de 1920, em meio a instabilidade política interna vivenciada no Paraguai, tropas bolivianas ocuparam a região. O fato causou tensão nas relações entre ambos os países e uma reunião foi realizada no ano de 1927 em Buenos Aires no intuito de que as chancelarias tivessem um entendimento. Porém, resistências internas não possibilitaram avanços. O conflito entre o Paraguai e a Bolívia era iminente e a guerra foi desencadeada em 1932. A Argentina passou a ter participação direta para conseguir a paz e conseqüentemente consolidar seu poderio geopolítico na América do Sul. Porém, secretamente o governo de Buenos Aires apoiou o Paraguai. Segundo Doratioto, “não interessava aos interesses argentinos que a Bolívia vencesse a guerra, obtendo um porto às margens do rio Paraguai, por onde escoaria a eventual produção petrolífera boliviana para o mercado platino e, mesmo, para os de outros países”⁶⁹.

⁶⁸ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O eixo Argentina-Brasil*, 1987, p.310 e 311.

⁶⁹ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, p. 106.

Já o Brasil, que manteve neutralidade durante todo o conflito, passou a ter uma participação mais ativa a partir de 1935 quando a situação política interna começava a demonstrar estabilidade já no governo constitucional de Getúlio Vargas. Foram feitos convites para as chancelarias dos países beligerantes visitarem o Rio de Janeiro a fim de encerrar o conflito, mas desconfianças de ambos os lados impediam a realização de um acordo. Mas com a participação ativa da chancelaria argentina, um Protocolo de Paz assinado 12 de junho daquele ano entre Bolívia e Paraguai encerrou militarmente o conflito. As negociações de paz se prolongaram nos anos seguintes em meio a conturbações políticas vivenciadas em ambos os países envolvidos no conflito. Em julho de 1938, a Conferência de Paz designada propôs uma arbitragem internacional sobre a parte ocidental do Chaco, excetuando a área da Bahia Negra. Neste caso, “seriam arbitrados 31.500 quilômetros quadrados, dos 264.150 ocupados pelo Exército paraguaio, sendo reconhecidos de soberania do Paraguai os outros 232.650. Bolívia e Paraguai aceitaram a proposta”. Mas apesar de os bolivianos sofrerem a desvantagem territorial, incluindo a renúncia à reivindicação de um porto no rio Paraguai, estes se beneficiariam do livre trânsito de mercadorias em solo paraguaio.

O protagonismo da Argentina nas negociações de paz entre a Bolívia e o Paraguai ganharam destaque na diplomacia de Saavedra Lamas que fez de seu trabalho um meio de expandir o potencial geopolítico de seu país e, também, sua imagem pessoal que, aliás, resultou no *Prêmio Nobel da Paz* de 1936 concedida a ele⁷⁰. Ao mesmo tempo, a presença argentina em parte do Chaco durante as negociações causaram grandes desconfianças em políticos e militares brasileiros. O desfecho do conflito boliviano-paraguaio catalisou a tensa disputa geopolítica entre o Brasil e a Argentina no âmbito sul-americano. Aliás, especificamente na Bacia do Prata, a estabilidade regional dependia dos entendimentos entre estes dois Estados. Mas isto não impediu que o intercâmbio comercial brasileiro-argentino avançasse deste então, muito por conta de suas necessidades internas num cenário internacional instável com a possibilidade de uma Segunda Guerra Mundial devido à ascensão e política expansionista do regime nazista na Alemanha. Já durante a guerra desencadeada, foi assinado o Tratado sobre Livre Intercâmbio com o objetivo de eliminar os obstáculos recíprocos entre o Brasil e a Argentina em 21 de fevereiro de 1941⁷¹.

⁷⁰ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2014.

⁷¹ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*. In: CERVO, Amado; RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*, 1998, p 312 e 313.

Ainda nos meados da década de 1940, a neutralidade argentina durante grande parte da Segunda Guerra Mundial foi outro objeto de desconfiança por parte das autoridades brasileiras que, desde 1942 já tinha declarado estado de beligerância em relação à Alemanha nazista. Foi neste período que mais uma vez foi reascendida o receio das possíveis consequências da grande compra de armamentos por ambos os lados, como ocorrido na passagem do século XIX para o XX.

Já durante a década de 1950, Brasil e Argentina, principais potências do Prata, intensificaram os esforços de aproximação. Enquanto Perón esteve no poder na Argentina (1946-1955), este tentou formar juntamente com Brasil e Chile um grupo ABC, que poderia resultar no futuro num bloco econômico forte, com a possível adesão de outras nações sul-americanas. Mas apesar da semelhança de interesses e ações políticas entre Perón e Vargas (1951-1954), sobretudo nas questões trabalhistas que evidenciavam a popularidade de ambos, o estadista brasileiro encontrou muita resistência de militares, jornalistas, intelectuais e, principalmente de parte do Congresso Nacional, para que houvesse um entendimento do tipo entre Brasil e Argentina, não apenas pela desconfiança histórica em relação a Buenos Aires, mas pelo receio de que houvesse uma forte influência do peronismo em solo brasileiro. No entanto, para Moniz Bandeira, seria suplantado o projeto de Perón cinco anos após a sua queda com a criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio)⁷². Um bloco que resultou na união das vontades de Brasil e Argentina como consequência da Operação Pan-Americana, que havia sido lançada pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) e que visava atrair os Estados Unidos a voltarem sua atenção para os problemas econômicos vivenciados pela América Latina.

Em 1961, quando Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil, este se encontrou com o então presidente argentino, Arturo Frondizi. O encontro ocorreu na cidade gaúcha de Uruguaiana e contou com a presença dos chanceleres Afonso Arinos (Brasil) e Diógenes Taboada (Argentina). Na ocasião, ambos os presidentes trataram, “entre outros assuntos, sobre relações econômicas, cooperação cultural, política, militar, intercâmbio de informações científicas (sobretudo na área nuclear), bem como a respeito da questão cubana e de eventual restabelecimento das relações do Brasil com a

⁷² MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*, 1998, p. 316.

União Soviética”⁷³. Sem dúvidas, este encontro de Uruguaiana foi um grande passo para intensificar o processo de aproximação entre Brasil e Argentina.

Foi naquele mesmo ano de 1961 que foram lançadas as diretrizes da Política Externa Independente, que seria também seguida durante o governo de João Goulart (1961-1964). Segundo Cervo & Bueno, a política externa lançada por Jânio Quadros,

Partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil. A PEI, calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul⁷⁴.

Após o golpe de Estado que derrubou Frondizi, em 1962, as relações entre o Brasil e a Argentina passariam por relativo esfriamento que logo ganharia folego com outro golpe em solo argentino quando ascendeu Juan Carlos Onganía, em 1966. Nos anos seguintes, as chancelarias dos cinco países ribeirinhos platinos se reuniram anualmente para definirem estratégias para o usufruto da bacia que resultaria na assinatura do Tratado da Bacia do Prata, em Brasília, em 1969. Mas, na passagem dos anos de 1960 para 1970, um novo cenário de instabilidade ganharia evidência por conta da construção de barragens brasileiras no rio Paraná que seriam reclamadas pela Argentina por apresentar preocupação com a possibilidade de prejuízo em relação aos seus projetos de aproveitamento hidroenergético a jusante do mesmo rio.

Mas a barragem a ser construída que causou maiores tensões nas relações entre o Brasil e a Argentina, foi a de Itaipu no curso médio do rio Paraná na tríplice fronteira brasileiro-paraguaia-argentina nas proximidades de Foz do Iguaçu. Trataremos neste capítulo dos primórdios das negociações entre o Brasil e o Paraguai para usufruir dos recursos hidroenergéticos do referido rio no início dos anos de 1960 e que foi fruto de um litígio fronteiro ainda pouco explorado em profundidade pela historiografia tradicional, o “caso Sete Quedas”. Sendo assim, os próximos parágrafos serão dedicados aos antecedentes das relações entre Brasil e Paraguai, desde a intensa reaproximação no governo Vargas, passando pelo litígio fronteiro, e finalmente

⁷³ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*, 2002, p. 322.

⁷⁴ *Ibid*, p.310.

tratando das primeiras ofertas de aproveitamento conjunto dos recursos hídricos do rio Paraná.

1.3-) A reaproximação entre Brasil e Paraguai desde a Era Vargas

As relações entre o Brasil e o Paraguai, desde o término da Guerra da Tríplice Aliança em 1870, tiveram um considerável afastamento durante décadas. Na década de 1930, quando Getúlio Vargas estava no poder, a política externa brasileira aos poucos começou a direcionar esforços de aproximação com os países sul-americanos, principalmente quando o quadro político do país apresentou considerável estabilidade a partir de 1935. Durante a Guerra do Chaco (1932-1935) entre o Paraguai e a Bolívia, o governo paraguaio, presidido por Eusébio Ayala, interceptou aviões comprados no Chile pelos paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, esperando receber apoio militar de Vargas. Porém, até meados de 1935 o Brasil manteve a neutralidade como mencionado anteriormente. Mas quando passou agir veemente nas negociações de paz propôs as diplomacias dos dois países mediterrâneos melhores condições para o acesso ao Oceano Atlântico em portos brasileiros⁷⁵. No caso do Paraguai isto era de grande relevância por conta de sua dependência em relação ao porto de Buenos Aires. Apesar da conturbação política ocorrida em solo paraguaio a partir de 1936 (que será abordada mais adiante), o processo de aproximação entre Brasil e Paraguai ganharia impulso deste então.

Em 1941, Getúlio Vargas fez uma visita a Assunção, capital do Paraguai. Segundo Menezes, foi a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro visitou o Paraguai⁷⁶. Moraes menciona que “esse primeiro momento foi marcado pelas conversações sobre a possibilidade de assinatura de um acordo para a construção de uma ferrovia ligando os dois países”⁷⁷.

Naquele período, em que ocorria a Segunda Grande Guerra Mundial, o cenário internacional estava passando por uma intensa instabilidade geopolítica. Segundo Corsi, “como a luta por mercados e fontes de matéria-prima parecia ser o foco dos conflitos, o governo Vargas procurou centrar, em grande parte, a política externa nas questões econômicas”⁷⁸. Neste sentido, o Brasil tentou ampliar seu potencial de mercado no

⁷⁵ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2014.

⁷⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987, p. 43.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política e projeto nacional*, 2000, p.53.

cenário internacional, sobretudo na América Latina. E em se tratando de Bacia do Prata, o país não mediu esforços. O Paraguai foi um dos vizinhos sul-americanos dos quais o Brasil buscou aproximar-se de forma cada vez mais efetiva durante a década de 1940. Segundo Moraes, desde 1904, o país guarani vivia sob forte influência da Argentina, a começar pela dependência do porto de Buenos Aires, como já mencionado nos parágrafos anteriores. A mesma autora aponta que o Brasil tentava ser o aliado preferencial dos Estados Unidos, que viviam em atritos diplomáticos com a Argentina⁷⁹. Enquanto o Partido Febrerista e o Partido Liberal estivera no poder, estes faziam a política externa paraguaia ser mais próxima do Estado argentino⁸⁰.

Naquele início da década de 1940, o então ministro da Guerra e da Marinha do Paraguai, General Higinio Morínigo, assumiu o poder no país depois da morte do presidente Estigarribia. Uma “de suas principais características políticas era a defesa do nacionalismo, que se caracterizava pela tendência autoritária e defesa da necessidade de formação da nacionalidade paraguaia, por ele denominada *paraguaydad*”⁸¹. Durante o governo de Morínigo (1940-1948) houve uma considerável aproximação com o Brasil, tendo ocorrida a instalação em solo paraguaio de uma Missão Militar Brasileira, denominada “Missão Militar de Ensino”. A função desta era oferecer bolsas de estudo para oficiais paraguaios nas escolas militares do Brasil, além de oferecer cursos de educação física, equitação e cavalaria ministrados por brasileiros⁸².

Em abril de 1943, Getúlio Vargas assinou um documento que foi entregue ao governo paraguaio declarando inexistente a dívida do país guarani para com o Brasil a respeito da Guerra da Tríplice Aliança. Algo que pode ser considerado de grande valor simbólico na histórica relação Brasil-Paraguai e que ainda teria um convite feito por Vargas ao presidente Morínigo para visitar o Rio de Janeiro. Em 1944, o governo brasileiro enviou a Assunção uma delegação de técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para colaborar na implantação da reforma do Serviço Público paraguaio. Neste mesmo ano, foram iniciados os trabalhos para conectar os dois países através do prolongamento da rodovia Ponta Grossa – Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, financiada pelo Brasil.⁸³

⁷⁹ MORAES, Ceres. *As políticas externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em jogo (1939-1954)*, 2003, p. 42.

⁸⁰ Esclareço que a história política do Paraguai, neste período, será abordada com mais detalhes no próximo subitem, neste mesmo capítulo

⁸¹ *Ibid.*, p. 48.

⁸² *Ibid.*, p. 49.

⁸³ *Ibid.*

E enquanto as relações entre o Brasil e o Paraguai cada vez mais se tornavam próximas, o governo de Higinio Morínigo, que era apoiado pelos *colorados* desde 1940, vivenciou uma guerra civil contra os partidos de oposição, Liberal e Febrerista, em 1947. A oposição sofreu uma intensa derrota e muitos de seus filiados deixaram o país, fugindo para a Argentina. O “lado vitorioso, com paixão e vingança, iniciou um ‘terror Colorado’ que oprimia qualquer um que pertencesse à oposição. Provavelmente, um terço da população, entre duzentas e quatrocentas mil pessoas, abandonou o país”⁸⁴.

E foi justamente no período em que o partido Colorado esteve no poder que a aproximação político-econômica entre o Brasil e o Paraguai foi intensificada. Enquanto Morínigo esteve na presidência, com apoio dos *colorados*, a política externa paraguaia passou a ser pendular entre Brasil e Argentina. E segundo Amaral e Silva, esta política tinha dois objetivos condizentes aos interesses paraguaios na área internacional: “expandir o papel do Paraguai no mundo, e particularmente no hemisfério; e melhorar o bem-estar da sociedade por meio da assinatura de tratados com outros países do continente que, ao conceder vantagens ao país, reduzisse as desvantagens da mediterraneidade”⁸⁵.

Seis anos depois da saída de Morínigo, com seus sucessores terem mantido esta política pendular, o personagem que entrou em cena e intensificou a estratégia paraguaia de angariar benefícios entre Brasil e Argentina foi Alfredo Stroessner. Este participou de diversos movimentos no Paraguai, que resultaram em golpes de Estado contra presidentes *colorados* como Federico Chaves, um dos principais líderes do partido. Por ter tido uma considerável carreira militar de sucesso, conquistando diversas patentes, Stroessner havia conseguido prestígio político no Exército paraguaio no decorrer da década de 1930, quando os *febreristas* ainda estavam no poder. Como consequência de sua trajetória militar e política no partido Colorado, ele uniu forças dentro do partido para derrubar o governo de Chaves e planejou o golpe para que fosse feito entre os primeiros dez dias do mês de maio de 1954, quando era esperada uma visita de um representante do governo argentino de Perón. Após o golpe de Estado, houve uma convenção do partido Colorado no mês seguinte e Stroessner foi indicado para concorrer à presidência. Sem concorrente, no dia 11 de julho de 1954, Stroessner

⁸⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987, p. 45.

⁸⁵ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 2006, p.58.

foi eleito o novo chefe de Estado do Paraguai. Sua posse ocorreu em agosto do mesmo ano⁸⁶.

O golpe de maio de 1954 provocou indignação por parte do grupo político de Federico Chaves e também do partido Comunista. No entanto, um número significativo de membros do Partido Colorado e até mesmo de membros do Partido Febrerista e do Partido Liberal acreditavam que o golpe liderado pelos militares possibilitaria uma estabilidade política no país. Moraes aponta que no caso dos principais partidos de oposição, estes acreditavam que finalmente os Colorados deixariam o poder e a legalidade seria imposta para consolidar as leis descritas na constituição paraguaia.

Como era de costume no Paraguai, o golpe de 04 de maio foi recebido com expectativas e esperança pelas facções do Partido Colorado, que estavam fora do poder -"guiones rojos" e "epifanistas"- e também pela oposição. Com exceção do "setor democrático" do Partido Colorado (facção do ex-presidente Chaves) e do Partido Comunista, todos os demais, inclusive o Partido Liberal e o Partido Febrerista, comemoraram a queda de Chaves. Viam na nova situação, não apenas a possibilidade de voltar à legalidade, mas também a possibilidade de voltar ao poder. "A interpretação era que retomado o poder pelos militares, estes afastariam os colorados da administração pública e ali, então, estava a oposição esperando 'ser chamada' para ocupar esse lugar". Nesse sentido, o dirigente febrerista, Arnaldo Valdovinos, chegou a fazer contato com Stroessner. No Partido Liberal, Fernando Levi Rufinelli defendeu a idéia de que o partido deveria aproximar-se de Stroessner, porém essa sugestão não foi aceita sob a argumentação de que "se ele (Stroessner) nos necessita, que venha pedir-nos ajuda"⁸⁷

A utilização do partido Colorado por parte de Stroessner foi fundamental para o seu governo. O partido não apenas neutralizou ações de grupos contrários ao governo como desenvolveu uma intensa repressão. E não foi apenas o partido Colorado um dos instrumentos de fortalecimento de Stroessner. A Igreja Católica também foi muito bem utilizada. Moraes aponta que, apesar de diversos padres e outros membros da Igreja terem defendido os "mais fracos", criticando as ações arbitrárias do governo, diversos membros do clero tiveram fundamental importância nas ações políticas e sociais de Stroessner.

Apesar de, ao longo de sua história, ter tido alguns padres e mesmo setores que se pronunciaram e se colocaram na defesa dos "mais fracos", denunciando a exploração praticada e o desrespeito aos direitos humanos, a Igreja, enquanto instituição hierárquica, historicamente sempre esteve ligada aos detentores do poder político e econômico. No Paraguai não foi diferente.

⁸⁶ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987.

⁸⁷ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*, 1996, p. 57-58.

Nesse País, porém, as relações da Igreja com o poder, no período aqui enfocado, não eram apenas indiretas e informais, mas sim formais e institucionais, pois a Constituição de 1940 estabelecia, em seu art. 46, que o Presidente da República devia professar a religião Católica Apostólica Romana. Além disso, o Estado, para ter o respaldo do clero, tradicionalmente havia assumido a responsabilidade pela manutenção das igrejas. Em troca, o presidente tinha o direito de participar da nomeação de sacerdotes e bispos.⁸⁸

Além do papel da Igreja perante a população guarani para consolidar os seus interesses, Stroessner tentava demonstrar para seu povo que sua ditadura era “democrática”. O presidente paraguaio promoveu várias eleições, com participação exclusiva dos *colorados*, para demonstrar a “legalidade” de seu governo⁸⁹.

Na condução da política externa paraguaia, novamente menciono que Stroessner deu continuidade à estratégia de aproximação com os Estados Unidos, e também à política pendular entre o Brasil e a Argentina que havia sido adotada por Morinigo na década de 1940. Desde o governo de Estigarribia (1939-1940) o Estado paraguaio vinha se aproximando dos Estados Unidos. Morinigo deu sequência ao processo de aproximação, tendo em vista que o Estado norte-americano não desejava que o Paraguai se tornasse um país passível de aproximar-se das nações nazifascistas, Alemanha e Itália, naquele contexto de Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1943 havia sido instalada em Assunção uma Missão Militar Norte-Americana para auxiliar as forças armadas da nação guarani. Já durante o governo Stroessner, o Estado norte-americano apoiou de forma militar e econômica o Paraguai, não apenas para efetuar sua ação estratégica na América do Sul para consolidar os seus interesses geopolíticos, mas também para evitar a expansão do comunismo em território paraguaio. Segundo Moraes, essa preocupação “deveu-se principalmente à efetiva participação do Partido Comunista, ao lado de liberais e febreristas, na Revolução de 1947, na qual a maior parte dos oficiais de exército posicionaram-se ao lado dos revolucionários”⁹⁰.

No cenário da Bacia do Prata, o Paraguai buscou tirar proveito junto aos dois grandes vizinhos e mais poderosos da América do Sul para angariar benefícios internos e externos. As relações com o Brasil foram significativas nos primeiros anos de Stroessner e prolongaram-se pelas décadas seguintes de forma consistente, conquistando grandes avanços, como veremos adiante.

⁸⁸ Ibid, p. 83.

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*, 1996, p.101.

A aproximação com o Brasil foi resultado de diversos fatores. Um deles foi o fato de as autoridades políticas na Argentina, após a queda de Perón em 1955, demonstrarem insatisfação com o governo de Stroessner. Diversos exilados dos partidos de oposição em solo argentino tramavam realizar um golpe de Estado para derrubar o então ditador paraguaio. Outro motivo foi o histórico de Stroessner antes de ascender à presidência: ele havia participado das missões de treinamento do exército paraguaio no Rio de Janeiro⁹¹.

Diante da aproximação brasileiro-paraguaia, as negociações para construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, para facilitar o acesso dos produtos importados e exportados pelo Paraguai através do território brasileiro, ganhavam impulso. Foram aprovados projetos para que o Brasil custeasse a construção de trechos necessários para conectar as estradas paraguaias ao porto de Paranaguá. Neste sentido, Juscelino Kubitschek se encontrou com Stroessner, em 1956, para “realizar o ato simbólico de colocar a pedra fundamental no local onde seria construída a ponte e para firmar acordo sobre a construção de uma rodovia que unisse Concepción e Pedro Juan Caballero (vizinha à cidade fronteiriça de Ponta Porã), cidades localizadas no centro-norte do Paraguai”.⁹²

Em 1959, o Brasil enviou à capital paraguaia o ministro de Relações Exteriores, Horácio Lafer, apenas três dias depois de Stroessner ter sofrido uma tentativa frustrada de golpe de Estado. Ou seja, uma demonstração de apoio ao governo do ditador paraguaio. No mesmo ano, o Paraguai concedeu porto franco ao Brasil em Encarnación. Além disso, foi entregue o relatório final realizado pela Comissão Mista responsável por viabilizar a estrada entre Concepción e Pedro Juan Caballero⁹³.

No ano seguinte, o mesmo chanceler brasileiro retornou a Assunção para se encontrar com as autoridades paraguaias, tendo em vista a proximidade das eleições presidenciais naquele país. Ficou claro o apoio do governo brasileiro ao presidente Stroessner, que foi “reeleito” várias vezes durante o período em que esteve no poder. Também foram assinados três projetos, sendo: a construção da citada rodovia entre Ponta Porã e Concepción; o desenvolvimento dos trabalhos na Ponte da Amizade sobre o Rio Paraná; e um Tratado para Revisão de Textos na área da educação. Neste último caso, seria uma maneira de amenizar a representação sobre o histórico conflito bélico

⁹¹ Ibid.

⁹² AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 2006, p. 60.

⁹³ Ibid.

entre os dois países na segunda metade do século XIX, já mencionada nos parágrafos anteriores, e que havia resultado em uma derrota massacrante para o Paraguai e deixando marcas negativas na sua história política, econômica e social.

No início da década de 1960, ambas os países chegaram num momento oportuno de grandes e significativos avanços diplomáticos. Neste contexto, a Argentina ainda tinha considerável influência sobre o Paraguai, mas o Brasil já estava cada vez mais próximo do país guarani. Era um cenário de novos tempos nas relações brasileiro-paraguaias.

1.4-) Sete Quedas: a origem do litígio fronteiriço

A partir de 1962, Brasil e Paraguai vivenciaram um impasse diplomático a respeito da soberania dos Saltos das Sete Quedas, localizado no oeste do estado Paraná nas proximidades da fronteira paraguaia. As trocas de notas entre os dois Estados utilizaram argumentos com base em fatos históricos que serão tratados aqui para o melhor entendimento da questão.

É necessário mencionar que o Tratado de Limites de 1872 delimitou os pontos fronteiriços entre os dois países, e os trabalhos realizados pela comissão mista demarcaram as regiões onde deveriam ser colocados marcos, de acordo com que ficou estipulado pelo Tratado. Um trecho do primeiro artigo do documento aponta que a fronteira entre os dois países está separada pelo leito do Rio Paraná “desde onde começam as possessões brasileiras na embocadura do Iguazu até *Salto Grande de las Siete Caídas* do mesmo Rio Paraná. Do *Salto Grande de las Siete Caídas* à linha demarcatória continua pela *Sierra de Mbaracayú* até o ponto em que esta termina”. Neste sentido, vale ressaltar que “as fronteiras são estabelecidas tendo por ponto de referência preferencialmente os acidentes geográficos (rios, lagos, montanhas, etc.)”⁹⁴. E no caso de montanhas ou morros, a fronteira é definida pela ligação dos pontos mais altos.

No caso da fronteira Brasil-Paraguai na região de Sete Quedas, o cume da Serra de Maracaju é o ponto de referência. O tratado define que a fronteira segue pelo leito do rio Paraná até o Salto das Sete Quedas e daí segue pela Serra de Maracaju. O problema, porém, é que esta serra possui, naquela região, dois ramos, um ao norte e outro ao sul,

⁹⁴ BETIOL, Laércio. *Itaipu- Modelo Avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*, 2008, p.15.

os quais convergem para as Sete Quedas. Em outubro de 1874, quando foi realizada a 16.^a conferência da comissão brasileiro-paraguaia de limites, a fronteira foi definida pelo ramo sul, pelo qual o cume da serra de Maracaju chega até a 5.^a queda, considerada então como o ponto mais alto. Para os paraguaios, no entanto, o ponto mais alto poderia estar no ramo norte, e desse modo o Paraguai teria direito a um pequeno território que o Brasil estava considerando seu⁹⁵. E, como veremos a seguir, os comissários paraguaios haviam manifestado esse entendimento já na década de 1930, o que levou à paralisação das atividades da comissão mista de então.

Figura 2: Trecho não caracterizado na fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: http://www.scipione.com.br/ap/ggb/unidade2_a01_htm#. Acessado em abril de 2012

Ao que tudo indica, após a assinatura do Protocolo de Instruções em 1930, a comissão mista brasileiro-paraguaia havia dado início às suas atividades de caracterização, mas estas não foram finalizadas. Em 1938, “os trabalhos da comissão mista foram suspensos, tão somente porque os comissários paraguaios não quiseram lavrar os termos de 19 marcos já construídos, nem, tampouco concordaram com a construção de outros 12 marcos já previstos”⁹⁶.

Mas quais seriam os motivos dos membros paraguaios da Comissão Mista de Fronteira Brasil-Paraguai não terem lavrado os documentos referentes à caracterização

⁹⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

⁹⁶ Ofício de 29 de outubro de 1965- CDO n° 310. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

de Sete Quedas no decorrer da década de 1930? Para buscar esta resposta se faz necessário entender o contexto da época. O Tratado Complementar de Limites entre o Brasil e o Paraguai de 1927 havia sido sancionado pelo parlamento paraguaio, em 1929, depois de diversos debates que envolveram outros temas, como política internacional, reforma universitária e a defesa nacional. Neste contexto o *Partido Comunista Paraguai* estava entrando em cena (porém, como coadjuvante no cenário político interno) e a crise mundial fazia parte da rotina nacional em diversos setores econômicos. Mas o tema frequente no cotidiano paraguaio era a questão do Chaco, que chamava a atenção da Argentina. Esta havia possibilitado um encontro entre as autoridades do Paraguai e da Bolívia em Buenos Aires, em 1927, para amenizar a tensão diplomática entre estes países . Apesar dos esforços, a conjuntura geopolítica não impediu um novo conflito bélico na América do Sul (1932-1935) como podemos observar nas páginas anteriores⁹⁷.

A Guerra do Chaco possibilitou o surgimento de elementos que intensificassem a identidade paraguaia, ainda mais evidenciada depois de o país ter vencido o conflito conquistando a maior parte do território em disputa. E como se tratava de uma questão territorial, garantir a soberania nacional era um tema frequente na sociedade paraguaia da década de 1930. Antes e durante a guerra, os opositores criticavam a postura do governo no conflito, chegando a acusar a então presidência de ser ineficiente perante a Bolívia. Segundo Donghi, a guerra possibilitou aos oficiais militares paraguaios a “oportunidade de conhecer o povo, do qual sempre tinham vivido afastados”, bem como “uma ocasião para conhecer melhor os grupos oligárquicos dominantes”. Além disso, “acreditaram descobrir uma nova fonte para reforçar as esgotadas energias nacionais”.

Como protagonistas do conflito contra a Bolívia, diversos militares opositores haviam articulado um movimento de derrubada do então governo paraguaio, na ocasião sob a presidência de Eusebio Ayala. Este foi deposto em fevereiro de 1936 e os novos governantes, liderados pelo coronel Franco, passaram a governar provisoriamente o país colocando em xeque a Constituição Nacional de 1870 ao derogá-la. Os novos governantes criaram a União Revolucionária Nacional, que

⁹⁷ As considerações sobre a história do Paraguai, neste e nos próximos parágrafos, baseiam-se em Queiroz.

ficou conhecida como *Febrerista*, e logo em seguida colocaram o Partido Liberal na ilegalidade⁹⁸.

No início de seu governo, os *febreristas* criaram uma plataforma de prioridades para modernizar o país. Também agiram no intuito de suprir algumas demandas sociais como a reforma agrária, a qual expropriou várias terras entre os rios Paraná e Paraguai. Além disso, decretou-se “a jornada de oito horas, a assistência médica obrigatória nos centros fabris e aumentos salariais importantes”, e foram criadas 400 escolas primárias. Um fato histórico deste período foi a denominada “Restauração da História do Paraguai”. Em março de 1936, mês do aniversário de morte do Marechal Francisco Solano López, foram cancelados todos os decretos que condenavam a sua imagem como responsável pela derrota na Guerra da Tríplice Aliança, e foi dado o reconhecimento a este de “herói nacional”. Foi intitulado *Panteón Nacional* o local onde seriam colocados os restos mortais de Solano López, trazidos de Cerro Corá, e de outras autoridades paraguaias que são consideradas figuras heroicas do país.

Em 1937, a restauração constitucional possibilitou que os *liberais* mais assíduos no cenário político nacional retornassem do exílio depois de o partido ter se tornado ilegal pela União Revolucionária Nacional. Foram convocadas, no final do mesmo ano, eleições legislativas depois do restabelecimento da Junta Eleitoral Nacional que teve representantes *liberais* e *colorados*. O Partido Liberal foi o grande vitorioso no pleito conquistando o maior número de parlamentares nas duas casas do legislativo. Quem estava governando o país neste momento era Felix Paiva, eleito de forma provisória depois do restabelecimento da Constituição de 1870, após a queda de Rafael Franco em agosto de 1937. Durante seu curto governo, Paiva conquistou resultados importantes na política externa do país. Finalmente em julho de 1938, três anos após o final da Guerra do Chaco, Paraguai e Bolívia firmaram o Tratado de Paz, Amizade e Limites. Em solo paraguaio, o tratado foi submetido a plebiscito que teve 135.000 eleitores favoráveis e 13.000 contrários. Na ocasião, ficou definido que a Bolívia preservaria o extremo ocidental do Chaco, mas excluída do litoral do Rio Paraguai e da sua Bahia Negra. O Paraguai garantiu sua soberania sobre todo o território que estava em disputa. Em julho de 1939, foi firmado o Tratado Complementar de Limites entre o Paraguai e a Argentina que encerrou a polêmica sobre os pontos que determinavam a fronteira no

⁹⁸ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Notas sobre a história do Paraguai de 1870 a 1954*, 1996.

Rio Pilcomayo. Com isso, durante o governo de Felix Paiva ficou definido os pontos fronteiriços do Paraguai na sua parte ocidental.

Estes parágrafos que trataram sobre a história do Paraguai referente ao período posterior à Revolução de 1936 até 1939, são importantes para compreender o contexto no qual foram iniciadas as divergências entre o Brasil e o Paraguai sobre a soberania de Sete Quedas. É perceptível que a vitória bélica contra a Bolívia havia esquentado os ânimos patrióticos da nação guarani e que a União Revolucionária Nacional faria o possível para beneficiar o país em diversos segmentos, apesar de divergências internas. A demarcação definitiva de suas fronteiras foi sem dúvida um dos grandes marcos da passagem dos *febreristas* pela presidência na segunda metade da década de 1930. E é provável que este espírito nacionalista tenha refletido na questão fronteiriça de Sete Quedas.

Em 1938, o Paraguai estava consolidando a delimitação de suas fronteiras num contexto de exaltação nacionalista e de transformações políticas e sociais. Naquele ano, como já mencionado nos parágrafos anteriores, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites com a Bolívia e no ano seguinte o Tratado complementar de Limites com a Argentina. O Estado paraguaio estava conseguindo caracterizar sua fronteira oriental de forma definitiva num momento em que não estavam no poder executivo nem os *liberais* nem os *colorados*. Era um momento peculiar na história paraguaia. Provavelmente estes elementos internos contribuíram para que os paraguaios da comissão mista tivessem autonomia do governo de Assunção para não lavrarem as atas e colocarem os 12 marcos que haviam sido estipulados na fronteira de Sete Quedas, a partir do momento em que apresentaram suas dúvidas supondo que aquela região poderia não ser necessariamente brasileira. Ou seja, o impasse fronteiriço provavelmente teria iniciado por conta da questão geográfica da referida região e perpetuado pelas condições estruturais políticas do contexto histórico paraguaio no final da década de 1930.

Nos anos de 1950, o Estado brasileiro demonstrou o interesse em caracterizar definitivamente a fronteira de Sete Quedas. Foram realizadas conferências entre os dois países para resolver a questão. Ao ter acesso aos documentos da época, precisamente do ano de 1956, quando as conferências aconteceram, Amaral e Silva menciona que “o documento, de caráter reservado, chama os negociadores brasileiros a manterem sua interpretação dos tratados de 1872 e a não incentivarem mais atrasos nas conversações

que, como principal consequência, poderia atrasar o aproveitamento da energia elétrica daquela extraordinária região”⁹⁹.

Em 1960, o Brasil solicitou o comparecimento dos comissários paraguaios para participar da 25.^a Conferência de Fronteira que seria realizada no Rio de Janeiro com o objetivo de retornar os trabalhos de demarcação fronteiriça¹⁰⁰. Neste mesmo ano, foi realizado o 1.º Congresso de Energia Elétrica do Guaíra e que teve a presença do então presidente Juscelino Kubitschek. O objetivo era o planejamento sobre o aproveitamento energético de Sete Quedas. Segundo Menezes, “os paraguaios, por algum motivo, não apresentaram nenhuma reclamação sobre o assunto”¹⁰¹¹⁰².

1.5-) Demanda energética no Brasil: o início do impasse diplomático brasileiro-paraguaio sobre Sete Quedas

Para compreender os motivos que fizeram o Brasil iniciar estudos objetivando o aproveitamento hidro energético das Sete Quedas, aqui serão abordados os antecedentes relacionados à área energética no país a fim de fazer uma contextualização.

Até 1934, a produção, distribuição e a comercialização de eletricidade no Brasil eram de responsabilidade de empresas privadas nacionais e internacionais. Isto porque, nas duas últimas décadas do século XIX surgiram pequenas usinas geradoras de energia para serviços públicos de iluminação e também voltados a atividades econômicas, como na agricultura, mineração e fábricas de tecidos¹⁰³. Dentre as grandes companhias nacionais, havia a Armando Salles de Oliveira-Júlio de Mesquita, Silva Prado, Companhia Força e Luz, entre outros. Muitas surgiram comprando concessionárias menores¹⁰⁴.

As multinacionais que ganharam espaço no mercado energético brasileiro no início do século XX foram a canadense *Light and Power Company Ltd* e a norte-americana *American & Foreign Power Company*. Estas empresas atendiam os maiores mercados consumidores do país, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, entre outras. Com isso, as multinacionais ampliaram seu poderio econômico passando a

⁹⁹ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. 1996, p. 72.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.72.

¹⁰² Sobre estas conferências, nenhuma das fontes e referências bibliográficas consultadas trazem maiores informações a respeito.

¹⁰³ DIAS, Renato Feliciano. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, 1988, p. 33.

¹⁰⁴ Ibid, p. 61.

controlar serviços públicos, como telefonia, transporte público (bondes) e outros¹⁰⁵. Como a regulação do poder público era mínima, tais empresas colocavam as “cartas na mesa” impondo suas condições na prestação de serviços aos consumidores. Durante muito tempo não havia um órgão nacional fiscalizador, sendo de responsabilidade das prefeituras que não possuíam quadros técnicos para tantos. Como os contratos de compra e venda eram feitos pela “Cláusula Ouro”, que tinha a função de reajustar as tarifas conforme o valor do ouro no mercado em relação à moeda nacional, isto possibilitava que os investimentos e recebimentos das multinacionais ficassem protegidos contra mudanças no câmbio, além da inflação constante no país. Por conta disso, os riscos ficavam por conta dos consumidores.

Com a chegada de Getúlio Vargas a presidência em 1930, e com o conseqüente aumento da presença do Estado em diversas atividades, sobretudo econômicas, foi promulgado o decreto nº 24.643 que ficou conhecido como *Código das Águas*. O objetivo era regulamentar a propriedade e os múltiplos usos da água em solo brasileiro. Isto possibilitou que a propriedade das quedas d’água e outras fontes de energia hidráulica passassem a ser pertencentes à União. Seria necessária uma concessão federal para explorar comercialmente o potencial hidroelétrico no Brasil. Em 24 de outubro de 1939, já sob a ditadura do Estado Novo, foi criado o decreto nº 1.699 instituindo o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), subordinado diretamente a Presidência da República, com a finalidade de ser o órgão competente para cuidar do setor elétrico brasileiro¹⁰⁶.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, teve reflexos negativos imediatos na economia brasileira com a redução de investimentos estrangeiros no país, além das dificuldades de importações. Isto resultou na intensificação da política de substituição de importações que renderia dividendos ao país. Porém, o setor energético ainda apresentava dificuldades econômicas e de infraestrutura para seu melhor desenvolvimento. Diante dos obstáculos na área, Getúlio Vargas aprovou o Plano Nacional de Eletrificação em 1943. Tal medida alterava o cálculo de tarifas com uma nova regulamentação que permita a exploração de recursos hidroenergéticos por

¹⁰⁵ LEITE, Antônio Dias. *A Energia do Brasil*, 1997.

¹⁰⁶ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

empresas estrangeiras. Ao mesmo tempo, o Estado priorizava investimentos na distribuição energética por meio da interligação de redes¹⁰⁷.

Em 1945, a lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945 criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), afim de explorar as cachoeiras de Paulo Afonso na Bahia para atender a demanda energética do Nordeste brasileiro e impulsionar o desenvolvimento econômico. Em 1948, sob o governo Gaspar Dutra (1946-1951), surgiu o plano SALTE que estipulava o papel do Estado brasileiro na Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. No caso desta última, o objetivo era a substituição da importação de energia por outras produzidas no Brasil, como a hidroenergética, para melhorar a balança de pagamento e autonomia do país no cenário internacional. Foi nesta conjuntura que os planos estatais favoreceram a participação da iniciativa privada, da qual a União forneceria as condições necessárias para atividades a serem realizadas. Ainda em 1948, os governos de Brasil e Estados Unidos criaram a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink) a fim de diagnosticar e auxiliar na solução dos problemas econômicos brasileiros. No caso do setor elétrico, a comissão apontou a necessidade de aumentar a participação da iniciativa privada, principalmente na área hidroelétrica¹⁰⁸.

O espaço concedido à iniciativa privada em áreas de infraestrutura no Brasil causou debates calorosos no segundo governo Vargas (1951-1954). A exploração de riquezas naturais como o petróleo, que culminaria com a criação da Petrobrás em 1953, foi objeto de discussão política dentre os defensores de um Estado mais participativo e aqueles que acreditavam ser necessária a sua redução em diversas áreas para dar maior espaço a iniciativa privada, inclusive estrangeira. A questão era pauta no Congresso Nacional e ganhava manchetes nos periódicos brasileiros de maior circulação. Foi neste contexto que, na condição de defensor de um Estado forte, Vargas possibilitou a criação da Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República propondo ampla participação estatal no setor energético. Tais medidas eram: a criação de impostos sobre os serviços; fundo para financiamento de obras; um Plano Nacional de Eletrificação (PNE) para coordenar as atividades públicas e privadas do ramo; e finalmente a criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) que teria a função de coordenar investimentos das empresas públicas do setor elétrico. No caso da Eletrobrás, a possibilidade de sua criação foi o principal objeto de discórdia na área energética pela

¹⁰⁷ DIAS, Renato Feliciano. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, 1988.

¹⁰⁸ *Ibid.*

resistência de empresas, muitas multinacionais, diversas autoridades e intelectuais simpáticos a iniciativa privada em serviços de infraestrutura¹⁰⁹. A Eletrobrás somente seria fundada em 1962 durante o governo de João Goulart.

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), como parte do *Plano de Metas*, foi almejado no setor energético elevar a potência instalada de 3.000.000 Kw para 5.000.000 Kw em apenas 5 anos, alcançando a capacidade de 8.000.000 Kw em 1965. Dentre os principais projetos estavam a finalização das barragens de Três Marias e de Furnas (ambas em Minas Gerais) e a ampliação de Paulo Afonso (Bahia). Também existia um projeto para suprir a necessidade exclusiva de São Paulo em Urubupungá¹¹⁰. Além disso, deu-se prioridade a produção de energia elétrica ao menor custo possível apoiando financeiramente projetos estaduais como a Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Da mesma forma, alavancou a atuação da Centrais Elétricas Furnas S.A protagonizando o papel no setor energético em grande parte do território brasileiro. E ainda no governo Juscelino Kubitschek, em 1960 foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME) com o objetivo de administrar os diversos órgãos e repartições federais, como o Conselho Nacional de Petróleo e o Conselho Nacional de Energia Elétrica, possibilitando uma burocratização especializada para atuar nesta área.

No final da década de 1950 a região Centro-Sul passava por um momento de extrema necessidade energética. Belo Horizonte, por exemplo, em diversos momentos passou por um racionamento de energia no ano de 1959¹¹¹. E foi neste cenário que a CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí), criada em 1951, foi autorizada a realizar estudos preliminares sobre o potencial hídrico dos Saltos das Sete Quedas, localizados no curso do rio Paraná, no Oeste do estado do Paraná, apresentando seu primeiro relatório em 1957. Começaram então os projetos para construção de uma usina piloto naquela região, porque os estudos apontaram que ali se concentrava uma imensa capacidade de geração de energia. Juscelino Kubitschek mostrou-se entusiasmado com os resultados iniciais, mas não teve tempo de ver ainda em seu mandato o potencial de Sete Quedas ser aproveitado¹¹².

¹⁰⁹ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

¹¹⁰ Ibid, p. 127.

¹¹¹ LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil, 1997*, p. 125.

¹¹² MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

Jânio Quadros, que assumiu a presidência da república em janeiro de 1961, depois da sua famosa campanha “*varre, varre vassourinha*”, alegando que iria “varrer” a corrupção política no Brasil, se mostrou entusiasmado com o projeto Sete Quedas. Segundo Menezes, Jânio acreditava que poderiam ser construídas duas usinas, sendo “uma em Prainha, que poderia gerar de 1 até 4,5 milhões de KWA, e outra em Arroio Guazu, a trinta quilômetros de Sete Quedas com potencial para gerar 15 KWA, com energia suficiente para vender para o Paraguai e a Argentina caso eles assim o desejassem”¹¹³. O então presidente pediu ao seu ministro de Minas e Energia, João Agripino, para que desenvolvesse mais estudos a fim de saber do real potencial energético da referida região. Apesar de Jânio ter renunciado em agosto de 1961, sete meses depois de sua posse, seu sucessor João Goulart, que assumiu a presidência depois de muita turbulência política, teve a oportunidade de ver o resultado dos estudos realizados sob a liderança de Marcondes Ferraz. Este último teria recebido o projeto do então novo ministro de Minas e Energia, Oliveira Brito (que esteve no posto entre junho de 1963 e abril de 1964). O resultado agradou e chamou a atenção do novo mandatário brasileiro¹¹⁴.

Segundo Menezes, Goulart levou a sério o projeto de construção da usina de Sete Quedas e resolveu partir para o mercado internacional a fim de conseguir capital e tirar o projeto do papel. E acrescenta que os soviéticos foram os primeiros a se manifestar na ajuda de capital para construção da usina. Isto ocorrerá numa conjuntura em que as relações diplomáticas entre os dois países foram restabelecidas em 1961 (foram interrompidas em outubro de 1947). Ao discursar na Câmara de Deputados, o chanceler San Tiago Dantas afirmava que não era uma simpatia ideológica e “reiterou que o ato não significava nenhum comprometimento no sentido de negação dos princípios da democracia representativa”¹¹⁵¹¹⁶. Em dezembro de 1963, o chefe de Estado da Rússia, Nikita khrushchev, por meio do embaixador Andrei Fomim, ofereceu ao Brasil auxílio técnico e financeiro. Três engenheiros soviéticos que estavam trabalhando na represa de Assuã no Egito foram a Sete Quedas para analisar o potencial energético da região. Não demorou para que, norte-americanos, japoneses e até o Banco Interamericano de

¹¹³ Ibid, p.72 e 73.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da política exterior do Brasil*, 2002, p. 343.

¹¹⁶ O reatamento fazia parte da *Política Externa Independente* que tinha como uma de suas principais metas aprofundar as relações diplomáticas nos aspectos político e econômico, com diversos países independentemente de seus governos serem simpáticos ao sistema capitalista ou socialista. A proposta da PEI não foi bem recebida pelo governo dos Estados Unidos naquele contexto de Guerra Fria e também não agradava aos militares.

Desenvolvimento (BID) também mostrassem interesse em financiar o projeto, provavelmente não apenas pelos atrativos econômicos, mas cientes das possíveis consequências políticas do investimento soviético em grandes obras na América Latina . O interesse internacional, além de outros fatores, foi resultado que os estudos sobre o potencial de Sete Quedas apontaram: ali poderia ser construída a maior usina hidrelétrica do mundo. Maior até do que a *Grand Coulee* que estava sendo construída nos Estados Unidos¹¹⁷.

Figura 3: Mapa da fronteira Brasil-Paraguai e do trecho do Médio Paraná de maior potencial de geração de energia



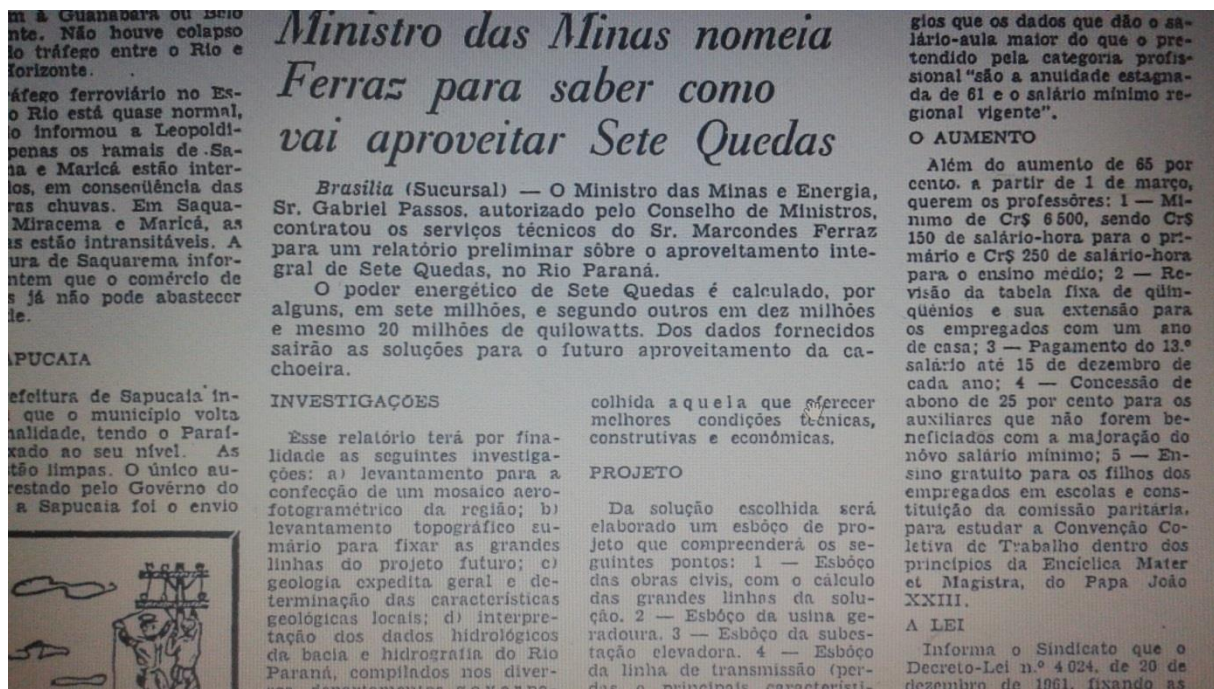
Fonte: <http://noemiassissilvaoliveira.blogspot.com.br/> Acessado em julho de 2012

Os estudos feitos naquela região de fronteira com o Paraguai chamaram a atenção do país vizinho depois que o *Jornal do Brasil* publicou um artigo sobre o assunto. Em fevereiro de 1962, o então embaixador paraguaio no Brasil, Raul Peña, enviou um documento ao governo de Assunção informando que um artigo referido periódico havia tratado sobre o aproveitamento brasileiro nas Sete Quedas, onde estavam sendo realizados estudos liderados pelo engenheiro Marcondes Ferraz sob a tutela do então ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos. O embaixador paraguaio, ao escrever o referido documento, chamou a atenção do governo de seu país informando

¹¹⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p 73.

que os estudos brasileiros visando ao aproveitamento hídrico das Sete Quedas lesionavam os direitos paraguaios referentes à soberania daquela fronteira¹¹⁸.

Figura 4: Imagem do artigo do Jornal do Brasil que trata sobre os estudos para aproveitamento Hídrico das Sete Quedas



Fonte: *JORNAL DO BRASIL*, 13 de fevereiro de 1962, p.4. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19620213&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

Ao que parece, o Estado brasileiro desenvolvia seus estudos desde o governo Juscelino Kubitschek longe das atenções do Estado paraguaio. Isto despertou a atenção do governo Stroessner que enviou no mês de março de 1962 um documento questionando as atividades brasileiras em Sete Quedas. O autor da nota era o ministro de Relações Exteriores, Raul Sapeña Pastor, que acrescentou que até aquele momento vinte quilômetros de fronteira não haviam sido demarcados mesmo com a assinatura dos tratados de 1872 e 1927. Para o chanceler paraguaio, por esse motivo, nenhum dos dois países poderiam desenvolver estudos sobre o potencial hídrico de Sete Quedas até aquele momento:

En el Diario “Jornal do Brasil” correspondiente al día 13 de febrero de 1962, bajo el título “Ministro das Minas nomeia Ferraz para saber como vai aproveitar Sete Quedas”, fue publicada la noticia procedente de Brasília que el Ministro de Minas y Energía Sr. Gabriel Passos, autorizado por el Consejo

¹¹⁸ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de fevereiro de 1962- M.R.P n°18.

de Ministros, habría contratado los servicios técnicos del Sr. Marcondes Ferraz para confeccionar un relatorio preliminar sobre el aprovechamiento integral de “Sete Quedas” en el Rio Paraná. El mismo artículo enumera minuciosamente las investigações que serán emprendidas, y el objeto de los proyectos que serán confeccionados.

La República del Paraguay, y los Estados Unidos del Brasil son naciones ribereñas con respecto al accidente acuático natural que se llama “Salto del Guairá” o “Sete Quedas”, o “Salto Grande de las Siete Caídas”, que se forma cuando la Cordillera de Mbaracayú intercepta al Rio Paraná, originando un gran embalse y numerosas caídas de agua que se encuentran dentro de mismo accidente.

El dominio que las Repúblicas del Paraguay y los Estados Unidos del Brasil tienen sobre el conjunto de ese accidente natural conocido como “Salto del Guairá” o “Sete Quedas” o “Salto Grande de las Siete Caídas” recién quedará delimitado dentro del mismo cuando estén concluídas y aprobadas las operaciones de demarcación de límites y caracterización de fronteras que actualmente realiza la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de Frontera Paraguay-Brasil. Esas operaciones de demarcación de la línea divisoria por la cumbre de la Sierra del Mbaracayú viniendo de Oeste a Este, han llegado ya a 20 kilómetros del Salto del Guairá.

Mi Gobierno considera que, antes de que dicha demarcación de límites y caracterización de fronteras quede concluída, ninguno de los dos Gobiernos, ni el de Estados Unidos del Brasil ni el de la República del Paraguay podría proponerse unilateralmente el aprovechamiento integral de la energía hidráulica del Salto del Guairá¹¹⁹.

Em 1962, as relações diplomáticas entre os dois países estavam em um momento positivo devido aos esforços de aproximação desde a década de 1940. O Brasil era uma alternativa para o Paraguai diminuir a dependência política e econômica em relação à Argentina. Provavelmente por causa deste, e outros motivos, os paraguaios fizeram questão de enfatizar que não queriam causar polêmica a respeito de Sete Quedas numa possível confrontação com o Estado brasileiro. Porém, deixaram claro que não abriria mão de seus direitos sobre a região.

El propósito de esta nota no es iniciar prematuramente una polémica extemporánea sobre el dominio del Salto del Guairá, sino expresar al Gobierno de los Estados Unidos del Brasil, por el digno conducto de Vuestra Excelencia, que la República del Paraguay, basada en títulos seculares y Tratados vigentes con el Brasil, considera que su dominio territorial y fluvial se extiende sobre el Salto del Guairá o Salto Grande de las Siete Caídas en la medida que será determinada por los resultados de la determinación y caracterización de la frontera, y que en consecuencia, de ser cierta la noticia mencionada bajo el numeral uno de esta nota, ella trasuntaría una medida gubernativa adoptada con lesión de los derechos del Paraguay, cuya vigencia no podría ser mantenida sin deterioro de las cordialísimas y fraternas relaciones que unen a nuestros Pueblos y Gobiernos¹²⁰.

¹¹⁹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai nº 94 de 12 de março de 1962. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Itamaraty.

¹²⁰ Ibid.

Passaram-se cinco meses e o Itamaraty ainda não havia respondido à nota paraguaia. Em agosto de 1962, o governo paraguaio enviou outra nota ao governo brasileiro, através do embaixador do país em solo brasileiro, Raul Peña, solicitando a sua participação nos trabalhos da CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí)¹²¹, já que o Paraguai é vizinho limítrofe do Brasil e tinha interesses de fortalecer o desenvolvimento da Bacia do Paraguai. O governo paraguaio propôs até fazer de Assunção a sede das reuniões da CIBPU¹²². Entretanto, é possível perceber que o documento não informa apenas o interesse paraguaio nos trabalhos da CIBPU, como deixa claro que o governo de Assunção estava atento às atividades brasileiras na região de fronteira.

Finalmente, quarenta dias depois, o governo brasileiro respondeu à nota paraguaia enviada em março do mesmo ano questionando os estudos realizados pelo Brasil sobre o potencial hídrico de Sete Quedas. É possível que a demora brasileira em responder ao documento enviado pelo governo paraguaio seis meses antes revele a sensibilidade do assunto por se tratar de soberania, o que exigiria estratégia para contrapor o Paraguai buscando documentos considerados relevantes para embasar a tese de que Sete Quedas era de soberania do Brasil. Ao mesmo tempo, as fontes possibilitam entender que o Estado brasileiro buscava manter boas relações com o Paraguai e evitar qualquer atrito diplomático com este, tendo em vista a importância estratégica do país guarani para os interesses do Brasil no cenário geopolítico da Bacia do Prata. Isto porque, em sua resposta, como veremos adiante, o governo João Goulart deixou brechas para os paraguaios usufruírem do potencial hídrico de Sete Quedas, apesar de não abrir mão da tese de que a referida região pertencia ao Brasil.

A posição brasileira sobre Sete Quedas, perante as reclamações paraguaias, foi oficialmente enviada na segunda quinzena de setembro de 1962. Na ocasião, o ministro de Relações Exteriores do país, Afonso Arinos de Melo Franco, enviou o documento ao embaixador paraguaio, Raul Peña, justificando os motivos do Brasil considerar Sete Quedas brasileira.

¹²¹ Foi uma comissão instituída em 1951 como órgão interestadual de planejamento da Bacia Paraná-Uruguaí, fundamentada em um projeto voltado para o aproveitamento fluvial integrado. Foi importante por ter precedido pesquisas que tiveram reflexos futuros na capacidade de aproveitamento energético do Rio Paraná. Sua extinção ocorreu em 1972. Fonte: <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/cibpu-a-comissao-interestadual-da-bacia-parana-uruguai-no-planejamento-regional-brasileiro-2013-1951-1972-gardin-cleonic>

¹²² Ofício enviado pelo Ministério de Relações Exteriores do Paraguai ao Itamaraty de 09 de agosto de 1962- M.R.B nº 151.

A posse que o Brasil tem sobre o conjunto do Salto das Sete Quedas ficou definitivamente reconhecida e estabelecida, de acordo com os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia encarregada de demarcar os limites determinados pelo Tratado de 09 de janeiro de 1872, reunida entre 1872 e 1874. Essa delimitação, claramente definida e aprovada nas Atas da 11ª, 12ª e 16ª Conferência da Comissão Mista, foi traçada nas cartas originais (parciais e gerais), levantadas e assinadas pelos Comissários dos dois países; firmadas, do lado paraguaio, pelo Comissário D. Domingo A. Ortiz e seu secretário D. Espinoza, em Assunção, a 20 de outubro de 1874, encontram-se arquivadas no Itamaraty, podendo ser confrontadas a todo momento. Dirime qualquer dúvida a esse respeito a Ata da 18ª e última Conferência da Comissão Mista de 1872-1874, subscrita, também em Assunção, a 24 de outubro de 1874. Tudo assegurado – categórica e finalmente – nos termos do preâmbulo do TRATADO DE LIMITES, COMPLEMENTAR AO DE 1872, assinado no Rio de Janeiro aos 21 dias do mês de maio de 1927.

Por isso mesmo, o “Protocolo de Instruções para a demarcação da fronteira Brasil-Paraguai”, de 09 de maio de 1930 – que, decorre do “Tratado de Limites, complementar ao de 1872”, instituiu a “Comissão Mista de Limites e de Caracterização de Fronteira Brasil-Paraguai”, atualmente vigente – no seu art. 10º, determinou, apenas, a restauração dos antigos marcos e intercalação de novos entre os já existentes, nas terras altas da fronteira¹²³.

Mais detalhes sobre esse assunto seriam fornecidos três anos depois, durante o governo Castelo Branco, quando o Itamaraty respondeu a uma nota paraguaia. Na ocasião, o governo de Assunção havia reclamado de uma ocupação militar brasileira na região das Sete Quedas (assunto abordado mais adiante). Em outubro de 1965, o embaixador brasileiro em Assunção, Jaime Souza Gomes, além de reescrever os principais trechos da nota enviada pelo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco em 1962, acrescentou trechos de diversas atas assinadas pela comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia entre 1872 e 1874. Nesta ocasião, Jaime Souza Gomes afirmou que Sete Quedas já estava demarcada desde outubro de 1874, quando havia sido realizada a 17ª conferência da comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia, e foram assinadas as plantas do trecho entre a Serra de Maracaju e o Rio Paraná, que inclui a região de Sete Quedas. O embaixador brasileiro afirmou que as respectivas plantas estavam à disposição dos paraguaios na mapoteca do Itamaraty¹²⁴.

Analisando o processo histórico sobre a questão Sete Quedas desde a década de 1930, através do documento enviado pelo chanceler Afonso Arinos, o governo brasileiro defendeu sua argumentação sobre a soberania do Brasil em relação ao aproveitamento energético da referida região alegando que, para realizar estudos

¹²³ Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil.

¹²⁴ Ofício de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

naquela fronteira, não seria necessária a colocação dos marcos, tendo em vista o que havia sido estipulado no Tratado de 1872. Porém, preservando sua aproximação de duas décadas com o Paraguai, o Estado brasileiro fez a seguinte exposição:

Quanto ao aproveitamento do Salto das Sete Quedas, situado integralmente em território do Brasil, desejo informar Vossa Excelência de que o Governo brasileiro estará disposto a examinar a possibilidade de participar a República do Paraguai da utilização dos recursos energéticos e de quaisquer outros a explorarem-se no referido Salto, se em tal sentido for solicitado pelas autoridades paraguaias¹²⁵.

A possibilidade de ofertar aos paraguaios o aproveitamento energético de Sete Quedas faz com que seja perceptível não apenas a estratégia de manter os objetivos da diplomacia brasileira, mas também o explícito interesse do Brasil de que nada pudesse atrapalhar a efetivação dos trabalhos a serem realizados naquela região.

A resposta paraguaia veio em junho de 1963. Na ocasião, o governo de Assunção não se convenceu com a argumentação brasileira sobre a soberania de Sete Quedas. Através de um documento enviado ao ministro de Relações Exteriores do Brasil, Hermes Lima, o embaixador paraguaio, Raul Peña, expôs o ponto de vista do Paraguai sobre a referida fronteira, não concordando com as justificativas feitas pelo governo brasileiro.

El Tratado de Límites Loizaga-Cotegipe, suscrito em Asunción el 9 de Enero de 1872 entre la República del Paraguay y el Império del Brasil, no establece, en parte alguna, que el Salto de las Siete Caídas o Salto del Guairá pertenezca exclusivamente a ninguno de los Estados, sino que señala como baliza natural y dicho accidente accuático, que no es sino una parte del Rio Paraná, rio internacional que allí sirve de límite arcifinio entre los territorios de Paraguay y Brasil. El Salto del Guairá o Salto Grande de las Siete Caídas, no solamente no está "Situado integralmente en territorio del Brasil"- como afirma Vuestra Nota del 19 de setiembre de 1962- sino que la República del Paraguay tiene derechos de soberanía territorial sobre su ríbera occidental, y en consecuencia derechos de soberania fluvial, y derechos de condomínio sobre las aguas, en cuanto puedan ser utilizados cualquiera de sus recursos. Estos derechos de la República del Paraguay, directamente fundados em el Tratado de Límites de 1872, van quedando evidenciados en los muy recientes trabajos de caracterización de la línea divisoria de la cumbre del Mbaracayú realizados por la Comisión Mixta Demarcadora de Límites Paraguayo- Brasileña¹²⁶

É perceptível que o governo paraguaio não reivindicava a propriedade de Sete Quedas, mas sim, que não estava definida sua soberania por conta de aspectos

¹²⁵ Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil.

¹²⁶ Ofício M.R.B nº 115 de 14 de junho de 1963. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Itamaraty.

geográficos da região. Como país ribeirinho do Rio Paraná, os paraguaios reivindicavam seus direitos sobre o aproveitamento de Sete Quedas, independentemente da possível oferta brasileira de compartilhamento. Tratava-se de uma questão de defesa dos direitos nacionais devido às suas riquezas naturais. Afinal, por ser um país mediterrâneo e estar constantemente dependendo da Argentina e do Brasil (naquele momento mais ainda da Argentina) para exportar e importar seus produtos, o aproveitamento dos rios era uma considerável compensação para angariar benefícios perante seus dois grandes vizinhos¹²⁷. Por isso, no mesmo documento enviado pelo governo paraguaio, através do embaixador do país no Brasil, Raul Peña, este fez questão de demonstrar o interesse de compartilhar das atividades a serem desenvolvidas em Sete Quedas e que, em outras palavras, não era uma opção unilateral do Estado brasileiro analisar a possibilidade de dividir com o Paraguai os benefícios econômicos da referida região.

Por estas razones, el Gobierno de la República del Paraguay tiene la mejor disposición para estudiar conjuntamente con el Gobierno de los Estados Unidos del Brasil las bases de un Acuerdo para la utilización integral de la energía hidráulica y de cualquier otro recurso de las aguas del Salto del Guairá o Salto Grande de las Siete Caídas, y a la vez reitera que la mera enunciación de cualquier Proyecto de utilización exclusiva por parte del Brasil, al lesionar derechos del Paraguay, perjudica considerablemente las relaciones entre nuestros Pueblos y Gobiernos¹²⁸

No mês de setembro de 1963, três meses após a nota de resposta paraguaia, o governo brasileiro decidiu enviar a Assunção o então ministro de Minas e Energia do país, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, para se encontrar com as autoridades paraguaias. Houve grande repercussão na imprensa paraguaia a respeito desta visita.¹²⁹ A embaixada brasileira em Assunção chegou a enviar um documento para o Itamaraty tratando sobre uma declaração aprovada pela Câmara dos Representantes do Paraguai enfatizando a questão Sete Quedas¹³⁰. Na mesma nota, a embaixada pede atenção ao Itamaraty devido à seriedade levada pelos paraguaios sobre a divergência fronteiriça¹³¹.

E foi justamente a questão Sete Quedas que fez com que o ministro Oliveira Brito se encontrasse com as autoridades paraguaias para resolver a questão. Segundo

¹²⁷ Desde a década de 1950, Paraguai e Argentina estavam dialogando sobre a construção de uma usina hidrelétrica em Yacyretá, na fronteira entre os dois países.

¹²⁸ Ofício M.R.B nº 115 de 14 de junho de 1963. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Itamaraty.

¹²⁹ Ofício nº348\254.(43) de 05 de setembro de 1963. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

¹³⁰ O conteúdo do ofício não informa o que estaria escrito nesta declaração

¹³¹ Ibid.

notícia do periódico *Folha de S. Paulo*, “a construção da usina hidrelétrica de Sete Quedas somente será possível depois da concordância do Paraguai, pois, a metade da cachoeira pertence àquele país que reclama, inclusive, o direito de sua utilização como fonte de energia”¹³². Dias depois da partida de Oliveira Brito, foi publicada uma declaração de Stroessner no periódico *Patria*, de Assunção, na qual o presidente paraguaio afirma que “*se tenga muy presente que no queremos un milímetro más del que nos corresponde, como tampoco deseamos ceder un solo milímetro*”¹³³.

Ao tratar sobre a viagem do ministro Oliveira Brito a Assunção, Menezes menciona que este concedeu uma entrevista que foi publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em outubro de 1963. Na ocasião, Oliveira Brito declarou que as divergências entre os dois países para saber quem teria a soberania de Sete Quedas era “irrelevante” e que ambas as nações deveriam “concentrar esforços” nos trabalhos de construção da usina. O ministro acrescentou que os governos de Brasil e Paraguai deveriam discutir sobre os custos e distribuição da energia. Mencionou também que os brasileiros tinham mais experiência do que os paraguaios na construção de hidrelétricas, citando como exemplo Paulo Afonso, Furnas, Peixoto e Três Marias, além de valorizar profissionais paraguaios que estudaram em universidades brasileiras para trabalhar “ombro a ombro” com os engenheiros do Brasil. Terminou a entrevista enfatizando que aquela seria a maior usina hidrelétrica do mundo¹³⁴.

As relações entre ambos os Estados estavam por um momento de aproximação e Sete Quedas parecia ser mais um motivo de entendimento entre os dois países. O governo brasileiro não abria mão de sua soberania sobre a referida região, mas possibilitava ao Paraguai o benefício de usufruir do seu potencial hídrico. Os dois países pediam apoio de um ao outro em diversos temas internacionais, demonstrando como a diplomacia brasileiro-paraguaia avançava desde as décadas anteriores. Podemos citar como exemplos o pedido do governo paraguaio junto ao Estado brasileiro para apoiar a cidade de Assunção, no sentido que esta fosse no ano de 1965 a sede da Assembleia do BID,¹³⁵ e também o pedido feito pelo governo João Goulart ao de Stroessner para que o

¹³² FOLHA DE S. PAULO, 02 de setembro de 1963.

¹³³ Ofício da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty nº358\254.(43) de 11 de setembro de 1963.

¹³⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987, p. 64 e 65.

¹³⁵ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai para o Itamaraty de 20 de dezembro de 1963-M.R.B nº 151.

Paraguai apoiasse o Brasil na sua candidatura como membro do Conselho Administrativo da OIT (Organização Internacional do Trabalho)¹³⁶.

Do lado paraguaio, o aproveitamento hídrico de Sete Quedas não seria apenas uma oferta para suprir a demanda interna de energia para impulsionar o desenvolvimento, mas também um trunfo no cenário internacional, pois aumentaria progressivamente seus laços com o Brasil e diminuiria a dependência em relação à Argentina, além de ser futuramente sócio da potencialmente maior usina hidrelétrica no mundo. Do ponto de vista político para Stroessner, além de consolidar cada vez mais sua força dentro do partido Colorado e intimidar a oposição política, da qual muitos (incluindo ex-colorados) estavam exilados na Argentina e no Uruguai, sua imagem perante o público paraguaio seria evidenciada como um “defensor da nação”. Ou seja, mais um objeto a ser explorado para fortalecer seu poder como chefe de Estado do Paraguai na condição de ditador.

Já em relação ao Brasil, a construção de uma usina que aproveitasse o potencial energético de Sete Quedas atenderia parte de uma demanda energética do Centro-Sul, ao mesmo tempo que a hidrelétrica seria um importante símbolo geopolítico na Bacia do Prata, levando em consideração a concorrência argentina na disputa como potência sul-americana. Como a influência sobre o Paraguai era importante para atingir este objetivo, como vinha ocorrendo nas décadas anteriores, negar ao país guarani não apenas geraria animosidades que ameaçassem a aproximação, mas fatalmente provocaria em outros vizinhos geográficos do Brasil possíveis lacunas históricas sobre a demarcação de fronteira, além de um possível desgaste que atrasaria a construção da usina. Sendo assim, a cordialidade entre os dois chefes de Estado favoreceram um encontro na fazenda Três Marias em Mato Grosso, ocorrido em 19 de janeiro de 1964. Segundo informações publicadas em periódicos brasileiros a reunião teve duração de seis horas. Ao que tudo indica, o Estado brasileiro não quis publicar o teor das conversas provavelmente pela sensibilidade do tema.

No dia seguinte, em uma entrevista coletiva na Granja do Torto, em Brasília, João Goulart declarou: “tenho a maior satisfação em anunciar que, com a colaboração do Paraguai, construiremos a maior usina hidrelétrica do mundo”.¹³⁷ Tal declaração ganhou as capas dos periódicos brasileiros e paraguaios de maior circulação. Dias

¹³⁶ Ofício da Embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty de 11 de março de 1963-nº122/650.4(04).

¹³⁷ *ÚLTIMA HORA*, 21 de janeiro de 1964.

depois do encontro entre os chefes de Estado, o Itamaraty enviou uma nota à embaixada brasileira em Assunção avisando que brevemente o Brasil enviaria uma missão ao Paraguai, “a fim de formalizar os ajustes a que chegaram os presidentes Goulart e Stroessner em seu recente encontro em Mato Grosso. A missão deverá partir logo que estejam concluídos os entendimentos com o Ministério de Minas e Energia”.¹³⁸ Porém, pouco seria feito a respeito durante o governo de João Goulart, já que dois meses depois este sofreria um golpe de Estado civil-militar.

1.6-) A ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato: a tensão diplomática do “caso Sete Quedas”.

Em meados de abril de 1964, Castelo Branco assumiu a presidência do Brasil e deu início a um processo de ditadura militar que perduraria por 21 anos. Na sua política externa, o novo mandatário brasileiro teve um terreno favorável para manter a política de aproximação com o Paraguai graças aos avanços ocorridos desde a década de 1940. Quando Stroessner assumiu o poder depois de um golpe de Estado em 1954, ele intensificou as relações com o Brasil para também diminuir a esfera de influência da Argentina. No entanto, Stroessner não abandonou as relações com os argentinos até mesmo para que o Paraguai pudesse conquistar benefícios em meio à disputa geopolítica entre os dois grandes países sul-americanos. Vale ressaltar que partidos de oposição aos Colorados, como o Liberal e o Febrerista, eram simpáticos à aproximação paraguaia com os argentinos. Com estes antecedentes de aproximação, durante os primeiros meses do governo Castelo Branco, o Brasil buscou o apoio do Paraguai para aprovar projetos brasileiros em conferências internacionais e também no pedido de voto para ser membro temporário do Conselho de Segurança da ONU¹³⁹.

Nestes entendimentos entre Brasil e Paraguai, os militares brasileiros mantiveram investimentos em solo paraguaio como a Missão Militar, a Missão Cultural e a assistência técnica na construção da rodovia Concepcion-Ponta Porã (intermediando as relações do governo paraguaio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para concessão de crédito)¹⁴⁰. O governo Castelo Branco também intermediou as relações entre o governo paraguaio e o banco inglês *Bank of London & South América*

¹³⁸ Ofício nº DAM\920. (42)(43) de 29 de janeiro de 1964. Do Itamaraty para a embaixada brasileira em Assunção.

¹³⁹ Ofício do Itamaraty de 19 de abril de 1965-CDO nº118.

¹⁴⁰ Ofício do Itamaraty de 22 de junho de 1965-CDO nº DAM/35/579. I (43).

Limited para concessão de crédito em virtude da construção do edifício da missão diplomática do Paraguai em Brasília. Isto porque, o edifício da embaixada paraguaia ainda estava no Rio de Janeiro¹⁴¹. Além destes acordos, houve a inauguração do edifício da Faculdade de Filosofia em Assunção no dia 07 de setembro de 1964. Poucos dias depois deste fato, a embaixada paraguaia no Brasil enviou uma nota ao governo guarani contendo em anexo uma manchete do jornal *O Globo* de 09 de setembro, que noticiava a data futura da inauguração da Ponte da Amizade, que ocorreria no ano seguinte, com o intuito de aumentar a cooperação brasileira com o Paraguai¹⁴². Foi em março de 1965 que a Ponte da Amizade foi inaugurada e tornou-se um grande marco nas relações entre ambas as nações. A imprensa brasileira na ocasião deu grande notoriedade ao fato como o jornal *O Globo*, que recebeu uma visita do embaixador paraguaio no Rio de Janeiro, Raul Peña, fazendo questão de cumprimentar o diretor chefe do referido periódico, Roberto Marinho, pelo destaque dado à inauguração da Ponte da Amizade¹⁴³.

O momento favorável nas relações brasileiro-paraguaias resultou em elogios feitos ao Brasil por Stroessner na Assembleia Legislativa do país guarani. Em abril de 1965, num pronunciamento feito na abertura dos trabalhos daquela instituição, o presidente paraguaio exaltou o governo Castelo Branco pela realização de tais feitos. Ademais, neste momento, demonstrou a importância dos investimentos do Brasil para o desenvolvimento paraguaio. O discurso de Stroessner foi de tamanha importância para o Brasil que o embaixador brasileiro em Assunção, Souza Gomes, enviou um documento para o Itamaraty para demonstrar que os projetos do Brasil no Paraguai estavam sendo reconhecidos publicamente pelo governo daquele país.¹⁴⁴

Mas em meio aos avanços realizados, o impasse diplomático ocorrido durante o governo João Goulart ganharia destaque novamente nas relações entre Brasil e Paraguai e, desta vez, com maior intensidade. Isto porque, no final do mês de junho de 1965, o governo brasileiro, através de um pequeno contingente de soldados pertencentes à 5ª Companhia de Fronteira, sediada na cidade de Guaíra, localizada no oeste do estado do Paraná, ocupou uma pequena faixa de fronteira denominada Porto Coronel Renato¹⁴⁵. É provável que esta ocupação tenha tido como principal objetivo garantir a soberania brasileira naquela região. Soberania que considerava apenas uma defesa territorial de

¹⁴¹ Telegrama Confidencial de 09 de fevereiro de 1965 – CDO nº CTRB/C/DPF/6/921.6(43). (42).

¹⁴² Ofício do Itamaraty de 15 de setembro de 1964- M.R.P nº97.

¹⁴³ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de setembro de 1964 M.R.P nº97.

¹⁴⁴ Ofício do Itamaraty de 5 de abril de 1965- CDO nº 245/920.(42).(43)

¹⁴⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

Sete Quedas, mas o potencial econômico da mesma. Além disso, como veremos nos próximos parágrafos, a embaixada brasileira em Assunção teria informado que incidentes envolvendo cidadãos paraguaios naquela fronteira motivaram a ocupação militar.

Desde a década de 1950, como já foi visto, Sete Quedas despertava a atenção do Estado brasileiro, tendo em vista o potencial energético que aquela região poderia produzir. Juscelino Kubitschek deu o primeiro passo e os seus sucessores continuaram o projeto de levantar estudos sobre o verdadeiro potencial da referida fronteira. Porém, o interesse brasileiro despertou o olhar da embaixada paraguaia no país, que imediatamente informou ao governo guarani das intenções do Brasil em Sete Quedas. O resultado disso foi a indignação do Estado paraguaio e a troca de notas entre os dois países defendendo os seus pontos de vista sobre a soberania da região. Depois de quase dois anos de trocas de notas, Jango e Stroessner se encontraram em Mato Grosso, em janeiro de 1964, para dialogar a respeito, decidindo, ainda que sem a assinatura de um acordo, de que Sete Quedas seria fonte de benefício energético conjunto entre Brasil e Paraguai.

Consequentemente a ocupação militar brasileira criou uma situação de incomodo no Paraguai. Se em 1962 as reclamações paraguaias sobre os estudos feitos pelo Brasil em Sete Quedas partiram do Estado paraguaio, desta vez, a indignação teria partido de diversos setores sociais no Paraguai.

Em 1965 os paraguaios celebravam o centenário da Epopeia Nacional, o início da Guerra da Tríplice Aliança. No senso comum, o Brasil representava uma “mancha” na história do Paraguai devido a este conflito bélico, apesar dos esforços de aproximação entre ambas as nações nas décadas anteriores incluindo a revisão de textos didáticos que representavam o Brasil como um “vilão” na história diplomática do país guarani¹⁴⁶. A ocupação militar em Porto Coronel Renato esquentou os ânimos de diversos segmentos da sociedade paraguaia possibilitando que novos elementos surgissem para enriquecer a identidade nacional perante a polêmica atitude brasileira. Aos poucos, estava sendo formado um vínculo patriótico, apesar das divergências internas, em prol de dado interesse comum: os direitos sobre Sete Quedas.

Se o momento representava simbologia (devido às comemorações da Epopeia Nacional), somado a questões momentâneas (a ocupação brasileira na região em litígio),

¹⁴⁶ MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*, 1996.

havia a necessidade de intervenção do governo paraguaio. As manifestações advindas da própria sociedade paraguaia, além dos interesses nacionais que estavam em jogo, naturalmente interpretados como ameaça à soberania nacional pelo Estado do Paraguai, provocaram uma reação do governo Stroessner perante o seu tradicional aliado Estado brasileiro.

Logo adiante, veremos que o governo paraguaio contestou a atitude do Brasil de enviar militares a Porto Coronel Renato. Mas até o momento em que o governo brasileiro retirou os militares da área em litígio, houve muita polêmica nas relações entre os dois países. Para ter uma noção da gravidade do problema, em fevereiro de 1966, o governo paraguaio ordenou que o seu embaixador no Brasil, Raul Peña, deixasse o país por tempo indeterminado. Tal fato possivelmente teria sido uma consequência das declarações de Juracy Magalhães, então Ministro de Relações Exteriores do Brasil, perante a Câmara dos Deputados em Brasília que se tornaram notícia, e tiveram as suas publicações enviadas às autoridades paraguaias. O então chanceler brasileiro teria declarado que o contingente na fronteira visava à ocupação contra possíveis incursões de cidadãos paraguaios em Sete Quedas que poderiam abalar as relações entre Brasil e Paraguai no que diz respeito àquela região. Sobre esta questão, Juracy foi questionado por um deputado federal pelo Paraná, Lirio Bertoli, sobre os problemas de segurança na referida fronteira. O chanceler informou que desde meados de 1965 alguns problemas ocorreram com sujeitos paraguaios, sendo por isso necessária a ocupação de um território nacional desde 1874¹⁴⁷. Sobre isto, Menezes menciona que “o capitão Gaidam, comandante da 5ª Companhia sediada em Guaíra, informou que alguns dias antes de Castelo Branco e Stroessner se encontrarem na Ponte da Amizade, em março de 1965, um grupo de soldados paraguaios invadiu o “território brasileiro” cantando “slogans” e *Viva Paraguai* e que puseram uma bandeira paraguaia em Porto Coronel Renato”¹⁴⁸.

A quantidade de militares brasileiros em Porto Coronel Renato, a princípio, não parecia ser motivo para causar um intenso desgaste nas relações Brasil-Paraguai. Eram apenas 15 homens, sendo um tenente, um sargento e 13 soldados¹⁴⁹. Mas este pequeno número era o suficiente para estremecer as conquistas de aproximação diplomática das

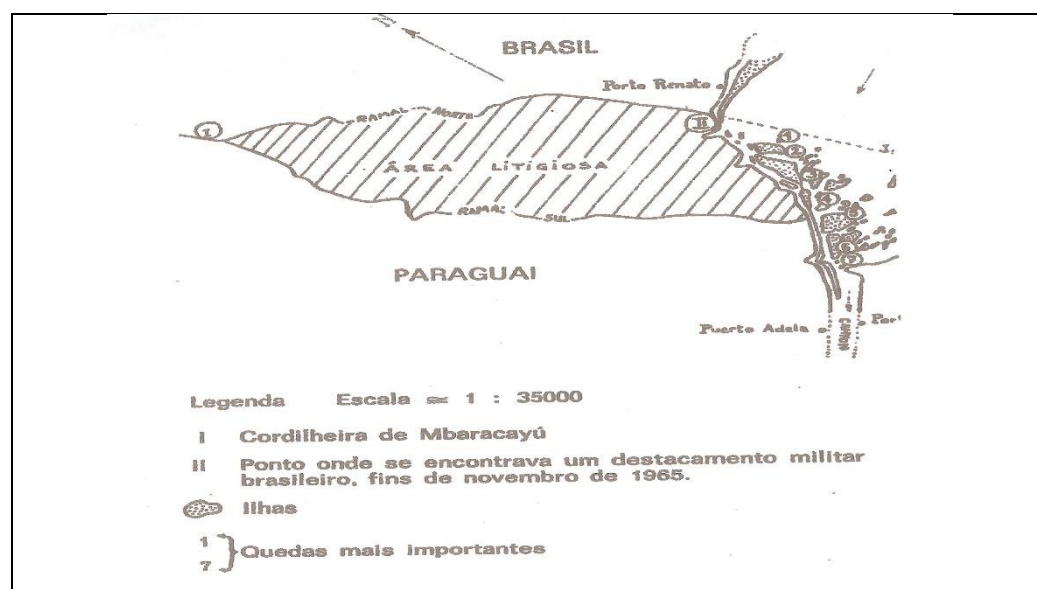
¹⁴⁷ Ofício da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 12 de fevereiro de 1966- M.R.E nº7/66.

¹⁴⁸ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.78.

¹⁴⁹ Ofício da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de junho de 1966- M.R.E nº 53/66.

duas décadas anteriores. Apesar de que em nenhum momento houve ameaças de ambos os lados de garantir a soberania de Sete Quedas através de um conflito bélico, as trocas de notas ocorridas a partir de setembro de 1965 demonstravam que aquela ocupação militar estava causando um momento de tensão na Bacia do Prata, pois, nem o governo do Brasil, nem do Paraguai, abria mão de suas argumentações sobre a área em litígio.

Figura 5: Mapa da área em litígio que demonstra onde estavam localizados os militares brasileiros¹⁵⁰



Fonte: CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. 1989, p.14.

Em setembro de 1965, o governo do Paraguai enviou ao Itamaraty uma nota reclamando da atitude brasileira de ocupar uma região em litígio. Os paraguaios alegavam que a soberania de Sete Quedas não havia sido definida até aquele momento, sendo por isso a atitude de ocupação militar brasileira uma ação irregular¹⁵¹. No mês seguinte, o governo brasileiro respondeu à nota paraguaia, enviando um documento ao

¹⁵⁰ A presente figura é originalmente da obra *Los Derechos del Paraguay sobre los Saltos del Guairá* de Efraim Cardoso e foi citada por Christian Caubet no livro *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*.

¹⁵¹ Ofício do Itamaraty de 25 de setembro de 1965- D.P.I nº527.

ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Raul Sapeña Pastor. A nota foi escrita pelo embaixador do Brasil em Assunção, Jaime Souza Gomes¹⁵².

O governo brasileiro enviou um documento extenso, contendo dezessete páginas, com o objetivo de esgotar toda a argumentação paraguaia. Souza Gomes utilizou os mesmos argumentos apresentados aos paraguaios na nota que havia sido enviada em setembro de 1962 alegando Sete Quedas ser pertencente ao Estado brasileiro. O embaixador do Brasil inclusive fez referência àquela nota para dar embasamento a sua justificativa. Neste documento o Estado brasileiro foi mais detalhista, comparado a sua defesa apresentada aos paraguaios em 1962, tendo em vista que foram transcritos trechos das atas assinadas pela comissão mista de fronteira entre 1872 e 1874 que executou os limites definidos pelo Tratado de Paz e Limites entre ambas as nações¹⁵³.

Além da transcrição das atas assinadas na segunda metade do século XIX, período no qual ocorreram dezoito conferências, o governo brasileiro também transcreveu trechos das atas assinadas pela comissão mista de fronteira após a execução de seus trabalhos na década de 1930. Isto porque, como já foi visto, em 1927 foi assinado o Tratado Complementar de Limites que tinha como um dos principais objetivos recolocar marcos nos locais onde os antigos estavam destruídos, além de colocar novos onde não haviam sido colocados.

Mas no conteúdo do documento que foi escrito pelo embaixador Souza Gomes, apresentando o ponto de vista do governo brasileiro, os mais importantes para esta pesquisa foram os que ele transcreveu das atas da 16^a, 17^a e 18^a conferências assinadas em 1874 pela comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia. Isto porque, estas são de fundamental importância para compreender o posicionamento do Brasil. Na 16^a conferência, de 19 de outubro de 1974, foi apresentada a planta da serra de Maracaju e que havia sido assinada pela comissão mista de fronteira. A respeito desta, assim está escrito:

Esta linha traçada pelo mais alto da serra, parte do marco colocado junto a vertente principal do Iгатemi [...] e chega ao marco colocado nas vertentes do Ibicuhy [...]. Do marco do Ibicuhy segue a linha divisória por mato ao rumo de 51^a S.E e distância de 12 Km [...] neste último rumo chega a 5^a e mais importante das Sete Quedas, que são formadas pelo encontro da serra com o Rio Paraná, havendo em frente uma pequena ilha¹⁵⁴.

¹⁵² Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid.

A planta da fronteira entre Brasil e Paraguai pelo Rio Paraná, por sua vez, foi apresentada e assinada pela comissão mista na 17ª conferência, realizada em 20 de outubro de 1874. Já quatro dias depois foi assinada a planta de toda a fronteira entre os dois países na 18ª e última conferência. A comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia somente se reuniria novamente após a assinatura do Protocolo de Instruções, ocorrida em 1930, para dar sequência ao processo de colocação e recolocação de marcos¹⁵⁵.

Nos parágrafos anteriores, foi mencionado que na década de 1930 o contexto interno no Paraguai era de grandes transformações, sobretudo políticas. Após a vitória sobre a Bolívia na Guerra do Chaco, o nacionalismo paraguaio havia ganhado impulso e diversas transformações haviam ocorrido, como o processo revolucionário que ascendeu ao poder em fevereiro de 1936 e iniciou uma nova fase na história do Paraguai. Em 1938, quando este país estava sendo presidida pelos Partido Liberal, houve a assinatura do Tratado Complementar de Limites com a Argentina e o Tratado de Paz, Amizade e Limites com a Bolívia. Ambos deram sequência ao processo de demarcação fronteiriça da região ocidental do Paraguai com seus vizinhos. Naquele mesmo ano, a comissão mista brasileiro-paraguaia estava dando sequência aos seus trabalhos de caracterização fronteiriça de acordo com os tratados de 1872 e 1927 na região das Sete Quedas. Segundo o embaixador brasileiro, Souza Gomes, foi naquele ano de 1938 que os paraguaios da comissão mista pararam suas atividades na margem direita do Rio Paraná. Na ocasião, como já vimos anteriormente, os paraguaios não quiseram lavrar os marcos até então construídos e outros que estavam sendo previstos¹⁵⁶.

É necessário ressaltar novamente que o provável motivo deste recuo dos comissários paraguaios é que a partir do momento em que estes apresentaram dúvidas sobre a ligação do cume da serra de Maracajú até a 5ª queda como o ponto mais alto, acreditando que o ramal norte da mesma era o mais alto, o governo do Paraguai no final da década de 1930, em meio à exaltação nacionalista vivenciada em solo paraguaio

¹⁵⁵ Durante o desenvolvimento do presente trabalho não foi possível ter acesso à planta que havia sido mencionada pelo embaixador Souza Gomes em sua nota de resposta ao governo paraguaio. Mas é possível perceber que pelo menos no conteúdo do documento o cume da serra de Maracaju até então ligava a 5ª e mais importante das quedas. Ou seja, o ramal sul da referida serra era o ponto mais alto, sendo por isso Sete Quedas pertencente ao Brasil. No entanto, vale mencionar novamente, que em 1874 o Paraguai era um país praticamente submisso ao Brasil devido à derrota na Guerra da Tríplice Aliança. Por isso, mesmo que as autoridades do país guarani discordassem publicamente de que não era a 5ª queda o ponto mais alto que ligava o cume da serra de Maracaju, não restava alternativa a não ser ceder ao assinar um documento que contém esta informação.

¹⁵⁶ Ibid.

naquele contexto, apoiou os membros da comissão mista a não assinarem os documentos que futuramente seriam citados por Souza Gomes na nota de resposta ao Paraguai em outubro de 1965. A partir de então, a questão Sete Quedas passou a ser um problema que foi intensamente debatido nos meios diplomáticos brasileiro-paraguaios na década de 1960.

Já foi mencionado anteriormente que na segunda metade da década de 1950 o Estado brasileiro direcionou esforços para conhecer o verdadeiro potencial econômico de Sete Quedas. No início da década de 1960 o projeto teve sequência num momento em que estava sendo criada, em 1962, a Eletrobrás para coordenar todas as empresas do setor elétrico brasileiro. A situação energética no Brasil neste contexto não era das mais favoráveis. Segundo Skidmore, o setor de energia “não conseguia atender à demanda básica do Rio e São Paulo. Os gerentes de fábricas do parque industrial paulista eram muitas vezes obrigados a recorrer aos geradores a diesel para não paralisarem a produção e no Rio de Janeiro freqüentemente se racionava água e eletricidade”¹⁵⁷.

A tentativa de suprir a demanda energética no Brasil teve sequência durante a ditadura militar. Seguindo de forma paralela aos projetos de reforma financeira, econômica e administrativa para impulsionar o desenvolvimento do país, “o governo federal, sob a direção do presidente Castelo Branco, buscava de forma progressiva, apesar de alguns tropeços, alcançar a estrutura econômica empresarial para o setor de energia elétrica”¹⁵⁸.

Num encontro entre ministros, no qual estavam o do Planejamento (Roberto Campos), Minas e Energia (Mauro Thibau) e da Fazenda (Octávio Bulhões), além do presidente da Eletrobrás (Marcondes Ferraz), ocorrido no final do primeiro semestre de 1964, ficaram projetados os rumos da política econômica do país que incluía a questão energética. A definição clara dos projetos para este setor foi feita pelo ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau, com a aprovação do presidente Castelo Branco. Neste sentido, a projeção definida para o setor energético foi ao encontro do projeto voltado para a economia geral do país. Ou seja, de controle do Estado sobre diversas empresas, “atuando em alguns poucos setores básicos, o qual pudesse arrastar, no processo de crescimento e através de encomendas regulares de bens e serviços, grande número de empresas privadas, às quais deveria ser assegurada grande liberdade de ação”¹⁵⁹. Como

¹⁵⁷ SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*, 1988, p. 62.

¹⁵⁸ LEITE, Antonio Dias. *A Energia do Brasil*, 1997, p.152.

¹⁵⁹ *Ibid.* p.147.

reflexo desta política, em novembro de 1964 a Eletrobrás finalizou o processo de compra junto à Amforp (*American & Foreign Power*) de todas as suas ações, que proporcionaram à estatal o primeiro lugar na geração de energia elétrica no Brasil, com 54% dos 7.400 MW de potência instalada¹⁶⁰.

Neste contexto de projeções para o setor energético, é provável que o governo Castelo Branco enviou militares para ocupar a região de Sete Quedas por ser conhecido o potencial energético desta. E é possível apontar que tal atitude foi um ato de soberania perante o Paraguai para eliminar qualquer obstáculo que impedisse os direitos do Brasil em Sete Quedas, tendo em vista que até recentemente o país vizinho havia reclamado dos estudos feitos pelo Estado brasileiro na referida região. E sobre a ocupação, o governo brasileiro fez a seguinte exposição através da nota do embaixador Souza Gomes:

Quanto à solicitação feita no item 10 da nota D.F.I, nº 527, no sentido de que o pequeno destacamento do nosso Exército seja transferido de um ponto do território brasileiro para outro ponto do território brasileiro situado mais ao norte do limite internacional, reitero as explicações desde já dadas pelo meu governo de que ‘o diminuto contingente militar sediado em Porto Coronel Renato não pode representar inconveniente ou prejuízo algum para o país amigo, e que sua presença, nem de longe, poderia denotar propósitos de pressão, coação ou represália por parte do governo brasileiro’. Assim sendo, informo Vossa Excelência de que, no exclusivo interesse da segurança interna do Brasil, o meu governo se reserva o direito de reforçar o destacamento sediado em Porto Coronel Renato ou estabelecê-lo em caráter permanente¹⁶¹.

Neste trecho do documento, o governo brasileiro deixou o seu recado para o Paraguai: a região é do Brasil e não se abre mão dela. Para demonstrar isto fez a seguinte afirmação:

O governo brasileiro, inspirado no mais elevado sentimento de boa convivência e desejoso de resguardar a harmonia continental, tão necessária na presente conjuntura histórica, estará pronto, a qualquer momento, a que o desentendimento existente entre as duas nações, em termos de caracterização da fronteira comum no Salto Grande das Sete Quedas, seja submetido ao alto julgamento de uma arbitragem internacional.¹⁶²

Ao expor que estava disposto a levar a questão Sete Quedas para um tribunal internacional, pode-se compreender que o aviso dado pelo governo brasileiro soou com

¹⁶⁰ ELETROBRAS.COM < http://www.eletrobras.gov.br/40anos/interno_62-66> Acessado em abril de 2012.

¹⁶¹ Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965- CDO nº310

¹⁶² Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965 – CDO nº310.

um tom de ameaça, no sentido de “se aceitar ‘bem’, se não aceitar ‘ruim para vocês’”. Pelo jeito, o governo brasileiro acreditava que aquele documento de outubro de 1965 encerraria de vez o litígio fronteiro da seguinte maneira: ou os paraguaios seriam convencidos pela argumentação da nota de resposta, ou os mesmos deixariam de continuar com as reivindicações sobre a soberania de Sete Quedas entendendo que o país guarani seria derrotado em uma arbitragem internacional. Porém, sobre isto, Menezes questiona: se “o Brasil realmente acreditava que Sete Quedas lhe pertencia, por que, então, entregar o assunto para ser definido em fórum internacional? Se Sete Quedas era uma posse brasileira por Tratados e acordos, por que pública e oficialmente levantar dúvidas pedindo mediação internacional?”¹⁶³.

Pelas evidências, se o governo brasileiro provavelmente acreditou que o ponto final do litígio fronteiro seria levar o problema para uma arbitragem internacional, acreditando que isto não aconteceria porque os paraguaios se intimidariam, o governo do Paraguai manteve a sua posição sobre Sete Quedas. Afinal, como mencionou Menezes, a possibilidade de levar para uma arbitragem internacional o problema demonstrou que o governo brasileiro pode ter dado um “tiro no pé”, pois, deixou margens para dúvidas que estimularam os paraguaios a insistir por seus direitos naquela fronteira. Para exemplificar outra opinião sobre isto, num artigo intitulado “*Postura frouxa*” do *Jornal do Brasil* de fevereiro de 1966, os editores do periódico criticaram o governo brasileiro por ter proposto a solução do caso em um tribunal internacional, pois isto colocou em dúvida se Sete Quedas já estava demarcada, alimentando as afirmações paraguaias de “mão beijada”. Esta publicação foi recortada pela embaixada paraguaia no Brasil e foi enviada para o governo de Assunção.¹⁶⁴

Enquanto os militares brasileiros ocupavam Porto Coronel Renato, o governo paraguaio aprofundava os seus estudos sobre a demarcação de Sete Quedas. Nesse cenário, enquanto uma nova nota paraguaia não era enviada ao Brasil, diversos opositoristas de Stroessner, que estavam em outros países devido à repressão do seu regime ditatorial, chamavam o presidente paraguaio de “conivente” com os interesses brasileiros nas Sete Quedas. Para Menezes, “não se tem dúvida em afirmar que o incidente colocava o governo Stroessner contra a parede no Paraguai, principalmente pela presença militar na área considerada em litígio”.¹⁶⁵ Porém, a polêmica sobre Sete

¹⁶³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.75.

¹⁶⁴ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai - R.E nº12-66.

¹⁶⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 72.

Quedas não necessariamente possibilitaria que a força popular de Stroessner degenerasse, tendo em vista que o seu governo estava num momento de consolidação após pouco mais de uma década. Ao que tudo indica, o litígio fronteiriço serviu de armamento para a oposição “bombardear um escudo” do ditador paraguaio e não toda a sua “armadura”, ao ponto de depreciar completamente a sua imagem diante da opinião pública paraguaia. Neste sentido, ressalto que a oposição política de Stroessner eram diversos partidos, sendo os mais contundentes: o Liberal, o Febrerista e o Democrata Cristão. A maioria daqueles que criticavam Stroessner eram exilados políticos na Argentina e no Uruguai. Ou seja, devido à perseguição política praticada por Stroessner internamente, foi no exílio que os seus adversários fizeram acusações contra ele, tendo em vista o aparato político-militar que estava à volta do ditador como instrumento de manutenção do seu poder.

Atenta a tudo que ocorrera em solo paraguaio, principalmente sobre questões que envolvessem o litígio fronteiriço, houve o alerta da embaixada do Brasil em Assunção de que o Paraguai poderia denunciar o litígio com o Brasil em conferências internacionais. Afinal, nada impediria que os paraguaios buscassem apoio de outras nações sul-americanas para defender os seus direitos sobre a região de Sete Quedas. Neste sentido, menciono novamente que a proposta brasileira de levar a disputa para uma arbitragem internacional pode ser entendida até aquele momento como uma mera pressão, pois, ao que tudo indica, o governo Castelo Branco, no mínimo, acreditava que os paraguaios recuariam por não ter provas suficientes para defender a tese de que Sete Quedas não tinha a sua soberania definida. A precaução da embaixada brasileira em Assunção ocorreu durante o II Encontro Extraordinário de Ministros de Relações Exteriores, em novembro de 1965, quando o Equador apresentou oficialmente o litígio fronteiriço que estava enfrentando com o Peru.

Diante da atitude da Delegação equatoriana, não seria improvável que o Paraguai procedesse de igual forma, com relação á pretensa invasão de seu território por forças brasileiras, na região de Guaíra¹⁶⁶.

Por mais que houvesse uma brecha para discussão sobre litígios fronteiriços,¹⁶⁷ as representações diplomáticas de Brasil e Paraguai não trataram do “caso Sete Quedas”

¹⁶⁶ Ofício do Itamaraty de 22 de novembro de 1965- CDO nº 913.

¹⁶⁷ Neste mesmo período, apesar de não ter sido mencionado no II Encontro Extraordinário de Ministros de Relações Exteriores, havia uma divergência fronteiriça entre o Chile e a Argentina, na região de Laguna Del Desierto, onde um tenente chileno e seus comandados foram

naquele evento. Afinal, apesar dos atritos sobre aquela fronteira, ambas as nações estavam passando por um momento de aproximação política e econômica que nas últimas décadas estava se fortalecendo. Por isso, seus governos confiavam na possibilidade de resolver diretamente a divergência sobre Sete Quedas. Tanto que alguns dias depois, o governo brasileiro enviou um representante à capital paraguaia para propor soluções que resolvessem o litígio fronteiriço.

O personagem brasileiro que entrou em cena como representante do país em Assunção foi ninguém menos do que Golbery do Couto e Silva. Este foi o criador do Serviço Nacional de Informações (SNI) e era o chefe do mesmo naquela época.¹⁶⁸ Sua viagem para o Paraguai foi mais um motivo de críticas ao governo Castelo Branco feitas pelo jornal *Última Hora* que era um dos maiores em circulação no Brasil e opositor ao regime militar. Em um pequeno trecho, o periódico carioca questionou qual seria a razão de Golbery visitar o governo de Stroessner e supôs que a viagem teria como principal objetivo a polêmica sobre Sete Quedas. Para o jornal, o governo brasileiro tinha a obrigação de informar à população quais eram os principais motivos do encontro de Golbery com as autoridades do Paraguai. Pelo que é possível perceber, a movimentação de setores da sociedade paraguaia contrários à ocupação militar brasileira na fronteira litigiosa passaram a chamar a atenção da imprensa no Brasil e isto possibilitou que o “caso Sete Quedas” ficasse mais conhecido em diversos meios de comunicação brasileiros¹⁶⁹.

Golbery do Couto e Silva se encontrou duas vezes com o presidente Stroessner e também com o Conselho Nacional Assessor de Limites do Paraguai para tentar resolver o impasse sobre a região de Sete Quedas, além de ter entregue ao presidente paraguaio uma carta do presidente Castelo Branco¹⁷⁰. Mesmo tendo tomado a decisão de enviar o general Golbery do Couto e Silva com a missão de negociar uma solução para a crise,¹⁷¹ o governo brasileiro “reforçou a ocupação do território em litígio, enviando para lá um batalhão de pára-quadistas e quatro aviões de combate”¹⁷². Este fato demonstra o posicionamento brasileiro no impasse diplomático, pois, se os paraguaios não recuassem perante as justificativas do Brasil durante a visita de Golbery, o governo

assassinados por militares argentinos. Naquele mesmo período, a Comissão Chileno-Argentino de Limites estava desenvolvendo trabalhos de caracterização fronteiriça na região (*FOLHA DE S. PAULO*, 22 de novembro de 1965).

¹⁶⁸ SKDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*, 1988.

¹⁶⁹ *ÚLTIMA HORA*, 26 de novembro de 1965.

¹⁷⁰ *ÚLTIMA HORA*, 29 de novembro de 1965.

¹⁷¹ *ÚLTIMA HORA*, 26 de novembro de 1965.

¹⁷² *Ibid.*

Castelo Branco estaria disposto a intensificar a sua permanência na área em litígio para manter a posição privilegiada do país contra o Paraguai na crise sobre Sete Quedas.

Como consequência deste reforço militar de ocupação, as manifestações de repúdio no Paraguai contra o Brasil estavam aumentando consideravelmente. A oposição a Stroessner intensificava suas críticas ao governo e movimentos estudantis gritavam slogans chamando o Brasil de “imperialistas”¹⁷³. Esta pressão interna, que a cada dia ganhava as manchetes dos periódicos paraguaios, provavelmente teve peso significativo para o governo Stroessner não recuar perante as argumentações de Golbery, tendo em vista que grandes interesses de Estado estavam em jogo. Ao contrário das críticas proferidas por opositores terem sido feitas no exterior por serem exilados, os movimentos estudantis, nesta questão sobre Sete Quedas, atuaram em solo paraguaio. Mas, segundo Menezes, os mesmos foram repreendidos por militares do governo Stroessner quando os protestos eram direcionados de forma violenta contra a embaixada brasileira em Assunção¹⁷⁴.

Ainda tratando sobre a visita de Golbery Couto e Silva a Assunção, a proposta do general foi a mesma da época ao encontro entre João Goulart e Stroessner em janeiro de 1964. Golbery propôs “que ambos países explorassem juntos o potencial energético de Sete Quedas”¹⁷⁵. Mas a forma como a oferta foi feita não agradou as autoridades paraguaias que a interpretaram como “arrogante”. Segundo Menezes, Golbery pediu para que “o Paraguai aceitasse sem discussão, a posse e os direitos brasileiros sobre Sete Quedas”¹⁷⁶. Na ocasião não houve avanços e a questão ficou indefinida.

Ao retornar para o Brasil, o general brasileiro teve de noticiar ao governo Castelo Branco que suas negociações haviam fracassado. Com isso, a proposta brasileira ao Paraguai de levar o “caso Sete Quedas” para uma arbitragem internacional, que era possivelmente até aquele momento considerada uma pressão para intimidar os paraguaios, acreditando que estes não teriam provas suficientes para defender seus argumentos, passou a ser vista pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil como uma necessidade. Em 1º de dezembro de 1965, o Itamaraty informou oficialmente que o Brasil aceitava um tribunal arbitral internacional para decidir a questão da fronteira com

¹⁷³ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, 1987.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ Ibid, p. 81.

¹⁷⁶ Ibid.

o Paraguai. O tribunal seria escolhido de comum acordo entre os dois países, esperando apenas a resposta do Paraguai à sugestão brasileira.¹⁷⁷

Contudo, naquele momento, o governo Stroessner não se manifestou sobre o anúncio do Itamaraty. Ao que tudo indica, para o ditador, o impasse passou a ser um assunto conveniente em função de seu governo a fim de ter mais um motivo de desviar a atenção da opinião pública do país das atitudes antidemocráticas que praticava, até porque a ocasião permitia fazer do litígio um tema de oportunismo que favorece a imagem de Stroessner em defesa dos direitos nacionais. Mas no aspecto geopolítico havia a possibilidade de um desgaste que prejudicasse as relações com o Brasil colocando a perder os avanços ocorridos nos últimos anos e que eram de grande relevância para o Paraguai, além de ameaçar seus interesses geopolíticos como a diminuição de dependência econômica em relação à Argentina¹⁷⁸.

Além das possíveis implicações geopolíticas em relação ao Brasil, os governos de Assunção e Buenos Aires também estavam vivenciando um impasse nas suas relações. O motivo em questão era a reivindicação feita pelo governo Stroessner perante as autoridades argentinas para permitir a livre navegação de embarcações paraguaias no rio Paraná ao trafegarem na Argentina. Isto porque, em janeiro de 1965, embarcações sob bandeira do Paraguai foram apreendidas por fiscais argentinos com a alegação de contrabando. A partir de então, o governo de Buenos Aires havia determinado que todas as embarcações paraguaias fossem fiscalizadas quando adentrassem em território argentino. A decisão foi entendida pelo governo Stroessner como um insulto à livre navegação do Rio Paraná, e o impasse se estenderia até 1967. Sendo assim, diante de seus dois grandes vizinhos, o Paraguai vivenciava uma situação desvantajosa.

Diante daquelas circunstâncias, a diplomacia paraguaia enviou outra nota ao governo do Brasil em dezembro de 1965. Na ocasião, o ministro de Relações Exteriores, Raul Sapeña Pastor, enviou um extenso documento no qual recusava os argumentos do governo brasileiro. O então chanceler paraguaio insistia em afirmar que, apesar da assinatura dos tratados de 1872 e 1927, “existia uma pequena faixa de terra de 20 quilômetros entre o ponto 341/IV e o chamado Salto de Guaíra que até aquele momento não havia sido demarcada”. Ademais, acrescentou que como consequência “de uma guerra de extermínio”, na qual o Paraguai foi derrotado na Guerra da Tríplice

¹⁷⁷ *ÚLTIMA HORA*, 02 de dezembro de 1966

¹⁷⁸ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987.

Aliança, os paraguaios estiveram à mercê do Tratado de Paz e Limites, em 1872¹⁷⁹. E além destas ponderações, sugeriu soluções para que o problema fosse resolvido fazendo a seguinte explanação:

a-) Que el gobierno de los Estados Unidos del Brasil retire de la zona no demarcada aún (un trecho de 20 Kilómetros entre el hito 341 y los Saltos del Guairá) sus fuerzas militares de ocupación, a objeto a ser posible la solución pacífica del diferendo de demarcación.

b-) Que la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera prosiga normalmente sus trabajos, para cuyo objeto el Gobierno del Brasil dispondrá la concurrencia de su Delegación a la 26ta. Conferencia de la Comisión Mixta, convocada para reunirse en Asunción, en una fecha que se fijará de nuevo por acuerdo de ambos Gobiernos.

c-) Que em caso de desacuerdo entre los Gobiernos del Paraguay y del Brasil en el seno de su Comisión Mixta, ambos Gobiernos recurran a todos los medios de solución pacífica de los conflictos internacionales, comenzando por negociaciones directas¹⁸⁰.

Em síntese, a nota demonstra que o documento enviado pelo governo brasileiro em outubro de 1965 não convenceu os paraguaios e estes insistiriam na defesa de seus direitos nas Sete Quedas. Porém, está claro que o governo paraguaio respeitava o Brasil como um importante parceiro geopolítico e que por este motivo acreditava que o impasse poderia ser solucionado de forma pacífica, apesar dos conflitos de interesse. Os estudos possibilitam apontar que o maior incomodo sentido pelo governo paraguaio não era o discurso brasileiro de soberania sobre Sete Quedas. Mas sim, a ocupação militar na área em litígio.

Após o envio da nota paraguaia, houve muita expectativa no Paraguai para saber qual seria a resposta brasileira. A imprensa naquele país estava atenta a tudo que estivesse relacionado à questão Sete Quedas no Brasil. Tão importante era a repercussão do litígio fronteiriço em solo brasileiro que a embaixada paraguaia no Rio de Janeiro contratou nos primeiros dias do ano de 1966 uma empresa de serviços de recortes periódicos no intuito de ser informada sobre tudo que fosse publicado sobre o “caso Sete Quedas” no Brasil¹⁸¹. Uma das notícias publicadas pelo *Jornal do Brasil*, intitulada “*Paraguai rejeita proposta do Brasil sobre 7 Quedas e divulga nota ao Iyamaraty*” de 4 de janeiro foi considerada de grande destaque para a embaixada paraguaia no Brasil ao enviar o recorte da publicação para o governo de Assunção. Na ocasião, o periódico fluminense reservou duas páginas inteiras sobre o litígio fronteiriço

¹⁷⁹ *ÚLTIMA HORA*, 26 março de 1966.

¹⁸⁰ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 01 de abril de 1966 M.R.E.P.N- 23/66.

¹⁸¹ Ofício da Embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 14 de janeiro de 1966.-D.P.I n°14.

informando os motivos que geraram a polêmica entre Brasil e Paraguai. E ainda acrescentou a informação de que o embaixador brasileiro em solo paraguaio, Souza Gomes, estava no Brasil desde o natal de 1965 e havia pedido ao Itamaraty para que fosse ampliada a segurança policial da embaixada brasileira em Assunção e também na sua residência naquele país para evitar que estes locais fossem alvos de manifestações violentas devido à ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato. Na ocasião, estes dois lugares estavam sob proteção reforçada de policiais paraguaios¹⁸².

Ainda em janeiro de 1966, o periódico paraguaio *La Tarde* publicou a notícia de que no Rio de Janeiro foi informado que o então chanceler Juracy Magalhães se encontraria com seus colaboradores e trataria sobre o “caso Sete Quedas” durante o encontro.¹⁸³ No entanto, apesar de notícias como esta, o Itamaraty estava demorando em responder a nota de Sapeña Pastor enviada no mês anterior e conseqüentemente causando indignação à imprensa paraguaia. Em diversos momentos, alguns periódicos daquele país, através de artigos publicados, chamavam o Itamaraty de “arrogante” também por agir com “desprezo” em relação ao Paraguai¹⁸⁴.

Enquanto a resposta brasileira não era enviada ao governo paraguaio, a embaixada do país no Rio de Janeiro enviava constantemente para Assunção recortes de publicações sobre o litígio fronteiriço na imprensa brasileira. Foi o caso do periódico *O Globo* de 27 de fevereiro de 1966, que publicou a manchete “*paraguaios estão dispostos a bisar guerra do Chaco, por problema na fronteira*”, referindo-se à euforia de exilados paraguaios em Montevideo e Buenos Aires que declaravam estarem prontos os cidadãos do país guarani para enfrentarem as tropas brasileiras em Porto Coronel Renato da mesma maneira que enfrentaram tropas bolivianas na defesa do Chaco¹⁸⁵.

Notícias como esta publicada no jornal *O Globo*, foram questionadas por repórteres brasileiros ao embaixador paraguaio no Brasil. Raul Peña negou que tais informações “representavam a opinião do povo e do governo paraguaio.”¹⁸⁶ É provável que Raul Peña tenha negado tais informações à imprensa brasileira para evitar até aquele momento que suas declarações desgastassem ainda mais as relações com o Brasil, acreditando que poderia solucionar o impasse de forma cordial, tendo em vista a importância brasileira para os paraguaios no cenário geopolítico sul-americano. Tanto

¹⁸² Recorte do Jornal do Brasil anexado ao ofício da Embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 05 de janeiro de 1966-R.E nº1.

¹⁸³ Ofício do Itamaraty de 25 de janeiro de 1966- CDO nº 47/254(43).

¹⁸⁴ *ÚLTIMA HORA*, 16 de fevereiro de 1966.

¹⁸⁵ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de fevereiro de 1966 R.E. nº12-66.

¹⁸⁶ *ÚLTIMA HORA*, 28 de fevereiro de 1966.

que alguns dias depois o mesmo embaixador declarou à imprensa paraguaia que o governo de seu país não queria “brigar com o Brasil.”¹⁸⁷.

Mas não foram estas manifestações dos exilados paraguaios que motivaram repórteres a entrevistar Raul Peña. O que motivou sua entrevista foi a atitude rígida do governo paraguaio naquele mês de fevereiro de 1966 de pedir que o próprio embaixador deixasse o Brasil, provavelmente como uma demonstração de retaliação diplomática que geralmente é considerada um dos atos mais graves quando um país está diplomaticamente divergente por algum motivo perante o outro, gerando desconforto em suas relações. Na ocasião, Raul Peña, quando questionado a respeito da data de seu regresso ao Brasil, informou que ficaria fora do país por tempo indeterminado¹⁸⁸.

Apesar da tensão brasileiro-paraguaia no mês de fevereiro ter aumentado pelas circunstâncias, o embaixador paraguaio Raul Peña retornou ao Rio de Janeiro no início do mês de março, suavizando ligeiramente aquele incômodo diplomático. Para evitar que as divergências piorassem, o governo brasileiro preparou cautelosamente o documento de resposta a ser enviado para o Paraguai ao ponto do próprio presidente Castelo Branco ter participado da reunião do Conselho de Segurança que aprovou o conteúdo da nota naquele mesmo mês¹⁸⁹. Na ocasião estava presente o general Golbery Couto e Silva que pouco tempo antes havia se encontrado com Stroessner para tentar solucionar o impasse. Golbery expôs aos integrantes do Conselho os motivos relacionados ao problema com o Paraguai, propondo soluções e apontando possíveis riscos¹⁹⁰.

A nota foi enviada ao Paraguai no final daquele mês e Juracy Magalhães informou à imprensa brasileira alguns trechos daquele documento. Segundo o chanceler brasileiro, o Brasil negava-se a discutir com os paraguaios a soberania de Sete Quedas, “uma vez que a fronteira entre os dois países ficou integralmente definida nos Tratados de 1872 e 1927, e perfeitamente demarcada”. Acrescentou que o governo brasileiro não aceitava as acusações do Estado paraguaio, o qual alegava a demarcação da região em questão “insuficiente mesmo com a assinatura dos tratados de 1872 e 1927.”¹⁹¹ Ou seja, o governo brasileiro utilizou os mesmos argumentos da nota enviada ao Paraguai no mês de outubro de 1965.

¹⁸⁷ *ÚLTIMA HORA*, 10 de março de 1966.

¹⁸⁸ *ÚLTIMA HORA*, 28 de fevereiro de 1966.

¹⁸⁹ *ÚLTIMA HORA*, 12 de março de 1966.

¹⁹⁰ VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*, 1975.

¹⁹¹ *ÚLTIMA HORA*, 26 de março de 1966.

A nota brasileira não apenas esquentou os ânimos de diversos setores da sociedade paraguaia, mas enfureceu o governo Stroessner que até aquele momento negava publicamente querer “brigar” com o governo Castelo Branco, acreditando que haveria um desfecho cordial devido à aproximação entre os dois países¹⁹². A partir daquele momento, Stroessner entendeu que o diálogo com a diplomacia brasileira não fazia mais diferença. A solução seria apelar para uma arbitragem internacional que já havia sido uma proposta do Brasil no final de 1965. Para não ir desprevenido a um tribunal, o Conselho Nacional de Limites do Paraguai,¹⁹³ se reuniu novamente em meados do mês de abril de 1966 com o intuito de levantar provas que pudessem reforçar os argumentos do Paraguai sobre a soberania de Sete Quedas.

A habilidade do governo ditatorial paraguaio em explorar o “caso Sete Quedas” de uma maneira favorável à sua imagem perante a população como “defensor dos interesses nacionais” teve um momento simbólico de declaração oficial de “guerra diplomática” contra o Brasil. Situação esta que não apenas teve grande impacto no cenário interno do Paraguai como também em solo brasileiro. No primeiro dia do mês de abril de 1966, o presidente Stroessner fez um pronunciamento criticando a atitude brasileira em relação à ocupação militar em Porto Coronel Renato. Para o presidente, as relações do seu país com o Brasil haviam sido “gravemente alteradas” pela atitude do governo brasileiro no “caso Sete Quedas”. Durante o discurso, recordou que em janeiro de 1964 havia se encontrado e conversado com o então presidente João Goulart em “tom de cordialidade” sobre o aproveitamento hídrico de Sete Quedas. Ainda acrescentou que se fosse necessário resolver o impasse sobre o litígio fronteiro por meios jurídicos, assim o faria¹⁹⁴.

As declarações de Stroessner tiveram grande repercussão no Brasil. A opinião do governo brasileiro era expressa publicamente por meio das declarações do chanceler Juracy Magalhães. Alguns dias depois do discurso proferido por Stroessner, o ministro de Relações Exteriores brasileiro foi intensamente questionado por diversos jornalistas que queriam maiores esclarecimentos sobre as divergências entre Brasil e Paraguai. Em resposta, o chanceler utilizava o argumento de que a ocupação militar em Porto Coronel Renato era uma questão de segurança nacional e os paraguaios reclamavam daquela

¹⁹² MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987.

¹⁹³ *FOLHA DE S. PAULO*, 15 de abril de 1966.

¹⁹⁴ *FOLHA DE S. PAULO*, 02 de abril de 1966.

situação sem fundamento¹⁹⁵. Entre outras palavras, Juracy Magalhães tentou demonstrar para o público brasileiro que o Paraguai estava fazendo “tempestade em copo d’água”.

As fontes consultadas neste trabalho possibilitam interpretar que não apenas Stroessner estava tirando proveito do impasse a favor da imagem de seu governo, mas também estava sendo feito o mesmo pelo regime militar brasileiro. Tal interpretação foi publicada por Pedro Barroso em um artigo no periódico *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro. Sua publicação chamou a atenção da embaixada paraguaia no Brasil, que enviou o artigo para Assunção. Na ocasião, o jornalista brasileiro mencionou que:

Segundo se informa nos meios diplomáticos, tanto o Brasil como o Paraguai têm o máximo interesse em manter viva a disputa territorial, conseguindo com isso desviar a atenção de seus respectivos povos para problemas outros que não internos e despertando neles um sentimento nacionalista de defesa dos territórios¹⁹⁶.

As trocas de acusações ocorreram quando em um discurso proferido diante da Comissão de Relações Exteriores do Congresso brasileiro, Juracy Magalhães aproveitou a oportunidade para acusar o governo paraguaio de estar causando toda aquela tensão, através da imprensa nacional, para “maquiar” os problemas internos vivenciados no Paraguai.¹⁹⁷ A embaixada paraguaia no Brasil não perdeu tempo ao enviar para o governo de seu país a reportagem que referenciou as declarações do chanceler brasileiro. Dias depois, foi noticiado pelo periódico brasileiro *Folha de São Paulo* que o ministro de Relações Exteriores paraguaio, Raul Sapeña Pastor, declarou que “é incrível que o senhor Juracy Magalhães tenha atribuído a origem da questão a muitas coisas locais internas do Paraguai. Toda a América conhece muito bem a situação dos dois governos e sabe qual deles pode necessitar de motivos artificiais”. Sapeña Pastor disse ainda que o governo paraguaio não “tinha um relatório oficial a respeito, mas que se fossem exatas as versões divulgadas pelas agências noticiosas, é indubitável que o Senado brasileiro não foi informado de forma veraz e correta”. O chanceler paraguaio nesta mesma declaração acusou o Brasil de estar agredindo o Paraguai.¹⁹⁸

Percebe-se que o mês de abril de 1966 foi o ápice da tensão Brasil-Paraguai sobre Sete Quedas. Como foi visto, pela primeira vez o governo paraguaio afirmou

¹⁹⁵ *ÚLTIMA HORA*, 07 abril de 1966.

¹⁹⁶ Recorte anexado ao ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 25 de maio de 1966 M.R.E. nº37/66.

¹⁹⁷ *FOLHA DE S. PAULO*, 20 de abril de 1966.

¹⁹⁸ *FOLHA DE S. PAULO*, 24 de abril de 1966.

publicamente que aceitaria resolver o problema fronteiro em uma arbitragem internacional, o que gerou maior descontentamento diplomático. Ambos os Estados não estavam cedendo porque, do lado brasileiro, retirar os militares da área em litígio poderia significar perante a opinião pública brasileira um recuo para o vizinho reclamante.

Já do lado paraguaio não havia um recuo provavelmente porque, além do potencial energético da área em litígio possibilitar ganhos econômicos ao país, constantemente a opinião pública paraguaia estava acompanhando o “caso Sete Quedas”. Se viesse a ceder, Stroessner fatalmente teria sua imagem prejudicada e alimentaria as acusações feitas por adversários políticos. Pode-se afirmar que aquele foi o momento mais tenso nas relações entre Brasil e Paraguai desde o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança em 1870.

2. O BRASIL E O PARAGUAI EM NEGOCIAÇÃO: DA ATA DAS CATARATAS AO TRATADO DE ITAIPU (1966-1979)

Neste capítulo será tratado o processo de negociação entre Brasil e Paraguai para encerrar o litígio fronteiro e o desfecho com a assinatura da Ata das Cataratas em junho de 1966. Em seguida serão abordadas as relações entre ambos os Estados, com ênfase nos trabalhos da Comissão Mista Técnica brasileiro-paraguaia, voltadas para o melhor aproveitamento hidroelétrico conjunto do Rio Paraná. Já na última parte é feita uma análise do Tratado de Itaipu, assinado em abril de 1973, destacando seus principais aspectos e a repercussão nos dois países.

2.1-) Ata das Cataratas: o acordo para o aproveitamento hidroenergético conjunto

Em meados dos anos de 1960, as relações entre Brasil e Paraguai apresentavam grandes avanços com a realização de vários acordos e intensificando a aproximação iniciada nas décadas anteriores. Mas entre o segundo semestre de 1965 e o primeiro semestre de 1966 as relações entre ambos os Estados passavam por um momento de tensão por causa da ocupação militar brasileira em Porto Coronel Renato, uma área em litígio.

Entre abril e junho de 1966, o chanceler brasileiro Juracy Magalhães foi alvo de críticas por parte de autoridades paraguaias. Isto porque, como já visto anteriormente, Magalhães concedia entrevistas a imprensa brasileira declarando que não havia motivos para o governo do Paraguai reclamar sobre a soberania de Sete Quedas, além de acusar Stroessner de utilizar o impasse com o intuito de desviar atenção da população de seu país. Naquele período o Ministro de Relações Exteriores do Brasil desenvolvia um papel preponderante na articulação política do governo Castelo Branco concomitante ao exercício do cargo. Acompanhando a repercussão, a embaixada paraguaia no Rio de Janeiro enviou para Assunção uma nota informando que Juracy Magalhães estava sendo criticado por aliados e opositores por causa de suas declarações sobre a política interna e externa brasileira. Segundo o documento, o chanceler brasileiro teria sido apedrejado na capital baiana, Salvador, onde havia sido governador por vários anos (1931-1937 e 1959-1963). Além disso, no mês seguinte seria realizada uma reforma ministerial pelo presidente Castelo Branco em conjunto com os ministros Arthur Costa

e Silva (Guerra) e Pedro Aleixo (Educação). Comentava-se nos bastidores que neste processo, o secretário geral do Itamaraty, Pio Correa, seria o substituto de Juracy Magalhães. A embaixada paraguaia enfatizou que esta informação era de grande interesse para o governo de seu país¹⁹⁹. Afinal, a mudança no ministério de Relações Exteriores interessava ao governo paraguaio. Não apenas por causa da questão Sete Quedas, mas pela importância das relações diplomáticas do Paraguai com o Brasil. Porém, Juracy Magalhães se manteve no cargo até o final do mandato de Castelo Branco em março de 1967.

Durante o impasse diplomático, a ditadura comandada por Stroessner explorou o “caso Sete Quedas” a seu favor por meio do periódico oficial do Partido Colorado, o *Pátria*. Suas capas continham o slogan “*Vocero de la junta de Gobierno del Partido Colorado*” e seus editoriais e reportagens abordavam sobre as atividades do governo no aspecto geral e enaltecendo questões como: os “valores democráticos existentes” no Paraguai naquele momento; a realização de eleições presidenciais (sabidamente fraudulentas pela oposição e observadores internacionais); a participação de movimentos estudantis e membros de diversos sindicatos filiados ao Partido Colorado nas discussões em “prol do país”; e a luta contra o comunismo entendido como “ameaça à democracia”. No decorrer do primeiro semestre de 1966 o periódico dedicou um editorial intitulado “*Sobre el Salto del Guairá. Al Oído de América*”²⁰⁰ assinado por Leopoldo Ramos Gimenez, um de seus colunistas. Pelo título percebe-se a valorização do impasse com o Brasil ao ponto de chamar a atenção do leitor paraguaio para o fato de que a América estava atenta sobre tudo que estivesse relacionado à questão Sete Quedas envolvendo o Paraguai. O mesmo editorial possibilita interpretar que Stroessner tentava transparecer a ideia de estar prestando contas à população a respeito de um tema de grande interesse nacional. E é nítida a tentativa constante das edições de contagiar o leitor ao representar Sete Quedas como um território a ser defendido pelo Paraguai, sendo o governo Stroessner um “instrumento fundamental” para conquistar a soberania daquela região.

Já dentre os periódicos brasileiros de grande circulação que apoiaram o golpe militar de 1964, como, por exemplo, o *Folha de S. Paulo*, houve a publicação de uma coluna escrita por Sérgio Paulo Freddi sobre o “caso Sete Quedas”. Na ocasião o autor

¹⁹⁹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 08 de junho de 1966- M.R.E nº43/66

²⁰⁰ *Sobre el Salto del Guairá. Al Oído de América. Jornal Pátria*, Assunção, fevereiro, março, abril, maio e junho de 1966.

aponta que os protestos no Paraguai eram “influenciados” pelo governo ditatorial de Stroessner “mantendo a todo custo a tensão, justificando-se assim a suposição de que há outros interesses em jogo, sendo o problema da fronteira simples pretexto”. Acrescentou que o Itamaraty atuava no caso “com extrema cautela, tentando manter os laços de amizade” do país com a nação guarani fazendo “a oferta de dividir com o Paraguai os benefícios do aproveitamento hídrico da região de Sete Quedas”. Afirmou ainda que o Brasil estava sendo “acusado injustamente” e esperava uma resposta positiva do governo Stroessner aceitando a proposta brasileira.²⁰¹ No caso do jornal *O Globo*, que também apoiou o golpe militar no Brasil, na publicação da coluna intitulada “*Hostilidade Injustificável*,” o periódico brasileiro censurou os motivos das reclamações paraguaias, apenas informando que “injustamente” estudantes paraguaios depredaram a Missão Cultural e Comercial do Brasil em Assunção.²⁰²

Já o periódico carioca *Última Hora*, um dos poucos de grande circulação que apoiaram João Goulart após a sua queda e fazia críticas constantes ao regime militar, utilizou o “caso Sete Quedas” como mais um tema para atacar a imagem do regime militar brasileiro. Segundo uma coluna de Miguel Neiva, o litígio fronteiro poderia “agravar as relações com o Paraguai, aumentando as tensões diplomáticas na América do Sul.” E ainda questionou se os deputados opositoristas filiados ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que apoiaram publicamente a atitude do governo brasileiro no impasse por defender os interesses nacionais, não haviam percebido isto.²⁰³ Tal publicação não passou despercebida pela embaixada paraguaia no Brasil, que a anexou em um documento e enviou para seu governo em Assunção²⁰⁴. Logo o referido artigo foi mencionado em periódicos paraguaios como o *Pátria* e o *La Tribuna* para demonstrar que a imprensa escrita brasileira não era unânime em relação à posição brasileira no litígio fronteiro²⁰⁵²⁰⁶.

O desgaste entre as diplomacias de ambos os países passaria por um processo de entendimento quando a Argentina demonstrou interesse em discutir o aproveitamento econômico da Bacia do Prata. No dia 2 de junho de 1966, o presidente argentino Arturo Illia convocou os governos de Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai para uma reunião a

²⁰¹ . FOLHA DE S. PAULO, 7 de abril de 1966.

²⁰² PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974.

²⁰³ Jornal *ÚLTIMA HORA*, 30 de Maio de 1966.

²⁰⁴ Ofício da Embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 2 de junho de 1966.-D.P.I nº154

²⁰⁵ *La Tribuna*, 1 de junho de 1966.

²⁰⁶ . *Pátria*, 1 junho de 1966.

ser realizada em Buenos Aires com o objetivo de tratar sobre diversos temas relacionados à região platina. É muito provável que esta convocação tenha sido o elemento catalisador para Brasil e Paraguai deixarem as diferenças diplomáticas sobre Sete Quedas de lado e resolver definitivamente a questão. Neste sentido, Menezes faz a seguinte análise geopolítica:

É bem provável que os argentinos, que estavam perdendo influência no Paraguai, associado aos seus interesses no uso dos recursos da Bacia do Prata, viram o desacordo sobre Sete Quedas entre o Brasil e o Paraguai uma excelente oportunidade para convocar um encontro para decidir sobre o uso dos recursos naturais da área do Prata, incluindo um, que era fundamental para o Brasil: o uso dos recursos do rio Paraná, um rio comum ao Brasil, Paraguai e Argentina, como futura fonte de energia elétrica.²⁰⁷

Esta argumentação também é tratada por Amaral e Silva. Para ele, a Argentina estava “preocupada com o aumento da presença do Brasil na Bacia do Prata. Os novos entendimentos firmados com o Paraguai a respeito da questão fronteiriça e do uso do rio Paraná significaram mais do que a solução da controversa bilateral”. Isto porque, a influência sobre o Paraguai desequilibrava a favor do Brasil na disputa com a Argentina pelo poderio geopolítico na Bacia do Prata²⁰⁸²⁰⁹.

Na segunda semana de junho surgiram as primeiras notícias sobre o encontro entre os chanceleres dos dois países que estava prestes a ocorrer²¹⁰. No Brasil, periódicos de grande circulação, emissoras de televisão e rádio divulgaram que Juracy Magalhães e Raul Sapeña Pastor se encontrariam em Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) nos dias 21, 22 e 23 daquele mesmo mês²¹¹. A embaixada paraguaia enviava para Assunção todas as publicações na imprensa escrita brasileira sobre o encontro²¹²²¹³.

²⁰⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p. 93.

²⁰⁸ No próximo capítulo será tratado a respeito de um impasse diplomático entre Paraguai e Argentina a respeito da livre-navegação do Rio Paraná ocorrido concomitante ao litígio fronteiriço brasileiro-paraguaio. Tal conjuntura deixava o Paraguai numa situação desconfortável diante de seus “dois pulmões” e isto foi relevante para acelerar o processo de negociação com o Brasil a partir da convocação argentina para uma reunião de chanceleres da Bacia do Prata.

²⁰⁹ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*, p. 76.

²¹⁰ FOLHA DE S. PAULO, 11 de junho de 1966.

²¹¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 11 de junho de 1966- M.R.E nº44/66.

²¹² Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 13 de junho de 1966- M.R.E nº45/66.

²¹³ O embaixador Raul Peña selecionava os periódicos e apontava qual o ponto de vista de cada um sobre o “caso Sete Quedas” para o chanceler Raul Sapeña Pastor ter maiores informações sobre a opinião da imprensa brasileira. Foi o caso do periódico *O Jornal*, que segundo Raul Peña sempre publicava artigos em tom conciliador sobre o litígio fronteiriço até aquele momento (Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 11 de junho de 1966- M.R.E nº44/66).

No Paraguai, simultaneamente às publicações sobre o encontro de chanceleres no Brasil, também foram publicadas notícias a respeito. O periódico *La Tribuna* divulgou o comunicado oficial entregue no dia 10 de junho pelo governo paraguaio à imprensa local de que os governos dos dois países autorizaram as chancelarias a se encontrarem nas cidades fronteiriças de Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner para tentar resolver o problema diplomático vivenciado entre ambos os Estados sobre a questão Sete Quedas, além de tratarem de outros assuntos de grande interesse²¹⁴.

As fontes possibilitam interpretar que o Itamaraty evitava publicamente criar expectativas em relação ao encontro de chanceleres devido à sensibilidade do assunto. No dia 14, Juracy Magalhães confirmou a sua presença na reunião e disse que estaria indo “desprevenido e levando sugestões que possam tirar o Brasil e o Paraguai do desagradável impasse em que se acham suas relações”. Comentou que ao se encontrar com Sapeña Pastor pretendia “o mesmo propósito de buscar uma solução alta, que resguarde os legítimos interesses de ambas as partes e propicie a retomada de relações fraternais entre os dois governos e os dois povos, nos níveis em que sempre mantiveram”. E sobre o estado de ânimo para o encontro, afirmou “não ser nem otimista e nem pessimista”. Finalizou a entrevista esperando que ao final do encontro ambos possam “chegar a uma conclusão feliz através de um diálogo franco entre dois homens com experiência política e de vida, sabendo cada qual a imensa responsabilidade que lhe cabe”²¹⁵. Provavelmente tais expectativas eram as mesmas do chanceler paraguaio Sapeña Pastor.

No dia 21 de junho, os periódicos paraguaios destacaram o encontro que estava prestes a acontecer em Foz do Iguaçu²¹⁶. Menezes menciona que o clima da abertura do encontro foi de entusiasmo e acrescenta que:

Juracy Magalhães, o chanceler brasileiro, estava dizendo no Hotel das Cataratas, próximo a Foz do Iguaçu, as seguintes palavras ao chanceler paraguaio, Sapeña Pastor: nós devemos esquecer a animosidade; “nós devemos esquecer as palavras desafortunadas e as expressões que foram usadas em nossa disputa... o governo brasileiro deseja soluções sem ferir a dignidade, soberania e os interesses de ambas as nações... esta deve ser a base para o desenvolvimento econômico de nossas populações... em direção ao ideal pan-americano de paz e progresso social”. Sapeña Pastor respondeu que “nós viemos para resolver as divergências, para esquecer os ressentimentos e para trabalhar juntos no caminho puro da amizade... nossos governos não podem perder tempo e esforços em discussões estéreis... e medo... nós

²¹⁴ *La Tribuna*, 10 de junho de 1966.

²¹⁵ *ÚLTIMA HORA*, 14 de junho de 1966.

²¹⁶ Ofício do Itamaraty de 21 de junho de 1966- CDO nº443/930.2(42)(43).

queremos soluções que respeitem a dignidade, soberania e interesse de ambas as nações”²¹⁷.

O clima de respeito logo de início impressionou e permitiu que ambos os chanceleres ficassem a vontade. Mas as chancelarias teriam que demonstrar muita habilidade para superar as divergências sobre o “caso Sete Quedas”. Segundo Mendonça, Juracy Magalhães logo explicou que estava presente naquela reunião objetivando resolver de vez o problema e não prolongar a discussão sobre questões fronteiriças. Tanto que alegou não ter levado para o encontro nenhum representante do Serviço de Fronteiras do Itamaraty²¹⁸. Inicialmente tal posicionamento já demonstrava a chancelaria paraguaia que o Estado brasileiro não estava mais interessado em discutir a soberania de Sete Quedas e que os dois países estavam perdendo tempo demais com aquela discussão. A resposta de Sapeña Pastor foi objetiva e demonstrava a intenção do governo paraguaio. Afirmou que o “interesse prioritário do Paraguai era retirar as tropas brasileiras da região e que só estaria disposto a discutir a questão hidrelétrica depois da concordância brasileira sobre a criação de uma zona neutra naquela área”²¹⁹. O próprio chanceler paraguaio informou que tinha conhecimento sobre o planejamento de guerrilheiros comissionados pela oposição do governo Stroessner de atacar o destacamento militar brasileiro em Porto Coronel Renato. Como resposta, Juracy disse que já sabia deste planejamento das guerrilhas paraguaias e que o governo brasileiro estava disposto a enviar a cavalaria para proteger o destacamento militar²²⁰. Apesar desta informação mencionada no livro de Márcio Gimene de Oliveira *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*, nada mais foi encontrado sobre o teor das conversas naquele primeiro dia do encontro. Como bem informou o noticiário do *Última Hora* no dia seguinte, “nada foi revelado sobre o encontro de natureza sigilosa”²²¹.

No dia posterior, ambos se encontraram novamente no Hotel *Acaray* em Porto Presidente Stroessner. Mas desta vez, um clima de insegurança perdurou entre as delegações dos dois países. Sapeña Pastor insistiu no assunto que no dia anterior Juracy Magalhães não havia concordado: a criação de uma zona neutra na fronteira, o que

²¹⁷ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987, p. 87.

²¹⁸ MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*, 2004, P.117-118.

²¹⁹ OLIVEIRA, Márcio Gimene de. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*, 2008, p.71.

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ *ÚLTIMA HORA*, 22 de junho de 1966.

significava a criação de um novo tratado fronteiro. Segundo relato de Juracy Magalhães, a insistência paraguaia sobre este tema quase encerrou o encontro.

Nessa hora observei, com o máximo de calma, que um tratado entre os dois países só poderia ser revisto por outro tratado. Ou por uma guerra. E como o Brasil não estava disposto a aceitar novo tratado, perguntei-lhe se o Paraguai se considerava em condições de promover uma guerra²²².

Para aqueles que estavam receosos com a possibilidade de os dois países não entrarem em acordo e chegarem ao extremo de provocarem um conflito bélico por causa de Sete Quedas, o encontro entre os dois chanceleres encerrou qualquer possibilidade de uma guerra. Isto porque, quando questionado sobre a possibilidade de o Paraguai iniciar um conflito armado, o chanceler paraguaio se mostrou surpreso e questionou se Juracy Magalhães estava fazendo uma ameaça. A resposta do brasileiro foi a seguinte: “pretendia trazer nossa discussão para uma base mais realista. Suspenso nosso encontro nesse clima tenso”²²³. Ao que tudo indica, a ideia paraguaia de construir na área em litígio uma zona neutra jamais seria aceita pelo governo brasileiro, pois simbolizaria perda de território sendo que o Estado brasileiro acreditava ser Sete Quedas uma região de sua soberania. Provavelmente, por causa deste desentendimento, Juracy Magalhães imediatamente recusou a proposta de Sapeña Pastor e decidiu suspender a reunião, dando índicos que as negociações pudessem fracassar.

Durante o encontro de chanceleres, alguns periódicos paraguaios opinavam que as negociações seriam bem sucedidas. O jornal *colorado Pátria* publicou a informação de que os jornalistas que estavam presentes em Porto Presidente Stroessner acreditavam que o resultado da reunião seria a retirada dos militares brasileiros da área em litígio e que apenas a Comissão Mista de Fronteira Brasileiro-Paraguaia teria acesso à região para dar continuidade aos trabalhos de demarcação²²⁴. Já o *La Tribuna* mencionou que as negociações lideradas pelos chanceleres demonstravam um “otimismo discreto” por conta da reunião ter sido privada, sem ter maiores esclarecimentos²²⁵. Ao analisar as informações publicadas, percebe-se que os três dias do encontro foram intensos ao ponto das reuniões dos dias 21 e 22 de junho terem ocorrido nos períodos matutino,

²²²MAGALHÃES, Juracy *apud* MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*, 2004, P.178.

²²³Ibid.

²²⁴PÁTRIA, 22 de junho de 1966.

²²⁵LA TRIBUNA, 22 de junho de 1966

vespertino e até mesmo noturno²²⁶, demonstrando que os governos dos dois países fariam o possível para resolver o impasse diplomático naquele encontro.

Finalmente, no dia 23 de junho, os chanceleres abriram as portas da sala de reunião para divulgarem aos jornalistas presentes em Porto Presidente Stroessner que o problema estava resolvido. Ambas as nações aproveitariam os recursos energéticos das Sete Quedas e os militares brasileiros desocupariam a região. O encontro apenas selou algo que já estava em processo desde a visita de Golbery Couto e Silva a Assunção em novembro de 1965. Na ocasião, mesmo com a oferta feita pela primeira vez pelo governo Castelo Branco de aproveitamento compartilhado (que não era inédita), os paraguaios deram mostras de que não assinariam nenhum acordo com o Brasil se não fossem retirados os militares de Porto Coronel Renato. O resultado do encontro entre Juracy Magalhães e Raul Sapeña Pastor deixou evidente que a ocupação brasileira estava sendo o entrave nas negociações, apesar de ambos os governos divergirem sobre a soberania de Sete Quedas. Ou seja, o empecilho maior não eram as divergências sobre a caracterização daquela fronteira, mas sim a ocupação.

Finalmente, no dia 23 de junho foi divulgado para a imprensa de ambos os países, com conseqüente repercussão internacional, que o impasse diplomático estava tendo um desfecho. E desta vez, um documento havia sido assinado para formalizar o fim do impasse. Tratava-se da Ata das Cataratas, ou Ata do Iguazu, que se tornou um marco nas relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai. Segundo Menezes,

Aquela reaproximação era tão importante para Stroessner que uma fonte de informação disse que ele, incógnito, era o hóspede do apartamento 222 do hotel Acaray em Puerto Presidente Stroessner e que as freqüentes interrupções, por parte de Sapeña Pastor, durante as conversações, eram para que o chanceler paraguaio fosse consultar o homem forte do Paraguai. Verdade ou não, aquela reunificação era muito importante para o governo de Stroessner²²⁷.

Sobre a Ata das Cataratas, é necessário mencionar os quatro primeiros artigos:

- I - Manifestaram-se acordes os dois Chanceleres em reafirmar a tradicional amizade entre os dois países irmãos, amizade fundada no respeito mútuo e que constitui a base indestrutível das relações entre os dois países.
- II- Expressaram o vivo desejo de superar, dentro de um mesmo espírito de boa-vontade e de concórdia, quaisquer dificuldades ou problemas, achando-lhes solução compatível com os interesses de ambas as Nações.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987, p.90.

III - Proclamaram a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira;

IV – Concordaram em estabelecer, desde já, que *a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até a foz do Rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países*, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país.²²⁸

O primeiro artigo nada mais é do que o ato de reafirmar a amizade entre os dois países que chegou a balançar depois da tensão sobre Sete Quedas. Já o segundo artigo reafirma a posição de superar qualquer obstáculo que pudesse atrapalhar o relacionamento entre ambas as nações. Nas palavras de Menezes, estes dois primeiros artigos são “inócuos”, ou seja, sem novidades²²⁹. Mas o terceiro e o quarto artigo são sem dúvidas uma grande inovação. Pela primeira vez a divisão do aproveitamento dos recursos energéticos das Sete Quedas era documentada e superava o encontro entre João Goulart e Stroessner na fazenda Três Marias em Mato Grosso, em janeiro de 1964, no qual a troca de cordialidades e intencionalidades não passou de mera informalidade, tendo em vista que não houve a assinatura de um acordo naquele momento (ver capítulo 1).

Mas a grande novidade na Ata, reforçando a hipótese de que a convocação da Argentina para uma reunião entre os países da Bacia do Prata acelerou o processo de negociação entre Brasil e Paraguai para tentar resolver o impasse sobre Sete Quedas, é o quinto artigo.

V- Convieram, ainda, os chanceleres em participar da reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados ribeirinhos da Bacia do Prata, a realizar-se em Buenos Aires a convite do governo argentino, a fim de estudar os problemas comuns da área, com vistas a promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações; bem como rever e resolver os problemas jurídicos relativos a navegação, balizamento, dragagem, pilotagem e praticagem dos rios pertencentes ao sistema hidrográfico do Prata, a exploração do potencial energético dos mesmos, e a canalização, represamento ou captação de suas águas, quer para fins de irrigação, quer para os de regularização das respectivas descargas, de proteção das margens ou facilitação do tráfego fluvial.

²²⁸ AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p. 116.

²²⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.92.

Este artigo demonstra o interesse brasileiro ao contar com o apoio paraguaio para defender os seus interesses na Bacia do Prata. O governo brasileiro sabia do receio dos argentinos sobre a construção de uma usina hidrelétrica no curso do Rio Paraná. A inclusão deste artigo na Ata formaliza o acordo para defender os interesses de ambos na reunião dos chanceleres em Buenos Aires como o “pleno aproveitamento dos recursos naturais”, que interessava diretamente ao Brasil, e “resolver os problemas jurídicos relativos à navegação”, de relevância para os paraguaios que naquele momento estavam passando por um problema de crise com a Argentina justamente sobre a livre navegação do Rio Paraná. Para Menezes, este artigo foi o mais importante “aos interesses brasileiros na área do Prata”²³⁰.

O sexto artigo trata sobre o trabalho das Marinhas dos dois países que deveriam destruir ou remover os cascos soçobrados que ofereciam riscos à navegação internacional em águas do Rio Paraguai. Neste caso, nada excepcional. Mas o artigo se refere à demarcação fronteira de ambas as nações que faz a seguinte exposição:

VII- Em relação aos trabalhos da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, convieram os dois chanceleres em que tais trabalhos prosseguirão na data em que ambos os governos estimarem conveniente.

Para Menezes este artigo lhe parece “inócuo, na medida em que um lago, no futuro, eliminaria os motivos para o desentendimento sobre fronteiras”²³¹. Mas não parece ser tão inócuo assim para o autor da presente tese. Independente do futuro alagamento havia a necessidade de ambos os países definirem efetivamente a caracterização fronteira da área em litígio, ao mesmo tempo em que os trabalhos da comissão mista deveriam ser formalizados. Afinal, no passado houve uma lacuna deixada pelos membros paraguaios da Comissão Mista de Fronteira Brasil- Paraguai na década de 1930 que se recusaram a lavrar as atas de caracterização daquela fronteira, como já visto no capítulo anterior. Por causa dos desentendimentos apresentados na época o problema desembocou na década de 1960 e resultou em toda tensão diplomática tratada até aqui.

Anos depois, Juracy Magalhães registrou em seu livro *Minha Experiência Diplomática* as palavras que havia dito ao chanceler paraguaio, Raul Sapeña Pastor, ao final do encontro:

²³⁰ Ibid, p.93.

²³¹ Ibid.

Depois de dois dias de intenso trabalho, em que procedemos a um amplo e franco exame do presente estado das relações entre nossos dois países, chegamos ao fim de nossa tarefa e temos o prazer de assinar essa ata final, que registra nosso entendimento em matérias de tanta importância para nossas nações. Não pretendemos ter encerrado todos os assuntos pendentes no quadro de nossas relações, mas podemos ter a consciência de ter obtido um progresso sensível, logrando, pelo menos, o afastamento da tensão que vinha turvando a tradicional amizade paraguaio-brasileira. Com o mesmo espírito de concórdia com que nos reunimos ontem e hoje, nesta cidade de Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, haveremos de encontrar, seja de Chancelaria a Chancelaria, seja através de nossas embaixadas, a solução para os problemas que ainda permaneçam.

O Brasil e o Paraguai têm um patrimônio de boas relações e de efetiva colaboração a conservar e enriquecer. É da conveniência de nossos países que assim façamos, como é de nosso dever proceder dessa forma, uma vez que a comunidade pan-americana espera que nossas nações contribuam para a paz e o progresso do continente.

Ao regressar a seu país, pode Vossa Excelência levar a certeza de que tanto eu quanto meus companheiros de trabalho somos gratos pelas atenções de que fomos alvo de toda a delegação paraguaia. De minha parte, guardarei uma agradável lembrança deste encontro, desde já formulando votos para que tenha o prazer de revê-lo em breve²³²

As palavras de Juracy Magalhães revelam que as conquistas de aproximação das duas décadas anteriores não poderiam ter sido interrompidas. Entre abril e junho de 1966, os chanceleres de ambas as nações protagonizaram um dos momentos mais controversos das relações entre Brasil e Paraguai que foram de acusações a elogios. Segundo Amaral e Silva:

O final do encontro revelou uma rápida mudança de rumos, com discursos diminuindo o tom da agressividade e ganhando ares de cooperação, de que os dois países teriam mais a ganhar trabalhando juntos do que lutando um contra o outro. Ficou claro que os potenciais ganhos econômicos-políticos venceram a batalha contra questões ideológicas [...] Foi um sinal claro de que os dois países estavam reconstruindo a amizade que, nos anos seguintes, faria com que a união Brasil-Paraguai não se dissolvesse mais²³³.

De fato, a Ata das Cataratas foi um símbolo para reafirmar a amizade entre Brasil e Paraguai, mas isto não quer dizer que a questão Sete Quedas tivesse sido “engolida” pelos paraguaios. Depois de ter recebido das mãos de Juracy Magalhães um memorando em que o Brasil se mantém “convencido dos direitos que lhe assegura o

²³² MAGALHÃES, Juracy. *Minha experiência diplomática*, 1971, p.122-123.

²³³ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p. 75.

Tratado de 1872”, isto é, de que Sete Quedas era de sua soberania, Sapeña Pastor entregou outro memorando ao chanceler brasileiro em que o Paraguai insistia em “não concordar com a tese de que Sete Quedas era brasileira”. A troca destes documentos ocorreu no mesmo dia em que foi assinada a Ata das Cataratas²³⁴. Porém, memorandos à parte, o fato era que a crise entre os dois países estava chegando ao fim.

Na imprensa paraguaia, muitos periódicos publicaram artigos elogiando a atitude do governo Stroessner durante o encontro com a chancelaria brasileira. A possibilidade de uma visita de Juracy Magalhães à capital paraguaia também ganhou destaque nos noticiários guaranis²³⁵. As publicações relacionadas ao encontro em solo paraguaio eram acompanhadas pela embaixada brasileira e logo anexadas e enviadas ao Itamaraty²³⁶.

Ainda no Paraguai, sobre o desfecho do impasse culminado com a Ata das Cataratas, o periódico oficial do Partido Colorado *Pátria* enalteceu os trabalhos da diplomacia paraguaia e até homenageou as chancelarias dos dois países em seu editorial diário dedicado à questão Sete Quedas²³⁷. O *La Tribuna* também fez elogios às diplomacias de Brasil e Paraguai destacando em forma de manchete que “*Culminaron com positivo y elocuente resultado tratativas de cancilleres de Paraguay y Brasil*”²³⁸.

Já no Brasil, alguns periódicos, como o *Jornal da Tarde* e o *Estado de São Paulo*, chamaram o resultado do encontro entre Juracy Magalhães e Sapeña Pastor de “vitória da diplomacia brasileira”²³⁹. Nas palavras de Menezes, “é difícil dizer qual lado teve uma vitória. Talvez fosse melhor dizer que ambos, tendo em vista seus interesses econômicos e políticos, tinham sido vitoriosos”²⁴⁰. Segundo Esposito Neto, “não existe, no corpo do texto, nenhuma referência à soberania de Sete Quedas e à retirada das tropas militares, instaladas na região de Porto Coronel Renato”²⁴¹. Porém, para o mesmo autor, o reconhecimento do condomínio das águas do Rio Paraná foi “certamente uma vitória paraguaia, pois a posição anterior reconhecia o Salto de Sete Quedas

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Ofício do Itamaraty de 24 de junho de 1966 nº 469\430.1(42)(43).

²³⁶ Ofício do Itamaraty de 23 de junho de 1966 nº 456\930.2(42)(43).

²³⁷ *PÁTRIA*, 24 de junho de 1966.

²³⁸ *LA TRIBUNA*, 24 de junho de 1966.

²³⁹ MENEZES, *A herança de Stroessner*, 1987, p. 92.

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 141.

integralmente em território brasileiro, e oferecia ao Paraguai um papel de sócio menor na exploração das cataratas”²⁴².

O periódico *O Jornal*, que fazia parte do grupo *Diários Associados*, então pertencente a Assis Chateaubriand, publicou um artigo intitulado “As oito quedas do Itamaraty” tratando sobre o desfecho do “caso Sete Quedas”. A publicação foi escrita por Theophilo de Andrade que criticou o governo brasileiro. Para este, a Ata das Cataratas foi uma derrota para o Brasil, pois concedeu “ao Paraguai, de graça, metade da força que um dia vier a ser aproveitada na cachoeira de Sete Quedas”²⁴³. Nos últimos parágrafos do artigo, escreveu o que provavelmente muitos brasileiros pensavam sobre a solução do impasse naquela época.

Alguns dos leitores que me honraram com as suas cartas e telegramas, de patriotas indignados, perguntem se tudo está perdido ou se, na verdade esta oitava queda do Itamaraty, que foi adicionada às Sete, que deram o nome aos Saltos, não deverá merecer uma corrigenda [...] O governo do marechal Castelo Branco ordenou a movimentação do destacamento militar para a zona brasileira de Porto Coronel Renato, usando do direito incontestável de soberania. Mas o governo do general Alfredo Stroessner o contestou. E o governo brasileiro bateu em retirada, deixando que a movimentação dos nossos soldados, em nosso território, fique ao sabor das manifestações históricas dos nossos vizinhos [...]. O marechal Castelo Branco deve dizer ao país o que pensa daquela Ata, e das razões porque entendeu de bater em retirada, quando semanas antes, havia feito movimentar os nossos soldados, em nossa fronteira²⁴⁴.

Mas mesmo num país em processo de consolidação de uma ditadura, no qual alguns periódicos declaravam-se publicamente contrários aos militares, houve aqueles que consideraram o desfecho do “caso Sete Quedas” uma decisão acertada, mesmo sendo opositoristas. O periódico *Última Hora*, através de um artigo escrito por Danton Jobim (que criou a primeira escola de Jornalismo no Rio de Janeiro), demonstrou alívio com a assinatura da Ata das Cataratas.

Não simpatizamos com o modo por que o governo da revolução vem tratando certas questões de nossa política externa. Se evitamos fazer comentários a respeito é porque o problema interno brasileiro, que é a redemocratização do país, está para nós acima de qualquer outro.

No caso recente com o Paraguai, preferimos calar, para que não dissesse que a imprensa opositorista leva a sua intransigência ao ponto de tentar agravar conflitos entre o Brasil e seus vizinhos.

²⁴² Ibid, p.142.

²⁴³ Recorte anexado ao ofício da embaixada paraguaia no Brasil enviado ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 22 de julho de 1966- M.R.E- n°61/66.

²⁴⁴ Ibid.

Pelo contrário, sempre receamos esse agravamento, sobretudo em face de certas declarações pouco diplomáticas de nossas autoridades. Reconhecemos agora que, nas negociações da Foz do Iguaçu, se deu um valioso passo para o esvaziamento da questão de limites com o Paraguai, que só tendia a envenenar-se. Foi um alívio! [...]

A fórmula encontrada parece-nos justa. Demonstramos com ela ao Paraguai que não queremos espoliá-lo de uma riqueza incalculável. E ainda mais: ao adotar essa fórmula, não espoliamos o Paraguai e não abrimos mão de nossa soberania territorial na região, o que é muito importante.

A oposição, que já demonstrou não fazer política interna à custa dos interesses brasileiros, deve regozijar-se com o resultado obtido, ou pelo menos sentir-se aliviada²⁴⁵.

E se no Brasil houve divergências de opinião publicadas em periódicos sobre o desfecho do “caso Sete Quedas”, o mesmo ocorreu de forma limitada no Paraguai. Segundo informações que constam em um documento diplomático, o jornal *El Enano* de Assunção apontou em um artigo intitulado “*Humillados ante Brasil*” que o governo paraguaio havia cedido às pressões do Estado brasileiro assinando a Ata das Cataratas. Isto demonstra que o fim do impasse também serviu de munição para atacar o governo Stroessner de um ângulo contrário àqueles que aplaudiram em solo guarani a assinatura da Ata. Porém, o colorado *Pátria* logo criticou o artigo publicado pelo *El Enano*. A embaixada brasileira em Assunção enviou ao Itamaraty recorte da crítica feita pelo *Pátria*²⁴⁶²⁴⁷.

O desfecho do “caso Sete Quedas” foi também uma maneira do presidente Stroessner chamar a atenção da Argentina em outra demonstração de aproximação diplomática entre Brasil e Paraguai, principalmente em se tratando da Bacia do Prata. Naquele momento, no que se refere a livre navegação de rios em comum, o Paraguai enfrentava rígida fiscalização argentina na circulação de embarcações paraguaias em seu território. O periódico do Partido Colorado *Pátria* publicou, quatro dias após a assinatura da Ata das Cataratas, um artigo elogiando o governo brasileiro ao preservar suas relações com o Paraguai, valorizando a amizade diplomática ao contribuir para o fim do litígio fronteiro. Acrescentou que esperava o mesmo do presidente Arturo Illia (que sofreria um golpe de Estado no dia seguinte desta publicação) ao liderar juntamente com o chanceler argentino, Zavala Ortiz, uma política diplomática para solucionar a crise vivenciada entre Paraguai e Argentina sobre a livre navegação no Rio Paraná em solo argentino, no qual as embarcações paraguaias estavam submetidas a

²⁴⁵ Jornal *ÚLTIMA HORA*, 25 de junho de 1966.

²⁴⁶ Ofício do Itamaraty de 22 de junho de 1966- CDO nº930.1 (42)(43).

²⁴⁷ É preciso informar ao leitor que no referido documento citado não constam os argumentos tratados nem do periódico *El Enano* e nem do *Pátria*.

questões burocráticas que impediam a sua livre circulação. Sobre isto, o presidente Stroessner declarou que a crise com a Argentina,

Nos entristece - me dijo- porque nuestra política es la de acercarnos amistosamente a todos los pueblos de America y muy especialmente al pueblo argentino al cual tantas cosas nos unem. Y nos irrita porque el tratamiento desigual que se le da a las embarcaciones de nuestra bandera hiere nuestra dignidad y nuestro amor próprio²⁴⁸.

No Uruguai, a repercussão em alguns setores da imprensa foi de entusiasmo. O periódico *El Debate* de Montevideu publicou no dia 24 de junho de 1966 a manchete “Triunfo da América”. O conteúdo da publicação fez elogios ao desfecho do impasse entre Brasil e Paraguai. Criticou o governo brasileiro por ter ocupado uma área em litígio de forma militar e o Itamaraty por insistir na defesa de que a região já estava demarcada. Porém, apesar de sutilmente elogiar o governo paraguaio ao chamar de extraordinária a sua atuação em levantar documentos que comprovassem Sete Quedas não ser necessariamente brasileira, o periódico uruguaio apontou que o grande mérito para o desfecho cordial do impasse foi do Brasil. Isto porque, estando em uma condição favorável por ocupar a região em questão, “*el gobierno brasileño tiene una digna actitud al retirar esa tropa, debe reconocerse que tal paso constituye un triunfo para quien le da*”²⁴⁹.

Já na Venezuela, país que acompanhava constantemente o impasse entre Brasil e Paraguai, o periódico *La Esfera* de Caracas também fez uma publicação intitulada “*Brasil retiró sus tropas de los saltos de la Guaira*”. Na ocasião elogiou o desfecho, mas ao contrário do periódico uruguaio *El Debate*, apontou que os méritos eram do Paraguai sob a liderança do presidente Stroessner na luta pelos direitos do país guarani. Nas palavras do *La Esfera*, mereceu o “*triunfo pleno de la tesis sustentada por el gobierno del presidente Stroessner, a quien apoyó en demanda todo el pueblo paraguay, sin discriminaciones políticas*”. Além disso, considerou acertada a decisão do governo brasileiro de retirar as tropas da região em questão²⁵⁰.

Mas esta decisão tomada não significava que o governo brasileiro cedesse às reivindicações feitas pelos paraguaios efetivamente. Afinal, nada impediria que incidentes pudessem ocorrer novamente entre brasileiros e paraguaios naquela região,

²⁴⁸ *PÁTRIA*, 27 de junho de 1966.

²⁴⁹ *PÁTRIA*, 27 de junho de 1966.

²⁵⁰ Ofício da Embaixada paraguaia na Venezuela para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 18 de julho de 1966- M.R.E n°34/66.

como ocorreram no primeiro semestre de 1965 e que possivelmente foram relevantes para que houvesse a ocupação militar na área em litígio. Mesmo com a decisão do compartilhamento conjunto dos benefícios das Sete Quedas, foi publicado pelo periódico fluminense *O Globo* que os militares brasileiros se deslocariam de Porto Coronel Renato para uma região próxima, mas que agentes policiais e aduaneiros seriam designados a se fixarem temporariamente naquela área²⁵¹. Em seu livro dedicado a sua carreira diplomática, Mario Gibson Barboza, que seria embaixador brasileiro em Assunção a partir de novembro de 1966, mencionou que incursão de militares brasileiros naquela área, pós Ata das Cataratas, era um dos motivos da hostilidade que ele sofreu no Paraguai nos primeiros meses em exercício no cargo com manifestações públicas diante da embaixada. Segundo Barboza, a primeira conversa entre este e o chanceler do Paraguai, Raul Sapeña Pastor, foi em tom de desagrado, tendo em vista que o ministro teria reclamado de tais incursões na região das Sete Quedas. Provavelmente teria sido este o motivo que levou Stroessner a conceder títulos de propriedade agrícola, no final de 1966, a recrutas que haviam terminado o serviço militar do Exército paraguaio, para ocuparem a *Colônia de Canindeyú*, “situado em território paraguaio, em frente ao Salto das Sete Quedas”²⁵².

Por conta de tudo que ocorreu durante o impasse diplomático, com reflexos desagradáveis nas relações entre Brasil e Paraguai, é possível apontar que a assinatura da Ata das Cataratas foi um alívio conforme mencionado pelo jornalista Danton Jobim do periódico *Última Hora*, citado nos parágrafos anteriores. No que se referiu à questão dos limites, ficou definido que uma comissão mista de fronteira brasileiro-paraguaia daria continuidade aos seus trabalhos na região das Sete Quedas. Mas independentemente da caracterização, ganhava terreno o projeto conjunto de aproveitamento energético daquela fronteira. Infelizmente para os naturalistas, povoados e animais que viviam naquela região, em pouco tempo as belezas naturais de Sete Quedas iriam desaparecer para dar espaço à construção da maior usina hidrelétrica do mundo até então. Ou seja, uma das contradições do necessário progresso econômico e industrial.

2.2-) O processo de negociação para o maior acordo bilateral entre ambos: Brasil e Paraguai rumo a Itaipu.

²⁵¹ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 28 de junho de 1966- M.R.E nº53/66.

²⁵² Ofício reservado do Itamaraty de 21 de dezembro de 1966- CDO nº1011.

Como mencionado nos parágrafos anteriores, em novembro de 1966, o diplomata Mário Gibson Barboza assumiu o posto de embaixador do Brasil em Assunção. Em suas próprias palavras, trocou o “Rio Danúbio pelo Rio Paraguai”²⁵³. A chegada de Gibson Barboza foi consequência de uma solicitação das autoridades paraguaias que estavam insatisfeitas com a atuação de Jaime de Souza Gomes. Em sua biografia, o novo embaixador relata que antes de assumir o posto em Assunção, ele se encontrou diversas vezes com Guimarães Rosa, chefe da Divisão de Fronteira do Itamaraty e com o presidente da Eletrobrás, Marcondes Ferraz para tomar ciência dos detalhes do projeto hidrelétrico. Logo que assumiu o posto em Assunção, se encontrou com o chanceler Sapeña Pastor²⁵⁴. Durante a reunião o novo embaixador brasileiro afirmou que não discutiria sobre a soberania de Sete Quedas que, como mencionado anteriormente, ainda recebia incursões militares brasileiros, e fez questão de enfatizar a discussão sobre o aproveitamento hidrelétrico conjunto do Rio Paraná. Para Wasmony (2008), Gibson Barboza seguiu o mesmo traçado proposto pelo chanceler Juracy Magalhães, durante as negociações da Ata das Cataratas²⁵⁵. Aliás, sobre este documento, Esposito Neto menciona que além do território em questão, o acordo não estabeleceu a obrigatoriedade dos dois países de construir uma barragem ou qualquer tipo de obra²⁵⁶.

Os estudos possibilitam apontar que o novo embaixador brasileiro no Paraguai teve um papel importante no auxílio à formação da Comissão Mista Brasil-Paraguai, criada em 12 de fevereiro de 1967, que durante anos desenvolveria estudos técnicos para o usufruto hidroelétrico de Sete Quedas. Três meses depois, a Comissão Mista inicia seus trabalhos no Rio de Janeiro. Do lado paraguaio a liderança estava a cargo de Enzo Debernardi, presidente da *Administracion Nacional de Electricidad* (ANDE). Já o general Amyr Borges Fortes comandou a missão brasileira. Este era muito respeitado por técnicos do setor elétrico brasileiro e tinha uma relação amistosa com Stroessner. Em agosto de 1967, a Comissão Mista aprovou um planejamento estratégico detalhado tecnicamente, como estudos hidrológicos, geológicos, topográficos e dentre outros

²⁵³ BARBOSA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço da vida*, 1992, p. 65.

²⁵⁴ Ibid, p. 92.

²⁵⁵ WASMOSY, Juan Carlos. *Archivo Itaipu: Memória y Documentos Inéditos*, 2008.

²⁵⁶ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 142.

necessários para a construção da obra. Aos poucos, o projeto hidroelétrico ganhava impulso²⁵⁷.

Em janeiro de 1969, Ramon Gimenez, presidente da Comissão Nacional de Limites do Paraguai e comandante da Escola Superior de Guerra, esteve no Rio de Janeiro para se encontrar com membros brasileiros do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Ministério do Exterior. A comissão paraguaia também contava com o senador Carlos Augusto Saldivar e com o tenente-coronel engenheiro Emílio Mesa Guerrero. Ao conceder uma entrevista à imprensa brasileira no aeroporto do Galeão, o senador Saldivar informava que os temas debatidos seriam os mesmos numa reunião preliminar ocorrida na capital paraguaia, em outubro de 1968²⁵⁸. Logo o encontro no Rio de Janeiro, liderado por Juvenal Milton Engel, foi de grande cordialidade ao ponto do ministro Artur Portela, antigo cônsul em Assunção, conversar com o senador Saldivar em guarani, língua indígena falada por grande parte da população paraguaia. Também estava presente Mario Gibson Barboza, já na condição de ex-embaixador em Assunção (deixou o cargo em dezembro de 1967) e Secretário Geral de Política Exterior do Brasil prestes a assumir a embaixada brasileira em Washington²⁵⁹.

Durante a reunião Olympio Campos, por meio de sua coluna no *Tribuna da Imprensa*, informava que os estudos técnicos levariam tempo para ser concluído, mas o desfecho diplomático a respeito de Sete Quedas seria satisfatório para ambas as partes. Porém, no final dos encontros daquela semana a questão dos limites fronteiriços não ficou decidida. Mas isto não impediu que setores da imprensa brasileira já apontassem a possibilidade da construção de uma hidrelétrica binacional como a proposta mais viável para encerrar o litígio fronteiriço²⁶⁰.

Concomitante aos trabalhos da Comissão Mista Técnica brasileiro-paraguaia relacionados ao melhor aproveitamento hidroenergetico do Rio Paraná, durante o mês de março de 1969 os chefes de Estados de ambos os países se reuniram mais uma vez. Desta vez o presidente brasileiro era Arthur da Costa e Silva que se encontrou com Alfredo Stroessner em Foz do Iguaçu para inaugurar a BR-277, chamada de “Rodovia do Atlântico”, que liga Assunção ao porto de Paranaguá, no estado do Paraná, por meio do trecho asfaltado entre Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. Era a consolidação do “segundo pulmão” paraguaio que desde a década de 1930 estava gradualmente intensificando as

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ *Jornal do Comércio*, 22 de janeiro de 1969.

²⁵⁹ *Jornal do Comércio*, 23 de janeiro de 1969.

²⁶⁰ *Tribuna da Imprensa*, 24 de janeiro de 1969.

negociações com o Brasil para ampliar suas rotas de exportação para outros continentes e diminuir a dependência em relação ao porto de Buenos Aires²⁶¹.

Naquele mesmo 27 de março de 1969, ambos os presidentes distribuíram para a imprensa de seus respectivos países que estava sendo reativada a Comissão de Comércio e Investimentos acordada em 27 de outubro de 1956 para alavancar as negociações comerciais entre os dois Estados. E, em meio aquele processo de negociação, visando atender a demanda energética de parte do estado do Paraná, ficou firmado que o Brasil passaria a comprar 45.000 KWA de energia da Usina Hidrelétrica de Acaray, a primeira da história do Paraguai. As responsáveis pela administração e execução do processo de compra e venda energética seriam a *Administración Nacional de Eletricidad* (ANDE) e as Companhias Paranaense de Eletricidade (COPEL)²⁶². Cerca de duas semanas antes do encontro, Costa e Silva havia aceitado um convite formal de Stroessner para visitar a hidrelétrica no dia da inauguração da “Rodovia do Atlântico” e assim foi procedido²⁶³.

Em julho de 1969, Hipolito Sanchez Quell, ex-presidente da Suprema Corte de Justiça do Paraguai e ex-embaixador do país no Brasil (condecorado com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul em 1960), declarou, por meio da revista *Flash*, que o Brasil deveria devolver os documentos paraguaios referentes à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) que estavam guardados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro²⁶⁴. Oficialmente o Estado brasileiro devolveria documentos, peças e objetos históricos paraguaios, muitos de Solano Lopez, em 1980 por ocasião da visita a Assunção do presidente João Figueiredo²⁶⁵. Já em fevereiro de 1970, Wesclesao Benites, embaixador paraguaio no Brasil, recebeu um convite da Liga de Defesa Nacional do Rio de Janeiro para assistir à festa do centenário da Guerra da Tríplice Aliança que ocorreria na primeira semana do mês de março daquele ano²⁶⁶. Durante as festividades, diversos periódicos brasileiros publicaram artigos referentes ao conflito bélico ocorrido no século XIX e vários recortes foram enviados pela embaixada paraguaia ao seu governo para demonstrar a repercussão do evento histórico em solo

²⁶¹ MENEZES, Alfredo da Motta. *A Herança de Strossner*, 1987.

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ofício Reservado da Embaixada Paraguaia no Brasil de 14 de março de 1969- nº51

²⁶⁴ Ofício Nº 351-541.2 de 20 de junho de 1969. Da Embaixada do Brasil em Assunção para o Itamaraty.

²⁶⁵ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2014

²⁶⁶ Ofício R- Nº123-70 de 23 de fevereiro de 1970. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

brasileiro²⁶⁷. Tais publicações no Brasil chegaram a ganhar publicidade em periódicos paraguaios como o *ABC Color* e o *Pátria*²⁶⁸²⁶⁹.

Após as festividades do centenário do fim da Guerra da Tríplice Aliança, as negociações referentes ao aproveitamento hidroenergético do Rio Paraná ganharam impulso em abril de 1970. Na ocasião, a ANDE e a Eletrobrás assinaram um convênio de cooperação. Ambas ficaram responsáveis pelo financiamento e realização dos estudos da barragem a ser construída. A primeira cláusula consistia na obtenção de dados e a elaboração de estudos técnicos e econômicos do aproveitamento hidroelétrico dos desníveis do Rio Paraná, desde as Sete Quedas até a boca do Rio Iguaçu. Os estudos deveriam incluir um levantamento geral dos diversos usos da água, como consumo humano, navegação, irrigação, industrialização e outros. A 6ª cláusula, que estipulava a necessidade de estudos minuciosos a respeito dos custos de produção e distribuição de energia produzida em Sete Quedas, foi interpretada por Enzo Debernardi como fundamental para os paraguaios compreenderem o mercado brasileiro de demanda energética e elaborarem suas estratégias de negociação em torno do Tratado binacional que estava em processo de elaboração²⁷⁰.

Deve-se dar destaque para as cláusulas 4ª e 5ª, pois estas seriam essenciais para a criação do Tratado de Itaipu três anos depois. A ANDE e a Eletrobrás seriam responsáveis pelos recursos necessários para o desenvolvimento dos estudos técnicos. Caso uma das partes não tivesse condições de honrar suas obrigações financeiras, o 5º artigo estipulava que o sócio quitaria a outra parte das despesas. A dívida seria paga por meio da geração de energia em determinada quantidade a preço justo estipulado por especialistas de ambos os lados²⁷¹.

A Comissão ANDE-Eletrobrás decidiu contratar um consórcio de empresas de engenharia, por meio de uma concorrência internacional, para executar os trabalhos necessários como estavam previstos. Foram escolhidas para o consórcio a *International Enginnering Company Inc. (IECO)*, dos Estados Unidos, e a *ELC Eletroconsult Spa*, da Itália. A União Soviética já havia demonstrado interesse na participação do projeto hidroelétrico visando ampliar uma aproximação geopolítica na América do Sul. Tanto que em maio de 1970, um mês após a assinatura do convênio entre a ANDE e a

²⁶⁷ Ofício R-Nº 145 de 25 de março de 1970.

²⁶⁸ *ABC Color*, 28 de março de 1970.

²⁶⁹ *Pátria*, 27 de março de 1970.

²⁷⁰ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la Historia de Itaipu*, 1996.

²⁷¹ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

Eletrobrás, o Ministro de Energia e Eletricidade soviético, Pyotr Neporojni, que estava no Rio de Janeiro para um Congresso Internacional de Energia, declarou que o seu país estava disposto a colaborar com as autoridades brasileiras no campo energético. Na ocasião, Pyotr Neporojni também era Presidente da Organização Mundial de Eletricidade e sugeriu que o Brasil deveria coordenar seus recursos hidráulicos com um plano de instalação de plantas nucleares, pois somente assim o país atenderia efetivamente a demanda energética industrial. A embaixada paraguaia no Brasil estava atenta aos interesses soviéticos no setor energético brasileiro e logo comunicou seu governo²⁷². Em julho de 1971, Stroessner deixava claro que era contrário ao diálogo com autoridades soviéticas, por questões políticas e ideológicas, o que evidentemente explica o motivo de nenhuma empresa da União Soviética ter sido convidada para participar da concorrência internacional²⁷³. E no que se refere às relações brasileiro-paraguaias no aspecto geral, ainda naquele mês de julho de 1971, um novo marco simbólico acontecia nas relações de ambos os países envolvendo diretamente o encontro entre Alfredo Stroessner e o presidente brasileiro Garrastazu Médici: a inauguração da ponte sobre o Rio Apa, construída com capital e tecnologia brasileira. Uma ponte que está localizada na fronteira do atual estado de Mato Grosso do Sul entre a cidade brasileira Bela Vista e a paraguaia Bella Vista Norte²⁷⁴.

Enquanto os trabalhos da Comissão Mista Técnica brasileiro-paraguaia estavam sendo realizados, suas atividades eram acompanhadas sistematicamente por setores de oposição ao governo Stroessner. O senador do Partido Liberal, Efraim Cardoso, frequentemente fazia discursos e publicava artigos criticando a postura do governo paraguaio de “não defender os interesses soberanos do país” na questão relativa à soberania de Sete Quedas por estar “associado aos interesses brasileiros”. O senador afirmava que havia uma forte “presença física” brasileira na região com a conveniência do governo paraguaio²⁷⁵. Os estudos relacionados à História do Paraguai, como já mencionado no capítulo anterior, possibilitam entender que a aproximação política e econômica entre o Estado brasileiro e o Partido Colorado foi crescente desde a chegada desta filiação política ao Poder em 1947, sobretudo, após a chegada de Stroessner à presidência em 1954. Sem dúvida algo que serviu de munição política para o Partido

²⁷² Ofício R-322-70 de 19 de maio de 1970. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

²⁷³ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

²⁷⁴ MENEZES, Alfredo da Motta. *A Herança de Stroessner*, 1987.

²⁷⁵ A NOTÍCIA, 9 de novembro de 1970.

Liberal atacar o governo ainda a respeito daquela fronteira. Mas, em julho de 1972, uma nota da embaixada paraguaia no Brasil transmitia uma informação proveniente de Novo Mundo (até então Mato Grosso), de que autoridades brasileiras responsáveis pela segurança da fronteira afirmavam que não havia fundamento as acusações de membros de oposição ao governo Stroessner de que militares do Brasil estavam ocupando Porto Coronel Renato naquela conjuntura²⁷⁶.

Não demorou para o Partido Colorado manifestar sobre as acusações da oposição na mensagem de final de ano do partido em 1970. Na ocasião, Juan Ramón Chaves, presidente do partido, criticou as acusações de Efraim Cardoso mencionando que “o governo se preocupa em solucionar com justiça alguns de nossos problemas fronteiriços com nossos vizinhos”. E ainda pediu para que os colorados possam “estar tranquilos, que nesta questão fronteiriça com o Brasil o governo mantém honradamente a soberania nacional e que a suposta ocupação de nosso território por forças militares é uma falsidade inventada pela paixão secreta da imprensa de oposição”. No mesmo discurso se pode verificar a tentativa de desassociar a imagem do governo paraguaio de “submisso” a governos de outros países (sendo o Brasil na ocasião) e de demonstrar responsabilidade internacional. Isto porque, Ramón Chaves enfatizou que o Partido Colorado visava “assegurar a vigência de tratados internacionais, a condenação à tensão de guerra e à vassalagem do fraco em relação ao forte”²⁷⁷.

Logo no decorrer dos anos de 1971 e 1972, o consórcio IECO – ELC realizou um intenso trabalho dividido em quatro etapas: coleta, organização e análise das informações nos dois países como estudos de aproveitamento hidráulico; levantamento e inventário das possibilidades de aproveitamento desde às Sete Quedas até a boca do Rio Iguaçu; apresentação do relatório das duas primeiras atividades aos governos de Brasil e Paraguai no qual coube a decisão sobre as recomendações submetidas a ambos pela Comissão Mista; e estudos de viabilidade técnico-econômica dos anteprojetos que forem indicados por ambos os Estados²⁷⁸.

Foram apresentados oito projetos para o melhor aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná aos membros da Comissão Mista Brasil-Paraguai. Destes, apenas dois tiveram destaque: primeiro seria a construção de uma barragem cerca de 190

²⁷⁶ Ofício R-670-72 de 31 de julho de 1972. Da embaixada paraguaia no Brasil para o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

²⁷⁷ Ofício N° 2 240 (43) de 4 de janeiro de 1971. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

²⁷⁸ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

quilômetros de Sete Quedas aproveitando todo o potencial energético do Rio Paraná; já o segundo projetava a construção de duas usinas, sendo uma num local chamado Itaipu (local escolhido da primeira opção) e outra em Santa Maria, a montante de Sete Quedas. Sendo assim,

Optou-se pela primeira possibilidade, tendo em vista que, entre outros aspectos, (i) seu custo de construção seria 22% menor; (ii) melhores condições geológicas para a fundação da represa; (iii) menor profundidade do rio; (iv) melhor localização para transporte de insumos necessários à construção; (v) a possibilidade de ampliar a casa de máquinas para inclusão de novas turbinas. Essa localização encontrava-se a 14 quilômetros águas acima da ponte internacional entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner²⁷⁹.

Pouco tempo depois da assinatura do Tratado, ainda em 1973, o Ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, declarou perante a Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que o “projeto Itaipu é essencialmente político”. Acrescentou que a realização do Tratado “coube efetivamente ao Ministério das Relações Exteriores que manteve as negociações de ordem política com a República do Paraguai para que surgisse uma solução justa, incontestável e politicamente aceitável para ambos os países”²⁸⁰. Pode-se apontar que o argumento de Antônio Dias Leite era considerável, pois dificilmente Itaipu se tornaria uma realidade sem a habilidade diplomática do Itamaraty. E para autores como Itaussu Mello, a localização da usina não era simplesmente de ordem técnica, mas geopolítica.

A importância política do projeto, além de seus aspectos técnicos e econômicos, é um forte indício de que a escolha do local para construção da usina hidrelétrica – junto à “fronteira viva” da região sul do país –, assim como o condomínio brasileiro-paraguaio sobre Itaipu, foram ditados por razões de ordem geopolítica, quais sejam a “satelitização” do Paraguai e o fortalecimento da presença do Brasil numa área estratégica da bacia do Prata²⁸¹.

A hipótese de Itaussu Mello não é descartada, tendo em vista que existiam condições interessantes da usina ter sido construída em Santa Maria, a poucos quilômetros abaixo dos Saltos das Sete Quedas. Itaipu colocou o Brasil em uma condição favorável no cenário platino aumentando seu eixo de influência sobre o

²⁷⁹ AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*, 2006, p. 78.

²⁸⁰ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

²⁸¹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p.206-207.

Paraguai e estando em condições vantajosas em relação à Argentina que cada vez mais diminuía seu poder de barganha na região. A mesma hipótese é compartilhada por Yahn Filho que faz a seguinte menção:

Muito se questiona as razões pelas quais o Brasil fez uma opção pela construção de uma usina binacional se o Rio Paraná, em seu trecho exclusivamente brasileiro, poderia gerar a mesma energia com a construção de pequenas hidrelétricas ao longo de seu curso. Para nós, a compreensão deste fato está no entendimento do contexto internacional da disputa brasileiro-argentina pela supremacia do Cone Sul, mais especificamente nas concepções geopolíticas dos governos militares de Argentina e Brasil²⁸².

Esposito Neto menciona que autores paraguaios, como Wasmony (2008) e Debernardi (1996), sendo este diretamente envolvido na negociações como presidente da ANDE, “apontam para a preponderância do Itamaraty e sua visão política na condução de questões externas, isto é, o prestígio e a influência do Ministério de Relações Exteriores eram muito superiores aos atributos das autoridades do Ministério de Minas e Energia”²⁸³.

E ainda sobre esta questão, diversos autores mencionam que a construção de Itaipu foi motivo de divergências no Brasil. Autoridades militares ligadas ao governo, assim como especialistas do setor elétrico e parte da imprensa brasileira eram contrários à ideia de ter o Paraguai como sócio de um projeto grandioso e complexo, muito por conta do país guarani ser instável politicamente, economicamente e sem tradição em engenharia. Levantou-se a possibilidade de construir diversas barragens ao longo das bacias fluviais nacionais, principalmente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil em locais identificados pelos estudos da *Canambra*²⁸⁴ que realizou um intenso trabalho nos anos de 1960 na região Centro-Sul com o intuito de desenvolver o potencial hídrico do país e poder expandir a oferta de energia elétrica. Os trabalhos realizados pela *Canambra* incentivaram estudos para o melhor aproveitamento hídrico em outras regiões, como no Nordeste e na Amazônia, no decorrer da década de 1970 e tiveram grande significado em trabalhos futuros no Brasil.

²⁸² YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p. 91.

²⁸³ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 152

²⁸⁴ Foi uma iniciativa das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) que contou com recursos do Fundo Especial das Nações Unidas e do Banco Mundial (BIRD), realizados por técnicos canadenses e estadunidenses do Consórcio *Canambra Engineering Consultants Limited*.

E, ao mesmo tempo em que se discutia o projeto hidroelétrico mais viável, a nível nacional, técnicos brasileiros sugeriram que as futuras barragens construídas poderiam ser viabilizadas por meio de parcerias entre a Eletrobrás e empresas estaduais, como a CEMIG e a CESP, permitindo ao Estado o controle total do projeto elétrico e atendendo interesses políticos e econômicos regionais. Segundo Dias Leite,

A controvérsia energética interna era reativa ao suprimento de energia elétrica às regiões Sul e Sudeste, nos últimos anos do século XX: construir as últimas usinas correspondentes aos aproveitamentos disponíveis nessas regiões, enquanto se discutia um acordo energético internacional ou construir Itaipu antes de se esgotar o potencial interno do Brasil²⁸⁵.

Em janeiro de 1973, um relatório da Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai apontou que a construção de uma grande barragem em Itaipu custaria 20% a menos em relação à possibilidade de construir duas usinas. Somando todas as obras e juros incluídos, o orçamento total estimado de Itaipu era de US\$ 2,033 bilhões de dólares com um custo estimado em US\$ 190 kW- hora. O relatório concluiu que a possibilidade de construção de duas usinas (Santa Maria e Itaipu) deveria ser reexaminada caso houvesse a impossibilidade técnica de execução da barragem alta em Itaipu²⁸⁶.

Em 19 de fevereiro de 1973 ocorreu o primeiro encontro oficial entre representantes brasileiros e paraguaios em Brasília. Mario Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores no governo Médici (1969-1974), apresentou uma proposta de divisão dos investimentos, custos, riscos e outros elementos necessários para a construção da hidrelétrica. A proposta permitia que ambos os sócios pudessem ter liberdade para usufruir de sua cota energética produzida, ao mesmo tempo em que o Paraguai pudesse vender a sua parte para terceiros. Porém, os paraguaios recusaram a oferta por não terem condições financeiras de assumir os custos e investimentos como foi proposto. Sendo assim, a chancelaria brasileira apresentou outra oferta. Na ocasião, o Brasil assumiria inteiramente o projeto e venderia para o Paraguai certa quantidade de energia com preços acessíveis. Logo o chanceler paraguaio, Sapeña Pastor, também recusou esta oferta, pois esta não atenderia os interesses nacionais como a perda do controle de parte de seus recursos naturais e a consequente falta de credibilidade de seu governo perante a população paraguaia. Diante da recusa de Sapeña Pastor, os

²⁸⁵ LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil, 1997*, p. 153.

²⁸⁶ Documento Confidencial-Urgentíssimo de 15 de janeiro de 1973. Nº 664.611 (B 46) da Embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

representantes brasileiros fizeram uma nova proposta inspirada no artigo 5º do acordo de 10 de abril de 1970 entre a Comissão Mista, a Eletrobrás e a ANDE. Na ocasião, uma das partes compensaria a outra pelos investimentos realizados na construção da usina. Sendo assim, esta oferta possibilitou que naquele momento as negociações avançassem²⁸⁷.

O desgaste nas negociações é mencionado pelo então presidente da ANDE, Enzo Debernardi, em seu livro *Apuntes para la Historia Politica de Itaipu*. Ele afirma que os membros paraguaios mantiveram os interesses do país no intuito de não sair prejudicado diante do Brasil na formulação do Tratado, evidenciando a situação socioeconômica do Paraguai como sério obstáculo para a divisão igualitária dos investimentos. Mas isto não significava que o país guarani não devesse pleitear a igualdade dos direitos no usufruto da usina hidrelétrica²⁸⁸. Como é possível verificar até aqui, existiam motivos para as reuniões serem desgastantes, pois, mesmo os membros brasileiros tendo que considerar a situação do Paraguai, o Brasil deveria ter uma contrapartida por ser o único investidor de um projeto também usufruído pelo vizinho.

Em março de 1973, um mês depois daquele encontro em Brasília, ambas as partes se reencontraram. Na ocasião os paraguaios apresentaram uma proposta na qual os empréstimos concedidos pelo Estado brasileiro seriam realizados a uma taxa de juros anual de 6%, com um período de amortização fixo, e o pagamento sendo realizado em energia quando a usina entrasse em operação. Logo autoridades brasileiras, principalmente do setor elétrico, demonstraram resistência com a oferta. Em meio às conversações, os membros do Brasil na comissão trataram mais uma vez das dificuldades no financiamento do projeto numa conjuntura em que organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, não tivessem representantes naquela reunião que estava acontecendo por conta da pressão argentina que se demonstrava contrária a Itaipu. Além disso, a União teria que tomar a frente nos investimentos e pedidos de empréstimos no mercado internacional em condições desfavoráveis para o pagamento de juros. As autoridades brasileiras também fizeram questão de mencionar as condições de subdesenvolvimento semelhantes, ou piores, do que no Paraguai, existentes no sertão nordestino do Brasil. A contrapartida paraguaia foi a apresentação de um estudo detalhado de cálculos econômicos a baixo custo do quilowatt-hora em Itaipu, argumentando a existência de

²⁸⁷ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la Historia de Itaipu*, 1996.

²⁸⁸ Ibid.

uma margem de 13% para remuneração de royalties para ambos os países. Segundo Debernardi, a oferta paraguaia foi aceita pela delegação brasileira²⁸⁹. O modelo escolhido para calcular a tarifa energética foi o cálculo passivo que “significa que o custo da energia resulta dos encargos da dívida, da administração, remuneração do capital, royalties, etc”²⁹⁰

Uma das questões centrais na mesa de negociação foi em relação à participação dos dois Estados na construção de Itaipu. Criou-se mecanismos legais para a realização de licitações a fim de que a contratação de serviços não tivessem preços distorcidos em solo brasileiro e paraguaio. Da mesma forma, foram negociados um regime previdenciário, fiscal e trabalhista específico no desenvolvimento das obras para que isso não tivesse efeito no preço final da energia a ser paga pelos consumidores brasileiros que eram a maioria²⁹¹. As negociações para firmar o *Protocolo sobre Relações de Trabalho e Previdência Social* ocorreriam meses depois da assinatura do Tratado de Itaipu, sendo que as reuniões definitivas ocorreram entre 28 de janeiro e 1 de fevereiro de 1974 na capital paraguaia, como previsto no artigo XX do Tratado assinado em 26 de abril de 1973²⁹².

As delegações de ambos os países finalizaram os detalhes do texto em 15 de março de 1973. Mas em meados do mês seguinte, o embaixador brasileiro em Assunção, Fernando Ramos de Alencar, recebeu uma notificação do governo paraguaio demonstrando a necessidade de discutir novamente os termos do Tratado que estava prestes a ser assinado. Segundo Enzo Debernardi, Stroessner ordenou que os negociadores paraguaios fizessem uma nova proposta a fim de conseguir uma maior remuneração na venda de energia para o Brasil aumentando o preço do quilowatt. Em sua biografia, Mario Gibson Barboza menciona que o presidente Garrastazu Médici demonstrou irritação com a atitude a taxando de “desonesta”²⁹³. O presidente da Eletrobrás, Mario Penna Bhering, que estava envolvido diretamente nas negociações acrescentou uma cláusula no Anexo C do Tratado referente à energia cedida. Segundo

²⁸⁹ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la Historia de Itaipu*, 1996, p. 152.

²⁹⁰ BHERING, Mario Pena. In: CABRAL, Lígia Maria Martins. *Energia Elétrica e Integração na América do Sul*, 2004.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Documento Confidencial- Urgentissimo DAM- I 08-241. (B28). 6 de fevereiro de 1974. Do Itamaraty ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai.

²⁹³ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

Bhering, a exportação energética paraguaia seria “decrecente na proporção que isso fosse ocorrendo com o decorrer do tempo”²⁹⁴

No dia 16 de abril de 1973, as delegações dos dois países se reuniram em Assunção. Os brasileiros apresentaram a contraoferta de Bhering que, a princípio, teve resistência dos paraguaios. Porém, os delegados do Brasil apresentaram modelos de cooperação de outros empreendimentos para reforçar seu ponto de vista como o projeto argentino-uruguaio de Salto Grande e do aproveitamento das cataratas de Niágara entre Canadá e Estados Unidos com o intuito de demonstrar que o modelo proposto para o Tratado de Itaipu a ser firmado era sem precedentes, já que o Paraguai não faria investimentos diretos no projeto e sem garantia aos financiadores, além de receber royalties pelo uso das águas²⁹⁵. Três dias depois, ambas as partes finalizaram o acordo que estipulava o pagamento de 50 dólares a mais por quilowatt-hora pela energia importada do Paraguai. Segundo Debenardi, o governo paraguaio aceitou encerrar as negociações alcançando na época uma arrecadação de quarenta milhões de dólares que significava um terço do valor das exportações do país. Os investimentos paraguaios para gerar tal exportação tinha um custo de 80% e, com os quarenta milhões de dólares recebidos se equivaleria ao dobro dos benefícios das exportações do país naquela conjuntura²⁹⁶.

Com a aproximação do encontro entre os presidentes dos dois países, periódicos de Brasil e Paraguai passaram a dar maior destaque nas suas primeiras páginas, principalmente em solo paraguaio. Entre os dias 23 e 27 de abril o *La Tribuna*, o *ABC Color* e o *Pátria* estamparam nas capas a visita de Stroessner ao Brasil demonstrando o roteiro de suas atividades durante cinco dias. O *Pátria*, periódico do Partido Colorado, enfatizava a missão de Stroessner ao “defender os interesses nacionais” e as homenagens que este receberia no Brasil nas três esferas de Poder. É perceptível a utilização do encontro como uma propaganda do Partido Colorado associando a viagem de Stroessner como um ato de defesa nacional como na publicação em letras maiúsculas *FELIZ VIAJE, SEÑOR PRESIDENTE*, demonstrando “*em otra jornada del mas acrisolado patriotismo em pos de la grandeza del Paraguay*”²⁹⁷. A importância do encontro para o futuro político, econômico e social é tratado com menos fervor

²⁹⁴ BHERING, Mario Pena. In: CABRAL, Ligia Maria Martins. *Energia Elétrica e Integração na América do Sul*, 2004

²⁹⁵ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la Historia de Itaipu*, 1996.

²⁹⁶ Ibid.

²⁹⁷ *PÁTRIA*, 24 de abril de 1973.

patriótico nos periódicos *La Tribuna* e *ABC Collor* do Paraguai²⁹⁸²⁹⁹. Já na repercussão em periódicos brasileiros de grande circulação, foi possível perceber que a relevância do tema ganharia capas de jornal no dia da assinatura do documento, demonstrando que a imprensa do Brasil explorou menos o tema do que a mídia paraguaia, não significando que tenha dado menos importância. A quantidade de notícias apenas revela como o Tratado de Itaipu foi mais objeto de divulgação e apropriação no país guarani, como no caso do periódico colorado *Pátria*.

Finalmente em 26 abril de 1973, como mencionado nos parágrafos anteriores, era assinado entre Brasil e Paraguai, em Brasília, o Tratado de Itaipu, sendo este fato a maior consequência da solução do “caso Sete Quedas” em 1966 na assinatura da Ata das Cataratas. Este tratado, “em consonância com a política bilateral do Brasil, tinha como objetivo a construção da represa de Itaipu, que seria erguida no trecho da fronteira brasileiro-paraguaia que se estende do Salto de Sete Quedas (Guaíra) à foz do rio Iguaçu”³⁰⁰. Ao tratar do aproveitamento energético deste trecho geográfico, o Tratado de Itaipu consagra a Ata das Cataratas de 1966, declarando inclusive nos primeiros parágrafos do documento o referido acordo assinado sete anos antes:

Considerando

O espírito de cordialidade existente entre os dois países e os laços de fraternal amizade que os unem;

O interesse comum em realizar o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países desde e inclusive o salto Grande de Sete Quedas ou salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu;

O disposto na Ata Final firmada em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, quanto à divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná no trecho acima referido³⁰¹.

Segundo Menezes, no mesmo dia em que foi assinado o Tratado de Itaipu, Stroessner foi recebido em Brasília com diversas homenagens no Congresso Nacional, como a medalha Rio Branco. Em retribuição, o presidente paraguaio entregou aos presidentes do Senado e da Câmara, Filinto Muller e Flávio Marcílio, a Ordem Nacional de Solano López³⁰². Homenagens à parte, aquele era um momento importante nas

²⁹⁸ LA TRIBUNA, 25 de abril de 1973

²⁹⁹ ABC COLOR, 25 de abril de 1973.

³⁰⁰ MELLO, Leonel Itaussu Almeida, *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 202.

³⁰¹ BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973. Disponível em:

http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_ITAIPU.pdf

³⁰² MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner*, 1987, p.102 e 103.

relações entre Brasil e Paraguai porque é até os dias atuais o maior acordo geopolítico entre ambas as nações.

A assinatura do documento “encerrava importante significado para os interesses geopolíticos dos ‘dois grandes’ da região. Itaipu era para o Brasil um projeto essencialmente político e, na visão de muitos analistas, enquadrava-se na estratégia da Escola Superior de Guerra para estabelecer a supremacia brasileira na região”³⁰³. Para Zugaib, ao assinar o Tratado de Itaipu, o Paraguai pela primeira vez abandonava desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, sua posição pendular entre Brasil e Argentina e optava por se direcionar ao Estado brasileiro³⁰⁴. Neste sentido, Menezes aponta que, “quando o Brasil, em 26 de abril de 1973, assinou com o Paraguai o Tratado para construir Itaipu, os argentinos começaram realmente a entender que, na verdade os paraguaios estavam escapando de seu domínio e dependência histórica”³⁰⁵.

2.3-) Itaipu: análise do Tratado

O Tratado foi consequência da habilidade diplomática dos dois Estados e seu conteúdo possibilita interpretar que Brasil e Paraguai saíram favorecidos no acordo, apesar de críticas feitas por determinados setores políticos, acadêmicos e jornalísticos de ambos os países.

O primeiro artigo define que será regido “o aproveitamento hidroelétrico dos recursos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde inclusive o salto Grande de Sete Quedas ou Salto del Guairá até a foz do Rio Iguaçu”³⁰⁶. Algo já consagrado na Ata das Cataratas assinada entre os dois países em 1966.

Nos itens dois e três, ficou definido que a Eletrobrás e a Ande são criadores de Itaipu com igualdade de direitos e obrigações. Suas sedes estão localizadas em Brasília e Assunção respectivamente. As normas do estatuto e demais anexos são o regimento da binacional. O mesmo artigo define as regras administrativas com a composição do Conselho de Administração tendo 12 membros no total, sendo 6 indicados por cada país. As atribuições são traçar o planejamento, execução e controle da hidrelétrica. A Diretoria Executiva, que deve se reunir quinzenalmente, é composta pelos diretores, titulares e adjuntos, dos departamentos geral, administrativo, técnico, coordenação e

³⁰³ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.116.

³⁰⁴ Ibid.

³⁰⁵ MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner*, p.110.

³⁰⁶ BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_ITAIPU.pdf

financeiro, indicados por ambos os Estados. Neste caso, quando o Brasil indicar o diretor titular, o Paraguai deverá nomear o adjunto, e vice-versa. Nas reuniões, cada diretor tem direito a 1 voto e as resoluções são tomadas por maioria simples. Caso haja empate, o diretor geral tem direito a desempatar.

Com a nota reversa nº7 coube ao Paraguai indicar os diretores jurídico, administrativo e coordenador da direção executiva dos primeiros cinco anos. Já o Brasil, no mesmo período, poderia definir os diretores geral, técnico e financeiro. Em situações de divergência entre os executivos, o artigo 22 do Tratado determina que “[...] as altas partes contratantes a resolverão pelos métodos diplomáticos usuais, o que não retardará ou interromperá a construção e/ou a operação do aproveitamento hidroelétrico e de suas obras e instalações auxiliares”³⁰⁷. Em solo paraguaio, mesmo com a censura instaurada, não faltaram críticas nesta parte do Tratado. Para o *ABC Color*, a circunstância favorece o Brasil já que o diretor geral seria brasileiro favorecendo o país nas votações pelo direito ao desempate. No entanto, é compreensível tal situação, pois o Brasil foi o único financiador do projeto e por isso colocou “as cartas na mesa”³⁰⁸.

O artigo oitavo determina a integralização do capital inicial de Itaipu, sendo de responsabilidade do Tesouro Nacional de ambos os países, ou dos organismos financiadores indicados pelos governos de Brasil e Paraguai. No anexo A, o montante estipulado é de cem milhões de dólares norte-americanos como capital inicial da hidrelétrica pertencente a ANDE e a Eletrobrás. Neste caso, conforme mencionado nos parágrafos anteriores a respeito do processo de negociação, o governo brasileiro emprestaria os cinquenta milhões de dólares referentes à parte paraguaia com juros anuais de 6% em condições especiais de pagamento. A parte III do anexo C estipula que o prazo para o quitamento não terminaria antes de o primeiro rendimento anual sobre o capital. Como era perceptível que o Paraguai não teria condições de cumprir com as responsabilidades de crédito e seguro de cobertura cambial, o artigo décimo possibilita ao Brasil assumir sozinho esses encargos. Já o artigo nono define que os recursos complementares, citados no anterior, serão suprimidos por ambos os sócios mediante operações de crédito. E o décimo artigo estipula que ambos deverão dar garantias a estas operações, juntos ou separadamente, e possibilitando a necessária conversão cambial pelas obrigações assumidas por Itaipu. Percebe-se neste caso uma autonomia

³⁰⁷ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 164.

³⁰⁸ *COLUNISTA COMERCIAL*, 31 de maio de 1973

exigida pelo Brasil, como único sócio investidor imediato, para agir na busca por recursos.

O décimo primeiro artigo estipula assegurar a contratação de equipamentos e mão-de-obra em condições equivalentes. Já o artigo seguinte isentou Itaipu de quaisquer tributos, taxas, empréstimos compulsórios, seja na venda ou compra de serviços e mercadorias. Da mesma forma eliminou obstáculos burocráticos ao trânsito e depósito de equipamentos e materiais essenciais para as atividades da binacional. Ambos os artigos atenderam os anseios da delegação brasileira que estava receosa com a possibilidade de o Paraguai não cumprir com as garantias formais a preços de baixo custo.

Os artigos décimo terceiro e décimo quarto estipularam a compra e venda de energia que seriam feitos exclusivamente pela ANDE e pela Eletrobrás, ou por outras empresas indicadas em concordância com ambas às partes. E como foi decidido no processo de negociação os sócios se comprometem usufruir do potencial hidroelétrico “*em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles direito de aquisição, na forma estabelecida no artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo*”³⁰⁹.

No artigo quinze, o Anexo C contém as bases financeiras e da prestação de serviços de eletricidade, definindo no 1º parágrafo que Itaipu pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes equivalentes, referentes aos *royalties*. No 4º parágrafo, conforme estabelecido no Anexo C, o valor real do dólar norte-americano será o parâmetro ao pagamento dos *royalties*, dos rendimentos sobre o capital e da remuneração e mantido de forma constante acompanhando as flutuações da moeda referente ao seu padrão em ouro. Segundo Esposito Neto, “esse dispositivo era essencial para a obtenção de financiamento internacional, pois eliminava o risco de flutuações cambiais prejudiciais ao setor”³¹⁰. O mesmo artigo trata da remuneração a outra parte que ceder energia a outra. No artigo III.8 do Anexo C, é estipulado “o montante necessário a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a trezentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante”. Sobre esta questão, uma fonte informa que o periódico paraguaio *La Tribuna* fez uma crítica projetando que no ano de 1985 o Paraguai receberia 30 milhões de dólares pela

³⁰⁹ BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973, p. 6. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_IATIPU.pdf

³¹⁰ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 168.

energia, ao mesmo tempo que as exportações do país chegaria a 300 milhões de dólares. Ou seja, a energia vendida seria 10% das exportações paraguaias. Além disso, a dívida externa do país seria de 60 milhões de dólares no mesmo ano e a energia vendida ao Brasil poderia quitar apenas 50%. Mas o periódico governista *Pátria*, rebateu as críticas alegando que o Paraguai não assumiria nenhum risco financeiro, e por isso, o acordo foi vantajoso para o país.

O artigo dezesseis estipulou o prazo de oito anos, a partir da ratificação do Tratado, para que ambas as partes se empenhassem no intuito de colocar em funcionamento a primeira unidade geradora. Porém, isto apenas aconteceria em 1984 por diversas questões que serão abordadas no último capítulo desta tese. Já o artigo dezessete responsabiliza a Itaipu Binacional a custear as desapropriações das áreas e suas benfeitorias. Porém, “todos esses encargos couberam ao Tesouro brasileiro, pois o Estado paraguaio não possuía esses recursos disponíveis em caixa. Esses valores seriam pagos, com juros subsidiados, em energia, mas somente quando Itaipu iniciasse suas operações”³¹¹.

O decimo oitavo artigo menciona que ambos os sócios, por meio dos protocolos adicionais ou atos unilaterais, deverão zelar para o cumprimento do Tratado nas questões diplomáticas, administrativas, fiscais, aduaneiras, trabalhistas, previdenciárias, urbanísticas, habitacionais, no trânsito de pessoas e na segurança. O artigo dezenove determina que “*o foro de ITAIPU, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil ou no Paraguai, será, respectivamente, o de Brasília e o de Assunção. Para tanto, cada Alta Parte Contratante aplicará sua própria legislação, tendo em conta as disposições do Presente Tratado e de seus anexos*”. Já o vigésimo artigo definiu o prazo de noventa dias, após a assinatura do documento, as normas jurídicas nas questões trabalhistas e previdenciárias. Questão está já mencionada anteriormente quando tratado das negociações entre a delegação dos dois países nos meses de fevereiro e março de 1973³¹².

O vigésimo primeiro artigo delega a responsabilidade civil e penal aos diretores, conselheiros e diretores adjuntos e demais empregados de ambos os países da Itaipu Binacional em conformidade com as leis de Brasil e Paraguai. E caso ocorra alguma infração envolvendo funcionários de nenhum dos países sócios no empreendimento, a

³¹¹ Ibid.

³¹² BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973, p. 8. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_ITAIPU.pdf

legislação aplicada será na sede onde o indivíduo aplica suas funções, seja no Paraguai ou no Brasil. E prevendo a possibilidade de desentendimentos sobre a interpretação do Tratado e seus anexos, o artigo vinte e dois define que ambos os sócios deverão fazer uso da diplomacia para resolver a questão sem retardar ou interromper a construção ou operação da hidrelétrica. A meu ver, uma questão fundamental acreditando em prováveis desavenças dos sócios. Já o artigo vinte e três cita a continuidade dos trabalhos da Comissão Mista, criada em fevereiro de 1967, até a entrega do relatório final da missão confiada. E finalmente o artigo vigésimo quarto cita a ratificação do Tratado em Assunção após a assinatura do documento em Brasília, e finalmente o último artigo estipula que o Tratado de Itaipu entrará em vigor e “*terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente*”³¹³. Fazendo uma análise resumida dos anexos, estes tratam dos seguintes aspectos: Anexo A, Estatuto da Itaipu; Anexo B, descrição geral do projeto principal e das obras; e o Anexo C (já mencionado nos últimos parágrafos), base financeira e prestação de serviços de eletricidade.

A meu ver, o Paraguai se tornou sócio de um grande empreendimento sem desembolso e ainda teria sua parte quitada gradualmente em energia no decorrer das décadas. Algo vantajoso para o país, considerando os recursos hídricos disponíveis na contrapartida de não ter acesso ao oceano e ser dependente dos portos de seus vizinhos, Brasil e Argentina. Apesar das críticas internas na época da assinatura do Tratado, e que ganharia maior projeção na primeira década do século XXI, quando os colorados foram derrotados nas eleições para presidente em 2008 (assunto que será abordado no capítulo V), Itaipu contribuiu para visibilidade do Paraguai no cenário internacional. Além disso, obteve vantagens econômicas, como o atendimento do consumo interno, que serão tratadas mais adiante.

Já o Brasil, apesar de a existência de estudos que possibilitavam construir usinas unicamente brasileiras, teve a contrapartida que favorece atualmente 17% do consumo interno que inclui grandes centros industriais, como o estado de São Paulo (questão aprofundada no V capítulo). Além da notoriedade adquirida com o empreendimento, Itaipu simbolizou o poderio brasileiro na Bacia do Prata, na conjuntura da década de 1970, quando a Argentina apresentava sérios problemas econômicos. Mais adiante, no capítulo IV, veremos que antes, durante e após a assinatura do Tratado, Itaipu se tornou

³¹³ Ibid, p. 10.

um objeto de discórdia e conseqüentemente estremeceu as relações entre Brasil e Argentina. Algo que significou naquela época um grande obstáculo para a integração sul-americana, principalmente na região platina.

3. ARGENTINA E PARAGUAI: DAS PRIMEIRAS NEGOCIAÇÕES PARA O APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO CONJUNTO DO RIO PARANÁ AO TRATADO DE YACYRETÁ EM 1973.

Neste capítulo trataremos sobre as negociações entre Paraguai e Argentina desde o início do século XX até a assinatura do Tratado de Yacyreta em dezembro de 1973. A primeira parte é dedicada aos antecedentes das relações entre ambos os países desde os anos de 1930 até meados dos anos de 1960 quando as negociações para o aproveitamento conjunto do potencial hidroenergético do Rio Paraná foram intensificadas após a assinatura da Ata das Cataratas entre Brasil e Paraguai. Logo estudaremos o processo histórico ligado ao desenvolvimento da energia elétrica nos dois países para compreender a demanda de consumo interno e que levaria ambos os Estados a intensificarem as negociações para atenderem seus interesses no contexto da Bacia do Prata, sendo esta questão abordada na terceira parte do capítulo. E por fim, analisaremos o conteúdo do Tratado de Yacyretá, assinado em dezembro de 1973.

3.1-) As relações entre Argentina e Paraguai: os antecedentes desde a década de 1930

O desfecho das negociações a respeito do Chaco em 1938, entre Paraguai e Bolívia, sob a liderança argentina, possibilitaram a partir do ano seguinte que o país guarani direcionasse esforços de aproximação com seus vizinhos principalmente após a eleição de José Félix Estigarribia. Neste período, o Estado paraguaio buscou se beneficiar das disputas geopolíticas regionais, sobretudo entre Argentina e Brasil. Ao mesmo tempo, foram intensificadas as relações com os Estados Unidos em busca de assistência técnica e financeira com significativo impacto político e econômico no país.

Nas relações com a Argentina firmou-se, em julho de 1939, o Tratado Complementar de Limites, que resolveu o histórico impasse sobre a delimitação territorial na bacia do Pilcomayo. Além disso, houve avanços nas negociações sobre o tráfico fronteiriço que envolveu facilidades de trânsito em território argentino de cidadãos interessados a migrarem para o Paraguai. Em meio a estes acordos houve negociações para intercâmbios de professores, estudantes, profissionais especializados em tecnologia, artistas e jornalistas. E ainda durante o governo de Estigarribia (1939-1940) firmou-se um Convênio sobre Facilidades à Navegação e outro que esclarecia

disposições do Acordo sobre Dragagem e Balizamento do Rio Paraguai e que resultaria, posteriormente, em um empréstimo de vinte milhões de pesos. Já em 1942, a Argentina perdoou a dívida em relação à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), tomando a mesma medida do presidente brasileiro Getúlio Vargas quando este visitou Assunção no ano anterior. Em 1943, Argentina e Paraguai firmaram um Tratado de Comércio baseado num sistema de preferências tarifárias e no reconhecimento mútuo do trato de nação mais favorecida. Constituiu-se também “uma comissão encarregada de considerar a ampliação desse tratado, até chegar a um regime de união aduaneira total. Em dezembro de 1943, o governo argentino concedeu ao Paraguai depósitos francos em Buenos Aires e Rosario”³¹⁴.

Segundo Moraes, “neste contexto, e considerando a histórica rivalidade entre os dois países, a política externa adotada pelo Brasil para a referida região passava a ser uma preocupação constante para o governo argentino”³¹⁵. Em resposta, Buenos Aires buscou intensificar as relações com os demais países da região, pois desde a década de 1930 o Estado brasileiro gradualmente aproximava de seus vizinhos (ver capítulo 1). Neste sentido, foi incrementada a dinâmica em relação ao Paraguai, decorrente da sua localização geográfica e estratégica, que já era considerável desde o início do século XX, com alguns momentos de distância após a Guerra do Chaco (1932-1935). O Estado paraguaio era relevante para apoiar a Argentina em conferências internacionais, além de ser mais um mercado para exportações de seus produtos³¹⁶.

De acordo com Lezcano, a política externa paraguaia passou a ser direcionada com maior ênfase as relações com o Brasil a fim de diminuir a esfera de influência argentina no governo de Higinio Morínigo (1940-1948). Um fator relevante para isto seria o papel de atuação do Partido Colorado que buscava romper com a influência argentina na política paraguaia muito por conta da aproximação das lideranças políticas do país vizinho com o Partido Liberal que esteve à frente do poder desde o início do século XX³¹⁷.

Naquele contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Argentina manteve neutralidade durante grande parte do conflito. Isto teve reflexos nas suas relações com os Estados Unidos em diversas questões, sendo uma delas o ato de

³¹⁴ YEGROS, Ricardo Scavone. *História das Relações Internacionais do Paraguai*, 2013, p.152.

³¹⁵ MORAES, Ceres. *As Políticas Externas de Brasil e Argentina: o Paraguai em jogo*. 2003, p. 83.

³¹⁶ Ibid.

³¹⁷ LEZCANO, Carlos María. *Política Exterior, Percepciones de Seguridad y Amenaza em Paraguay*, 1993.

rechaçar a proposta argentina de se beneficiar da *Lei de Empréstimo e Arrendamento de Armas*. Em contrapartida, explorando a histórica rivalidade brasileiro-argentina, os norte-americanos concederam armamento ao Brasil, sobretudo, após seu apoio aos países *Aliados* no conflito bélico. Tal situação contribuiu para aumentar as desconfianças de grupos políticos argentinos em relação aos interesses brasileiros na região. Nesta conjuntura, diante dos desentendimentos entre Estados Unidos e Argentina, as tentativas de Buenos Aires de formar blocos econômicos na América do Sul eram interpretados como algo contra os interesses de Washington de ampliar a influência estadunidense no hemisfério sul³¹⁸.

Nos anos de 1950, a aproximação paraguaia em relação ao Brasil já era sentida desde a ascensão do Partido Colorado, em 1947, e intensificou-se a partir da posse de Alfredo Stroessner em 1954, como já mencionado nos capítulos anteriores. Mas isto não significou em um afastamento imediato e significativo em relação à Argentina. Foi após a queda de Juan Perón, em 1955, e seu exílio para Assunção, que desconfianças políticas foram sentidas nas relações entre ambos. Mas com a chegada de Arturo Frondizi na presidência argentina, em 1958, a dinâmica intensificou-se³¹⁹. No mesmo ano foi criada a *Comision Técnica Mixta Paraguaya-Argentina* com o intuito de desenvolver estudos para o aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná na localização das ilhas de Yacyreta e Apipe na fronteira dos dois países.

Entre os anos de 1962 e 1967, o Paraguai esteve envolvido em divergências diplomáticas com seus dois grandes vizinhos Brasil e Argentina. Como visto nos capítulos anteriores, as divergências em relação ao Brasil tiveram início em 1962 quando o governo paraguaio soube por meio de um artigo do *Jornal do Brasil* que o país estava desenvolvendo estudos hídricos na região das Sete Quedas. A partir de então o Estado paraguaio começou a reivindicar pendências históricas relativas à soberania daquela fronteira. Já no caso dos problemas com a Argentina, a crise teve início nos primeiros dias de 1965 quando as autoridades de Corrientes apreenderam dois navios paraguaios que eram provenientes de Assunção e estavam seguindo caminho rumo ao porto de Buenos Aires. O motivo da apreensão era contrabando, segundo as autoridades argentinas³²⁰. Este fato causou a indignação do governo paraguaio que incitou a

³¹⁸ MORAES, Ceres. *As Políticas Externas de Brasil e Argentina: o Paraguai em jogo*, 2003.

³¹⁹ MELO, Luciano Moraes. *O Paraguai e o Processo de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos dos Rios da Bacia do Prata*, 2011.

³²⁰ Ofício Confidencial do Itamaraty de 19 de julho de 1965- CDO nº507/920. (43)(42).

imprensa local a publicar diversas manchetes sobre o incidente e explorar a crise com a Argentina³²¹.

O problema ocorrido em Corrientes não teria grande repercussão se fosse encarado pelo governo paraguaio como um simples fato isolado. Mas quase um ano antes do incidente havia sido assinada entre Paraguai e Argentina a Ata de Buenos Aires, em fevereiro de 1964. O documento foi assinado pelos chanceleres Raul Sapeña Pastor (Paraguai) e Miguel Angel Zavala Ortiz (Argentina), com o intuito de facilitar a livre navegação paraguaia em território argentino para usufruir do porto de Buenos Aires³²². Por causa do incidente em Corrientes, o governo paraguaio alegou que os argentinos não cumpriram com os termos da Ata de Buenos Aires.

Com isso, em solo guarani, diversos periódicos publicaram notícias sobre o incidente e editores escreviam artigos criticando o governo argentino. Foi o caso do *La Tarde*, que através de seu diretor, Saguier Aceval, criticou a atitude do governo argentino por não permitir a aplicação da Ata de Buenos Aires³²³. De certa maneira, Stroessner soube tirar proveito da situação para demonstrar à opinião pública que seu governo era necessário para conquistar benefícios ao país, como na busca à livre navegação dos rios internacionais tão necessários para sua economia. Pelo menos esta foi à interpretação da embaixada brasileira em Assunção, que estava atenta sobre tudo relacionado à crise entre Paraguai e Argentina. Em junho de 1965, por meio de um documento confidencial, o então embaixador brasileiro Souza Gomes apontou que “o tom da imprensa nos últimos dias mostra claramente a intenção do General Stroessner, ao desviar a atenção pública para o problema da livre navegação em primeiro lugar e contestar as insinuações argentinas, em segundo”³²⁴.

As reclamações paraguaias eram constantes porque o governo da Argentina decidiu que depois do incidente ocorrido em Corrientes todos os navios paraguaios que adentrassem em território argentino deveriam ser acompanhados por fiscais até o porto de Buenos Aires. Era por isto que Stroessner utilizava o termo “livre-navegação” para não submeter os navios paraguaios a tal fiscalização. Mas a Argentina possuía um dispositivo legal em sua Constituição considerando o Rio Paraná como rio interno, ou

³²¹ Ofício Confidencial do Itamaraty de 28 de junho de 1965- CDO n° 461/681. (41)(43).

³²² FLECHA, Antonio Salum. *La política internacional del Paraguay* 1990, p.242-243.

³²³ Ofício Confidencial do Itamaraty de 02 de fevereiro de 1965- CDO n° 92/910.3(43)(42).

³²⁴ Ofício Confidencial do Itamaraty de 28 de junho de 1965- CDO n° 461/681. (41)(43).

seja, sob sua jurisdição. Segundo Souza Gomes, foi por isso que o governo argentino decidiu unilateralmente romper com a Ata de Buenos Aires³²⁵.

Naquele período o governo argentino estava sob a presidência de Arturo Illia que estava no poder desde outubro de 1963. Seu partido era a *União Cívica Radical do Povo* (UCR do Povo) que havia vencido as eleições com percentual relativamente baixo. Tinha pouco mais do que a maioria no Senado, mas não estava em posição confortável na Câmara dos Deputados, além de controlar pouco mais da metade das províncias do país.³²⁶ Segundo Felix Luna, logo que assumiu o poder, a *UCR do Povo* cometeu o equívoco de formar a equipe de governo apenas com membros do partido e não fazendo alianças, o que provavelmente contribuiu para a instabilidade do governo Illia³²⁷.

Na Argentina, o governo de Illia enfrentava, de saída, numerosos problemas ligados a sua carência de legitimidade e de consenso a seu favor. A esses fatores poderiam acrescentar-se mais dois, um de estilo e outro de representação social. Tanto seu presidente quanto seu ministério e os parlamentares da UCRP tinham um perfil antiquado em relação a uma Argentina que passara por profundas mudanças no decênio pós-peronista. Alguns de seus sintomas eram o movimento cultural vanguardista; as transformações dos costumes, para as quais contribuía a expansão da psicanálise; a vida universitária massificada, palco de crescentes tensões, que tendiam à radicalização ideológica, busca de maior racionalidade, cujo órgão emblemático era o semanário *Primeira Plana*, que combinava linguagem elaborada, temas políticos hostis ao governo e a aspiração a uma modernização cosmopolita dos hábitos da vida. Tudo isso envolvia as novas classes médias urbanas desiludidas como o fracasso do frondizismo, que deveriam ter sido um dos esteios sociais do novo governo, mas se distanciaram dele³²⁸.

A *UCR do Povo* defendia ideias nacionalistas e tentava colocá-las em prática. Foi o caso do rompimento dos contratos com as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo, pagando um imenso valor financeiro de indenização a estas por meio da retirada de capital dos cofres públicos. Estas medidas já demonstravam um perfil de governo diferente ao de Stroessner no Paraguai. Segundo uma fonte do Itamaraty, havia rumores de que o presidente paraguaio estaria apoiando grupos hostis no intuito realizar um golpe de Estado contra o governo de Illia³²⁹.

³²⁵ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1965- CDO nº218.

³²⁶ ROMERO, Luis Alberto. História Contemporânea da Argentina, 2006, p. 140.

³²⁷ LUNA, Felix. *De Peron a Lanusse (1943-1973)*1974, p.168.

³²⁸ FAUSTO, Boris; DEVOTO, J. Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*, 2004, p.386.

³²⁹ Ofício Confidencial do Itamaraty de 19 de julho de 1965- CDO nº507/920.(43)(42).

No entanto, apesar da polêmica sobre a livre-navegação envolvendo os dois países, o governo paraguaio acreditava que o problema seria solucionado e contava com a ajuda do embaixador argentino em Assunção, Marco Aurélio Benítez. Stroessner dava mostras de pensar que este seria seu advogado perante o governo de Arturo Illia defendendo os interesses paraguaios na questão da livre navegação do Rio Paraná. Mas o presidente argentino esperava o contrário de seu embaixador a fim de atender os interesses de Buenos Aires. Uma fonte informa que os trabalhos de Benítez não estavam agradando o governo argentino e por isso estava sendo cogitado retirá-lo de Assunção e fazer sua transferência para outra embaixada. Para evitar tal situação, Benítez teria solicitado a Stroessner que intercedesse junto ao governo Illia para evitar sua retirada da Embaixada. O pedido foi atendido e Benítez manteve-se no cargo ³³⁰.

Mas a permanência do então embaixador argentino não significava que este era simpático às reclamações do Paraguai. Na sua concepção, o impasse entre ambos os Estados não estava sendo resolvido por causa do apoio brasileiro ao governo Stroessner. Durante as comemorações do *14 de julho* na embaixada da França em Assunção, Benítez convidou o Coronel brasileiro Moreira Lima, então adido militar³³¹ da embaixada brasileira no Paraguai, para tomar uma xícara de chá em seus aposentos. Em meio às trocas de palavras, Benítez tratou sobre a crise entre Paraguai e Argentina. Disse que o incidente ocorrido em Corrientes era um típico caso de contrabando e que a má vontade dos paraguaios em relação aos argentinos em diversas questões geopolíticas era por causa do apoio brasileiro ao governo Stroessner. Aproveitou para acusar o presidente paraguaio de apoiar grupos hostis ao governo de Illia na Argentina. E, além disso, enfatizou que a paciência da Argentina em relação ao Paraguai estava se esgotando. Para Benítez, se outros países como o Brasil não estivessem apoiando o governo de Stroessner, os paraguaios não estariam sendo arrogantes em relação aos argentinos na dinâmica diplomática entre ambos os Estados. Como resposta, o Coronel Moreira Lima disse que a política brasileira voltada para o Paraguai era apenas possibilitar uma nova saída ao mar e que não havia nenhum apoio contra à Argentina. O diálogo entre o embaixador argentino e o Coronel brasileiro foi tão significativo para a embaixada brasileira no Paraguai, provavelmente para se certificar da visão argentina

³³⁰ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1966- CDO nº218.

³³¹ Aquele que ocupa esta função é incumbido de trabalhar com estreita ligação com as autoridades militares locais. Por regras, uma embaixada dispõe de um adido militar ou rotativamente proveniente de cada um dos três ramos das Forças Armadas ou, junto dos Estados de maior relevância, três adidos de cada um dos membros.

em relação à aproximação brasileiro-paraguaia, que foi registrado pelo Encarregado de Negócios da Embaixada brasileira em Assunção, Manuel Maria Fernandez Alcázar por meio de um documento confidencial enviado ao Itamaraty³³².

Meses depois, em novembro de 1965, a representação diplomática paraguaia elaborou uma tese defendendo a livre-navegação de rios internacionais e que seria apresentada no encontro da ALALC em Montevideu no Uruguai. Mas a tese não chegou a ser debatida porque a delegação da Argentina retornou para o seu país de origem antes do término do encontro. Houve muita expectativa por parte dos paraguaios que houvesse naquele evento grandes avanços entre os dois países, até mesmo por causa da presença do embaixador argentino em Assunção juntamente com a delegação diplomática da Argentina. Mas com a retirada dos argentinos, a pedido do seu governo, possivelmente para evitar que a polêmica tivesse maior repercussão na América Latina, o objetivo paraguaio fracassou³³³. A situação causou o distanciamento de Stroessner em relação ao embaixador argentino Marco Aurélio Benítez que, por sua vez, tendia cada vez mais a defender os interesses argentinos no impasse sobre a livre-navegação. Diante da animosidade entre os dois países e pelas dificuldades de propor uma solução, não restou alternativa ao embaixador argentino a não ser aceitar ser transferido para outra embaixada. Ele foi enviado às Filipinas e não recebeu nenhuma honraria pelos seus trabalhos realizados em solo guarani³³⁴. Com a saída de Benítez, o novo embaixador argentino em Assunção era o General Carlos Jorge Rosas. Setores da imprensa paraguaia estavam otimistas com chegada de Rosas e acreditavam que um novo embaixador facilitaria uma solução para os problemas com a Argentina. No entanto, a crise ainda parecia distante de ser solucionada.

E enquanto os problemas com a Argentina persistiam, o governo Stroessner enfrentava o Brasil no campo diplomático a respeito de Sete Quedas. A ocupação militar em Porto Coronel Renato já era manchete nos principais jornais paraguaios. Ao final de 1965, Stroessner estava passando por um delicado momento no qual teve um enorme desgaste diplomático com os dois “pulmões” do país, Brasil e Argentina. Nos primeiros meses de 1966 o quadro parecia irreversível com o Brasil não abrindo mão de alegar sua soberania sobre Sete Quedas e à Argentina não cedendo em relação à manutenção da fiscalização das embarcações paraguaias no Rio Paraná. Mas no mês de

³³² Ofício Confidencial do Itamaraty de 19 de julho de 1965- CDO nº507\920.(43)(42).

³³³ Ofício Confidencial do Itamaraty de 10 de novembro de 1965- CDO nº856

³³⁴ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1966- CDO nº 218.

março pequenos avanços começaram a surgir de ambos os lados. A diplomacia brasileira reforçou a oferta feita em novembro de 1965, na visita de Golbery Couto e Silva a Assunção, da possibilidade de dividir com o Paraguai os benefícios econômicos do potencial energético de Sete Quedas, e à Argentina sinalizava a assinatura de um novo convênio para navegação do Rio Paraná. O embaixador argentino Rosas estava conduzindo as conversações para um novo acordo com o Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores do Paraguai, Dr. Pedro Godinot de Villaire³³⁵.

É perceptível observar que a crise paraguaio-argentina era acompanhada pelo governo brasileiro e a crise paraguaio-brasileira era acompanhada pelo governo argentino por causa dos interesses geopolíticos dos dois Estados em relação ao Paraguai. No caso do Brasil, a crise com a Argentina faria o Paraguai precisar casa vez mais dos portos brasileiros. Já a crise com o Brasil faria o Paraguai se aproximar da Argentina para defender os projetos deste Estado voltados para o Prata, como a defesa da *consulta prévia* em relação à construção de hidrelétricas em rios internacionais, pois a oferta brasileira ao Paraguai para usufruir em conjunto o potencial hidroenergético do Rio Paraná já era um sinal de alerta pra Argentina que, como veremos adiante, desenvolvia estudos com o Paraguai, por meio de uma Comissão Técnica Mista formada em 1958, com o mesmo propósito, mas a jusante de Sete Quedas³³⁶. Ou seja, a crise diplomática com dois Estados vizinhos poderia fazer o Paraguai recuar de seus propósitos, mas não foi o que aconteceu. Em relação ao Brasil foi assinada a Ata das Cataratas em junho de 1966 e, como estudado no capítulo anterior, não significou que o governo paraguaio aceitou a soberania brasileira em Sete Quedas. Já em relação à Argentina, não demoraria para que houvesse um acordo de livre-navegação, como veremos nos próximos parágrafos.

Este cenário de conflitos de interesses geopolíticos revela a importância das águas como recurso natural. Para o Paraguai, na condição de país mediterrâneo, o seu principal meio de barganha é o aproveitamento das águas do Rio Paraná no âmbito da Bacia do Prata. Ele está a “cavaleiro da bacia e com uma posição geográfica intermediária entre os grandes, pode ser simultaneamente sócio obrigatório do Brasil e da Argentina no aproveitamento das águas”³³⁷. A este respeito, Pereira utiliza como

³³⁵ Ofício Confidencial do Itamaraty de 31 de março de 1966- CDO nº 218.

³³⁶ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 72.

³³⁷ MELLO, Leonel Itaussu Almeida, *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 173.

referência as palavras do ex-chanceler argentino, Nicanor Costa Méndez, que faz a seguinte observação:

Paraguai e Bolívia são o “heartland” da América Meridional, e torna-se cada vez mais evidente que quem exercer preponderância nesses Estados, dominará totalmente a bacia do Prata e a nação que exercer a liderança nessa “zona-chefe” estará destinada a ser indiscutivelmente, a primeira potência latino-americana.³³⁸

O impasse não chegou a ser resolvido durante o governo Illia, pois logo este sofreria um golpe de Estado diretamente relacionado a conflitos internos e externos³³⁹. Após a posse do Tenente General Juan Carlos Onganía, as negociações com o Paraguai para resolver o impasse sobre a livre-navegação avançaram no decorrer do segundo semestre de 1966. Em 23 de janeiro de 1967, os chanceleres do Paraguai, Raul Sapeña Pastor, e da Argentina, Nicanor Costa Mendez, firmaram em Buenos Aires o Tratado de Navegação que permitiu às embarcações paraguaias navegarem em águas sob jurisdição argentina livremente. É provável que a aproximação foi consequência da proximidade da data referente à primeira Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, marcada para ocorrer na capital argentina em fevereiro daquele ano. O objetivo deste encontro internacional, como veremos adiante, foi eliminar os obstáculos para integração platina envolvendo Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai.

3.2-) A Energia Elétrica em ambos os países.

3.2.1-) Argentina

Na década de 1860, em meio ao processo de desenvolvimento tecnológico mundial da Segunda Revolução Industrial que teve, dentre seus principais aspectos, o desenvolvimento da eletricidade, foi considerável a contratação de pessoal especializado em serviços deste setor em algumas áreas de Buenos Aires como hotéis e barcos. Na década seguinte, com o impulso das comunicações, foi instalado o primeiro telégrafo de comunicação submarina³⁴⁰.

³³⁸ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 72.

³³⁹ No próximo capítulo estas serão abordadas com maior ênfase quando serão tratada a política interna argentina.

³⁴⁰ GUIA. Andres. *Bicentenario de la Argentina: historia de la energia eléctrica*, 2012.

Entre 1880 e 1907 ocorrem as primeiras instalações de empresas estrangeiras que passaram a administrar diversos serviços de eletricidade. A forma de atuação destas gerou debates a respeito da necessidade de que tais empresas deveriam estar sob a supervisão e regulação dos municípios. Em 1881, dois anos após a criação da lâmpada incandescente de filamento fino de carvão e alto vácuo por Tomaz Edson nos Estados Unidos, da qual ele patenteou por meio da *Electric Light Company*, Fermín Vieyna chega a Buenos Aires propondo as autoridades municipais serviços de iluminação pública realizados pela *Stagg Brothers de Londres*, empresa que ele representava. Por questões de segurança e pouco conhecimento, as autoridades legais negaram a oferta alegando a possibilidade de acidentes sofridos por trabalhadores no desenvolvimento das obras. Mas isto não impediu que, no ano seguinte, um agente da *FACRY Y CHAUCY*, empresa financiada por Tomaz Edison, oferecesse serviços de iluminação elétrica com o objetivo de patentear lâmpadas na Argentina. Os testes foram realizados em uma Confeitaria de Gás nas atuais ruas Rivadavia e Esmeralda na capital argentina.

Ainda em 1882, a empresa norte-americana *Brush Eletric*, representada por Walter Cassels, iniciou conversações com as autoridades municipais de Buenos Aires para obter a concessão de iluminação pública e privada da cidade. As negociações tiveram algum avanço sendo concedido o serviço no Mercado Central com a utilização de 40 lâmpadas de arco. No ano seguinte, tentando ampliar seus negócios, Walter Cassels partiu para La Plata, na província de Buenos Aires, a convite do governador Dardo Rocha para fazer instalações de iluminação. Na ocasião foram instaladas 200 lâmpadas com duas mil velas de ignição que fizeram La Plata ser a primeira cidade com ampla iluminação elétrica na Argentina. A partir da segunda metade da década de 1880 os serviços se espalharam para diversas regiões do país.

Em 1886 foi concedido a Rufino Varela a primeira concessão para abastecimento de iluminação elétrica em Buenos Aires. Sendo assim, o gás como recurso de iluminação urbana foi gradualmente diminuindo até os primeiros anos do século XX, ocorrendo o mesmo ocorreu com o querosene. Durante a primeira presidência de Hipólito Yrigoyen (1916-1922), uma crise de combustíveis para abastecimento afetou os transportes ferroviários do país e conseqüentemente resultou na necessidade de maiores investimentos em sistemas férreos movidos à eletricidade³⁴¹.

³⁴¹ Ibid.

Em 1887, ainda de forma precária, a Companhia Primitiva de Gás, associada a Tomaz Edison, instalou a primeira usina elétrica em Buenos Aires. No mesmo ano, os irmãos Angel e Carlos Cúneo, em parceria com Rufino Varela, desenvolvem o primeiro sistema de eletrificação em 2000 volts voltados para zonas rurais, mais especificamente em grandes fazendas³⁴².

A entrada de empresas estrangeiras no setor teve reação nacional em 1893 quando foi criada a *Compania General de Eletricidad de Buenos Aires (CGECBA)* da qual esta recebeu a concessão para trabalhar nas atividades de iluminação na região central da capital argentina, ainda que em parcerias com firmas internacionais. Três anos depois houve a fusão desta com a alemã *Deutsche Uberseische Bank* que expandiu os serviços para outras áreas de Buenos Aires. Não demorou para que pouco tempo depois houvesse a participação conjunta de empresas inglesas. Em 1909, foi criada a *Compañia Argentina de Eletricidad S.A (CADE)* que expandiu seus serviços no setor elétrico de Buenos Aires para o interior da província de mesmo nome³⁴³.

No setor hidroelétrico foi inaugurada na província de Córdoba a *Central Hidroeletrica de Casa Bamba*, situada a 32 km da cidade de mesmo nome, em 1898. A usina é operada com as águas embalsadas do dique de São Roque. Já em 1910, foi parcialmente inaugurada a *Usina Hidreletrica de Dock Sud* na província de Buenos Aires. Por meio desta foi possível expandir o potencial de energia elétrica na Argentina. No entanto, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e nos imediatos anos subsequentes, quando houve considerável redução de investimentos externos no país, a CATE (empresa alemã com concessão para realizar serviços no setor elétrico na capital) transferiu suas concessões, em 1921, para a *Compañia Hispano Americana de Electricidad (CHADE)* num momento em que a capacidade de 67000 Kw de Dock Sud foi superada pela demanda. A CHADE deu continuidade nos trabalhos expandindo a capacidade energética instalada chegando a 92000 Kw em 1923. Quatro anos depois a expansão duplicou³⁴⁴.

Quase uma década antes de transferir sua concessão, a CATE havia perdido, em 1912, o monopólio de suas atividades quando foi criada a *Compañia Italo-Argentina de Electricidad (CIAE)*. A intenção das autoridades municipais de Buenos Aires era de que

³⁴² Ibid.

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ MINISTERIO DE HACIENDA.GOV.AR

Disponível em: < http://www.mepriv.mecon.gov.ar/Agua_y_Energia/index.htm>. Acesso em agosto de 2017.

com o desenvolvimento desta última, os custos para produção energética seriam mais baixos a longo prazo e, por isso, ofereceram uma concessão por 50 anos. Durante o período em que coexistiram, a CATE e a CIAE não foram concorrentes e dividiram suas áreas de atuação na capital argentina³⁴⁵.

Ainda no decorrer da década de 1910 seriam inauguradas outras usinas hidrelétricas pelo país. Em 1910 foi o caso da *Central Lúcio Vicente López* (550 Kw), no curso do rio Carcaraña, na província de Santa Fé. Já em 1911 seria a vez da *La Calera* (3.600 Kw) na província de Córdoba. No ano seguinte foi inaugurada a *Central de Lules* (4.560 Kw), em Tucumán. E finalmente em 1916 inaugurou-se a *Central de Cacheuta* (5.600 Kw), na região de Mendoza.

Nos anos de 1930, os serviços de eletricidade estavam repartidos entre grandes empresas vinculadas a *holdings* internacionais. O consórcio norte-americano *Electric Bond and Share* (EBASCO) operava por meio de várias subsidiárias, sendo as mais conhecidas a *Societe Financiere de Transports et d' Entreprises* (SOFINA), composto de capital belga e espanhol, que tinha seus trabalhos realizados pela na sua filial CHADE, e a ANSEC. Tais empresas tinham o monopólio do mercado, mas a crise econômica mundial naquele contexto teve reflexos nos trabalhos da CHADE por conta da redução de recursos. O resultado foi à fusão entre esta e a SOFINA que logo passaria a se chamar *Compañia Argentina de Eletricidad* (CADE) com o objetivo de ampliar a concessão, que se encerraria em 1957, para mais 25 anos³⁴⁶.

Já na década de 1940, mais especificamente após a ascensão de Juan Domingo Perón em 1946, o Estado tenta ampliar seu potencial regulador e impulsiona sua atuação no processo de industrialização. Uma das consequências foi o incremento do processo de urbanização que ampliou a demanda por energia elétrica. Ao mesmo tempo, ampliou-se a mão de obra no mesmo setor. Antes da posse de Perón, a chamada *Gran Buenos Aires* consumia 65% da eletricidade produzida no país em 1945. Até aquele momento, por diversos problemas estruturais, houve situações de apagão e caídas de tensão em várias regiões do país. E, além disso, na primeira metade da década havia 1.600 povoados com mais de 250 famílias que ainda careciam de serviços elétricos, muito por causa da distância dos grandes centros urbanos-industriais e pela estrutura de interligação pouco desenvolvida até então. Na ocasião era muito comum a predominância da exploração energética de termoelétricas nas regiões mais interioranas

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ GUIA. Andres. *Bicentenario de la Argentina: historia de la energia eléctrica*, 2012.

do país. Como consequência, o Estado argentino intensificou medidas para o desenvolvimento para exploração hidroelétrica favorecendo empreendimentos estatais no setor e incentivando a nacionalização de empresas privadas no âmbito provincial. Foi neste contexto que criou-se a *General de Centrales Eléctricas do Estado* (CEDE) ligada a *Secretaria de la Industria y Comercio*, cujos objetivos eram “*el estudio, proyección, ejecución y explotación de las centrales eléctricas, medios de transmisión, estaciones transformadoras y redes de distribución*”³⁴⁷, deixando claras as intenções do Estado. No ano de 1947, em meio ao Plano Quinquenal (1946-1951) publicado por Perón, foi criada a *General de Agua y Energia* a fim de intensificar as atividades de exploração hídrica no país. Estava previsto que seriam iniciadas, ainda em 1947, 35 obras com um orçamento de 600 milhões de dólares. Mas o investimento aumentou chegando a 852 milhões de dólares com a execução de 45 empreendimentos. As áreas de maior expansão em infraestrutura no setor foram em Tucumán, Córdoba, Neuquén, Santiago del Estero, Allen, Mar del Plata e Santa Fé. Já no início da década seguinte, a *General de Agua y Energia* se transformaria em *Empresa Nacional de Energia* (ENDE) para desenvolver planos e execuções de projetos em longo prazo³⁴⁸.

Nos anos de 1950 ganharam impulso às cooperativas de eletricidade que vinham se desenvolvendo desde 1927 quando foi criada a primeira *Cooperativa de Electricidad em Punta Alta* (Bahia Blanca). Em 1950 funcionavam conglomerados deste tipo em todo território argentino. As companhias privadas que prestavam serviços do setor no interior do país eram subsidiadas por firmas estrangeiras. A EBASCO, em conjunto com a CADE e a CIAE dividiram espaços para suas atuações. Em 1952, nove companhias agrupadas na ANSEC assumiram 82 centrais elétricas. Já a *Intercontinental Power CO*, tinha 54 centrais reunidas sob supervisão do grupo SUDAM. Já a *Compañia Suizo-Argentina* administraria 20 centrais. Em 1957, dois anos após a queda de Perón, a ENDE se constituiu como *Agua y Energia Eléctrica*. No ano seguinte, esta adquiriu as centrais elétricas do interior do país que eram correspondentes a ANSEC e a SUDAM ao custo de 235 milhões de dólares³⁴⁹.

No final da década, a crise de abastecimento na *Gran Buenos Aires* fez o governo de Arturo Frondizi (1958-1962) pedir apoio do Congresso Nacional para criar a *Servicios Eléctricos de Gran Buenos Aires* (SEGBA) com a finalidade de acoplar todos

³⁴⁷ Ibid, p. 55.

³⁴⁸ Ibid.

³⁴⁹ IBid

os serviços elétricos da região. O tema foi motivo de discórdias por entrar em confronto com setores privados atuantes no setor. Como não houve grandes avanços em meio aos debates, formou-se a SEGBA S.A em conjunto com a CADE e a CEP. O acordo era de que aos poucos estas empresas privadas transferissem gradualmente seus bens por um período de dez anos. Mas em 1961 a SEGBA S.A já era 100% nacional. A situação em relação ao abastecimento na *Gran Buenos Aires* se normalizou até 1963³⁵⁰.

Ainda durante o governo Frondizi foi aprovada a Lei 15.336, chamada de “*Energia Eléctrica*” que estabelecia para a jurisdição nacional a geração e transmissão de eletricidade. E para as jurisdições provinciais a distribuição e subtransmissão. A novidade na referida lei era de que poderia haver participação do capital privado para atrair investimentos externos, já que até então isso era proibido de acordo com a Constituição Federal de 1949. Após a queda de Frondizi, em março de 1962, estas medidas não tiveram avanço no governo seguinte democraticamente eleito. A gestão de Arturo Illia (1963-1966), da *União Cívica Radical do Povo*, era avessa ao papel do capital privado de empresas estrangeiras em diversos setores de infraestrutura do país. Já Juan Carlos Onganía (1966-1970) publicou o decreto-lei 17.004 ratificando a jurisdição nacional de todos os serviços. Mas os distúrbios políticos na Argentina no decorrer dos anos de 1960 não impediram que houvesse impactos negativos no desenvolvimento das atividades da empresa *Agua y Energía*³⁵¹.

Já os projetos hidroelétricos ganharam um novo impulso em 1967, com a criação da *Hidroeléctrica Norpatagonica Sociedad Anónima* (Hidronor S.A), cuja finalidade era explorar os recursos hidroelétricos do norte da Patagônia. Ao mesmo tempo, avançou gradualmente as negociações para os empreendimentos binacionais, sendo Salto Grande em parceria com o Uruguai, e Yacyreta em conjunto com o Paraguai, como veremos adiante³⁵².

3.2.2-) Paraguai

Segundo Enzo Debernardi, o desenvolvimento do setor elétrico no Paraguai foi um dos mais tardios na América Latina. Até 1948, Assunção era parcialmente coberta pelo serviço elétrico regular que estava a cargo da *Compañia Americana de Luz y*

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ ROMERO, Luís Alberto. *La Crisis Argentina. Una mirada al siglo XX*, 2003.

³⁵² GUIA. Andres. *Bicentenario de la Argentina: historia de la energia eléctrica*, 2012.

Tracción (CALT), uma empresa privada norte-americana. Já o interior do país estava praticamente desprovido de abastecimento, salvo algumas localidades que contavam com pequenos geradores³⁵³.

Em 13 de agosto de 1948 foi promulgada a Lei nº 16 que nacionalizava a CALT. Em novembro do mesmo ano, uma resolução do então Ministro de *Obras Públicas y Comunicaciones*, Victor Morínigo, denominou a empresa como *Administracion Nacional de Electricidad* (ANDE). Na época toda geração de energia da CALT estava concentrada na antiga usina de Puerto Sajonia que contava com 7.000 Kw instalados. “*La máxima tensión de las redes era de 6.000 voltios, com um servicio precário que merecia la insatisfacción de los usuarios*”³⁵⁴.

Até então, todo o pessoal técnico qualificado da CALT eram estrangeiros e não houve um processo de treinamento com técnicos paraguaios para capacitação. Para Debernardi, a nacionalização foi feita sem um planejamento estratégico para o setor e isto teve imediato impacto negativo. Os técnicos da empresa se retiraram do país e partiram para Buenos Aires. “*La parte más peligrosa de esa imprevisión fue, muy probablemente, la que se relacionaba com la indisponibilidad de personal técnico y administrativo nacional*”³⁵⁵.

No decorrer da década de 1950, problemas administrativos e a falta de considerável mão-de-obra com capacidade técnica especializada causaram sérios problemas de desestruturação na ANDE. Entre 1948 e 1959, doze pessoas se sucederam no cargo de direção do órgão. O mais capacitado tecnicamente teria sido o Capitão de Marinha Zoilo Rodas Ortiz, que desenvolveu estudos de engenharia no Brasil. Foi em 1959, com o Decreto Nº 4920, que o Estado paraguaio reestruturou a instituição investindo na formação de novos técnicos no país. Além disso, o decreto expressava em seu conteúdo a necessidade de dar continuidade aos estudos de aproveitamento hidroelétrico das fontes hidráulicas de seu território. Ao que parece, como veremos adiante, a formação da Comissão Técnica Mista com a Argentina, em 1958, teve impacto nesta medida considerada como primordial. Logo após a publicação, houve esforços para melhorar as condições financeiras e econômicas da ANDE³⁵⁶.

As melhorias técnicas e financeiras tiveram impacto nos serviços e facilitaram o acesso ao crédito internacional. O Banco Interamericano de Desenvolvimento concedeu

³⁵³ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para La Historia Política de Itaipu*, 1996.

³⁵⁴ Ibid, 110.

³⁵⁵ Ibid, 110.

³⁵⁶ Ibid.

investimento para o aproveitamento hidroelétrico do rio Acaray, cujas obras se iniciaram em 1965. Já as linhas de transmissão, que ligavam Assunção ao interior do país, ampliaram a capacidade instalada da ANDE para 220 Kw³⁵⁷.

A partir formação da Comissão Técnica Mista Brasil-Paraguai, em 1967, a fim de desenvolver estudos voltados ao aproveitamento conjunto do curso médio do rio Paraná, como estudado no capítulo anterior, foi intensificada a capacidade técnica de paraguaios atuantes no setor, ainda que reduzido a poucos profissionais no país³⁵⁸. A necessidade de capacitação foi sentida conforme as negociações para a assinatura do Tratado de Itaipu se aproximava por conta dos interesses nacionais em questão. Somados a isto, havia em sincronia os trabalhos da *Comision Mixta Técnica* (CMT), em conjunto com a Argentina, voltadas para o aproveitamento hidroelétrico de Yacyretá-Apipe no curso do rio Paraná. Em 1973, quando foram assinados o Tratados de Itaipu e o Tratado de Yacyreta, o consumo médio de energia elétrica foi de 190 Kw-hora por habitante no Paraguai.

³⁵⁷ Ibid.

³⁵⁸ Ibid.

3.3-) As negociações para o Aproveitamento Hidroelétrico Conjunto

Figura 6- Mapa da localização de Yacyretá

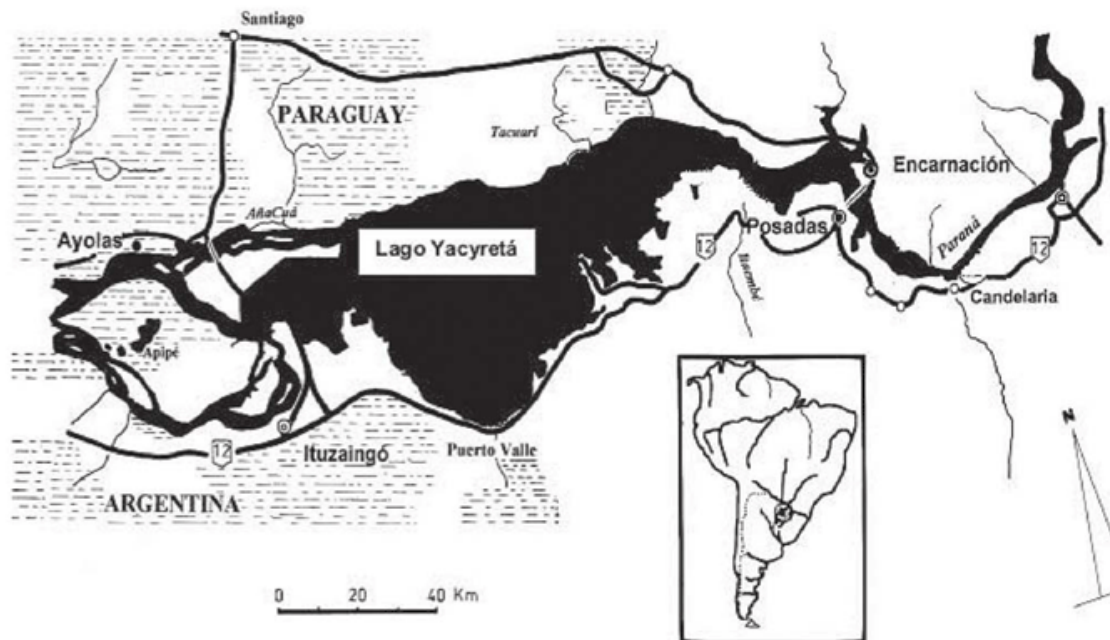


FIGURA 1: Localização da cidade de Ituzaingó (27° 36'S, 56° 41'W). Fonte: Modificado de Neiff, 2005.

Fonte: BELINI, Luzia Marta; Ulloa, Victor. *A Usina Hidrelétrica de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no Rio Paraná*. Sociedade & Natureza. Uberlândia, 2009, p. 377. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n3/a12v21n3.pdf>

As primeiras negociações para o desenvolvimento de estudos hídricos nos saltos de Apipé, no curso do Rio Paraná, entre a Argentina e o Paraguai, nas proximidades das atuais cidades de Ituzaingó (Argentina) e Ayolas (Paraguai), ocorreram em meados da década de 1910. Nos anos de 1920, o Estado argentino, por meio da *Dirección de Navegación y Puertos*, contratou os engenheiros Humberto Gamberale e Francisco Mermóz para realizarem estudos a respeito do potencial hidroelétrico das cataratas do Iguazu, assim como nos saltos de Apipé no curso do Rio Paraná, e também na região de Salto Grande no curso do Rio Uruguai. Os resultados foram apresentados em 1928 e indicaram considerável capacidade de aproveitamento energético nas áreas mencionadas³⁵⁹. Porém, não houve avanços para o desenvolvimento de um projeto conjunto entre Argentina e Paraguai por conta de problemas políticos e econômicos vivenciados internamente em ambos os países, ao mesmo tempo em que o Estado

³⁵⁹ Relatório da Comisión Mixta Técnica paraguayo-argentina del Apipé (Sinthesis del Informe Técnico-Económico-Financeiro) de agosto de 1964.

paraguaio vivenciava divergências diplomáticas nas relações com a Bolívia envolvendo a soberania do Chaco Boreal e que resultaria anos depois em um conflito bélico³⁶⁰.

Durante o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), um Plano Quinquenal foi criado no início de seu mandato definindo que o desenvolvimento da economia estaria entrelaçada a utilização racional dos recursos energéticos ainda inexplorados na Argentina, com especial atenção a exploração hídrica. Neste sentido, em 1950 foram realizados novos estudos hidrográficos e de nivelamento do Rio Paraná, juntamente com o levantamento topográfico da zona dos saltos do Apipé³⁶¹.

Em 23 de janeiro de 1958, os Estados de Argentina e Paraguai firmaram um acordo criando a *Comisión Mixta Técnica Argentina-Paraguay* (CMT) para realizar estudos em conjunto a respeito do aproveitamento hídrico do Rio Paraná, na zona das ilhas de Yacyretá e Apipé, assim como possibilidades de melhoria da navegação na área. Segundo relatório informativo da CMT divulgado em 1964, o documento firmado em 1958 constaria principalmente em:

- a-) Reconocimiento e inspección de la región, determinando todas las características técnicas relacionadas con el aprovechamiento hidráulico.
- b-) Estudios e hidrológicos del Rio Paraná.
- c-) Estudios geológicos
- d-) Un proyecto de obras necesarias para el aprovechamiento hidráulico, incluyendo los costos probables.
- e-) Un estudio de la eventual financiación de los proyectos que se sugiriese
- f-) Un estudio del probable consumo de energía eléctrica de la región y de los posibles costos de la misma³⁶²

O acordo foi ratificado em 16 de junho de 1958, já sob o governo de Arturo Frondizi (1958-1962), recém-empossado na presidência e intencionado na direção de um projeto desenvolvimentista incrementando a industrialização e a infraestrutura nacional. Na ocasião o acordo estipulava o prazo de dois anos para apresentar resultados dos estudos a ambos os governos informando: as diretrizes das obras; os benefícios; possibilidades de investimentos; e plano de execução dos trabalhos. Ao que é possível analisar não houve no prazo estipulado avanços significativos, pois em 3 de novembro de 1960 a *Comisión Mixta Técnica* foi constituída com novos integrantes em um momento em que não foram apresentados resultados. A delegação argentina foi

³⁶⁰ MELO, Luciano Moraes. *O Paraguai e o Processo de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos dos Rios da Bacia do Prata*, 2011

³⁶¹ PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos relevantes em outros países*, 2007.

³⁶² Relatório da Comisión Mixta Técnica paraguay-argentina del Apipe (Sinthesis del Informe Técnico-Economico-Financiero) de agosto de 1964, p. 3.

encabeçada pelo engenheiro Roberto José Perazzo e a paraguaia pelo Contra-Almirante Raul A. Gutierrez Yegros. Na época, participaram na condição de assessores pelo lado argentino os engenheiros Guillermo A. Mazza, Horácio Melo Fajardo e Victor Hugo Greco. Já do lado paraguaio, o engenheiro Enzo Debernardi (muito citado no capítulo anterior nas negociações de Itaipu) foi quem trabalhou na assessoria da delegação. O encontro deu indícios de que o projeto avançaria de forma sistemática com a criação do Plano Geral de Estudos Preliminares. O documento determinava o prazo de dois anos para a conclusão dos estudos. No entanto, por meio de *Notas Reversales*, os governos de Argentina e Paraguai concordaram, em junho de 1962, em estender o prazo para mais dois anos³⁶³. Naquele contexto o Estado argentino já estava sob o governo de José María Guido que ascendeu ao poder três meses antes, após a um golpe de Estado liderado por forças militares, num contexto de intensa instabilidade política. Já o governo paraguaio, como visto anteriormente, estava sob o regime militar de Alfredo Stroessner e que já demonstrava na época discordância em relação ao Brasil sobre os estudos hídricos na região das Sete Quedas no curso médio do Rio Paraná e ainda não havia recebido uma resposta do governo João Goulart a respeito (somente ocorreria em setembro de 1962). Esta configuração, somada a outros elementos relevantes de ordem técnica e econômica, possivelmente tiveram impacto na decisão de estender o prazo para conclusão dos estudos sobre Yacyretá e Apipe.

Em 9 de junho de 1964 foi aprovado o informe *Técnico y Económico-Financeiro* do anteprojeto da represa Yacyretá-Apipe elaborado pela *Comision Mixta Técnica* com quase 30 páginas contendo informações sobre: o Rio Paraná; a navegação no mesmo rio; os estudos feitos anteriormente na região onde era pretendida a construção da hidrelétrica; o desenvolvimento dos estudos da Comissão; o anteprojeto das obras; a esclusa para navegação; o trabalho da central hidroelétrica; os vertedouros; a formação da represa; a esclusa de peixes; as barragens de terra; o plano de construção das obras; a altura máxima da barragem; a produção de energia; o mercado de consumo elétrico; a projeção de demanda energética; as linhas de transmissão; o financiamento das obras; o custo na produção de energia; o custo de transmissão; os benefícios das obras; a forma como seriam realizadas as obras; um resumo geral das características gerais e os custos das obras de forma numérica; e uma imagem fotográfica das ilhas fluviais na região em questão com numerações apresentando suas localizações e proporções de espaço

³⁶³ Relatório da Comision Mixta Técnica paraguay-argentina del Apipe (Sinthesis del Informe Técnico-Económico-Financeiro) de agosto de 1964.

apontando os locais onde deveriam ser construída a estrutura da hidrelétrica. Os dados apresentados demonstram que as atividades da futura hidrelétrica binacional atenderiam de forma primordial à Argentina, apesar de grande parte das obras serem projetadas para estarem alocadas em território paraguaio.³⁶⁴ Apesar dos benefícios econômicos que poderiam ser adquiridos pelo Paraguai a longo prazo, os danos ambientais e os custos de desapropriação de áreas alagadas nas décadas posteriores foram maiores do lado guarani. Mas este assunto será tratado com maior ênfase no último capítulo desta tese.

Em relação à produção de energia, calculava-se que a potência instalada seria de 2.100 Mw. Com essa instalação, analisando dados do mercado consumidor na época, a energia comercial seria de 13.500.000.000 Kwh. Acreditava-se que em um ano crítico de águas baixas, a energia consumida seria reduzida para 10.000.000.000 Kwh. A potência garantida foi estimada em 1.260.000 kw, colocando a energia obtida no pico da curva de carga. Com a capacidade total instalada de 2.100.000 kw, o fluxo máximo utilizado é da ordem de 15.000 m³ por segundo, considerando o fator de utilização da central hidrelétrica com carga plena de 6.430 horas, sendo este considerado um valor altamente favorável³⁶⁵.

Já a respeito do mercado de consumo elétrico, o relatório fez observações com base na demanda consumida em diversas regiões da Argentina em 1961, como em: Buenos Aires e norte da província de mesmo nome; Entre Rios; Corrientes; Misiones; Chaco e Formosa. No respectivo ano o consumo nestas regiões foi de 6,239,000,000 kwh, representando 72% do consumo total do país. Ainda segundo o relatório, do total deste consumo, 85% ficou concentrado na área denominada *Gran Buenos Aires* (Capital Federal e áreas circundantes), que fica a 1.150 km do local onde seria construída a hidrelétrica de Yacyretá. Estes dados possibilitam interpretar que o mercado de consumo argentino era a principal razão para que a usina fosse construída. Ao mesmo

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Especificamente sobre a central hidroelétrica, sugeriu-se que fossem colocados grupos de turbo geradores, formados por tubos do tipo de hélice fixa, com a possibilidade de utilizar alternadores de 76.000 KVA. Ainda sobre isso, o relatório informativo previa que na formulação do projeto definitivo, haveria a possibilidade de usar unidades de maior potência. O modelo constava de 30 blocos, nos quais estariam localizados os grupos geradores correspondentes, bem como dois blocos de descarga e montagem. O conjunto seria desenvolvido ao longo de um comprimento de 918 metros. Já a altura para queda d'água estaria localizada no nível da cota 83 (altura no nível do mar). No caso da sala de máquinas, esta estaria na cota 70. E a plataforma dos transformadores e manobras para as comportas, a fim de possibilitar uma saída de emergência da água, também seria na cota 70. O relatório apontou que deveriam ser construídos dois vertedouros compreendendo duas estruturas iguais, sendo uma de cada lado da central hidroelétrica. Estes futuramente seriam chamados de vertedouros Ituzaingó (a leste) e Yacyreta (a oeste) respectivamente.

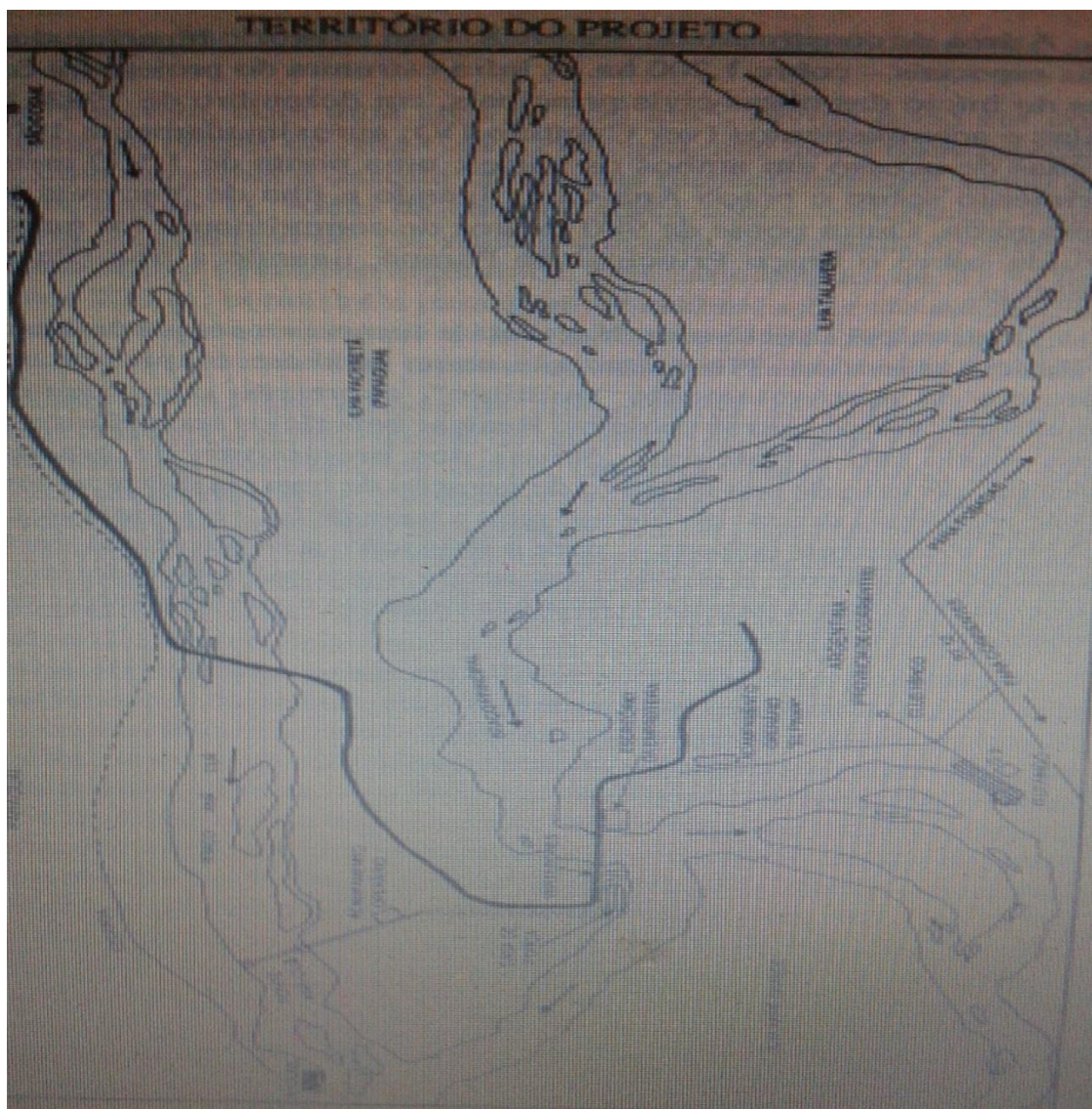
tempo, não há registros de dados paraguaios. Apenas uma expectativa futura que a demanda naquele país seja atingida³⁶⁶.

Ainda sobre a projeção da demanda energética, o informativo apresenta uma “garantia” de consumo na Argentina reafirmando a justificativa para o empreendimento. Com base nos índices recentes da época, o documento informa que o mercado elétrico argentino atendia aproximadamente 13 milhões de habitantes (65% da população) que consumiu, em 1960, 7.500.000.000 Kwh, o seja, 577 Kwh por habitante. Estes dados possibilitaram prever que em 1980, acreditando que a hidrelétrica já estivesse em funcionamento, o consumo anual seria de 2000 Kwh por habitante, ao mesmo tempo que chegaria a 15 milhões de habitantes o número de consumidores e demandando 30.000.000.000 de Kwh anuais. Ou seja, quatro vezes mais. Além disso, o relatório aponta que Yacyretá poderia atender, em 1980, uma demanda de consumo energético na Argentina superior a 6.000.000 Kw. Já quando mencionado sobre o consumo energético paraguaio, não são apresentados dados, apenas um “otimismo” de que a demanda interna no sul do país seria atendida. O custo anual da produção energética seria de U\$S 44.083,000. Já o orçamento das obras, incluindo as linhas de transmissão, seria de U\$S 756.991.000. Mas adiante observaremos que o processo de construção da hidrelétrica passaria de U\$U 10 bilhões³⁶⁷.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Ibid.

Figura 7- Croque do território do Projeto de Yacyretá



Fonte: RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais. Um Grande Projeto por Dentro*. (In): REIS, Maria José e BLOEMER, Neusa M.S.(Orgs.). *Hidrelétricas e Populações Locais*. Editora Cidade Futura, Florianópolis, 2001, p.39.

As divergências políticas entre Paraguai e Argentina, como as suspeitas de que o governo Stroessner estaria apoiando grupos políticos a derrubarem Arturo Illia da presidência argentina, além do impasse sobre a livre navegação de embarcações paraguaias em território argentino, possivelmente refletiram em um hiato das atividades da CMT nos dois anos seguintes. Além disso, a política nacionalista da *UCR do Povo* provavelmente não possibilitou condições para que houvesse licitação no intuito de atrair consórcios internacionais especializados para se apresentassem para trabalhar no investimento.

A derrocada de Illia, em junho de 1966, e a assinatura da Ata das Cataratas entre Brasil e Paraguai visando o aproveitamento energético de Sete Quedas no rio Paraná, catalisaram a aproximação entre argentinos e paraguaios nas questões hídricas. Com já mencionado anteriormente, em janeiro de 1967 foi assinado o Tratado de Navegação regularizando a circulação de embarcações paraguaias na Argentina. A partir de então as negociações tiveram folego. Em julho do mesmo ano, Stroessner atendeu um convite do governo argentino e visitou Buenos Aires. Na ocasião foi firmado um acordo por meio de *Notas Reversales* para dar continuidade aos trabalhos da *Comision Mixta Tecnica Paraguay-Argentina*. A intenção era criar um anteprojeto suficientemente avançado a respeito de obras e instalações a serem construídas para ser apresentado a organismos de crédito no cenário internacional. Além disso, havia a necessidade de levantar dados sobre os termos físicos e econômicos de utilização de cada país, somadas a outras questões técnicas. O conteúdo do documento menciona que um dos objetivos do empreendimento também estava relacionado ao projeto de integração político e econômico da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC). O I Encontro de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, ocorrido em fevereiro daquele ano, também foi mencionado no sentido de acatar as decisões do encontro que, dentre vários entendimentos, enfatizaram o aproveitamento conjunto dos recursos naturais da região³⁶⁸³⁶⁹.

Em junho de 1971 seria realizada em Assunção o IV Encontro de Chanceleres da Bacia do Prata. A Ata final do encontro teve 25 resoluções em que o ponto 1 determina que “nos rios internacionais contíguos, sendo compartilhada a soberania, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido por um acordo bilateral entre os ribeirinhos”³⁷⁰. Os termos deste documento serviriam de base para ambos os países intensificarem o trabalho conjunto em torno do aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná. Logo seria criada ainda naquele mês de junho de 1971 a *Comision Mixta del Rio Paraná* (COMIP), com o propósito de proceder ao estudo e avaliação das

³⁶⁸ Relatório da *Comision Mixta Técnica Paraguayo-Argentina de Yacyreta-Apipe* (Archivo Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, Buenos Aires) de 8 de abril de 1974.

³⁶⁹ Este encontro ocorreu em Buenos Aires reunindo os chanceleres de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia no intuito de debater empreendimentos conjuntos na Bacia do Prata, principalmente hidrelétricas e navegação. Como estudado no capítulo anterior, a convocação para a reunião foi uma das consequências das negociações entre Brasil e Paraguai para resolver o impasse a respeito de Sete Quedas e que preocupava diretamente à Argentina. Este e os outros encontros que ocorreram nos anos seguintes serão analisados no próximo capítulo.

³⁷⁰ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.76.

possibilidades técnicas e econômicas do aproveitamento dos recursos do Rio Paraná no trecho limítrofe entre os dois países, a partir de sua confluência com o referido rio até a foz do Rio Iguazu³⁷¹.

Ainda em 1971 se iniciaram as negociações para divulgar os termos de uma licitação internacional que ocorreria no mesmo ano a respeito dos estudos de viabilidade do projeto Yacyretá-Apipe. Um das especificações era de que os proponentes deveriam ser independentes em seus respectivos países, mas associados a consultores paraguaios e argentinos independentes. Na ocasião se apresentaram cinco consórcios com firmas da Grã-Bretanha, Suécia, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Itália, Suíça e Canadá. A intenção não era fazer a seleção com base no preço, mas sim na qualificação. O vencedor do contrato de US\$ 4.785.000 foi o consórcio internacional de consultores *Harza & Asociados*, formado por *Harza Engineering* (Estados Unidos), *Lahmeyer International GmbH* (Alemanha Ocidental), *Yacyreta S.A* (Paraguay), *Cuyum S.A.T.C* (Argentina) e *Análisis y Desarrollo Económico* (Argentina). Em outubro do mesmo ano foi firmado o contrato entre a CMT e o consórcio³⁷².

Já em março de 1972 foi assinado em Assunção o *Acordo para o Estudo dos Projetos de Instalação de Barragens sobre os Rios que Formam Fronteira Comum*. No mês seguinte, uma reunião entre membros da CMT causou discussão quando os membros paraguaios da comissão propuseram fazer um traçado da barragem ligando de forma direta as populações de Ituzangó (Argentina) a Ayolas (Paraguai) atravessando o Rio Paraná. O engenheiro Enzo Debernardi, presente juntamente com os membros paraguaios, argumentava que este novo traçado possibilitaria que uma extensão menor do território de seu país fosse inundado. Mas em 9 de agosto do mesmo ano, numa reunião realizada em Buenos Aires, os membros argentinos reforçaram seu argumento defendendo a Alternativa I expressa no informativo de 1964, ou seja, uma barragem isolada que, a partir do continente argentino, na região chamada Rincón Santa Maria (província de Corrientes, RA), cruza de leste a oeste o Rio Paraná na zona de Paso Mbaracaya (sob as corredeiras de Apipé), chegando à Ilha Yacyretá no Paraguai. A partir deste ponto, continua em direção ao norte, atravessa o braço Aña Cuá e Arriga, no

³⁷¹ Esta questão a respeito do Encontro de Chanceleres da Bacia do Prata de 1971, que resultaria na chamada *Declaração de Assunção* será analisada profundamente no próximo capítulo, pois o evento resultou numa série de desavenças entre Brasil e Argentina a respeito da construção de hidrelétricas em rios internacionais.

³⁷² *Contrato entre La Comision Mixta Tecnica Paraguayo-Argentina de Yacyreta-Apipe y Harza y Asociados para el Estudio de Factibilidad Tecnico- Economico Financiero del Aprovechamiento del Rio Paraná a La Altura de Las Islas Yacyreta Y Apipe* de 20 de outubro de 1971.

continente paraguaio, até as proximidades da localidade de Santiago. Porém, em agosto de 1973, após intensas negociações, a proposta paraguaia foi considerada pelos membros da CMT e foi aprovada³⁷³. Ao que é possível observar, este foi um dos maiores empecilhos para que houvesse um entendimento mais rápido até então, pois o presidente Stroessner somente autorizou que os membros paraguaios da CMT avançassem nas negociações caso o traçado proposto por estes fosse acordado, muito por conta das indenizações a serem feitas aos proprietários de terra do seu lado da fronteira. No entanto, nos anos seguintes, como veremos no último capítulo, na segunda metade da década de 1970 problemas estruturais não permitiram que o projeto fosse realizado como desejado pelos paraguaios e sofreria modificações.

Ainda em 1972 foi elaborado o *Reglamento Técnico-Administrativo* da CMT³⁷⁴. Dentre os principais pontos destacam: os cargos e suas finalidades nos trabalhos da comissão binacional; a periodização das reuniões ordinárias; a autorização de auxiliares argentinos atuarem em território paraguaio e vice-versa para realizarem suas atividades; a permissão para participação de auxiliares em todas as reuniões, sem direito a voto, mas podendo emitir opiniões e serem registradas em ata; e definições de orçamento.

No decorrer de 1973, dois eventos, sendo um de impacto global e outro regional, foram de grande relevância para a intensificação das atividades relacionadas à Yacyretá-Apipe. A nível global, os Estados árabes liderados por Egito e Síria estavam encarando uma disputa bélica contra Israel no feriado judaico *Yom Kippur* com o propósito de conquista territorial no Oriente Médio, levando em conta os problemas históricos vivenciados naquela região, sobretudo desde a criação do Estado israelense em 1948. O confronto ganhou tamanha dimensão e resultou no apoio dos Estados Unidos ao governo de Israel. Como consequência, os países árabes pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) fizeram um boicote aos norte-americanos e as grandes potências europeias que apoiavam o Estado de Israel e elevaram os preços dos barris de Petróleo em mais 400%³⁷⁵. Isto teve um grande efeito no cenário internacional que provocou problemas na economia de diversos países e que foram sentidos, principalmente, em países emergentes que conseqüentemente buscaram incrementar relações de integração geopolítica para amenizar o impacto³⁷⁶. Já no âmbito

³⁷³ Ofício do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai de 26 de agosto de 1973- M.R.E nº 68/73.

³⁷⁴ *Reglamento Técnico Administrativo de la Comisión Mixta Técnica Paraguayo Argentina de Yacyretá-Apipe*, 1972.

³⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, 1995.

³⁷⁶ SINGER, Paul. *A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*, 1989.

geopolítico da Bacia do Prata, Brasil e Paraguai firmaram o Tratado de Itaipu em 26 de abril. Algumas fontes pesquisas informam que no mês de março de 1973, quando era dada como certa a assinatura do referido tratado, divulgava-se que o Tratado de Yacyreta seria assinado dias após o encontro entre Médice e Stroessner³⁷⁷. No entanto, o fato não ocorreu logo em sequência como esperado.

Ao que tudo indica, o acordo brasileiro-paraguaio refletiu na frequente periodização de reuniões da CMT a partir do mês de junho. Logo ocorreu o processo de licitação para construção da hidrelétrica. Se apresentaram a *Impregilo S.p.A* (Itália), ICA (México), *Dragados* (Espanha), *Morrisson Knudsen* (Estados Unidos), e o *Consórcio Dumez S.A* (França). Foi anunciado como vencedor do consórcio “chamado Empresas Reunidas Impregilo-Dumez y Asociados para Yacyreta – Union Transitória de Empresas, ERIDAY-UTE, numa complexa combinação de capital internacional e nacional”³⁷⁸. Este foi constituído de uma fusão da francesa *Dumez S.A*, e três empreiteiras italianas especializadas em grandes empreendimentos (*Impregilo S.p.A*). Já o consórcio de ERIDAY contentou “os treze empreiteiros da Impregilo, os dezenove da Dumez, o Banco Mundial (BM) e o BID, que estavam supervisionando o processo de licitação, já que cada um tinha investido US\$ 210 milhões na construção de Yacyretá”³⁷⁹. O processo de licitação ocorreu no segundo semestre de 1973 partindo de um cronograma de 120 dias³⁸⁰.

Outro fator que provavelmente catalisou as negociações para que logo houvesse a assinatura de um Tratado, foi o retorno de Juan Domingo Perón a presidência argentina em outubro de 1973. Uma das características da política externa de seu governo, entre 1946 e 1955, foi às tentativas de aproximação regional que possibilitassem pactos geopolíticos, apesar de não ter sido bem visto por parte considerável de grupos políticos, militares, empresariais e jornalísticos na América do Sul, sobretudo, no Brasil³⁸¹. Pouco antes de ter sofrido um golpe de Estado, em junho de 1955, Perón mantinha aproximação diplomática com o governo Stroessner e teria se

³⁷⁷ CLARÍN, 29 de março de 1973.

³⁷⁸ PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos relevantes em outros países*, 2007, p. 98.

³⁷⁹ *Contrato entre La Comision Mixta Técnica Paraguayo-Argentina y de Yacyreta-Apipe del Empresas Reunidas Impregilo-Dumez y Asociados para construccion de la Hidrelectrica Yacyreta Aprovechamiento del Rio Paraná a La Altura de Las Islas Yacyreta Y Apipe* Relatório, outubro de 1973.

³⁸⁰ Relatório da *Comision Mixta Técnica Paraguayo-Argentina de Yacyreta-Apipe*, de 8 de abril de 1974.

³⁸¹ COELHO, Pedro Motta Pinto. Observações sobre a visão Argentina da política internacional de 1945 até hoje. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org): *Argentina: Visões Brasileiras*, 2000.

exilado no Paraguai após sua deposição. Após a vitória dos justicialistas nas eleições presidenciais de março de 1973, na figura do peronista Hector Camporá, Perón buscou aproximar-se dos países vizinhos recebendo embaixadores na Espanha (pouco antes de retornar a Argentina). Naquele período, como veremos no próximo capítulo, membros de seu grupo político afirmavam que o justicialismo buscava integração na Bacia do Prata e combateria o “subimperialismo brasileiro”. Os avanços brasileiros em relação a Itaipu, que literalmente incomodavam a Argentina, resultou no aval dado por Perón a diplomacia argentina para que não poupasse esforços a fim de assegurar a formalização do empreendimento de Yacyreta-Apipe.

No final de novembro, o Subsecretario de Relaciones Exteriores do Paraguai, Alberto Nogués, acompanhado do senador paraguaio Carlos Saldivar (este aliás, muito atuante nas negociações do Tratado de Itaipu), visitaram Buenos Aires para um encontro com o chanceler argentino Alberto Vignes para acertar os termos finais do acordo binacional. Logo, em 1 de dezembro, o consorcio Harza & Asociados, vencedor da licitação para estudos de viabilidade, concluiu seus trabalhos. Dois dias depois, num encontro que reuniu em Assunção o presidente paraguaio Alfredo Stroessner e a vice-presidente da Argentina, María Estela Perón, foi firmado o Tratado de Yacyreta.

3.4-) O Tratado de Yacyreta

O Tratado de Yacyreta tem a mesma composição que o Tratado de Itaipu, com 25 artigos e três anexos. O que deixa claro a influência do acordo brasileiro-paraguaio em relação ao documento paraguaio-argentino, muito provável pela habilidade da diplomacia paraguaia em angariar benefícios com o empreendimento e que resultaram no consentimento argentino diante dos interesses geopolíticos que estavam em jogo. Uma das principais diferenças são percebidas no Anexo C que trata das bases financeiras apresentando valores para indenização das áreas alagadas. Além disso, o valor de compensação por Gw cedido pelo Paraguai, ou seja, a quantidade não utilizada de sua parte vendida à Argentina seria U\$S 2.998 de acordo com item V do Tratado de 1973. No caso de Itaipu, o Paraguai receberia U\$S 300 da sua parte cedida ao Brasil. A

taxa fixada com Yacyretá seria 1,3 vezes mais lucrativo para o Paraguai, lucrando uma média anual de U\$S 26.982.000, contra U\$S21,150.000 em relação a Itaipu³⁸².

No conteúdo do Tratado de Yacyretá, o artigo primeiro prevê que as partes contratantes realizarão o aproveitamento conjunto da altura da ilha de Yacyreta, tanto para o aproveitamento hidroelétrico quanto o melhoramento na navegação. O segundo artigo compreende a participação de ambos os países, a CMT, além da *A.y E, Agua y Energia Eléctrica (Argentina)* e a ANDE (Paraguai) que constituem e a então criada Entidade Binacional Yacyreta (EBY). Já a constituição da própria entidade com atividades jurídicas, financeiras, econômicas, administrativas e de responsabilidade técnica com sedes em Buenos Aires e Assunção, com um Conselho Administrativo e um Comitê Executivo integrado em números iguais de ambos os países estão expressos nos dois artigos seguintes³⁸³.

Já os artigos quinto e sexto definem a respeito das instalações e suas obras auxiliares, descritas detalhadamente no Anexo “B” considerando os limites fronteiriços de ambos os países, respeitando o Tratado de Limites de 3 de fevereiro de 1876. Já o artigo sétimo reforça os princípios do Direito Internacional materializado no Tratado de Navegação de 23 de janeiro de 1967, possibilitando a livre navegação no curso natural do rio Paraná, quanto pela utilização das eclusas que seriam construídas dividindo as responsabilidades na administração e operação destas.

A responsabilidade pelos recursos financeiros dedicados ao empreendimento são tratados nos dois artigos seguintes definindo que serão adquiridos pela *A.y E* e pela ANDE e possibilitando a qualquer uma das partes adiantar a aquisição de verbas mediante operações de crédito de acordo com a outra parte. Sobre esta questão, a Nota Reversa N° 20 define que o Estado argentino dará as garantias necessárias para a aquisição de crédito necessário, mas apresentando de forma antecipada ao Estado paraguaio os contratos destas operações. Os recursos em moedas de países terceiros, resultantes de operações financeiras, seriam negociados no mercado argentino de câmbio.

O décimo primeiro artigo define que a mão-de-obra especializada, os materiais disponíveis e os serviços realizados serão originários de ambos os países, o que deixa evidente a valorização em relação ao mercado local. No entanto, é considerado os

³⁸² MELO, Luciano Moraes. *O Paraguai e o Processo de Aproveitamento dos Potenciais Hidroelétricos dos Rios da Bacia do Prata*, 2011.

³⁸³ PARAGUAI. Entidad Binacional Yacyretá. Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973. Disponível em: <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

possíveis termos em contratos para aquisição de crédito internacional que poderiam exigir contratação de pessoal especializado, além de equipamentos e materiais em outros mercados. Já o artigo décimo apresenta as isenções de impostos sobre serviços, aquisição de materiais, pagamentos a pessoas físicas e jurídicas, além de movimentação de fundos da entidade. Esta questão é uma das semelhanças em relação ao Tratado de Itaipu. Os dois artigos seguintes também são semelhantes ao acordo brasileiro-paraguaio: os artigos décimo terceiro e décimo quarto mencionam que o aproveitamento hidroelétrico será dividido em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a um deles o direito preferencial de aquisição que não seja utilizado por outra sendo que a aquisição de serviços serão realizadas pela ANDE e a *A.y E.*³⁸⁴

As bases financeiras estão contidas no artigo décimo quinto contidos no Anexo C. Neste caso exponho o item IV do anexo que apresenta os valores compensatórios às partes que tiverem territórios inundados como consequência das obras envolvidas no projeto. Também destaco, mais uma vez, o item V que dispõe a respeito da compensação financeira cedida por uma parte a outra, fixada pelos cálculos adotados, em 2.998 dólares por gigawatt-hora cedido. E finalmente o item IX que dispõe a respeito do prazo para revisão dos termos contidos no Anexo C, estabelecidos em quarenta anos. Ainda a respeito das bases financeiras no anexo, as *Notas Reversales* nº 20 de 3 de dezembro de 1973 define que o governo argentino abriria um crédito a favor da ANDE por um valor equivalente a U\$U 50.000.000 estadunidenses³⁸⁵. No entanto, também por meio de *Notas Reversales*, ficou definido em 1976 que o organismo financeiro para abertura de crédito junto a entidade paraguaia seria o *Banco de la Nación Argentina*³⁸⁶.

Já o décimo sexto artigo define que ambas as partes não mediriam esforços para colocar a primeira unidade geradora em operação dentro do prazo de sete anos, ou seja, 1980. Mas como veremos no último capítulo, diversos obstáculos políticos, econômicos, financeiros, e dentre outros não permitiram que o prazo fosse cumprido. A primeira unidade geradora somente entraria em operação em 1994.

O artigo décimo sétimo trata a respeito das expropriações, áreas de utilidade pública, indenizações, e permissão para livre trânsito de pessoas nas áreas onde as obras

³⁸⁴ Ibid.

³⁸⁵ Ibid.

³⁸⁶ ARGENTINA. *Notas Reversales* de 27 de julho de 1976. Entidad Bibacional Yacyretá Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973. Disponível em: <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

seriam designadas. Já o artigo décimo oitavo trata dos protocolos adicionais que deveriam ser feitos após a assinatura do Tratado sendo: diplomáticos e consulares; administrativos, econômicos, financeiros e técnicos; fiscais e aduaneiros; urbanos; trabalhos e seguridade social; trânsito através da fronteira internacional; polícia e segurança; controle e acesso das áreas; pesca e recursos vegetais; e de turismo. O décimo nono artigo define sobre jurisdição de Yacyreta da qual as pessoas físicas ou domiciliadas em ambos os países estariam sob a legislação vigente de onde estiverem. Já aqueles que prestam serviços e não vivem na Argentina ou no Paraguai, as cláusulas seriam de acordo com o contrato firmado. O artigo seguinte estabelece a responsabilidade civil e penal dos Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos, de acordo com o dispositivo de cada país³⁸⁷.

O artigo vigésimo primeiro previne sobre possíveis desacordos futuros de ambos os Estados sobre a interpretação do Tratado e que poderiam causar problemas estruturais no funcionamento da hidrelétrica. Tal situação deverá ser resolvida pelos meios diplomáticos de ambos os Estados. Já a manutenção da *Comision Mixta Técnica Paraguay-Argentina*, no intuito de dar continuidade as suas atividades iniciadas em 1958, esta expressa no artigo vigésimo segundo. Os últimos três artigos, em síntese, mencionam que ambas as partes reconhecem o Tratado³⁸⁸.

Como mencionado nos parágrafos anteriores, o documento é composto por três anexos. O Anexo A dispõe sobre o estatuto que rege a entidade criada. Destaco o artigo 5º do Capítulo III que define o Conselho de Administração e o Comitê Executivo como órgãos administrativos da binacional. Seriam nomeados quatro membros argentinos e quatro paraguaios por seus respectivos governos para o Conselho de Administração. Mas, por meio de *Notas Reversales* de 2 de dezembro de 1982, houve uma ampliação para seis membros de cada país nomeados pela *A.y E* e a ANDE. Já o Conselho Executivo seria composto por um argentino e outro paraguaio.

O Anexo B trata da descrição geral das instalações destinadas a produção de energia elétrica e obras auxiliares. No item II, a Disposição Geral expõe que:

El Proyecto estará constituido por una presa principal a través de Rio Paraná, incluyendo una esclusa de navegación en Rincón Santa María; un vertedero en brazo principal del Paraná; una central con 30 unidades y provisiones para ampliaciones futuras en la isla Yacyretá; un vertedero en el brazo Añacuá,

³⁸⁷ PARAGUAI. Entidad Binacional Yacyretá. Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973. Disponível em: <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

³⁸⁸ Ibid.

próximo a la población paraguaya de San Cosme, y un cierre en costa firme paraguaya y demás obras accesorias previstas³⁸⁹.

No decorrer da década de 1970, problemas estruturais resultaram na modificação do projeto que antes definia a construção de um vertedouro nas proximidades de San Cosme, no braço de Añacua. As *Notas Reversales* de agosto de 1979 alternaram a localización do vertedouro para o trecho entre as imediações do extremo oeste da ilha Clavel até a costa paraguaia.

E finalmente o Anexo C, como já mencionado anteriormente, apresenta as bases financeiras e prestação de serviços de eletricidade de Yacyretá. Este Anexo está expresso no artigo décimo quinto do Tratado. No Capítulo IV- *COMPENSACIÓN EM RAZON DEL TERRITORIO INUNDADO*, o item IV.2 sofreu modificações nas mesmas *Notas Reversales* de 1979 citada no último parágrafo. No Tratado de 1973 o modo de compensação representaria “5% de la Inversión Inmovilizada presupuestada para producir dicho gigawatthora, entendida como la suma de las inversiones comunes para propósitos básicos hidroeléctricos”, com os valores discriminados em uma planilha adjunta, “dividida por el número de gigawatthoras que se prevé puedan ser producidos en un año medio”³⁹⁰. A alteração foi uma complexa operação matemática expressa da seguinte maneira:

IV.2. El monto total de esta compensación será el resultado de la aplicación de la siguiente fórmula:

$$T = E \times CE \times 0.089, \text{ donde}$$

T = Monto total de la compensación a ser distribuida entre ambas Altas Partes Contratantes.

E = Energía generada en el año.

CE = Costo unitario “económico teórico” del servicio tal como definido más adelante (Unidad: U\$S/Kwh).

0.089 = factor resultante del análisis de la contribución de los territorios inundados en la producción de energía Se define como costo unitario “económico teórico” el resultante de la aplicación de la siguiente fórmula:

$CE = G + R$, donde EM CE = Costo unitario “económico teórico” del servicio de energía. (Unidad: U\$S/Kwh).

G = Gastos directos de explotación mencionados en III.7. (Unidad: U\$S).

R = Cuota fija anual amortizante correspondiente a una vida útil de 60 años y a una tasa de interés del 8% anual, de la inversión inmovilizada de la obra,

³⁸⁹ PARAGUAI. Entidad Bibacional Yacyretá. Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973, p. 22. Disponível em: <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

³⁹⁰ Ibid.

incluidos los intereses intercalarios, los cuales se determinarán utilizando la tasa promedio de interés a la cual se contraten los préstamos para Yacyretá con el Banco Interamericano de Desarrollo y el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento; considerada con las 20 unidades hidrogenadoras como instaladas (Unidad: U\$S).

EM = Energía generable en el año hidrológico medio actualmente prevista en 17.550 Gwh³⁹¹.

No aspecto geral, o Tratado de Yacyretá foi interpretado como positivo nos periódicos de maior circulação nos dois países. No conteúdo dos editoriais, o Tratado de Itaipu é citado como um objeto de barganha por parte da diplomacia paraguaia nos periódicos argentinos *La Nación* e *Clarín*. Ambos reconhecem que o país vizinho foi o mais beneficiado por conta da conjuntura da época na qual o Paraguai estava mais próximo do Brasil em um momento em que as divergências brasileiro-argentinas ganhavam dimensão por causa da construção de Itaipu, como veremos no próximo capítulo. O *La Nación* considerou a integração o fator importante no Tratado de Yacyretá ao mencionar que “*por en cima de todo, y más allá de las circunstancias presentes, se afirma una solidaridad mutua em cuanto es apoyada sobre intereses recíprocos. Se inaugura así una política firme, basada em hechos prácticos más que en las vácuas declamaciones líricas.*”³⁹² Já um editorial do *Clarín* enfatizou a desvantagem argentina em relação ao Brasil por pagar um valor muito acima ao Paraguai pela energia cedida por este. Mas reconhece as circunstancias valorizando o Tratado de Yacyretá ao mencionar que “*Pero haber aceptado todas estas condiciones, aun cuano no eran las mejores, y haber suscripto el Tratado, define una política de hechos que no podia continuar dilatándose y debe seguirse reafirmando*”³⁹³.

No Paraguai, os periódicos *La Tribuna* e o colorado *Pátria*, sendo que no caso deste especificamente não era de se esperar menos por ser um periódico governista, elogiaram os termos do Tratado enfatizando as vantagens que seriam adquiridas pelo Paraguai e a importância de firmar acordos para construção das hidrelétricas de Itaipu e Yacyretá, além dos estudos hidroelétricos de Corpus, num contexto de crise econômica mundial por causa da alta do preço do barril de petróleo como consequência dos conflitos no Oriente Médio³⁹⁴³⁹⁵. O *ABC Color* também fez elogios ao Tratado de

³⁹¹ PARAGUAI. Nota Reversa de 30 de agosto de 1979. Entidad Bibacional Yacyretá. Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973. Disponível em: <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

³⁹² LA NACIÓN, 10 de dezembro de 1973.

³⁹³ CLARÍN, 4 de dezembro de 1973.

³⁹⁴ LA TRIBUNA, 4 de dezembro de 1973.

Yacyretá e foi além ao compará-lo com o Tratado de Itaipu fazendo críticas a este, como no fato de não apresentar valores de indenização das áreas inundadas, além de criticar o preço a ser pago pelo Brasil pela energia paraguaia cedida. O valor proporcional a ser pago pela Argentina com Yacyretá para o editorial do periódico é “*es una ventaja, y mayor de lo que alguien podría creer, porque jalona la diferencia entre la certeza y la duda, entre la claridade y la vanguardia*”³⁹⁵. Ironicamente, até os dias atuais, o mesmo *ABC Color* seria um dos periódicos paraguaios mais incisivos a criticar as negociações para construção de Yacyretá que exigiram revisões nos projetos, maiores prejuízos em áreas inundadas e mudanças nos valores financeiros expressos no Tratado de 1973. Ou seja, Yacyretá não foi à certeza esperada como veremos adiante.

³⁹⁵ *PÁTRIA*, 5 de dezembro de 1973.

³⁹⁶ *ABC COLOR*, 4 de dezembro de 1973.

4. AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGENTINA EM TORNO DO APROVEITAMENTO HÍDROENERGÉTICO DO RIO PARANÁ: OS PRIMEIROS ANOS DE IMPASSE (1967-1973)

Neste capítulo serão estudadas as relações entre o Brasil e a Argentina referente à questão do aproveitamento hidroenergético do Rio Paraná que perdurou entre 1968 e 1979. Inicialmente, abordaremos o período entre 1967 e 1973 que foi uma fase na qual a Argentina buscou obstruir a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia, antes da assinatura do Tratado de Itaipu, alegando a possibilidade do Rio Paraná, sendo um ribeirão à jusante, sofrer alterações que prejudicassem sua utilização. Neste período também houve as discordâncias entre os dois países a respeito do enchimento das represas de Jupia (1968) e Ilha Solteira (1973), ambas a montante no mesmo rio, que intensificaram o desgaste nas relações entre Brasil e Argentina. Inicialmente faço um panorama deste período destacando os momentos mais significativos a respeito do tema. Em seguida serão analisadas as estratégias das diplomacias para defenderem os interesses de seus países e o início da discussão em torno da Usina Hidrelétrica de Corpus que passaria ser mais um elemento nas divergências entre os dois países a partir de 1973. E finalmente estudaremos como o tema foi explorado internamente por diferentes setores da sociedade brasileira e argentina.

4.1 O Panorama das divergências

No âmbito teórico das Relações Internacionais, a visão *Realista* centraliza o Estado na dinâmica mundial numa constante luta por predomínios. Dotados de poder e de elementos relativamente estáveis e outros suscetíveis às mudanças que “comporiam o chamado poder nacional, dentre os quais: a geografia; os recursos naturais (constando os alimentos e matérias-primas); a capacidade industrial; o grau de preparação militar; a população; a índole e a moral nacional; e a qualidade da diplomacia e do governo”³⁹⁷. E dentre os recursos naturais, a água é um elemento indispensável para as necessidades humanas ficando em grande parte sob a responsabilidade do Estado. Segundo Yahn Filho (2005), a regulação do uso da água atravessa a esfera nacional e gera conflito de interesses entre países, como no caso de rios internacionais. Isto proporciona um

³⁹⁷ MORGENTHAU, 2003 apud MELO, Luciano Morais. *O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos 1960 e 1970*, 2011, p. 16.

panorama de relações complexas entre Estados na medida em que as ações de um país podem afetar interesses de seus vizinhos num quadro de “interdependência hidrológica”³⁹⁸.

O aproveitamento de rios compartilhados promove uma situação de vulnerabilidade, da qual esta é conceituada por Keohane e Nye como “a capacidade de reação de um Estado, considerando a disponibilidade e a dispendiosidade das alternativas que os autores possuem”³⁹⁹. Neste sentido, para Le Preste a utilização da água pode provocar situações de tensão como: o número de autores que reivindicam o acesso a ela; o caráter simbólico que assume este recurso em termos políticos, culturais e de identidade; os recursos de poder de que dispõe estes autores; o grau de vulnerabilidade e dependência de cada país em relação aos seus múltiplos usos; e a existência de produtos substitutivos (inexistentes no presente)⁴⁰⁰.

No âmbito da Bacia do Prata, ao longo do século XIX os juristas tratavam as questões relacionadas a rios internacionais, contíguos ou sucessivos, pensando na navegação que era o principal meio de aproveitamento hídrico. Com o desenvolvimento da Revolução Industrial, iniciada no século anterior, o problema da navegação foi pelo menos igualado em importância pelo aproveitamento para fins agrícolas e industriais. Até as primeiras décadas de século XX, a doutrina brasileira para rios internacionais, focada na navegação, era de que o Estado tem soberania sobre o trecho do rio que atravessa o seu território. O Barão do Rio Branco teria escrito que “o ribeirão inferior pode negar o trânsito ao ribeirão superior desde que este se não conforme com as cláusulas que aquela julgue, com razão, necessárias à sua segurança”. Tal pensamento permitiu o país manter o Amazonas fechado a navegação internacional até setembro de 1867 e deu “um sabor de contradição às pretensões brasileiras de navegar nos cursos inferiores dos rios que formam a Bacia do Prata e, à época, o caminho solitário que levava a Mato Grosso”⁴⁰¹.

As tentativas multilaterais para fazer do aproveitamento de rios um elemento jurídico nas Américas ganhou relevância em 1932 quando a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Público se reuniu no Rio de Janeiro com a missão precípua de indicar princípios gerais que facilitassem acordos regionais entre os países

³⁹⁸ YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p.105.

³⁹⁹ KEOHANE, Robert. O; NYE, Joseph. *Power and Independence*, 1989, p.12.

⁴⁰⁰ LE PRESTE, Phillippe. *Ecopolítica Internacional*, 2000.

⁴⁰¹ Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

ribeirinhos. Em relatório de 23 de julho de 1932, submetido à União Pan-Americana, para servir de base às decisões da 7ª Conferência Internacional Americana, que seria reunida em Montevideu no ano seguinte, a Comissão adotou a seguinte conclusão:

Para a utilização das águas dos rios internacionais, no interesse industrial ou agrícola, é indispensável um acordo entre Estados ribeirinhos, desde que possa esse aproveitamento influir, de qualquer modo, na outra margem, se o rio for sucessivo. Para os casos de desacordo, entre os interessados, a Comissão sugeriu recurso a União Pan-Americana⁴⁰².

Segundo Matias Spektor, no mesmo ano, “Brasil e Grã-Bretanha trocaram notas assegurando que trabalhos sobre as áreas ribeirinhas entre solo brasileiro e a Guiana Inglesa seriam empreendidos com o ‘consentimento mútuo de ambos’ os Estados”. Situação semelhante aconteceu em 1933 no Estatuto Jurídico de Fronteira, assinado por Brasil e Uruguai, dispondo que não se realizariam obras que modificassem o regime e a qualidade das águas de um rio fronteiro sem uma consulta prévia e acordada com o Estado vizinho. Este fato seria utilizado pela Argentina, nos anos de 1960, como um dos argumentos para ser consultada pelo Brasil a respeito das obras realizadas a montante do Rio Paraná⁴⁰³.

Na convenção de Montevideu, em 1933, foi aprovado o documento que ficou conhecido como “Declaração de Montevideu”. No seu artigo 9º ficou estipulado que

O Estado que projeta realizar obras em rios ou lagos internacionais deverá previamente notificar os demais Estados interessados. A notificação deverá ser acompanhada de documentação técnica necessária, para que os demais Estados interessados possam dispor de elementos de julgamentos suficientes⁴⁰⁴.

A discussão em torno da Declaração de Montevideu e seus princípios passou a fazer parte da agenda dos países do Prata com maior destaque a partir da segunda metade dos anos de 1960, sobretudo, após a assinatura da Ata das Cataratas entre o Brasil e o Paraguai em junho de 1966. Segundo Pecequillo e Chage, “A Argentina via nessa parceria a expansão da influência geopolítica brasileira no Cone Sul e, por conseguinte a diminuição da sua”⁴⁰⁵.

⁴⁰² Ibid.

⁴⁰³ SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Ernesto Geisel (1974-1979)*, 2002, p. 127.

⁴⁰⁴ Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

⁴⁰⁵ PECEQUILO, Cristina; HAGE, José Alexandre. *Dilemas sul-americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu*, 2007, p.2.

Desde 1962, quando as divergências entre Brasil e Paraguai a respeito de Sete Quedas ganhou destaque internacional, a Argentina acompanhou o caso por ser um país ribeirinho de jusante no Rio Paraná e preocupado com as alterações que as águas sofreriam em seu território causando dificuldades para usufruir de seus recursos. A conjuntura fez a diplomacia argentina desenvolver estudos no âmbito jurídico para defender o princípio da “Consulta Prévia”, como base na “Declaração de Montevideú”, no cenário geopolítico da Bacia da Prata⁴⁰⁶.

Cerca três semanas antes de sofrer um golpe de Estado, em junho de 1966, o presidente Arturo Illia convocou os governos de Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia para uma reunião em Buenos Aires para tratar de assuntos de comum interesse visando o melhor aproveitamento conjunto da Bacia do Prata. O encontro ocorreu em fevereiro de 1967 e todos os Estados firmaram o acordo pela criação do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), cuja principal função era “levar a cabo o estudo conjunto e integral da Bacia do Prata, com o fito de realizar um programa de obras multilaterais, bilaterais e nacionais úteis ao progresso da região”. Decidiu-se que Buenos Aires seria a capital do CIC e que as tomadas de decisões deveriam ser aprovadas de maneira unânime. No mesmo documento não foi acrescentada a expressão “consulta prévia” e sim “troca de informações”. Além do CIC foi firmado: a intenção de criar em cada país platino organismos nacionais centralizadores destinados a estudar temas de interesse relacionados à Bacia do Prata; facilitar a assistência à navegação e aprofundar os estudos energéticos voltados para a integração da bacia; complementação industrial regional para facilitar a implantação de indústrias; complementação econômica; interconexão ferroviária, fluvial, rodoviária e aérea; e cooperação no domínio da educação e da saúde⁴⁰⁷.

A reunião em Buenos Aires demonstrou que entre os cinco países da Bacia do Prata havia o interesse de integração. O segundo encontro ocorreu em maio de 1968 na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Na ocasião, além da participação dos cinco ministros de Relações Exteriores dos países da região platina, houve a presença de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), CEPAL, PNUD, CIAP (Comitê Interamericano de Aliança para o Progresso) e da OEA. Neste evento, ficou definido que o CIC (Comitê Intergovernamental Coordenador) deveria estar encarregado da

⁴⁰⁶ Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

⁴⁰⁷ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.54.

“tarefa de preparar um projeto de tratado para assegurar a institucionalização da bacia do Prata”⁴⁰⁸.

Meses após o encontro de chanceleres em Santa Cruz de la Sierra, iniciou-se o processo de enchimento do reservatório da represa de Jupia, no curso do Rio Paraná, em território brasileiro. O governo argentino enviou, em outubro daquele ano, uma nota solicitando ao Itamaraty informações sobre possíveis “problemas suscitados” em decorrência do enchimento da represa. Não houve resposta imediata e, em janeiro de 1969, a embaixada argentina entregou outra nota ao Itamaraty destacando o “incomum silêncio” da instituição ao não responder a nota anterior e solicitava ao governo brasileiro discutir a questão. Poucos dias depois o Itamaraty respondeu a nota reafirmando sua posição de utilizar “com sabedoria e com máxima cautela” os recursos hídricos para não causar danos sensíveis a outro Estado afirmando que “O Brasil não reserva segredos às nações irmãs do continente”. Mas deixava clara a diferença entre “consulta prévia” e “informação prévia”. No caso da “consulta compulsória” esta seria uma intromissão inaceitável de sua soberania⁴⁰⁹.

A nota de resposta do Itamaraty evidenciava que o Estado brasileiro não tomaria decisões internas por influência externa. Com isso, a Argentina passou utilizar a estratégia pelo viés multilateral regional. Nas reuniões dos grupos de peritos e nos encontros preparatórios para a III Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata em Brasília, houve longos embates entre as representações de Brasil e Argentina até que finalmente conseguiram um texto de comum acordo para o estabelecimento de novas rodadas de entendimento⁴¹⁰.

No final de abril de 1969, no terceiro encontro de chanceleres do Prata, em Brasília, foi assinado pelos cinco países o Tratado da Bacia do Prata. O maior destaque do documento é artigo I.

ARTIGO I

As partes contratantes convêm em conjugar esforços com o objeto de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável.

Parágrafo único - Para tal fim promoverão, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos

⁴⁰⁸ Ibid.

⁴⁰⁹ ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 228.

⁴¹⁰ Ibid, p.229.

operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários e que propendam:

- a. À facilitação e assistência em matéria de navegação.
- b. À utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo.
- c. . À preservação e ao fomento da vida animal e vegetal.
- d. Ao aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações.
- e. À complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia.
- f. À complementação econômica de áreas limítrofes.
- g. À cooperação mútua em matéria de educação, saúde e luta contra as enfermidades.

- h. À promoção de outros projetos de interesse comum e em especial daqueles que se relacionam com o inventário, avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área.

- i. Ao conhecimento integral da Bacia do Prata.

Em síntese, o artigo é o mesmo estipulado pelos países na primeira reunião realizada em Buenos Aires dois anos antes. E não há dúvidas de que este documento foi também um reflexo da solução do “caso Sete Quedas” entre Brasil e Paraguai, tendo em vista que o impasse catalisou a convocação para o primeiro encontro na Argentina. Afinal, este país há muito tempo vinha discutindo com o Paraguai e o Uruguai formas de aproveitamento dos diversos recursos da região platina.

Mas, se no início dos anos de 1970 as relações entre Brasil e Paraguai estavam superando a crise sobre Sete Quedas e a construção de uma usina hidrelétrica binacional aos poucos se tornava realidade, a Argentina cada vez mais demonstrava insatisfação com aquele projeto, pois ainda acreditava que seria prejudicada. Em 1971 foi realizada em Assunção a IV Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. A Ata final do encontro teve 25 resoluções em que os pontos 1 e 2 enunciam os seguintes objetivos:

1. Nos rios internacionais contíguos, sendo compartilhada a soberania, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido por um acordo bilateral entre os ribeirinhos.

2. Nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado da Bacia⁴¹¹

O ponto 2 foi interpretado pela diplomacia argentina como uma vitória, pois esta entendia que a “Consulta Prévia” estava institucionalizada na expressão “cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado”⁴¹². Mas para Eliana Zugaib, “ao reconhecer a Argentina aquela distinção jurídica, ficava legalmente excluído do contexto da Bacia do Prata o princípio da consulta prévia no que se refere aos rios de curso sucessivo”⁴¹³. A consulta prévia seria “a necessidade de trocas de informações e consultas recíprocas entre todos os Estados eventualmente afetados por obras hidrelétricas”⁴¹⁴. Para Caubet, “os pontos 1 e 2 da Resolução 25 satisfazem, pois, plenamente ao Brasil, tanto porque consagram as regras jurídicas às quais sua prática estatal corresponde quanto pelo fato de os cinco Estados da bacia as terem formalmente aprovado”.⁴¹⁵ Ainda sobre esta questão, Maria del Carmen Llaver faz o seguinte apontamento:

A diplomacia brasileira obtém por meio dessa declaração grande apoio para sua política, impondo seus pontos de vista a nível do Tratado da Bacia do Prata e trocando o princípio da consulta prévia pelo simples ponto de prejuízo sensível. Convém então perguntar-se quais foram as razões que levaram a Argentina a subscrever a Ata de Assunção, contrária a esses princípios; os mesmos que, por outro lado, ela havia defendido até aquele momento, e que continuara defendendo. A Ata de Assunção foi uma total incongruência entre o que a Argentina pensava, discutia e defendia, e o que ela assinou a respeito.⁴¹⁶

Se houve um equívoco de interpretação argentina, a Resolução 25 passaria a ser mais um motivo para intensificar as divergências entre Brasília e Buenos Aires nos anos seguintes. Em junho de 1972, a delegação argentina colocou em discussão a questão da “Consulta Prévia” na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo. Segundo Espósito Neto, “após calorosos debates e na impossibilidade de se

⁴¹¹ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.76.

⁴¹² Relatório do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto sobre el Brasil* de julho de 1971.

⁴¹³ ZUGAIB, Eliana. *A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p. 111.

⁴¹⁴ MELO, Luciano Morais. *O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos de 1960 e 1970*, 2011, p.47.

⁴¹⁵ CAUBET, Christian. *As grandes manobras de Itaipu*, 1989, p.77.

⁴¹⁶ LLAYER, Maria del Carmem . *El Problema del aprovechamiento hidroeléctrico del alto Paraná*. 1979. p.27.

chegar a um consenso, os participantes da conferência decidiram repassar a questão à XXVII Assembleia Geral das Nações Unidas”⁴¹⁷.

Em setembro de 1972, antes da realização da Assembleia Geral da ONU, os chanceleres de Brasil e Argentina, Mario Gibson Barboza e Eduardo MacLaughlin, se reuniram para firmar a Resolução 2995 determinando que obras realizadas em seus territórios não poderiam causar prejuízo ao vizinho, assim como deveria ser feito um aviso antecipado para evitar danos sensíveis nas áreas adjacentes à execução das obras.

No entanto, no ano seguinte as autoridades argentinas denunciaram o não cumprimento do “Acordo de Nova Iorque”, pois entendia que o Brasil não teria agido como esperado a respeito do início do enchimento da represa de Ilha Solteira, a montante de Jupiá, no curso do Rio Paraná. O fato era outro elemento catalisador nas divergências entre os dois países num momento em que se aproximava a assinatura do Tratado de Itaipu que formalizava a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia. Como veremos adiante, entre 1967 e 1973, as estratégias de atuação de ambos os lados, no intuito de defender seus interesses na Bacia do Prata, foram bem sucedidas do lado brasileiro e resultaram na busca argentina por outros caminhos para obstruir a construção de Itaipu.

4.2 Diplomacias, estratégias e divergências.

4.2.1 Brasil x Argentina: o impasse nas águas do Rio Paraná

Neste item serão analisados os bastidores do Itamaraty e do Palácio de San Martin durante os primeiros sete anos após a assinatura da Ata das Cataratas em 1966, concomitante aos eventos destacados nos parágrafos anteriores para compreender o entendimento das diplomacias a fim de defenderem os interesses de seus países na Bacia do Prata. As trocas de notas entre os dois Estados utilizavam expressões de cordialidade e respeito, evidenciando a importância de um para o outro. De fato, ambos reconheciam a relevância de suas relações visando à integração geopolítica e conseqüentemente vantagens comerciais. Porém, as trocas de nota entre chancelarias e suas embaixadas demonstravam um clima de desconfiança com as atitudes do outro numa espécie de “nós e eles”. Algo que deixava afastada a possibilidade de um entendimento sobre o aproveitamento do Rio Paraná.

⁴¹⁷ ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 240-241.

Nos capítulos anteriores estudamos a dinâmica entre Brasil e Paraguai, em torno do “Caso Sete Quedas”, e as relações de Paraguai e Argentina a respeito do impasse relacionado à livre navegação paraguaia em território argentino e as negociações para criação do Tratado de Yacyreta. Em abril de 1966, enquanto as relações entre as chancelarias de Brasil e Paraguai tiveram um momento de acusações de ambos os lados apontando que o “caso Sete Quedas” era utilizado pelo outro, uma ditadura militar, para desviar a atenção pública de problemas internos, a embaixada brasileira em Buenos Aires emitia nota ao Itamaraty afirmando que as relações entre Argentina e Paraguai foram facilitadas graças a “imprudente ação brasileira” de ocupar um território em litígio⁴¹⁸. A análise da embaixada brasileira na Argentina certamente foi relevante para orientar o Itamaraty no processo de negociação com o Paraguai devido a grande repercussão do impasse brasileiro-paraguaio em solo argentino. Afinal, a Argentina esta a jusante do Rio Paraná.

Segundo Elhance, “o compartilhamento de águas internacionais caracteriza uma relação de interdependência entre os países ribeirinhos, na medida em que a ação de um deles pode comprometer os interesses dos demais”⁴¹⁹. Neste caso, o Paraguai teria o direito de usufruir das águas compartilhadas com o Brasil para obter os benefícios do potencial energético de Sete Quedas. Mas caso ambos os países entrassem em consenso e decidissem juntos construir uma usina hidrelétrica no curso do Rio Paraná, quem poderia ser prejudicada era a Argentina, sendo este país consideravelmente dependente do potencial hídrico do mesmo rio. Com isso, os argentinos necessitavam intensificar os laços de aproximação com o Paraguai para evitar que os projetos brasileiros na Bacia da Prata prejudicassem seus interesses. Provavelmente por este motivo, a imprensa argentina recebeu com entusiasmo a notícia do convite feito pelo governo do país ao presidente Stroessner para que este visitasse a capital Buenos Aires⁴²⁰.

Como já mencionado anteriormente, em junho de 1966 o governo argentino convocou os cinco países ribeirinhos da Bacia do Prata para uma reunião de chanceleres a ser realizada em Buenos Aires ainda naquele ano. É possível apontar que o motivo da convocação era a situação de dependência argentina em relação a sua localização geográfica na bacia, pois, dentre os cinco países ribeirinhos, é aquele “com pior inserção

⁴¹⁸ Ibid, p.221.

⁴¹⁹ ELHANCE, Aruh P. *Hydropolitics no terceiro mundo: conflito e cooperação nos rios internacionais*, 1999, p.13.

⁴²⁰ Ofício do Itamaraty de 03 de janeiro de 1966. CDO- nº1\430.1(43)(41).

no sistema hidrográfico”⁴²¹. Segundo Schilling, ao contrário do Brasil, a Argentina é o país mais dependente da Bacia, sendo que o potencial hídrico é essencial para o seu desenvolvimento econômico⁴²². Desde a década de 1950, no intuito de suprir esta demanda, projetos nucleares estavam em processo de desenvolvimento na Argentina⁴²³.

A particularidade de a Argentina ser um país de águas abaixo, o que a colocava em posição de desvantagem em relação ao Brasil, motivou o governo Illia a dar esse primeiro impulso em busca de entendimento no âmbito da Bacia, com o intuito de desenvolver projetos conjuntos e evitar que a realização de obras águas acima viesse a causar danos no curso de seus rios que cabia à Argentina. Com efeito, a iniciativa do governo Illia, que não havia conseguido alcançar acordos que permitissem concertar estratégia comum sobre o aproveitamento energético dos rios, configurava tentativa de “multilateralizar” diálogo que não havia prosperado desde a queda do Presidente Arturo Frondizi⁴²⁴.

Enquanto Illia esteve no poder, sua diplomacia não conquistou avanços neste sentido⁴²⁵. Além disso, seu governo não agradava os seus potenciais oponentes na condução da política externa. Quando os Estados Unidos decidiram intervir na República Dominicana, em abril de 1965, para evitar uma movimentação socialista neste país, os norte-americanos contaram com o apoio militar de diversos governos latino-americanos, como o Brasil e o Paraguai. Tais países incorporaram a chamada *Força Interamericana de Paz*. A representação argentina na OEA votou a favor da intervenção na República Dominicana, mas não enviou militares para o conflito. Isto causou opiniões distintas entre os grupos políticos do país, dentre oponentes que apoiavam o envio de soldados, como no caso de membros das Forças Armadas, e aliados governistas que condenavam a intervenção na República Dominicana com o voto favorável argentino na OEA. No caso destes últimos, setores jovens da *UCR do Povo*, o partido de Illia, manifestaram indignação pública. Afinal, estes defendiam que nenhum país deveria intervir em outro de forma militar⁴²⁶. Segundo Alejandro Simonoff, “*la confrontación interna favorecía a quienes proponían establecer una alianza sólida con los Estados Unidos, mientras que la oposición se fortaleció*

⁴²¹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida, *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*, 1987, p. 173.

⁴²² SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*, 1981, p. 124.

⁴²³ YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p.78.

⁴²⁴ Ibid, p. 106.

⁴²⁵ LUNA, Felix. *De Peron a Lanusse (1943-1973)* 1974, p. 171.

⁴²⁶ Ibid.

*internamente; se llegó así a un recurrentejuego en el que la negociación interna fue desplazada por la puja*⁴²⁷

Outra questão que intensificou o desgaste político foi à recusa da *UCR do Povo* em recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por não aceitar suas condições impostas. Além disso, a fim de suprir as dificuldades encontradas na balança comercial, o governo tentou por diversas vezes controlar o câmbio para evitar que o volume das importações sobressaísse em relação ao de exportações. Porém, estas não aumentaram como era esperado⁴²⁸. Diante destas e outras circunstâncias que tinham impacto no cenário político e econômico na Argentina, grupos militares lideraram um golpe de Estado consolidado em 28 de junho de 1966.

Na conjuntura geopolítica da Bacia do Prata, na mesma semana em que ocorreu a queda de Illia, as chancelarias de Brasil e Paraguai assinavam a Ata das Cataratas e davam início ao processo de construção de uma hidrelétrica binacional no curso do Rio Paraná. O General Juan Carlos Onganía assume a presidência argentina e centraliza a política externa em questões de segurança nacional sob a ótica da contra-insurgência aprendida na academia de West Point- Colégio Interamericano de Defesa, criado em 1962 pela Junta Interamericana de Defesa (JID)- e reproduzida nas Escolas Superiores de Guerra. Direciona, no contexto da Guerra Fria, o alinhamento com os Estados Unidos e apoia a criação da Força Interamericana de Paz (FIP) e a institucionalização da JID. Manteve a retórica universalista valorizando o triangulo Estados Unidos-Europa-América Latina e buscou a construção de um mundo multipolar incrementando vínculos comerciais com a Ásia e a Europa Oriental⁴²⁹.

No âmbito da Bacia do Prata, como visto no capítulo anterior, as negociações paraguaio-argentinas foram intensificadas no segundo semestre de 1966 a fim de continuar os estudos voltados a construção da futura hidrelétrica de Yacyretá. Em janeiro de 1967, ambos os países acertaram suas diferenças a respeito da livre-navegação de embarcações paraguayas nas águas sob jurisdição argentina. Tais entendimentos sobre estes dois temas, não por acaso, estão relacionados aos avanços das negociações entre Brasil e Paraguai a respeito do aproveitamento hidro energético de Sete Quedas e a aproximação da realização da I Reunião de Chanceleres dos Países

⁴²⁷ SIMONOFF, Alejandro César. *Teoría y práctica de la autonomía: la política exterior de Illia*, 2015, p. 4.

⁴²⁸ DEVOTO, J. Fernando; FAUSTO, Boris. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*, 2005, p. 387.

⁴²⁹ CANDEAS, Alessandro. *A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na "visão do outro"*, 2010.

da Bacia do Prata em Buenos Aires. Ou seja, resolvendo as pendências com o Paraguai menores seriam as possibilidades de desavenças com o Estado vizinho para tratar de assuntos de interesse na referida reunião.

O Itamaraty estava acompanhando as negociações entre a Argentina e o Paraguai a respeito da livre-navegação. Havia a percepção de que os avanços nas negociações estavam diretamente relacionados ao acordo brasileiro-paraguaio, a Ata das Cataratas. Por meio da embaixada em Buenos Aires, o Itamaraty observava a movimentação do governo Arturo Illia que colocava em evidencia a preservação dos interesses argentinos na Bacia do Prata no aproveitamento de recursos naturais a medida que Brasil e Paraguai, no decorrer de 1965, discutiam sobre a possibilidade de construção de uma hidrelétrica binacional no curso do Rio Paraná. E mesmo ao final daquele ano não ter apresentado avanços (aliás, ao contrário, o litígio fronteiriço estava longe de uma solução com a permanência de militares brasileiros em Porto Coronel Renato) as autoridades argentinas acreditavam que o acordo entre seus vizinhos aconteceria. E como já visto, para Buenos Aires isto era um problema.

No processo de preparação para a I Reunião de Chanceleres que ocorreria em fevereiro de 1967, funcionários da embaixada brasileira em Buenos Aires auxiliaram o Itamaraty enviando documentos que tratavam da movimentação das autoridades argentinas, da sua diplomacia e também com reportagens de diversos periódicos de grande circulação no país a respeito do que a Argentina iria tratar e defender no encontro de chanceleres. E como previsto pelo Itamaraty, sabendo do incomodo que o acordo brasileiro-paraguaio causava para os interesses argentinos no Prata, a defesa da “Consulta Prévia” fazia parte da agenda da Argentina na reunião⁴³⁰.

Logo as fontes consultadas permitem interpretar que a diplomacia brasileira teve habilidade para evitar que a Argentina colocasse o tema na declaração final do encontro. O diplomata Expedito de Freitas Resende⁴³¹, chefe da Divisão da América Meridional, por meio de um documento de dezoito páginas, informou as autoridades brasileiras que soube durante as conferências preparatórias para a I Reunião de Chanceleres, que contou com representantes de quatro países (os uruguaios não participaram), que a Argentina colocaria a “Consulta Prévia” em discussão como previsto pelo Itamaraty.

⁴³⁰ Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

⁴³¹ Expedito Resende já havia trabalhado na embaixada brasileira em Buenos Aires entre 1954 e 1957. Retornou para assumir outras funções na capital argentina em 1964, sendo Encarregado de Negócios entre março e abril de 1965. Ou seja, sua experiência permitia fazer análises relevantes sobre a Argentina e auxiliar o Itamaraty.

Segundo Resende, o assunto “vem sendo objeto, na imprensa portenha, de acerada polêmica”. Um dos motivos foram as enchentes que assolaram o país nos anos de 1965 e 1966 e, para evitar maiores sequelas, todos os especialistas consultados manifestaram a impossibilidade de prevenção sem o conhecimento pluviométrico das cabeceiras dos rios que confluem o estuário do Prata⁴³².

Outra questão colocada refere-se ao direito internacional sobre o aproveitamento de rios compartilhados entre Estados. Segundo Resende,

Em relatório de 23 de julho de 1932, submetido à União Pan-Americana, para servir de base às decisões da 7ª Conferência Internacional Americana, a se reunir, em 1933, em Montevideu, a Comissão adotou como conclusão fundamental a seguinte: ‘Para utilização das águas dos rios internacionais, no interesse industrial ou agrícola, é indispensável um acordo entre os Estados ribeirinhos, desde que possa esse aproveitamento influir, de qualquer modo, na outra margem, se o rio for sucessivo’. Para os casos de desacordo, entre os interessados, a Comissão sugeriu recurso à União Pan-Americana⁴³³.

De acordo com Resende, o conteúdo da “Declaração de Montevideu”, assinado em 1933, é o embasamento da Argentina para “ser ouvida sobre as obras hidráulicas que o Brasil realiza ou aspira levar a cabo nos rios que confluem para o Prata”. O documento previa que o Estado interessado deveria informar previamente o coproprietário e este teria o prazo de três meses para responder, sendo seu silêncio interpretado como uma afirmativa em relação ao empreendimento. Do contrário deverá ser formada uma Comissão Mista com prazos para apresentar resultados aos respectivos Estados aceitando a viabilidade ou não do projeto. Resende chama a atenção para o fato de que caso tal procedimento ocorra, como queria a Argentina, o projeto hidroelétrico brasileiro-paraguaio seria prejudicado com a paralização das atividades durante a fase de análises. Porém, fazendo um estudo a fim de encontrar precedentes nas Américas a respeito do assunto, Resende menciona que a Comissão Jurídica Interamericana, por meio de um relatório enviado ao Conselho da OEA, aponta que “uma regulação mais minuciosa neste campo, além de não ser fácil, seria de conveniência discutível. Se bem que seja possível introduzir alguma precisão técnica, é muito difícil uniformizar critérios a respeito da mesma”⁴³⁴.

Neste sentido, a estratégia sugerida à chancelaria brasileira para evitar o debate em torno da “Consulta Prévia” seria a seguinte: sabendo das agendas de Bolívia,

⁴³² Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

⁴³³ Ibid.

⁴³⁴ Ibid.

Paraguai e Argentina, das quais as duas primeiras não “ameaçavam” interesses do Brasil, restava aproximar-se do Uruguai, cuja pauta ainda era desconhecida, e estimulá-lo a fazer o possível para que o encontro não durasse mais do que dois dias com o objetivo de fazer seus representantes retornarem a Montevideu para prepararem sua agenda no encontro entre diplomatas dos dois países antes da posse de Óscar Diego Gestido a presidência, prevista para 1º de março de 1967. E, caso a Argentina colocasse o tema em debate, a delegação brasileira defenderia a complexidade da questão e não poderia haver uma definição naquele momento por “exigir estudos mais detalhados”⁴³⁵⁴³⁶.

Para evitar a impressão de que o Brasil estaria “numa situação de oposição a Buenos Aires”, Expedito Resende sugeriu que a delegação poderia aceitar outras propostas argentinas de comum interesse com o Estado brasileiro como a “declaração formal sobre a conveniência de encarar um estudo conjunto de problemas da Bacia e da realização das obras bilaterais e multilaterais que exijam seu desenvolvimento” e que possibilitaria a criação do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC)⁴³⁷.

Resende também chamou a atenção em relação à agenda paraguaia que pretendia colocar a temática Sete Quedas para ser discutida na reunião. Sendo assim, orientou o Itamaraty, por meio da embaixada brasileira em Assunção, sugerir ao Paraguai a não fazê-lo “com o objetivo de evitar uma aparente multilateralização do assunto”. E finalmente, a fim de garantir os interesses brasileiros na geopolítica platina, sugeriu que toda decisão deveria ser unânime entre os cinco Estados, assim como ocorre no Conselho de Segurança da ONU⁴³⁸.

Analisando que do ponto de vista jurídico internacional a chancelaria argentina teria todas as condições de pleitear o direito a consulta prévia no que se refere às obras brasileiras a montante da bacia, restaria por parte desta articular com os outros três países a colocação do tema para discussão. O cenário geopolítico platino poderia favorecer o governo de Buenos Aires negociar com os outros Estados para atingir seu objetivo ante o Brasil. Expedito de Freitas Resende já havia chamado à atenção para “os acenos da Casa Rosada à Bolívia” e para “euforia paraguaia” com o recém acordo de livre-navegação com a Argentina. A dúvida era em relação ao Uruguai, cuja agenda era

⁴³⁵ A agenda brasileira era composta por dois temas: a siderúrgica multinacional de Corumbá; e o estudo do mercado de erva-mate nos países da Bacia do Prata.

⁴³⁶ Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

⁴³⁷ Ibid.

⁴³⁸ Ibid.

desconhecida. Naquele momento este país passava por um momento de transição política, passando de um Conselho Nacional de Governo para um regime presidencialista.

Mas apesar de Resende mostrar receio com a possível jogada multilateral argentina, o cenário estava mais favorável ao Brasil no campo geopolítico por causa do avanço nas suas relações bilaterais com os referidos Estados⁴³⁹. No caso do Paraguai, parceiro do Brasil no empreendimento (destacando que nas semanas anteriores havia sido formada a Comissão Mista brasileiro-paraguaia), mesmo tendo em comum com a Argentina o projeto hidrelétrico Yacyreta-Apipe, conceder ao Estado argentino a consulta prévia sobre Sete Quedas poderia prejudicar seus interesses considerando as vantagens políticas e econômicas que a hidrelétrica proporcionaria ao país. Ou seja, as chances de apoio paraguaio a “Consulta Prévia” eram remotas, apesar do recém entendimento sobre a livre-navegação. No caso da Bolívia, o país apresentou como sugestão o estudo de pré-viabilidade para a instalação de uma indústria petroquímica na região produtora de gás em Santa Cruz, para satisfazer as necessidades de consumo dos países da região platina. Naquele momento o presidente do Brasil ainda era Castelo Branco e, durante seu governo, o chanceler Juracy Magalhaes visitou La Paz para propor aos bolivianos a dinamização de intercâmbio fronteiriço entre os dois países, assim como o comércio da borracha e a ligação ferroviária.⁴⁴⁰ Aliás, sobre a área de transportes foram pautas estratégias para ambos defenderem, no âmbito da Bacia do Prata, a integração regional ferroviária, rodoviária e navegação para facilitar o acesso boliviano ao Atlântico. Em determinado momento o Estado brasileiro mostrou simpatia ao direito boliviano de acesso ao oceano Pacífico, o que conseqüentemente resultou em tensão nas relações brasileiro-chilenas. Como consequência, Juracy Magalhães negou publicamente tal posicionamento para amenizar a situação. Já com o Uruguai, apesar do incômodo sentido pelas autoridades do regime militar brasileiro com as incursões de emissários políticos do ex-presidente João Goulart ao país, o processo de aproximação foi intensificado com as negociações para incrementos dos acordos comerciais e conversas para o desenvolvimento das bacias da lagoa Mirim e do rio Jaguarão⁴⁴¹. E, além disso, o Uruguai conservava a tradição de manter um posicionamento pacifista e a

⁴³⁹ Ibid

⁴⁴⁰ Ibid.

⁴⁴¹ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado; *História da política exterior do Brasil*, 1992.

favor da integração latino-americana⁴⁴². Neste sentido, não haveria uma tendência uruguaia para se posicionar favoravelmente a nenhum de seus dois vizinhos, sendo este fato mais um importante elemento que favoreceu o Brasil.

Desta maneira, no encontro de 27 de fevereiro de 1967, em Buenos Aires, os chanceleres dos cinco países do Prata se reuniram para discutir o fortalecimento geopolítico e econômico da bacia. Manoel Pio-Corrêa, embaixador brasileiro na Argentina, relatou que seus esforços eram no sentido de permitir a liberdade de exploração hídrica no território nacional diante do sentimento de “frustração” e mesmo “hostilidade” argentina em relação ao programa de obras hidroelétricas brasileiras⁴⁴³.

Com isso, os representantes argentinos não tiveram êxito em introduzir no documento a expressão “Consulta Prévia” e consentiram com a expressão “Troca de Informação”, o que demonstra o êxito na estratégia brasileira. E conforme sugerido por Expedito de Freitas Resende, foi aceita a sugestão argentina de criação do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), com sede em Buenos Aires, cuja função principal era “levar a cabo o estudo conjunto e integral da Bacia do Prata, com o fito de realizar um programa de obras multilaterais, bilaterais e nacionais úteis ao progresso da região”. E finalmente no segundo item da Declaração Conjunta, introduziu-se o princípio da unanimidade para a tomada de decisões.

Nos dois encontros seguintes, a Argentina não conseguiu articular com os outros Estados a institucionalização da consulta prévia. No II Encontro de Chanceleres em Santa Cruz de la Sierra, em 1968, o foco das discussões foi a institucionalização do CIC. Já em Brasília, no ano seguinte, foi consagrado o Tratado da Bacia do Prata que não faz menção a “Consulta Prévia”. Fato que possibilita interpretar o êxito da estratégia brasileira.

Concomitante ao impasse entre Brasil e Argentina, a diplomacia brasileira acompanhava outro empreendimento hidroelétrico na Bacia do Prata, o projeto argentino-uruguaio para construção de Salto Grande no Rio Uruguai. Como ribeirinho da bacia, Argentina e Uruguai chamaram o Brasil para participar dos estudos por causa das alterações que o rio sofreria em seu território. Um *memorandum* confidencial-urgente enviado por Pontes Nogueira, chefe da diplomacia brasileira de *Divisão da Bacia do Prata e Chile*, direcionado a *Secretaria Geral para Assuntos Americanos*,

⁴⁴² VALES, Tiago Pedro. *Política Externa, Forças Armadas e Operações de Paz: as contribuições uruguaias*, 2011.

⁴⁴³ ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p. 225.

sugeriu que o Brasil analisasse com cautela se deveria receber indenizações com a construção de Salto Grande, pois seus argumentos poderiam ser utilizados pela Argentina a seu favor para defender seus direitos em relação a hidrelétrica de Sete Quedas que era uma prioridade para os interesses políticos e econômicos brasileiros. Esta questão parece ser relevante em um momento que o Estado argentino não conseguia obstruir o projeto brasileiro-paraguaio⁴⁴⁴.

No início da década de 1970 a Argentina reconhecia que o Estado brasileiro passou a ter um papel mais participativo nas relações com os países da América do Sul. O Relatório Anual sobre o Brasil do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* de 1971 analisa que a prosperidade econômica e o desenvolvimento apresentado no país resultavam na extensão de seus interesses com os vizinhos e conseqüentemente elevar seu potencial geopolítico. Reconhecia-se a importância para o governo de Buenos Aires intensificar suas relações com o Brasil, sobretudo comerciais, num contexto em que barreiras protecionistas estavam sendo elevadas pelos Estados Unidos e as grandes potenciais europeias. No entanto, interpretava-se que o impasse a respeito do aproveitamento do Rio Paraná era um obstáculo para maiores entendimentos e deveria ser priorizada uma solução que não colocasse a Argentina numa condição vulnerável em relação ao Brasil⁴⁴⁵.

Os documentos possibilitam interpretar que a Argentina tinha consciência da sensibilidade do assunto por entender que a demanda energética estava aumentando no Brasil diante do seu crescimento industrial e econômico. A embaixada argentina enviava ao seu governo ofícios e recortes de jornais sobre projetos energéticos em várias regiões no Brasil, como o empreendimento para construção da usina atômica de Angra dos Reis⁴⁴⁶. O entendimento era de que, devido às alternativas existentes no território brasileiro para serem usufruídas como recurso energético, a hidrelétrica de Sete Quedas não fazia sentido. Ou seja, para Buenos Aires, a obra era um instrumento de hegemonia brasileira na Bacia do Prata com o intuito de consolidar sua influência no Paraguai e superar a Argentina na “concorrência pela hegemonia regional”⁴⁴⁷.

Ainda o Relatório Anual sobre o Brasil do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* de 1971 esboça que, enquanto a Argentina apresentava dificuldades em atingir

⁴⁴⁴ Memorandum Confidencial-Urgente de 13 de outubro de 1970 DBP/63/581.(40 a) do Itamaraty. Da Divisão da Bacia do Prata e Chile para a Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Americanos.

⁴⁴⁵ Relatório do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto sobre el Brasil* de julho de 1971.

⁴⁴⁶ Ofício nº 342 de 13 de novembro de 1972. Da embaixada argentina no Brasil para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

⁴⁴⁷ Relatório do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto sobre el Brasil* de julho de 1971

maiores resultados em diversas áreas no âmbito multilateral platino, o Brasil: incrementava suas relações com o Paraguai na pavimentação rodoviária entre Assunção e Paranaguá e concedia créditos de 10 milhões de dólares a projetos agropecuários, além de investimentos da hidrelétrica de Acaray; já nas relações com a Bolívia concedia créditos de 30 milhões de dólares, elaborava um fundo de investimento para interligação Santa Cruz de la Sierra- Corumbá e criação de um posto de serviço de balsa para veículos de carga sobre o Rio Mamoré entre Guajará-Mirim e Guayara; e finalmente nas relações com o Uruguai, apesar de certa tensão por causa da infiltração de guerrilheiros do grupo *Tupamaros*⁴⁴⁸ na fronteira com o Rio Grande do Sul, avançavam as negociações para a entrada de capitais brasileiros e concessão de crédito voltados a investimentos em solo uruguaio, além do desenvolvimento da Lagoa Mirim e integração fronteiriça⁴⁴⁹.

E se a Argentina não conseguia inibir os avanços brasileiros com Sete Quedas, a estratégia adotada foi partir para um campo além do cenário sul-americano. E o momento oportuno surgiu com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, entre 5 e 16 de junho de 1972, em Estocolmo. Apesar de colocar o tema em discussão no evento global, “o ponto específico introduzido pela Argentina sobre a necessidade de consulta prévia para a utilização de recursos naturais compartilhados ficou, por não haver obtido consenso, para ser discutido na Assembleia Geral das Nações Unidas”⁴⁵⁰.

Apesar de não ter conseguido um resultado consistente que favorecesse seus interesses naquela conferência, a sensação sentida pela diplomacia argentina era de que “nós já ganhamos” e sua posição diante de qualquer proposta brasileira era de “quem está negociando por cima”⁴⁵¹. Às vésperas da XXVII Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, os chanceleres de Argentina e Brasil, Eduardo MacLaughin e Mario Gibson Barboza, se reuniram para tratar do tema durante quatro dias. Segundo o chanceler brasileiro, numa conversa reservada com seu colega argentino, Barboza

⁴⁴⁸ Foi um grupo guerrilheiro de tendência marxista-leninista que operou no Uruguai nas décadas de 1960 e 1970 atuando em assaltos, sequestros políticos, distribuição de comida e dinheiro roubado aos pobres. Seu nome deriva de uma expressão pejorativa feita pelos espanhóis aos insurgentes que atuaram ao lado de Tupac Amaru no século XVIII contra a Coroa no Vice-Reino do Peru. A partir da ditadura militar, iniciada em 1973, a repressão contra este grupo aumentou consideravelmente resultando no enfraquecimento das atividades de guerrilha.

⁴⁴⁹ *Ibid.*

⁴⁵⁰ ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p.241.

⁴⁵¹ BARBOSA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço da vida*, 1992, p.117.

argumentou que o Brasil não poderia desistir da construção de Itaipu porque seria uma calamidade para o país nas áreas econômicas e energéticas. Além disso, os riscos apontados pelos argentinos como: problema de contaminação e de saúde pública, em especial esquistossomose; e possibilidade de rompimento da barragem não eram contundentes, pois exigia-se maiores estudos para tais afirmações.

Chegou-se a um entendimento com a elaboração de uma minuta que ficou conhecida como *Acordo de Nova York* e apresentada ao chanceler paraguaio Sapeña Pastor, sendo este favorável. Na forma de Resolução nº2995, o documento assegurava o princípio de “não causar danos fronteiriços” e foi submetido à Assembleia Geral para votação recebendo 115 a favor, dez abstenções e nenhum contrário. Houve otimismo entre membros do governo argentino com o acordo. Mas, como veremos adiante, foi mal recebido no país, principalmente na imprensa. Isto porque, no documento “o terceiro parágrafo enterrou o princípio da consulta, pois não permite a paralização de projetos de exploração dos recursos naturais nos casos em que tenha havido intercâmbio de informações e dados anterior ao início das obras”⁴⁵².

A reclamação pelo não cumprimento do *Acordo de Nova York* por parte da Argentina ocorreu em março de 1973. Na época o diplomata brasileiro Expedito de Freitas Resende comunicou informalmente o embaixador argentino Alvares de Toledo que estava tendo início o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Ilha Solteira, a montante de Jupitá, no curso do Rio Paraná. A informação foi repassada no dia seguinte por Azeredo da Silveira ao representante da Argentina junto ao CIC, Júlio Barberis. Apesar de a matéria ter sido publicada no *Diário Oficial da União*, em 27 de março de 1973, na qual constavam as medidas a serem tomadas para garantir a vazão da água a jusante da obra, as autoridades argentinas reclamaram que a publicidade do fato não foi feita em veículos de “maior divulgação” e denunciaram que o Brasil não cumpriu com o documento assinado em Nova Iorque seis meses antes⁴⁵³. Mas analisando os fatos, entendo que o Estado brasileiro não descumpriu com o referido acordo. Ao contrário, fez o que era esperado, comunicou o ribeirinho vizinho e reiterou que o enchimento da represa “não apresentava possibilidade de provocar ‘dano sensível’”. Lucas Nogueira Garcez, diretor da Companhia Energética de São Paulo (CESP), a qual pertence Ilha Solteira, declarava aos jornais que “informou os argentinos e eles não vieram”. E

⁴⁵² ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012, p.243.

⁴⁵³ Ibid.

acrescentou que “diante das chuvas excepcionalmente caídas, o enchimento ocorreria, permitindo não apenas a vazão normal desta, mas praticamente o dobro em território argentino. ‘Ou seja, não haveria danos’”⁴⁵⁴.

O referido fato possibilita interpretar que a Argentina fez da “questão Ilha Solteira” um objeto a ser explorado internamente, como “defesa dos interesses nacionais”, e no cenário global em encontros internacionais (já sob o governo justicialista) como na Conferência de Argel em setembro de 1973, quando conseguiu apoio do *Movimento dos Países Não Alinhados*, e na Assembleia Geral da ONU em dezembro do mesmo ano que aprovou a Resolução nº3129 introduzindo o princípio da “Consulta Prévia” no direito internacional para a exploração dos recursos naturais compartilhados⁴⁵⁵. Mas apesar do êxito argentino, como sabemos, Itaipu cada vez mais estava próxima de se tornar uma realidade.

4.2.2 Corpus: projeto hidroelétrico conjunto ou estratégia diplomática argentina?

Um projeto entre dois Estados consiste no esforço empreendido com um objetivo pré-estabelecido a fim de criar um produto que beneficie ambas as partes com início, meio e fim definidos com uma sequência de atividades elaboradas. Neste sentido, as fontes analisadas nesta pesquisa permitem apontar que Corpus não foi inicialmente um projeto argentino-paraguaio concreto com a finalidade de usufruir dos recursos hidroenergéticos do Rio Paraná (como Yacyreta-Apipe) e, até meses antes da assinatura do Tratado de Itaipu em abril de 1973, a possibilidade de sua construção não fazia parte das negociações envolvendo a Argentina e o Paraguai. O que responde a pergunta feita no subtítulo deste capítulo, Corpus foi uma estratégia argentina para obstruir, ou atrasar, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O motivo? Como já visto anteriormente, as negociações entre Brasil e Paraguai estavam avançadas e decidia-se que o local da construção seria em Itaipu, na fronteira tríplice entre os três países. Ou seja, o pior dos cenários para a Argentina, pelo menos internamente no aspecto político.

Tanto o Brasil quanto o Paraguai, sendo este o sócio no empreendimento anunciado, manifestaram surpresa e desconhecimento a respeito do projeto Corpus. Um

⁴⁵⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 166.

⁴⁵⁵ ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*, 2012.

documento da embaixada brasileira em Buenos Aires, de fevereiro de 1973, relata que em breve a Argentina “planejava apresentar o projeto ao Brasil”⁴⁵⁶. Já outras fontes revelam que os paraguaios não receberam nenhuma proposta do vizinho até três meses antes da assinatura do Tratado de Itaipu. O que provoca maiores questionamentos se não bastasse outro fato, passadas várias décadas Corpus não foi construída e não existe um tratado semelhante à Itaipu e Yacyreta. Um detalhe importante é que os argentinos alegavam que o projeto surgiu com a criação da *Comision Mixta del Rio Paraná* (COMIP) entre a Argentina e o Paraguai, em junho de 1971, e já mencionada no capítulo anterior. No entanto, não há referência ao projeto hidrelétrico de Corpus no documento que oficializa a COMIP.

Ao fazer análise das fontes, documentos e periódicos dos três países estudados, de forma cronológica a temática envolvendo o projeto hidroelétrico de Corpus surgiu publicamente em dezembro de 1972 quando o chanceler paraguaio Raul Sapeña Pastor respondeu a um questionamento sobre o assunto ao periódico *ABC Color*⁴⁵⁷⁴⁵⁸. Na ocasião ele disse que “o projeto Corpus até agora é uma questão jornalística”⁴⁵⁹. E, além disso, fez a seguinte explanação:

Pode ser que existam estudos profundos a respeito, mas, para que seja um projeto econômico, terá que inundar a área do território brasileiro, argentino e paraguaio, inclusive aquela que esta situada a usina de Acaray. Apesar de existir uma Comissão Mista Paraguai-Argentina para o estudo do Rio

⁴⁵⁶ Ofício Confidencial-Urgentíssimo DTBP/DBP/AIG de 8 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁵⁷ Diversos sites de busca na internet, como a *Wikipédia*, informam que a Usina Hidrelétrica de Corpus Christi foi inicialmente projetada nos anos de 1960, mas sem apresentar fontes. O que parece um equívoco dando a entender que tal empreendimento tenha uma origem similar a Itaipu e Yacyretá.

⁴⁵⁸ Na obra *A Herança de Stroessner (1955-1980)*, de Alfredo da Motta Menezes, publicada em 1987, o autor menciona que em agosto de 1971 o General Amyr Borges Fortes “disse, por exemplo, que as duas usinas, Sete Quedas e Corpus, poderiam ser construídas sem problemas algum” (1987, p.98). Mais adiante, relata que no encontro entre Stroessner e Lanusse, em Buenos Aires, no mês de agosto de 1972, ambos discutiram a respeito de Corpus e Yacyreta (1987, p.99). As fontes utilizadas pelo autor são periódicos dos dias 22 de agosto de 1971 e 1º de agosto de 1972, respectivamente. Ao fazer uma busca pelos periódicos das respectivas datas, constatei que o General Amyr Borges Fortes não faz a referência a Corpus. E sim, que a hidrelétrica brasileiro-paraguaia “será uma obra de grande importância, possibilitando amplo desenvolvimento econômico na zona fronteira das duas nações, inclusive para a Argentina” (*FOLHA DE S. PAULO*, 22 de agosto de 1971, p. 24). Já no encontro entre Stroessner e Lanusse, a informação é: “em comunicado conjunto divulgado ao término das conversações, os presidentes resolveram dar instruções a comissão mista técnica das duas nações para chegar, o mais breve possível, acerca do traçado definitivo da represa Yacyretá-Apipe, que ambos os governos construirão sobre o Rio Paraná” (*FOLHA DE S. PAULO*, 1º de agosto de 1972, p. 3). Ou seja, também não há referência ao projeto Corpus. No entanto, a menção “Corpus” feita pelo autor ao citar ambas as fontes não diminui a importância da sua obra que, aliás, é muito utilizada nesta tese por ser um dos precursores nos estudos sobre a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai no âmbito acadêmico brasileiro.

⁴⁵⁹ Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 14 de dezembro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Paraná, independente daquela que se ocupa exclusivamente o projeto Yacyreta-Apipe, o governo argentino jamais apresentou oficialmente um estudo relativo ao aproveitamento de Corpus. Não há projeto avançado algum como Yacyreta-Apipe e de Itaipu. Os estudos relativos a estes dois últimos projetos terão prosseguimento de forma independente. A escolha do local da represa no projeto brasileiro-paraguaio é um assunto técnico. Não se poderá indicar a sua localização exata enquanto as encarregadas dos estudos técnicos a respeito não apresentarem aos governos dos dois países os resultados desses estudos, mas não há dúvida de que a represa estará mais próxima de Itaipu do que dos Saltos de Guaira. Não existe nenhuma modificação da Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais. Continua firme e ira nortear a nossa política⁴⁶⁰.

Ou seja, sendo a construção da hidrelétrica com o Brasil algo cada vez mais provável e contundente, o representante paraguaio manifestou cautela ao tratar de um projeto não formalizado e menos ainda conversado com a Argentina. As palavras de Sapeña Pastor revelam que Corpus era “cru” e, a priori, apenas de conhecimento argentino. Não negando a possibilidade de um empreendimento conjunto com seus vizinhos, como Yacyreta-Apipe, o chanceler já sinalizava que nada estava decidido sobre Corpus enquanto tecnicamente decidiria a localização da hidrelétrica brasileiro-paraguaia que já apresentava sinais de ser construída em Itaipu nas proximidades da tríplice fronteira. Já em fevereiro de 1973 foi à vez de Enzo Debernardi, presidente da *Administración Nacional de Eletricidad* (ANDE) no Paraguai e atuante nos projetos de Itaipu e Yacyreta, manifestar publicamente “ainda não ter conhecimento oficial do projeto argentino em questão” e que deveria “ser levado em conta se o projeto de Corpus será, na realidade, uma ‘solução’ para os interesses conjuntos”⁴⁶¹.

Ao que tudo indica o surgimento da questão Corpus causou surpresa no Brasil. Nos primeiros meses de 1973 as embaixadas em Buenos Aires e Assunção enviaram diversos documentos destacando reportagens nos maiores periódicos da Argentina e do Paraguai tratando sobre o assunto. A interpretação brasileira era de que Corpus não era um projeto hidrelétrico claro e que era utilizado como objeto político pelo governo argentino para obstruir a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia que estava prestes a se tornar oficial com a assinatura do Tratado de Itaipu. No encontro do chanceler Mario Gibson Barboza com o embaixador da Venezuela no Brasil, Baldó

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ Ofício Confidencial DBP/DTBP/AIG de 14 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Casanova, o brasileiro teria chamado o projeto hidrelétrico argentino de “demagógico” e “inexistente”⁴⁶².

Na Argentina o assunto passou ganhar maior visibilidade na imprensa e foi defendido por diversos setores que Corpus era um direito dos argentinos⁴⁶³, apesar de não existirem estudos técnicos que apresentassem a viabilidade do projeto. Para o *El Cronista*, a inclusão do projeto Corpus no projeto hidrelétrico argentino “deixa aberto o caminho para uma negociação séria com o Paraguai e o Brasil”⁴⁶⁵. Já um artigo de Pablo Kandel no *LA PRENSA*, intitulado “Uma Corrida contra o tempo entre a Argentina e o Brasil: a concretização de obras no Paraná exige uma urgente decisão política”, o autor aborda que o projeto de construção da hidrelétrica é a principal função da COMIP e que “o fato de Sapenã Pastor haver declarado desconhecer oficialmente a existência do projeto levou o governo argentino a dar conhecimento formal ao Paraguai”. Acrescenta que Corpus será essencial para alavancar a industrialização do norte da Argentina e seu custo seria de 1,2 Bilhões de dólares gerando “energia de ponta adequada para uma central de base de 5,5 milhões de quilovates”. E finaliza o texto afirmando que essas “razões básicas e outras tornam impossível à Argentina retroceder em seu direito de realizar Corpus e, assim sendo, nosso país deve insistir não meramente no princípio da informação, mas no de consulta prévia sobre obras que tragam prejuízos sensíveis”⁴⁶⁶. Já o *La Nacion* publicou uma coluna mencionando que Corpus não poderia ser construída “se o Brasil e o Paraguai decidirem, finalmente, construir a represa de Itaipu a uma cota de rejeite –altura das águas depois do dique- inferior aos 128 metros”⁴⁶⁷.

Já membros do governo argentino evitaram manifestar maiores esclarecimentos publicamente, provavelmente por não ter o que falar a respeito, mas defenderam a possibilidade do projeto ser viável, mesmo sem estudos técnicos concretos, como foi o caso do Brigadeiro Carlos Alberto Rey, chefe da Força Aérea. Ele fez tal declaração quando ocupou temporariamente a presidência do país ao ser questionado por jornalistas

⁴⁶² Ofício Secreto de 9 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministro de Relações Exteriores da Argentina, Eduardo McLoughlin.

⁴⁶³ Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 20 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁶⁴ Ofício Confidencial 664.611 (B-29) de 16 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁶⁵ Telegrama Confidencial nº54 de 24 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

⁴⁶⁶ Ofício Confidencial DTBP/DBP de 15 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁶⁷ Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

em Buenos Aires. Na ocasião, admitindo ser apenas uma especulação, mencionou “*que em caso de construirse la represa de Itaipu, lo que se llama ‘el pelo de agua’ no podria proporcionar a la represa de Corpus la altura necesaria para producir la energia que se busca extraer de ella*”. Finalizou a entrevista afirmando que “*los estudios para Corpus son todavia muy incipientes, por lo que no se puede decir nada categorico y concreto sobre este aspecto de tipo practico*”⁴⁶⁸.

O Sub-Secretário de Recursos Hídricos da Argentina, Antonio Federecio, opositor a construção de Itaipu, publicou um artigo no periódico *La Opinion* declarando que o interesse argentino na hidrelétrica de Corpus favorecia o país no cenário internacional, pois vetar “as obras que causassem prejuízo a seus projetos parecia capaz de triunfar nas Nações Unidas”. No entanto, ele mesmo reconhecia que a Argentina “se encontrava debilitada por carecer o país de projetos e estudos concretos das obras eventualmente afetadas” e acrescenta que “Corpus até agora não passa de uma aspiração”⁴⁶⁹.

A divulgação pública de maior notoriedade sobre Corpus, por parte da chancelaria argentina durante o governo Lanusse, ocorreu em março de 1973 quando distribuiu para a imprensa local a nota de resposta ao Paraguai que teria aceitado a proposta de construir a hidrelétrica. No documento destaca ao governo paraguaio que “*me solicita tenga a bien proporcionarle los estudios e informes que posea pues me expresa que ni su gobierno ni su delegacion ante la comision argentino-paraguaya del rio paraná disponen de ellos*”. Algo que chama a atenção, pois como numa comissão mista um lado não tem acesso aos estudos e informes de um empreendimento e, pior ainda, não tinha conhecimento do mesmo? No decorrer do texto informa que existiam seis volumes contendo planos e gráficos, dos quais tiveram a participação de apenas um membro paraguaio. E finaliza a nota mencionando que a realização de estudos específicos “*sobre Corpus se llevarian a cabo segun la opinion de mi gobierno, sin que se afecten los demás que la COMIP esta realizando en el tramo argentino-paraguayo del Paraná en cumplimiento de lo establecido en el Tratado del 16 de junio de 1971*”⁴⁷⁰. Para o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Azeredo da Silveira, esta distribuição da

⁴⁶⁸ Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP 406 (B-29) de 26 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁶⁹ Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 13 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁷⁰ Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

nota de resposta ao Paraguai para a imprensa argentina foi uma estratégia de aparentar a existência do projeto, já “há algum tempo”, ao mesmo tempo em que seria uma maneira de melhorar a imagem do próprio governo Lanusse, tendo em vista as críticas sofridas internamente pela condução da política externa nas divergências com o Brasil⁴⁷¹.

Porém, internamente um documento secreto do *Comando en Jefe de la Armada Argentina* orienta as autoridades do país no debate contra o Brasil a não associar tecnicamente o projeto Corpus (que ainda não apresentava estudos técnicos) com o empreendimento hidrelétrico de Yacyreta-Apipe (que apresentava estudos técnicos) por suas peculiaridades, apesar da proximidade geográfica de ambas, pois isto também permitiria ao Brasil participar diretamente nas negociações argentino-paraguaias para construção de Yacyretá. Algo que não interessava a Argentina. De acordo com a fonte,

Concebir Apipé-Corpus como proyectos interrelacionados desde el punto de vista de su explotación, no solo sería técnicamente desaconsejable por tratarse de dos proyectos que, aunque muy próximos entre sí, están implantados en realidades físicas totalmente distintas, sino que presentaría desventajas por partida doble, ya que los problemas de Apipe repercutirían desfavorablemente en las negociaciones sobre Corpus y la negociación argentino-paraguaya con Brasil (exigida por Corpus), podría demorar la solución final de Apipe (sea que peligraría el tiempo ya empleado en Apipe, que fue mucho, permitiendo que indirectamente Brasil participe en decisiones argentino-paraguayas que no lo conciernen⁴⁷².

Em 8 de fevereiro de 1973, onze dias antes do primeiro encontro oficial entre representantes brasileiros e paraguaios para definir os termos do Tratado de Itaipu, Sapeña Pastor manifestou as autoridades argentinas que o Paraguai “*esta dispuesto a emprender estudios sobre el aprovechamiento hidroelectric del Parana*”⁴⁷³. Entendo que tal manifestação paraguaia não era uma coincidência, pois a partir de então representantes do país tentariam negociar com o Brasil sobre valores a serem recebidos pela venda da energia não utilizada de sua parte e que viriam causar momentos de tensão entre brasileiros e paraguaios, nos dois meses seguintes, concomitante a manifestação pública do interesse paraguaio no empreendimento de Corpus⁴⁷⁴. Neste

⁴⁷¹ Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 22 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁷² Ofício Confidencial 604/ 73 de 16 de outubro de 1973. Do *Comando en Jefe de la Armada Argentina* para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

⁴⁷³ Ofício Confidencial-Urgentíssimo DTBP/DBP/AIG de 8 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁷⁴ Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

sentido, se o interesse na construção na referida hidrelétrica foi uma estratégia argentina contra o tempo para obstruir, ou atrasar, Itaipu, quem se beneficiou foi o Paraguai. Afinal, sendo sócio da Argentina em outro empreendimento (Corpus) que seria construído próximo de Itaipu e, por isso, motivo de mais tensão nas relações brasileiro-argentinas e maior desgaste diplomático para construção da mesma no âmbito internacional, a “cumplicidade” paraguaia a favor do Brasil teria um preço “mais caro”. Ou seja, uma situação oportuna para o governo de Assunção.

Se Corpus foi uma criação argentina para demonstrar algo contundente do prejuízo que sofreria com hidrelétrica de Itaipu, nos anos seguintes as autoridades do país tiveram que fazer levantamentos técnicos para provar a possibilidade da sua existência, interna e externamente, e fez dela um objeto de “direitos nacionais” perante o cenário internacional e, principalmente, interno onde inflamou o nacionalismo argentino contra o Brasil em diversos setores do país. Com isso, Corpus foi mais um motivo que prolongou até o final da década de 1970 o maior impasse diplomático entre Brasil e Argentina no século XX.

4.3 A repercussão interna em ambos os países

Para compreender a relevância de um tema de “interesse nacional” nos dois países estudados neste capítulo, faz-se necessário tratar de forma breve a história de Brasil e Argentina, entre 1966 e 1973, a fim de contextualizar a situação política, social e econômica de ambos e as circunstâncias que favoreceram a manifestação do aproveitamento hidroenergético da Bacia do Prata como um objeto que colocou em destaque na grande mídia, e em outros segmentos da sociedade, a política externa de ambos os países, com declarações favoráveis e desfavoráveis em relação aos seus governantes.

Durante o mandato de Castelo Branco, os economistas Roberto Campos e Octávio Bulhões implementaram o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tinha como objetivos principais a retomada do crescimento econômico, a diminuição da inflação e a redução dos desníveis na distribuição de renda. Para tanto, programaram um intenso corte de gastos públicos, elevaram impostos e controlaram o crédito. Cria-se o Banco Central, faz-se a reforma cambial e administrativa e altera-se a política salarial. Em 1965, a inflação havia regredido para 34,2% ao ano; 25% em 1967

e 20% em 1969. Com isso, o país conseguiu renegociar a dívida externa, acumulando significativas reservas cambiais⁴⁷⁵. Segundo Moniz Bandeira, o congelamento dos salários funcionou, “eficazmente, uma vez que os sindicatos, sob intervenção militar, seus líderes presos e sem um nível de organização como os da Argentina, não puderam resistir e articular greves, o que a recessão dificultou ainda mais, ao lançar milhares de operários ao desemprego”⁴⁷⁶

A contenção de gastos e as reformas foram extremamente importantes para o crescimento econômico visto nos governos Costa e Silva e Médici. A partir de 1968, a favorável situação econômica atraiu grandes multinacionais para o país, levando a economia brasileira a girar em torno do mercado internacional. Além disso, ampliou-se o papel do Estado como investidor, responsável pela criação de importantes obras de infraestrutura, que levariam à total “integração nacional”, e de empresas estatais. Entre 1964 e 1969 foram criadas 46 indústrias vinculadas ao governo, principalmente nos campos da siderurgia, das telecomunicações e de energia. O governo passou a difundir a ideia de “milagre” econômico brasileiro, do mesmo modo que ocorrera no Japão e na Alemanha Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o crescimento econômico beneficiava as classes mais ricas do país, ao mesmo tempo em que aumentava a concentração de renda e as desigualdades sociais.

A popularidade do regime militar refletiu-se nas eleições parlamentares de 1970 e municipais de 1972. A ARENA, partido que apoiava o governo, venceu a maioria dos colégios eleitorais. Muito destas conquistas são consequência da estratégia de fazer a “propaganda arma eficaz de popularização de suas políticas, a serviço de sua imagem”⁴⁷⁷. Algo que ocorreu concomitante a proliferação da televisão como objeto de consumo no país.

Desde o AI-5⁴⁷⁸, instituído em dezembro de 1968 no governo Costa e Silva, a repressão passava ser frequente na vida pública brasileira. Movimentos de Esquerda, constituídos em grande parte por intelectuais e estudantes, eram alvos do Serviço Nacional de Informações (SNI), das secretarias estaduais de Segurança e seus

⁴⁷⁵ COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura: 1964-1985*, 1999.

⁴⁷⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*, 1987, p.45.

⁴⁷⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura: 1964-1985*, 1999, p.116.

⁴⁷⁸ O Ato Institucional nº 5 foi uma medida que determinava a suspensão de todos os direitos civis e constitucionais. Os meios de comunicação passaram a ser vigiados por meio da censura prévia e a Justiça passou a ser controlada pelas Forças Armadas. Sem as garantias básicas do Estado de Direito, como mandatos de segurança e o *habeas-corpus*, aumentaram sensivelmente o número de prisões, torturas e cassações políticas. O Congresso Nacional foi fechado indefinidamente.

Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) e das Forças Armadas. O Exército criou duas forças especiais: o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa (Codi), responsáveis pela Operação Bandeirante (Oban), que tinha o intuito caçar militantes de Esquerda. O combate às guerrilhas, inspiradas em experiências socialistas, foi uma das marcas deste período⁴⁷⁹.

Já na Argentina, quando Juan Carlos Onganía assumiu, o cenário político lhe parecia favorável, pois, além de militares, grupos sindicais compareceram a sua posse, o que simbolicamente poderia apresentar apoio em busca de estabilidade. No entanto, Onganía teve um perfil autoritário suspendendo atividades políticas de forma institucionalizada e pressionou sindicatos. Além disso, exerceu poder de censura sobre periódicos e livros, e retirou a autonomia das universidades⁴⁸⁰.

No campo econômico, a pasta da fazenda foi ocupada por Adalberto Krieger Vasena em março de 1967. Este desenvolveu um programa de racionalização do Estado, congelamento de salários e a redução do déficit. Além disso, reduziu drasticamente os subsídios para diversas indústrias e desvalorizou a moeda na política cambial a fim de proporcionar estabilidade econômica (conquistada por certo período). Em contrapartida, uma retenção foi aplicada as exportações que impediram seus beneficiários de serem os setores agrícolas. Muito das reservas adquiridas foram aplicadas na construção de obras públicas em *El Chocón*, *Nihuil* e o túnel *Santa Fé-Paraná*⁴⁸¹.

A redução de investimentos no setor privado do país, a diminuição da oferta de crédito que afetou diretamente o poder de consumo, o aumento do número de desempregados, a elevação da tributação (sobretudo para produtos agrícolas) e a dificuldade das empresas nacionais competirem com as multinacionais que se consolidavam em território argentino foram alguns elementos que intensificaram a instabilidade política, econômica e social. Uma série de protestos ocorreu no país, tendo destaque o *Corodobazo*⁴⁸², o primeiro de uma sequência de levantes operários. Outra consequência foi o surgimento de grupos armados clandestinos que passaram a

⁴⁷⁹ Ibid.

⁴⁸⁰ ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*, 1996.

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Foi um movimento popular de grande repercussão na Argentina ocorrida em maio de 1969. Sindicatos operários fizeram uma paralização no dia 29 e seus protestos tiveram apoio de movimentos estudantis. A repressão policial, que resultou na morte de um manifestante, resultou numa grande manifestação popular com reflexos em outras cidades, dando origem ao *Rosariazo* (Rosário) e *Tucumanazo* (Tucumán). O governo de Onganía lançou mão do Exército para reprimir os protestos populares desgastando progressivamente a sua imagem e aumentando a impopularidade do regime.

ingressar no cenário argentino armando explosões contra órgãos do governo no interior do país, atacando postos militares, além de realizar sequestros e assassinados⁴⁸³.

A instabilidade provocou o isolamento de Onganía, pois perdera o apoio das Forças Armadas. Uma articulação militar liderada por Alejandro Lanusse depôs o presidente e colocou em seu lugar o general Roberto Levingston, em 1970. No entanto, este não conseguiu se manter no cargo ao tentar reconduzir a Argentina para um curso mais nacional, de apoio às indústrias domésticas e de diálogo com a *Confederación General del Trabajo* (CGT). Logo foi substituído pelo próprio general Alejandro Lanusse que, segundo Moniz Bandeira, “ao compreender o impasse político em que o país se encontrava, tomou a iniciativa de buscar diálogo com Perón e iniciou, em 1971, o processo de liberalização, com o objetivo de convocar eleições livres para o Congresso e Presidência da República”⁴⁸⁴.

Desde a queda de Péron, em 1955, a Argentina vivenciava um período de instabilidade e incertezas políticas. O golpe de 1966 com o passar do tempo foi percebido pela própria elite industrial e agrária argentina como algo que não proporcionou o esperado, ou seja, desenvolvimento econômico e o controle social. Afinal, a disputa entre oligarquia agrária e empresas estrangeiras não apenas intensificaram a debilidade econômica, mas mantiveram acesa a chama peronista. Para Moniz Bandeira,

Desde moto, dezesseis anos após a queda de Perón, o problema para os militares não era a instabilidade das instituições, e sim, a instituição da instabilidade, que eles próprios promoveram. O peronismo continuava a constituir uma realidade não apenas política mas também social, porquanto tinha na CGT seus mais sólidos suportes, que nem a Revolução Libertadora, em 1955, nem a Revolução Argentina, em 1966, conseguiram sufocar. E as políticas de estabilização, aplicadas quase que intermitentemente desde a deposição de Perón, rebostucaram-no cada vez mais, á medida que penalizavam os trabalhadores, com a redução dos salários, sem concorrerem, sob qualquer aspecto, para o progresso da Argentina. O passado assumia então contornos de utópia. E as Forças Armadas cada vez menos tinham condições de impedir a participação do peronismo como um dos principais atores do processo político, salvo mediante atuação do Estado em contra revolução permanente, isto é, o regime em que o direito de Estado anulava o Estado de direito e, promovendo a guerra fria civil, justificativa a repressão e a violência contra quaisquer tentativas de oposição. A situação da Argentina resumia-se na fórmula “governo contra o povo, povo contra o governo”, segundo as palavras do líder radical Raul Afonsin. Porém, naquelas circunstâncias da Argentina, com a economia relativamente estancada e profundas dissidências sociais, inclusive ao nível das classes dominantes, a

⁴⁸³ ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*, 1996.

⁴⁸⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*, 1987, p 52.

continuidade da ditadura poderia comprometer a unidade das Forças Armadas⁴⁸⁵.

Diante de um cenário de regimes militares autoritários em ambos os países, o Brasil vivenciava um período de maior prosperidade econômica com reflexos na sua política externa, sobretudo sul-americana. Já na Argentina, as dificuldades internas refletiram uma situação que consideravelmente abalou sua influência no subcontinente, como no caso nas relações com o Paraguai. Mesmo que a política externa argentina não tenha perdido por completo o seu potencial geopolítico regional neste período, levando em consideração que ambos os Estados estavam disputando uma “corrida em busca de ser a maior potência regional”, visivelmente a Argentina estava ficando atrás do Brasil. E tal conjuntura foi explorada no âmbito interno dos dois países quando estava sendo colocada em discussão o aproveitamento do Rio Paraná. Ou seja, em solo brasileiro houve uma tendência geral de defender o projeto hidroelétrico de Itaipu e a interpretação de que as reclamações argentinas eram “uma frustração” pela sua condição política e econômica desvantajosa comparada ao do Brasil. Já na Argentina, o sentimento era de que o Estado brasileiro “desconsiderava os direitos argentinos” de ser consultada sobre obras a montante do Rio Paraná que poderiam lhe trazer prejuízos na utilização do rio à jusante, ao mesmo tempo entendia-se que a construção da hidrelétrica por parte do Brasil era mais uma de suas ações em busca da “hegemonia” sul-americana. Ou seja, mesmo numa conjuntura de divergências políticas entre diferentes setores da sociedade argentina, a questão era vista como “uma defesa dos direitos nacionais”. Algo também sentido em solo brasileiro em defesa dos seus direitos, mas com menor exacerbação por parte dos grandes jornais em circulação e políticos de maior notoriedade no país.

Com isso, nos próximos parágrafos serão tratadas, na sua maior parte, as manifestações de editoriais dos periódicos de maior circulação em ambos os países, fazendo um intercruzamento com documentos confidenciais das embaixadas e suas análises a respeito dos conteúdos selecionados para anexação. Afinal, naquele período os periódicos eram os maiores veículos de informação. Segundo Tânia Regina de Luca, “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revistas pretende atingir”⁴⁸⁶.

⁴⁸⁵ Ibid, 52.

⁴⁸⁶ LUCA, T. R. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2005, p. 40.

Na Argentina a polêmica em torno do aproveitamento hidroenergético do Rio Paraná ganhou repercussão quando o ex-vice presidente Isaac Rojas⁴⁸⁷, em dezembro de 1968, “lançou o grito de alerta contra a hegemonia brasileira na Bacia do Prata” em uma coluna do *Clarín*⁴⁸⁸. Sua declaração ocorreu no momento em que as autoridades argentinas questionavam o represamento de Jupia e solicitaram esclarecimentos ao governo brasileiro. Desde então, a embaixada brasileira em Buenos Aires passou a anexar diversas reportagens relacionadas ao almirante Rojas e repercussão de suas declarações.

Mas foi com a intensidade das negociações para a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia e as possíveis consequências abaixo do Rio Paraná que a temática passou a ter maior destaque na imprensa argentina a partir de 1971. Naquele ano os chanceleres dos cinco países do Prata se reuniram na capital paraguaia para assinar a “Declaração de Assunção” que regulamentava o desenvolvimento de obras em rios compartilhados entre os Estados da bacia. Já vimos anteriormente que o Palácio de San Martin interpretou o documento como uma vitória, pois entendia que a “Consulta Prévia” estava regulamentava. Sobre isto uma coluna do editorial *do La Nacion* fez o seguinte apontamento:

La situaciones de hecho se producen seguramente por la carencia de normas con vigencia efectiva y de obligatoriedad bi o multilateral en las naciones ribereñas. El saldo dejado por las deliberaciones habidas en capital asunceña instruye sobre como se ha puesto pie, por fin, en el campo del derecho. La rama de este vinculada a las relaciones internacionales impone someterse en buena medida a los usos y prácticas de la materia, naturalmente adicionadas a los compromisos contraídos entre países. Es así como en la Cuenca del Plata las obras en rios "de curso sucesivo" solamente podrán hacerse en territorio de un país determiando si con ello se satisfacen sus necesidades, simepre que no se cause perjuicio sensible a otro Estado de la Cuenca. Queda sentado, pues, el principio de la limitacion del derecho, adoptándose la justa tesis del deber de no danar. Al poner el acento en la obligación de no perjudicar a la navegacion y evitar la contaminación de las aguas se incluye otro subrayado a la actitud puramente potestativa. Está claro que el Brasil ha actuado, esta vez, con alto espíritu americanista al rectificar su postura anterior que contradecía la valla defensiva señalada⁴⁸⁹.

Este trecho da coluna demonstra que o periódico interpretou a Declaração de Assunção como algo positivo e elogiando o consenso brasileiro num espírito “americanista” de integração. E termina o texto fazendo a seguinte observação:

⁴⁸⁷ Foi vice-presidente da Argentina entre setembro de 1955 e maio de 1958 nos governos de Eduardo Lonardi (1955) e Pedro Aramburu (1955-1958).

⁴⁸⁸ *FOLHA DE S. PAULO*, 22 de setembro de 1972.

⁴⁸⁹ *La NACION*, 9 de junho de 1971.

“*dinamicamente y con justicia respetuosa de todos los derechos, se forja la comunidad estable de la que la Cuenca del Plata debe ser paradigma. Y puede serlo*”⁴⁹⁰. Como estudado anteriormente, a referida declaração não foi exatamente uma vitória argentina e a mesma não foi objeto de promoção de estabilidade nas relações Brasil e Argentina.

No ano seguinte, enquanto Brasil e Paraguai avançavam nas negociações para construção da hidrelétrica de Sete Quedas e os indícios que a escolha do local seria em Itaipu, a poucos quilômetros da fronteira com a Argentina, o engenheiro argentino Rustiniano Posse enviou uma carta ao chanceler Eduardo McLoughlin advertindo:

Os riscos aumentam dia a dia porque o Brasil persiste em construir sobre o rio Paraná, ao norte da fronteira com a Argentina, um dique colossal que não somente violará nossos direitos, mas, se for mal construído, se constituirá numa séria e terrível ameaça para as seis províncias e todas as grandes cidades sobre os rios Paraná e Prata”⁴⁹¹.

A análise de Rustiniano Posse também foi compartilhada publicamente pelo *Centro Argentino de Ingenieros* que desenvolvia estudos técnicos da Bacia do Prata. O comunicado chamava a atenção para a necessidade de um trabalho conjunto entre os Estados para evitar sequelas naturais. No entanto, enquanto isto não acontecia o “Brasil ganha tempo com obras agindo de forma unilateral”⁴⁹².

O *El Cronista Comercial* ressaltou as possíveis sequelas no trecho do Rio Paraná em território argentino por meio de uma coluna em seu editorial que foi recortada e anexada pela embaixada brasileira em Buenos Aires. Segundo o colunista, a potência instalada “demonstraria que Itaipu está destinada a represar águas para solta-las nos momentos de ponta” e que neste caso, se caracterizariam “lesões graves” para a Argentina, já que “a turbulência provocada pela grande onda de saída do embalse, no momento em que se utiliza a potência de ponta de Itaipu e impediria a navegação águas abaixo (o que pode ocorrer em duas oportunidades diárias, se os picos do consumo brasileiro seguem as tendências mais ou menos internacionais). E tal situação traria dificuldades para navegação, no período de um ano em meio. Acrescenta que se esse período coincide com uma das baixas cíclicas das chuvas, que a passagem, por exemplo, de 3.000 a 2.200 milímetros anuais, durante a seca “seria impossível retirar a colheita do milho do porto de Santa Fé, do de Rosário, de Vila Constituição, e também se

⁴⁹⁰ Ibid.

⁴⁹¹ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974, p. 152.

⁴⁹² Ofício Confidencial DTBP/DBP/DNU de 23 de outubro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

dificultaria o fornecimento de minério de ferro por via fluvial para somisa, em San Nicolas”. Esses são, afirma “como é obvio, prejuízos sensíveis”⁴⁹³.

E se o *La Nacion* havia elogiado a postura brasileira ao firmar a “Declaração de Assunção” em 1971, nos anos seguintes passou a criticar veemente a construção da hidrelétrica de seus vizinhos. Por meio da publicação de uma coluna intitulada *Prensa discutível* o periódico defendeu que “é preciso que o emprego de suas águas não modifique seu aspecto natural, em vista das obras que o Brasil projeta em seu curso superior”⁴⁹⁴.

Em setembro de 1972, três meses após a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, da qual não apresentou avanços significativos para os interesses argentinos na defesa da “Consulta Prévia”, os chanceleres de Brasil e Argentina, como já visto anteriormente, se encontraram para firmar a resolução 2995, o *Acordo de Nova York*. O documento expressava que ambos poderiam realizar obras em seus territórios, não podendo “causar danos fronteiriços” ao seu vizinho. Os maiores periódicos em circulação na Argentina criticaram o acordo, como o *La Nacion* e o *Clarín*, pois entendiam, em síntese, que o Brasil teria oficialmente “caminho livre” para seu empreendimento⁴⁹⁵⁴⁹⁶. Isaac Rojas, um dos personagens na vida pública argentina mais envolvidos na temática, interpretou o entendimento dos chanceleres em Nova Iorque como “um acordo que mantém o desacordo argentino-brasileiro”. E acrescentou:

Tem explicação, portanto, o regozijo com que o acordo foi recebido no Brasil, onde representantes de numerosos setores oficiais e particulares comemoram sua assinatura, como uma vitória diplomática de seu país. E não lhes faltam motivos. Se Brasil e Paraguai decidirem executar a represa de Itaipu, que prejudica as possibilidades de aproveitamento hidráulico do Alto Paraná, desobedecendo as observações argentinas, serão inúteis e carecerão de objetivos as informações técnicas que possam ser ministradas”. ‘Se as represas forem construídas à margem dessa exigência prévia (o acordo expresso da Argentina), haverá de fato uma situação conflitiva gravíssima’⁴⁹⁷.

No final de 1972, quando ganhou publicidade o interesse argentino de construir a hidrelétrica de Corpus com o Paraguai, que surpreendeu os próprios paraguaios, um

⁴⁹³ Ofício Confidencial DBP/DTBP/AIG de 27 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁴⁹⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974. p.124-125.

⁴⁹⁵ *LA NACIÓN*, 3 de outubro de 1972.

⁴⁹⁶ *CLARÍN*, 28 de setembro de 1972.

⁴⁹⁷ Ofício Confidencial DTBP/DBP de 25 de outubro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

editorial do *Clarín* advertiu que esta seria prejudicada com a construção de Itaipu. O texto questiona se o “Acordo de Nova Iorque” teria sido uma estratégia brasileira articulada para conseguir do *Bank of America*, e de outras instituições internacionais de crédito, um respaldo para investir seguramente na hidrelétrica de Itaipu sem ameaças argentinas⁴⁹⁸.

As manifestações públicas a respeito do tema não ficaram restritas a imprensa na Argentina. Durante a *IV Jornadas Argentinas da Bacia do Prata*, a Secretaria de Recursos Hídricos do país recomendou que o governo argentino “insista ante o brasileiro no mais fiel cumprimento das normas técnicas que reagem a questão, a fim de obter segurança adequada as circunstâncias”.⁴⁹⁹

A repercussão interna sobre as divergências Brasil-Argentina passou a ser objeto de debate por parte de grupos partidários, muito estimulados por personalidades argentinas que trabalhavam diretamente na questão. Um editorial do *Clarín*, publicou um longo artigo de autoria de Guillermo Cano, ex-Secretário de Recursos Hídricos e ex-representante da Argentina junto ao CIC, a respeito da “Política Fluvial Internacional e as Eleições”. A publicação foi anexada pela embaixada brasileira em Buenos Aires e enviada ao Itamaraty. Segundo Azeredo da Silveira,

O autor procura conscientizar os candidatos e partidos políticos da importância de que se reveste a questão hídrica no âmbito da Bacia do Prata para a Argentina. Introduce seu artigo afirmando que o “país esta no limiar da campanha eleitoral, hora oportuna para discorrer sobre um tema cuja transcendência para a nação...deve-se levar em consideração a política fluvial internacional do país. O assunto afeta em boa medida o futuro do desenvolvimento político, econômico e social desta argentina prospera com que todos somamos. Dai, “a obrigação dos candidatos de pronunciar-se a respeito”. Chama a atenção para o fato do país não poder ter uma dupla política hídrica. Ou seja, uma política para a Bacia do Prata e outra para rios patagônicos (sucessivos com o Chile), e sim, uma política fluvial internacional que deve necessariamente integrar-se com a política hídrica interna⁵⁰⁰”.

Desde quando assumiu a presidência em 1971, Alejandro Lanusse tentou articular com diversos grupos políticos a implantação de um gradual processo democrático com a realização de eleições presidenciais que vieram a ocorrer em 1973.

⁴⁹⁸ *CLARÍN*, 11 de dezembro de 1972.

⁴⁹⁹ Ofício Confidencial DBP/DTBP de 30 de outubro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁵⁰⁰ Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 11 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Seu governo era impopular e dava continuidade ao regime iniciado após o golpe de Estado que derrubou Arturo Illia, em 1966, conhecido como *Revolución Argentina*. Como visto anteriormente o país passava por uma instabilidade política e econômica de grandes proporções da qual o peronismo ganhava cada vez maior protagonismo por meio de manifestações sindicais, estudantis e dentre outros protestos sociais. Seu maior representante partidário e colocado novamente na legalidade foi o *Partido Justicialista*. Liderando a *Frente Justicialista de Liberación* (FREJULI), também agrupando o *Partido Conservador Popular*, o *Partido Socialista Unificado* e outros grupos menores⁵⁰¹, com o fito de vencer as eleições presidenciais de 1973, o partido passou a articular estratégias de ação manifestando não apenas propostas para questões sociais, políticas e econômicas internas, mas também um plano de ação que o Estado argentino deveria seguir no cenário internacional, explorando naquele momento as divergências com o Brasil.

O periódico *Mayoria*, pertencente ao grupo peronista, fez diversas publicações criticando a postura brasileira e a condução da política externa pelo governo argentino. Um dos objetivos dos justicialistas no cenário sul-americano seria evitar a “hegemonia brasileira”⁵⁰². E defendeu duas questões importantes: as negociações com o Paraguai para construir a hidrelétrica de Corpus e denunciar o “Acordo de Nova Iorque”, após o enchimento da represa de Ilha Solteira. Após a eleição do peronista Hector Cámpora, em 11 de março de 1973, o *Mayoria* passou a publicar inúmeras notícias sobre o retorno de Juan Perón ao país e as articulações feitas por este para auxiliar o governo de Cámpora. Ainda no mesmo mês o ex-presidente, ainda em Madrid, recebeu a visita dos embaixadores da Líbia e do Chile na Espanha. Nas conversas com o chileno, Perón teria dito que “as relações entre os governos da Argentina e do Chile são, obviamente, fundamentais para o futuro, não só destes países que contam com possibilidades certas de impedir o expansionismo e as pretensões imperialistas do Brasil”⁵⁰³. E se não bastasse tal situação, nas primeiras semanas de abril de 1973, pouco tempo antes da assinatura do Tratado de Itaipu, diversos cartazes foram pregados em muros e paredes no centro de Buenos Aires com os dizeres “*No Itaipu- no debe construirse sin previo*

⁵⁰¹ PUIG, Juan Carlos. *Política Internacional Argentina*. In: PERINA, R., RUSSEL, Roberto. *Argentina en el mundo* (1973-1987), 1988.

⁵⁰² Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 26 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁵⁰³ Ofício Confidencial-Urgentíssimo de 20 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

acuerdo con el futuro gobierno justicialista” de autoria do *Movimiento Nacional y Latinoamericano-Sarmiento 1967* e ligado a grupos peronistas⁵⁰⁴.

Ainda no período eleitoral o candidato a senador, Marcelo Sanchez Sorondo, também da *Frente Justicialista de Liberación*, afirmou que seu partido propunha “*destruir el eje Washington-Brasília para evitar la implantación de la hegemonia brasileña en América Latina*” e “*impedir por todos los medios que Brasil construya la represa de Itaipú sobre el Rio Paraná*”. De acordo com o Encarregado de Negócios da embaixada argentina em solo brasileiro, Alberto Fugnalin, tais declarações “*han tenido efectos explosivos em los medios oficiales y periodistas del Brasil*”⁵⁰⁵.

O tratamento da questão do aproveitamento hidroelétrico do Rio Paraná foi interpretada no Brasil como objeto de propaganda eleitoral na Argentina. O deputado Ulisses Guimarães, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mencionou que os “direitistas argentinos estavam brincando com fogo”. Notório opositor do regime militar brasileiro, o deputado deixou de lado suas discordâncias para defender a postura do Brasil naquela questão. Em 20 de março de 1973 ele emitiu uma nota oficial apresentando seu ponto de vista a respeito do impasse com a Argentina enfatizando a “panfletagem partidária”, o “sensacionalismo” de setores da imprensa para “vender notícias” e defendeu a necessidade brasileira de buscar desenvolver-se ao mesmo tempo que “não buscava hegemonia” na América do Sul. Seguem abaixo alguns trechos da referida nota.

Não vejo- por ora- profundidade no inqualificável comportamento de certos setores, principalmente políticos e jornalísticos da Argentina, com relação ao Brasil. Surpreendem-se, no caso, desesperadores candidatos em furiosa caça aos votos. Isso tem o nome de demagogia, milenar e fatal câncer político, que tantas vezes, em povos despreparados ou hipnotizados, matou a democracia.

“nessa superfície explosiva e excitada corveja, também certa imprensa, que, na verdade, quer vender jornais, isto é, anúncios, vale dizer, fazer IBOPE.

Mas isso não é a Argentina. Isso não é o povo argentino, sem analfabetos e com opinião pública informada e ativa, não se empolgará pelos rústicos e ridículos pretextos assacados contra o Brasil, notadamente pelo aproveitamento pacífico de recursos hidrelétricos. Isso é isso, e não passa disso.

O Brasil não busca hegemonias ou liderança continental, explicitando política imperialista. O país quer e precisa desenvolver-se.

O Brasil necessita de uma Argentina próspera e socialmente estável. Nossas economias devem ser orientadas e construídas na direção da complementariedade e não da competição.

⁵⁰⁴ Ofício Confidencial-Urgentíssimo DAM-I /DSI de 12 de abril de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁵⁰⁵ Ofício Confidencial nº 270 de 21 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Num subcontinente dividido em 22 nações – as Américas do Sul e Central, países como o Brasil e a Argentina tem o destino de agentes pacificadores e tranquilizantes, exportadores de segurança e de prática da verdadeira democracia.

No particular, a Argentina acaba de dar admirável exemplo, reconhecendo a seu povo o direito de construir sua história política, econômica e social, legitimando pelo voto popular seu futuro governo.

A excitação verbal e patriótica que procura perturbar as relações entre Brasil e a Argentina é, inclusive, anacrônica e decrépita. Ignorante da história, e a história contemporânea, o que é mais grave.

[...] agressões e injustiças desse tipo nos encontramos a nós, brasileiros unidos, sem distinção social ou partidária. Coesa e monoliticamente unidos, não para a violência ou punição, aceitando provocações eleitoreiras ou estimuladoras de vendagem de certos jornais.

[...] O Brasil está unido, vigilante, prudente, com o sossego da verdade, no reconhecimento de que a luminosa, culta, alegre e eterna Argentina é a de seu estadista Saens Peña, que cunhou a compreensão portenha e brasileira o lema ‘Tudo nos une e nada nos separa’. Certamente não é a voz da Argentina e daqueles que apregoam que justamente um rio, o Paraná, cujo destino é comunicar, aproximar, interligar, iria incompatibilizar dois povos irmãos⁵⁰⁶.

Embora no Brasil, como nesta nota oficial de Ulisses Guimarães, houvesse uma tendência geral de apoio ao desenvolvimento do país, exemplificando a construção de Itaipu, ao mesmo tempo em que era reconhecida a importância da Argentina para o Brasil, houve o caso de quem questionasse em solo brasileiro a existência da hidrelétrica no Rio Paraná. No semanário *Opinião*, o engenheiro Carlos Eugênio da Silva escreveu um artigo questionando Itaipu e “procurando colocar água na fervura”⁵⁰⁷. No parágrafo abaixo estão transcritos alguns trechos da publicação, citadas por Osny Duarte Pereira, que, dentre outras questões, questiona a economia proporcionada pela hidrelétrica.

Pode parecer até incrível que a construção de determinadas obras da engenharia possa suscitar divergências entre os dois maiores países da América do Sul. Por que motivos o aproveitamento do potencial energético, ainda não utilizado, da bacia do Prata, deixou de ser uma questão discutida pelos técnicos para se tornar tema que ganha enorme destaque na imprensa? E por que o Brasil e a Argentina não conseguiram chegar, até agora, a um acordo, quando no mundo são inúmeros os casos em que, em situações semelhantes, os países interessados entram em entendimento amigável?

É bem discutível se o Brasil necessita agora e vitalmente do erguimento de uma gigantesca usina em Itaipu. Tal dúvida deriva do fato de que o governo brasileiro está colocando de lado, completamente, a possibilidade do aproveitamento de grandes potencialidades, ainda existentes no Tiete e Alto Paraíba. Por que se prefere buscar energia a 800 quilômetros de São Paulo em detrimento do aproveitamento total dos desníveis ainda não utilizados no Tiete e Alta Paraíba, quando esse potencial permite a obtenção de cerca de 5 milhões de Kw (interrogação). Esta primeira dúvida, já formulada por alguns técnicos, justifica-se porque: a-) surgiram vários problemas no “linhão” de transmissão ainda mais longas; b-) é caríssima a energia transportada a distâncias muito elevadas.

⁵⁰⁶ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974. p. 156-158.

⁵⁰⁷ *Ibid*, p.153-154.

[...] Por que não estão suficientemente claras as razões econômicas que justificariam Itaipu (interrogação). É curiosa a declaração da revista *Mundo Elétrico*: “assim, insistimos, não há como discutir nem como levantar questões a respeito da economicidade de uma obra de tal porte e altamente econômica, pois terá um custo de geração de 200 dolares de Kw”. Pondo de lado a nossa estranheza sobre o que se entende como “economicidade”, o que se questiona é o real custo da obra e suas implicações de caráter econômico⁵⁰⁸.

E se havia no Brasil, ainda que uma minoria, quem questionasse a construção de Itaipu, houve quem fizesse observações que incendiavam a polêmica. Em março de 1973, quando a Argentina já tinha manifestado publicamente o interesse pela criação da hidrelétrica de Corpus e alegava que a altura da barragem de Itaipu poderia prejudicar aquela usina argentino-paraguaia, o periódico portenho *El Cronista* transcreveu trechos da entrevista concedida pelo engenheiro Octavio Marcondes Ferraz a revista brasileira *Manchete*. Na ocasião, teria reconhecido que “com a construção de Itaipu, o projeto argentino (com o Paraguai) da usina de Corpus, quilômetros abaixo das cataratas do Iguaçu, ‘ficaria definitivamente anulado’”. Para o embaixador Azeredo da Silveira,

O engenheiro Marcondes Ferras, segundo pude depreender, teria se referido ao fato de que as represas “não prejudicam a descarga dos rios, águas abaixo”, mas não teria procurado esclarecer a questão da suposta incompatibilidade de cotas entre Itaipu e Corpus, tão explorada pela Argentina. Esse é, a meu ver, o ponto crucial da questão, que, em minha opinião, deveria ser objeto, sem demora, de um esclarecimento por parte do Brasil⁵⁰⁹.

A preocupação manifestada pelo embaixador brasileiro a respeito da entrevista concedida por Octavio Marcondes Ferraz mostrou-se relevante na Argentina, pois as declarações foram exploradas pelo periódico argentino de como “a imprensa brasileira persiste em sua campanha para ‘alentar setores de governo e o poder militar daquele país para desconhecer os direitos soberanos da argentina no Rio Paraná’⁵¹⁰”. Esta era a mesma opinião do Encarregado de Negócios da embaixada argentina no Brasil, Alberto Fugnalin, mencionando que “*la prensa brasileña, con evidente mala fé, califica esa posición*”⁵¹¹.

⁵⁰⁸ Ibid.

⁵⁰⁹ Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 29 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamraty.

⁵¹⁰ Ibid.

⁵¹¹ Ofício Confidencial nº 270 de 21 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

No próximo capítulo veremos que o papel de Azeredo da Silveira nesta questão do aproveitamento dos rios na Bacia do Prata será mais relevante como chanceler do presidente Geisel. Mas enquanto embaixador em Buenos Aires ele não apenas observava com preocupação a repercussão da temática na Argentina, como muitas notícias e colunas de periódicos brasileiros transcritas na imprensa argentina, mas também com fatos ocorridos no Brasil que pudessem “incendiar” o impasse. Por meio de um ofício confidencial enviado ao Itamaraty, em fevereiro de 1973, o chanceler manifestou sua “perplexidade” com a publicação do artigo *As influências das barragens no meio ambiente* na revista *A Construção- São Paulo*, publicada pela Editora Pini. O autor do artigo era o engenheiro Ferdinand Budweg e baseava-se na conferência feita no *VII Seminário Nacional de Grandes Barragens* ocorrido na capital paulista, em novembro de 1972. Nas palavras de Azeredo da Silveira, “o autor relaciona ‘prováveis’ (e não comprovados) efeitos negativos provocados pelas barragens ou represas sobre o ‘equilíbrio natural da fauna’ e a ‘situação econômica da pesca costeira’. Sob o aspecto biológico, menciona o efeito da eutroficação⁵¹²⁵¹³”. Ao fazer comentários a respeito do artigo, o embaixador brasileiro demonstra que a sua perplexidade não é com a construção de hidrelétricas e seus efeitos na natureza, mas sim, com a possibilidade dos argentinos terem acesso ao mesmo artigo e usarem contra o Brasil, sendo que isto demonstrava a estratégia brasileira do “todo cuidado é pouco”. Azeredo da Silveira encerra suas observações da seguinte maneira:

Não duvido que a conferência em apreço haja sido pronunciada e publicada com a melhor das intenções, mas espero que seu texto não chegue a mãos argentinas, que nele encontraram, com minúcia, argumentos contra nossas obras hidrelétricas que nunca foram levantados aqui⁵¹⁴.

E se houve por um lado, como no caso do documento citado aqui, precaução brasileira com a publicação de questões internas a respeito de construção de barragens, por outro, na Argentina diplomatas também manifestaram preocupação com situações internas que prejudicassem sua posição em relação ao Brasil. Por meio de um memorândum de doze páginas intitulado *Cuestiones internas que podrian efectuar nuestra posicion internacional em materia de aprovechamiento de rios*, Santos Goni Denarchi, embaixador argentino junto ao Grupo de Trabalho de Peritos da Bacia do

⁵¹² É um processo causador de poluição nas águas através da adição de fósforos e nitratos na água.

⁵¹³ Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG I de 14 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

⁵¹⁴ Ibid.

Prata, descreve detalhadamente a respeito de um impasse envolvendo as províncias de Salta e Jujuy no noroeste do país. Na *3ª Reunión del Comité de Cuenca Hídrica del Río Bermejo*, em outubro de 1973, a delegação de Salta alegou que o aproveitamento do *Rio San Francisco* (afluente do *Bermejo*) para irrigação por parte da província vizinha “*habia producido una sensible disminución del caudal del río que afectaba, en su provincia, el aporte hídrico del río Bermejo*”⁵¹⁵. A delegação de Jujuy, a pedido do governo da província, manifestava não aceitar qualquer decisão do comitê que interferisse na sua jurisdição e alegava ter soberania sobre as atividades ocorridas em seu território. Para evitar que o assunto tivesse repercussão interna, e consequentemente internacional, decidiu-se não mencionar a questão na ata final da reunião, pois a postura de Jujuy “*impugna la teoría de la soberanía absoluta sobre los recursos naturales compartidos que es defendida por el Brasil*”. E por isso acrescenta,

A los efectos de resguardar con las más amplas seguridades la postura argentina en el ámbito internacional, evitando que trasciendan conflictos interprovinciales que puedan sentar doctrina internacional, se resolvió que la amplia discusión que suscitó la fijación de la postura jujena no constara en actas, depositando-se el memorándum precitado – um solo ejemplar- em el Comité de Cuenca del Bermejo⁵¹⁶.

Mas apesar da tentativa de evitar maior publicidade dos problemas internos argentinos a respeito do aproveitamento de rios, houve manifestações contrárias no país a respeito do posicionamento argentino em relação ao Brasil. Tal manifestação não passou despercebida pela *Folha de S. Paulo* que publicou trechos de uma coluna da revista argentina *Panorama* que não hesitou elogiar o desenvolvimento econômico e industrial brasileiro, ao mesmo tempo em que a Argentina não conseguia demonstrar efetivamente os danos que sofreria com as obras a montante do Rio Paraná.

A revista “Panorama, diz que a Argentina “não define com precisão os danos que poderiam causar as construções de represas brasileiras” no curso do Rio Paraná.

[.]

A revista ainda diz que esse sentimento derive das reafirmadas frustrações política argentinas. Todavia é falso afirmar que as intenções do governo de Brasília prevaleçam sobre os de Buenos Aires, pelo contrário, não somente os brasileiros se aproximaram para tratar harmoniosamente das possíveis disputas emergentes do aproveitamento das águas dos rios Uruguai e Paraná, como também aceitaram os critérios jurídicos que expos a Argentina nas reuniões diplomáticas

⁵¹⁵ Memorandum N° 83 de 29 de outubro de 1973. Do Grupo de Trabajo Cuenca de la Plata para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

⁵¹⁶ Ibid.

“Na verdade, acontece que a Argentina não define com precisão os danos que poderiam causar as construções de represas brasileiras como, por exemplo, as migrações de peixes, navegação no sentido inverso (subindo) do Rio Paraná e as cheias ou secas que, concretizado o plano, afetariam os embarques das colheitas nos portos cereais de Santa Fé”, assinala a revista. E o articulista acrescenta:

Citemos um exemplo: antes que engenheiros brasileiros começassem a encher o grande lago da represa de Jupia, ergueram-se em Buenos Aires vozes de alarme sobre a hipótese de que o Paraná ficasse transformado num despenhadeiro. A represa ficou cheia e a realidade demonstrou que os prognósticos pessimistas não tinham base.

Uma coisa parece verdadeira. A Argentina vence as batalhas, mas não constrói diques. O Brasil pelo contrário, não perde tempo e gestiona na União Soviética, um crédito para maquinaria na represa de Sete Quedas, cria gado no Mato Grosso para exportar carne para a Itália e a Grã-Bretanha, e desenvolver suas indústrias a passo acelerado”⁵¹⁷.

As manifestações na imprensa de ambos os países a respeito do impasse do aproveitamento do Rio Paraná aumentaram após as primeiras publicações de que a Argentina tinha interesse em construir a hidrelétrica de Corpus em conjunto com o Paraguai. O *Clarín* e o *La Nación* defenderam a viabilidade do projeto e o direito de empreendê-lo. Já no Brasil, a *Folha de S. Paulo* entendeu de outra maneira. Numa coluna assinada por Luiz Toledo Machado, o autor apontou que “a projetada central hidrelétrica de Corpus, no Alto Paraná, à altura do território das Misiones, parece fugir de imediato às reais intenções da Argentina, podendo ser considerada mais uma arma diplomática na polêmica do Prata que prova efetivo interesse do país vizinho”.⁵¹⁸ Ao final do texto, manifesta preocupação com as divergências entre Brasil e Argentina, incrementada com a questão Corpus, por dificultar a busca pela integração latino-americana que debilita suas relações com os países desenvolvidos. E acrescenta que “as lideranças latino-americanas, das quais não exclui a Argentina, cabe acima de tudo a responsabilidade da manutenção da unidade continental”⁵¹⁹.

Se a *Folha de S. Paulo* tratava de forma menos agressiva, e mais preocupada com o cenário latino americano, a respeito do comportamento da Argentina em relação ao impasse brasileiro-argentino, o *Globo* e o *Estado de São Paulo* foram mais incisivos ao passar uma imagem negativa do país vizinho. Segundo Duarte Pereira, *O Globo* instigava o nacionalismo brasileiro em diversas ocasiões. Numa delas transcreveu as declarações de Júlio Grego, *Secretário Geral do Movimento Latino Americano*, vinculado ao justicialismo na Argentina, ao chamar o Brasil de “subimperialista

⁵¹⁷ FOLHA DE S. PAULO, 22 de setembro de 1972.

⁵¹⁸ FOLHA DE S. PAULO, 4 de março de 1973.

⁵¹⁹ Ibid.

continental” e manifestando o propósito peronista de transformar a Bacia do Prata “numa engrenagem de luta da libertação dos povos”. Em outra ocasião, transcreveu tópicos do periódico espanhol *Arriba*, que acompanhava o impasse brasileiro-argentino, com base nos relatórios de seu correspondente em Buenos Aires fazendo a seguinte conclusão: “a tensão entre os dois países pode levar a um conflito armado”⁵²⁰. Já algumas colunas do *Estado de São Paulo* criticavam a exploração política da questão por grupos partidários na Argentina, como no caso dos constantes ataques feitos ao Brasil pelo almirante Isaac Rojas que “parecia participar da campanha presidencial a favor da direita”, para os quais o grande inimigo era o “imperialismo brasileiro”, sendo esta a mesma estratégia dos peronistas que buscavam “um inimigo externo, para bode expiatório de todos os males e frustrações internas”⁵²¹.

A repercussão do assunto mereceu uma reportagem de capa da *Veja* na edição da semana de 27 de setembro de 1972. Fazendo um breve resumo sobre a polêmica com o Paraguai a respeito da soberania de Sete Quedas em meados dos anos de 1960, a revista destacou a polêmica com a Argentina.

Teoricamente, a Argentina não tem nada a ver com Sete Quedas. Contudo, há cinco anos, desde que começaram a ficar claras as intenções brasileiras de construir a hidrelétrica, Buenos Aires passou a demonstrar aguda preocupação com o regime dos rios da bacia do Prata. Segundo o almirante e ex-vice presidente da República Isaac Rojas, profeta da catástrofe do Paraná, uma usina em Sete Quedas alteraria de tal forma o curso das águas, que a Argentina seria visitada por enchentes, secas, montanhas de poluição e águas mortas produzidas pelas turbinas demoníacas. “O Brasil se crê dono das águas” proclamou há duas semanas num longo artigo no jornal “La Nación”⁵²².

Na mesma reportagem, o periódico informa que o Brasil não aceitava consultar a Argentina para ter o direito de construir uma usina hidrelétrica no Rio Paraná e que tal situação era ironizada pela própria chancelaria argentina alegando que o Brasil, visando interesses nacionais, cortaria toda a água do Rio Paraná sem dar satisfações aos demais países ribeirinhos do Prata. Um funcionário do Banco Mundial, que não teve seu nome mencionado na reportagem, informou ao correspondente da revista, Roberto García, que o aproveitamento energético de Sete Quedas provocaria alterações ecológicas na Bacia do Prata citando como exemplo a construção da usina de Assuan, no Egito, que teve como consequência a diminuição de peixes por causa da construção de represas. Para o

⁵²⁰ PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*, 1974. p. p.158.

⁵²¹ *Ibid*, p. 152.

⁵²² VEJA, edição de 27 de setembro de 1972, p.23.

funcionário do Banco Mundial, esta questão era um ponto favorável ao que defendia a tese argentina⁵²³.

Mas o mesmo periódico não deixava de demonstrar o questionamento brasileiro sobre as reclamações da Argentina. Segundo os técnicos brasileiros dedicados à construção da usina, “se as hidrelétricas são catastróficas, por que a Argentina não dispensa a mesma preocupação para a usina de Acaray, totalmente paraguaia, situada rio acima e, paradoxalmente, futura vendedora de energia para a região de Corrientes?”. Utilizando os argumentos brasileiros, a revista se posiciona favorável aos interesses do Brasil “cutucando” as preocupações manifestadas no país vizinho e apontando que a Argentina estava receosa com uma expansão da industrialização brasileira na região fronteira e, por isso, tentava obstruir a construção da usina de Sete Quedas de forma política.

E se a intenção da *Revista Veja* era demonstrar ao leitor brasileiro a situação geopolítica das relações brasileiro-argentinas em virtude da construção da usina de Sete Quedas, se posicionando favoravelmente aos interesses brasileiros, o periódico não deixou de apontar a realidade local nas proximidades dos saltos das Sete Quedas. Utilizando como exemplo um camponês que vivia na região, chamado Jorge Pereira, *Veja* demonstra o otimismo dos moradores com a construção da usina em virtude do surgimento de asfaltos e a produção de novas casas. Mas, não deixa de informar que algumas pessoas estavam pessimistas com a possibilidade da região sofrer problemas sociais.

Jorge intui o progresso. Soube que em Guaíra, na vila brasileira, já foi montado um escritório da Eletrobrás, onde um caseiro, Benedito Wako, recebe os técnicos que visitam as equipes de trabalho. Enquanto isso, Alfredo Aguero, chefe do pequeno escritório da empresa italiana *Electroconsult*, que está fazendo os estudos preliminares para a hidrelétrica, chega a ser pessimista. Atrás de sua mesa, em Salto de Guaíra, no Paraguai, prevê: “Eu já estou convencido de que tudo isto será o fim para Guaíra. O lugar vai ser transformado num centro de prostituição e cada casa será um bordel. O dólar vai substituir o cruzeiro e o guarani. Cada dose de uísque vai custar 5 dolares”.

Apesar do pessimismo de alguns, como no exemplo do chefe do escritório da empresa italiana *Electroconsult*, Alfredo Aguero, a revista fez questão de apontar os aspectos positivos relacionados à construção da usina. Empresas dos Estados Unidos e da União Soviética estavam interessadas em financiar a construção da usina e os

⁵²³ Ibid, p.24.

técnicos do Banco Mundial estavam de olho nos resultados a serem obtidos. Além disso, calculava-se que mais de dois mil empregos seriam criados. Com isso, *Veja* deixava clara a sua posição: a usina de Sete Quedas (ainda não se chamava Itaipu) traria mais benefícios do que malefícios para o Brasil⁵²⁴.

Nos anos seguintes a repercussão interna sobre a construção de Itaipu foi acentuada em ambos os países, principalmente após a chegada de Ernesto Geisel a presidência brasileira em 1974, que passa a ter uma relação de confrontação política com o Estado argentino sobre a questão e, mais intensamente, após o golpe que derrubou Isabel Perón do poder, em 1976, quando Rafael Videla deu início a uma ditadura militar de sete anos na Argentina explorando o nacionalismo no país, como veremos no próximo capítulo.

⁵²⁴ Ibid.

5. AS NEGOCIAÇÕES PARA O ACORDO TRIPARTITE E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O CENÁRIO GEOPOLÍTICO DA BACIA DO PRATA

Neste último capítulo, faz-se um estudo das relações entre Brasil, Paraguai e Argentina desde a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, até a assinatura do Acordo Tripartite, em 1979. Durante este período, as divergências entre o Brasil e a Argentina a respeito da compatibilização das hidrelétricas de Itaipu e Corpus tiveram impacto negativo nas suas relações bilaterais, ao mesmo tempo, em que o Paraguai mantinha-se posicionado favoravelmente ao Brasil. Após a assinatura do acordo entre os três países, em 1979, analisa-se as relações entre os três países nos anos seguintes até a criação do MERCOSUL no início dos anos 1990 e os principais acontecimentos referentes às hidrelétricas de Itaipu e Yacyreta, além do fato de Corpus ainda não ter sido construída.

5.1-) Impasse e divergências: do Tratado de Itaipu ao início das negociações trilaterais (1973-1977)

A intenção argentina de construir a usina hidrelétrica de Corpus em conjunto com o Paraguai aumentou as dificuldades de entendimento entre os Estados brasileiro e argentino até o final da década de 1970. Como estudado nos capítulos anteriores, o processo de negociação para a assinatura do Tratado de Itaipu teve consequências no cenário geopolítico da Bacia do Prata. A Argentina estava incomodada com o acordo brasileiro-paraguaio, não apenas por questões políticas, mas por entender que o curso natural do Rio Paraná sofreria alterações que pudessem inviabilizar a sua utilização. Em março de 1973 foram realizadas eleições presidenciais em solo argentino que resultaram na vitória do peronista Hector Camporá. A sua posse ocorreria apenas em maio do mesmo ano, mas antes já havia várias articulações para o grupo peronista ter maior papel de decisão na condução da política externa argentina preparando o terreno para assumir a presidência. Quando as notícias sobre a assinatura do Tratado de Itaipu ganharam maior repercussão, em fins de março, Jorge Júlio Greco, Secretario Geral do *Movimiento Nacional y Latinoamericano de la Argentina*, ligado a Juan Perón, pediu ao presidente Garrastazu Medici que o Brasil não assinasse o acordo com o Paraguai por meio da seguinte nota:

En mi caracter de Secretario general del Movimiento Nacional y Latinoamericano de la Argentina, aderindo a unidad latino-americana, y previendo las lamentables consecuencias que dicho acuerdo pude acarrear a las relaciones entre nuestras republicas si no se tiene em cuenta las aspiraciones argentinas, me dirijo a su excelencia a fin de solicitarle que se abstenga de tomar cualquier decisión definitiva en la materia hasta tanto no este instalado em la Argentina el gobierno constitucional electo y la cuestión sea resuelta de manera amistosa y multilateral.

Pensamos que:

1. Empenados como estamos en la busqueta de la unidad, la cooperacion y la integracion latino-americanas, no podemos tomar decisiones unilaterales o bilaterales que puedan generar desasosiego o tension en el area
2. La cuencas hidrograficas multinacionais pueden resultar una extraordinaria fuente de cooperacion y desarrollo, pero que para ello es necesario respetar los principios de beneficio y respeto mútuos.
3. A estos principios debe sumarse la preservacion de los recursos naturales y del medio ambiente humano como expresión de una urgente necesidad de la humanidad.
4. No existe motivo alguno que justifique la firma de um acuerdo paraguayo-brasileiro con tal prematura que anteceda la asunción del mando en la Argentina el 25 de mayo por parte de las autoridades electas.
5. La opinión publica argentina puede pensar que el próximo acuerdo brasileno-paraguayo sobre Itaipu se va a efectuar sin dilaciones porque es objetivo del gobierno de su excelencia adelantarse al anunciado repudio del acuerdo de Nuva York entre los ministros Gibson Barboza y Mc Loughlin por parte del futuro gobierno.

No se trata, con nuestro pedido, de impedir que una obra hidráulica de interés nacional o multinacional no se realice, sino de que se realice com el debito respeto a determinados principios básico em la relaciones internacionales y evitando “perjuicios sensibles” para la Argentina⁵²⁵.

O conteúdo da nota demonstra grande respeito ao Brasil e seus interesses internos e externos, mas pede consideração em relação à Argentina no sentido de aguardar a posse de Camporá para dar continuidade às negociações sobre Itaipu. Mas, o fato é que independente da solicitação o Tratado de Itaipu foi assinado em 26 de abril de 1973, como já visto anteriormente.

Hector Camporá assumiu a presidência argentina em 25 de maio, mas renunciou em 13 de julho de 1973, assim como seu o vice Vicente Solano Lima, ficando apenas 49 dias no poder. Logo o cargo foi ocupado por Raúl Alberto Lastiri, presidente da Câmara dos Deputados, que ficou por apenas três meses. Neste curto período convocou novas eleições que foram vencidas por Juan Domingo Perón, com 62% dos votos, em 23 de setembro de 1973. Durante seu terceiro mandato como presidente, Perón conviveu com as divergências políticas dentre os grupos que o apoiavam. Havia aquela mais à

⁵²⁵ Telegrama Confidencial Urgentíssimo DAM-I 342.5 de 30 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Esquerda política identificada com a “Pátria Socialista”, e outros com posições contrárias que clamavam pela “Pátria peronista”. Em seu governo surgiu a operação paramilitar *Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)*⁵²⁶ com o objetivo de perseguir setores oposicionistas do governo, incluindo peronistas esquerdistas. Este grupo teria sido comandado por José Lopez Rega, ministro de *Bienestar Social* que também seria influente no governo de Isabel Perón. Se antes apoiava setores juvenis e grupos operários contra os militares, desta vez Perón passou a repudiar os protestos destes e inclinava-se a setores tradicionais do seu grupo político. Como presidente enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma do Código Penal a fim de endurecer os delitos cometidos por grupos guerrilheiros e que conseqüentemente ampliou as divergências com os políticos revolucionários peronistas⁵²⁷.

A curta política externa de Perón, entre outubro de 1973 e julho de 1974, buscou projetar uma “autonomia heterodoxa”, integrando ao *Movimento Não-Alinhado*, mantendo relações sólidas com os Estados Unidos e aprofunda laços com os países africanos. Segundo Carlos Juan Moneta, no âmbito latino americano, a Argentina promove junto aos outros países a ideia de “continente associado” em defesa dos seus interesses e se considerava representante da América Latina para dialogar com os países desenvolvidos em assuntos correspondentes a estrutura do comércio internacional e ao sistema monetário em Tlatelolco (fevereiro de 1974) e Washington (abril de 1974). Nesta última conferência coube aos argentinos expor sobre o panorama geral das relações interamericanas, sendo que o tema central era a necessidade de terminar o isolamento cubano, revisando as medidas aplicadas contra este país para integrar Havana ao sistema pan-americano. Mais especificamente no âmbito do Cone Sul, Perón buscou aproximação com o Chile desenvolvendo projetos de interconexão elétrica e a exploração coordenada de depósitos de gás e cobre na região fronteira. Com o Uruguai, realizaram-se medidas de cooperação como acordos preferenciais para importação de produtos uruguaios, empréstimos para pagamento e investimentos em setores diferenciados. Também assinou o Tratado do Rio da Prata que pôs fim aos problemas de limites do referido rio e eliminado um sério obstáculo ao processo de aproximação entre os dois países. Em relação ao Paraguai, como já visto nos capítulos anteriores, houve a assinatura do Tratado de Yacyerta (dezembro de 1973), negociações

⁵²⁶ Acredita-se que esta organização paramilitar era financiada pelo governo argentino, mas o envolvimento direto de Juan Perón com a *Triple A* gera inúmeras discussões entre pesquisadores.

⁵²⁷ ROMERO, José Luís. *Breve História de la Argentina*, 1997.

para facilidade de navegação no Rio Paraná, incremento do intercâmbio comercial e integração política⁵²⁸.

Como já visto anteriormente (ver Capítulo III), o acordo brasileiro-paraguaio teve reflexos na intensidade das negociações entre Paraguai e Argentina para firmarem o Tratado de Yacyretá, em dezembro de 1973, sendo este o grande acordo geopolítico na Bacia do Prata no governo de Juan Perón no curto período em que esteve pela segunda vez na presidência argentina. Falecido em 1º de julho de 1974, sua esposa e vice-presidente, María Estela Perón, assumiu o governo. Um documento argentino revela que cerca de um mês antes da sua morte, Juan Perón estava direcionando esforços para se encontrar com o presidente brasileiro Ernesto Geisel a fim de resolver definitivamente o impasse em relação ao aproveitamento hidro energético do Rio Paraná⁵²⁹. Sendo assim, a morte de Perón adiou o processo de entendimento entre os dois países, pois a política externa de Isabel Perón não apresentou avanços nas relações com o Brasil.

Os conflitos políticos na Argentina ficaram expostos durante o governo de María Estela Perón. Para José Luis Romero, esta não apresentava a mesma capacidade e nem similar autoridade de seu falecido esposo. José López Rega, que havia sido secretário privado de Perón e logo Ministro de *Bien Estar Social*, deu continuidade a função oculta que recebeu do governo para organizar grupos clandestinos a fim de perseguir opositores, muitos dos quais eram ativistas sindicais e intelectuais dissidentes não envolvidos em organizações guerrilheiras. As consequências foram os intensos conflitos armados no país que ampliaram a instabilidade social. No plano econômico, frente aos elevados índices de inflação, o governo ajustou um plano de desvalorização cambial e aumento das tarifas públicas. Os sindicalistas responderam fazendo diversos protestos. Uma organização armada não peronista, o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, ocupou uma região da província de Tucumán onde anunciou fazer desta uma “zona livre” que logo foi expulsa pelo Exército nacional. O cenário demonstrava que o governo civil não conseguia controlar os conflitos sociais e não encontrava soluções apropriadas para superar a crise econômica e política. Como consequência, setores militares passaram a exigir a renúncia da presidente e sua substituição por Ítalo Luder, presidente do Senado (que ocupou a presidência temporariamente entre 13 de setembro e 16 de outubro de

⁵²⁸ MONETA, Juan Carlos. *La Política Exterior del Peronismo*, 1979

⁵²⁹ Ofício nº 382 de 29 de maio de 1974. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

1975 quando Isabel Perón se afastou do cargo por problemas de saúde). Segundo Romero, *“poco después, la crisis económica y política combinadas creaban la condiciones para las Fuerzas Armadas desplazar a la presidenta y se hicieran cargo del poder, sin oposición y hasta con el aliviado consentimiento de la mayoría de la población”*⁵³⁰.

No plano da política externa do governo Isabel Perón, o país buscou manter relações solidas com os Estados Unidos e apoiou, sem sucesso, o reingresso de Cuba a OEA. Também empenhou todos seus recursos diplomáticos para impor um argentino como Secretario da Organização Pan-Americana, sendo antagonista do candidato paraguaio, e se desentendo com o Brasil que não desejava um representante de Buenos Aires no posto. No âmbito das Nações Unidas buscou fazer parte do Conselho de Segurança buscando reivindicar a soberania das Ilhas Malvinas que resultava num impasse diplomático com a Grã-Bretanha. Nas relações com os países africanos, a aproximação mais significativa foi com a Líbia na qual obteve um acordo de compra de grande quantidade de petróleo e a venda de 200 milhões de dólares em produtos agropecuários. Já na América Latina, diminui sensivelmente as relações com o México e o Peru, e buscou intensificar a aproximação o Chile. No caso deste último, o ministro da Defesa e general do Exército argentino condecorou o ditador Augusto Pinochet e apoiou seu regime a votar contra uma resolução na ONU que solicitava a liberação dos presos políticos e expressava repúdio à violação dos direitos humanos no Chile. E finalmente na Bacia do Prata, intensificou as relações políticas e comerciais com o Uruguai, mas não apresentou grandes avanços em relação ao Paraguai e a Bolívia. Algo que possibilitou ao Brasil ampliar sua influência na região⁵³¹.

Mais especificamente em relação ao Brasil, as dificuldades de aproximação evidenciaram-se quando o governo brasileiro demonstrou interesse em fazer estudos científicos na Antártida buscando criar vínculos com o Chile, pois um trecho a ser pesquisado era de soberania argentina⁵³². E ao que tudo indica a pressão interna de grupos militares não permitiram ao governo de Isabel Perón melhorar as relações com Brasília, especialmente sobre a questão do aproveitamento hidro energético do Rio Paraná. Tal situação já era observada desde o governo Juan Perón quando, em outubro de 1973, um ofício secreto do Alto Comando das Forças Armadas foi enviado ao

⁵³⁰ ROMERO, José Luís. Breve História de la Argentina, 1997, p. 118.

⁵³¹ MONETA, Juan Carlos. La Política Exterior del Peronismo, 1979.

⁵³² Ibid.

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. O conteúdo do documento interpreta que, diante das dificuldades apresentadas nas relações Brasil-Argentina na questão Itaipu-Corpus, “*la política brasileña para con nuestro país a este respecto podría sintetizar-se diciendo que ha consistido en procurar la permanente demora de todos los proyectos argentinos, pero que estes nunca resulten cancelados*”⁵³³.

Enquanto as relações entre Brasil e Argentina não avançavam para resolver a questão do aproveitamento hidro energético do Rio Paraná, brasileiros e paraguaios davam prosseguimento as negociações para construção de Itaipu. Em 26 de abril de 1974, um ano após a assinatura do Tratado, foi assinada a nota reversal nº3 que estipula o montante de 50 milhões de dólares que deveria ser investido pela Eletrobrás, cuja origem era do Fundo de Eletrificação Federal, e os 50 milhões de dólares tomados como empréstimo pela ANDE juntamente com o Banco do Brasil para investir em Itaipu. No decorrer daquele ano foi elaborado o protocolo sobre as relações de trabalho e seguridade social para funcionários da empresa independente da nacionalidade.

No decorrer de 1975 ocorreu o consórcio de empresas para construção da hidrelétrica. De onze consórcios inscritos, apenas cinco foram consideradas qualificadas para a última etapa da concorrência. Segundo Esposito, “esses cinco qualificados eram constituídos somente por empresas brasileiras e paraguaias, muito delas com notórios vínculos partidários e autoridades políticas da região”⁵³⁴. Os consórcios pré-qualificados foram: *Jiménez Gaona & Lima Ingenieros Civiles* e *Barrail Hinos S.A de Construcciones* (paraguaias) com a brasileira *Construtora Mendes Junior S.A*; *Compañia General de Construcciones S.R.L* y *Nova Arquitectura S.A.* (paraguaias) com a brasileira *Construtora Andrade Gutierrez S.A*; *Empresa Constructora Mineira Paraguaya S.A*, *Ecomimpa* e *Empresa Camperchioli y Asociados S.A*, *Ecce* (paraguaias) com a brasileira *Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A*; *Mallén, Modesto y Morinigo* (paraguaia) com a *Companhia Brasileira de Projetos e Obras, CBPO*; *Jiménez Gaona & Lima Ingenieros Civiles* e *Barrail Hinos S.A de Construcciones* (paraguaias) com a brasileira *Construtora Mendes Junior S.A*⁵³⁵.

Logo se formou um “super-consórcio” chamado CONEMPA (*Consórcio de Empresas Constructoras Paraguayas*) –UNICON (*União de Construtoras LTDA*). O

⁵³³ Oficio Confidencial nº 00181 “S”- 273 de 15 de outubro de 1973. Do Comando em Jefe de la Armada para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

⁵³⁴ ESPOSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder. 2012, p. 178

⁵³⁵ Ibid.

procedimento foi feito sem licitação internacional, o que permitiu insinuações de corrupção e nepotismo praticado por algumas autoridades paraguaias que possibilitaram a especulação imobiliária resultando no súbito aumento dos preços pagos pela Itaipu aos proprietários de terra no país guarani. No Brasil, um dos maiores acusadores em relação a isto foi o engenheiro John R. Cotrim que sofreu represália dos representantes paraguaios num encontro de chanceleres dos dois países ocorrido em Presidente Prudente. Cotrim estava presente na reunião e, em meio aos desentendimentos com os paraguaios, o chanceler Azeredo da Silveira defendeu seu compatriota dizendo que Cotrim “gozava de toda confiança do presidente Geisel”. Outro crítico dos paraguaios foi o coronel Edgar Maranhão que denunciou problemas como: tráfico de influência, descumprimento de contratos, duplicação de serviços, contratação de serviços desnecessários e outros⁵³⁶.

Mas a maior divergência entre Brasil e Paraguai nos anos posteriores a assinatura do Tratado de Itaipu foi relacionada à questão da ciclagem nos anos de 1976 e 1977. O sistema brasileiro de distribuição de energia é de 60 ciclos (ou hertz) e o sistema paraguaio, assim como em grande parte da América Latina, é de 50 ciclos. Inicialmente os paraguaios propuseram que a energia gerada do seu lado em Itaipu fosse de 50 ciclos e no Brasil fosse 60 ciclos⁵³⁷. Mas os brasileiros fizeram duas contrapropostas ao Paraguai: a primeira seria de converter a sua ciclagem para 60 hertz, pois a mudança proporcionaria um custo de 30 milhões de dólares ao Brasil; já a segunda seria comprar todo o material necessário para produzir energia em ambas às ciclagens e gerando um custo de 100 milhões de dólares. Ou seja, a primeira proposta era mais viável ao Brasil. Como compensação o governo paraguaio chegou a propor ao Estado brasileiro que financiasse setores de bens e serviços, equiparasse as Forças Armadas e os setores de Eletrificação da ANDE⁵³⁸. O pedido faria sentido levando-se em conta o custo na mudança da ciclagem. Um levantamento no Paraguai estimou que a alteração de frequência rendesse despesas entre 100 e 150 milhões de dólares. No entanto, a questão demorou a ser resolvida, pois a Argentina também estava interessada. Afinal, a mudança teria reflexo no país que opera a frequência energética em 50 hertz e está teria que ser mudada quando entrassem em operação as hidrelétricas de Corpus e

⁵³⁶Ibid.

⁵³⁷ MENEZES, Alfredo da Motta. *A Herança de Stroessner*, 1987.

⁵³⁸ DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para La Historia Politica de Itaipu*, 1996.

Yacyretá. Foi apenas no final de 1977 que o Paraguai tomou a decisão de manter a ciclagem, quando já estavam em andamento as negociações trilaterais.

Na Argentina estava em processo a ditadura militar, autodenominada *Proceso de Reorganización Nacional*, sob a presidência do tenente-general Jorge Rafael Videla. Este havia encabeçado juntamente com o general Orlando Ramón Agosti e o almirante Emílio Eduardo Massera um golpe de Estado contra o governo de Maria Estela Perón, culminado em 24 de março de 1976. Na condição de Comandante e Chefe do Exército, Rafael Videla assumiu o governo argentino cinco dias após o golpe permaneceria na presidência até 1981. Desde os primeiros meses no poder, Videla demonstrava a intenção de resolver os problemas diplomáticos com o Brasil, especialmente na questão envolvendo as hidrelétricas de Corpus e Itaipu.

A preocupação do regime militar na condução da diplomacia argentina na Bacia do Prata pode ser observada por meio de um *memorandum* elaborado por Federico Bartfeld, embaixador do Departamento de América Latina do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*, de novembro de 1976. Neste documento o diplomata faz uma análise sobre as relações entre a Argentina e o Brasil com o intuito de elaborar uma estratégia de ação diplomática para defender os interesses geopolíticos de Buenos Aires na América do Sul. O conteúdo esboça a tradição Atlântica argentina e a necessidade de incrementar a aproximação com os países andinos a fim de favorecer as relações políticas e comerciais. Neste sentido, faz críticas aos governos anteriores por ter se distanciado dos “centros vitais” como Bolívia, Paraguai e Uruguai, ao mesmo tempo, permitindo que o Brasil crescesse na Bacia do Prata. Também criticou o governo de Isabel Perón por não ter buscado melhorar as relações com Brasília, chamando a atenção para o fato de não ter nomeado nenhum embaixador no Brasil durante um ano. O conteúdo do documento expõe o reconhecimento na “inteligência diplomática brasileira” ao ampliar suas relações com seus vizinhos. Tal situação possibilitava uma contenção de forças no sub continente entre Brasília e Buenos Aires e uma das estratégias da Argentina seria a diplomacia presidencial com a visita de Rafael Videla ao países sul-americanos. No entanto, enfatiza-se a necessidade de uma relação pragmática com o Brasil para evitar um conflito de maiores proporções que possam atingir os interesses argentinos⁵³⁹.

⁵³⁹ Memorandum nº3366 de 4 de novembro de 1976. Do Departamento da América Latina do Palácio de San Martín para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Uma das formas de uma aproximação pragmática esta relacionada ao projeto hidro elétrico de Corpus no curso do Rio Paraná a jusante do local onde estava sendo construída Itaipu. O Palácio de San Martin, sob a administração do regime militar, mantinha o pensamento de que os avanços nas relações com o Brasil somente ocorreria com um entendimento a respeito da compatibilidade das duas hidrelétricas. Mas para isso seria necessário incrementar os estudos em relação a Corpus para ter embasamento nas negociações com Brasília, pois até então Corpus ainda não apresentava resultados técnicos viáveis e conseqüentemente não embasava a argumentação argentina para negociar com seus vizinhos. No final de 1976 foi criada a *Comissão Interministerial de Corpus* que estabelece as diretrizes para negociações com o Brasil e o Paraguai. A criação dessa mostrou-se relevante na Argentina, pois a Ata de criação da comissão chama a atenção para a necessidade de resolver os problemas diplomáticos com o governo de Brasília que foi entendido como “um problema político” na VIII Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata⁵⁴⁰.

No Brasil, um relatório já havia sido elaborado pela Eletrobrás, em junho de 1974, a respeito da hidrelétrica de Corpus. O conteúdo aborda que caso o reservatório tivesse até 10 metros de altura da lâmina d’água, isto não teria impacto no funcionamento de Itaipu. Se o reservatório de Corpus tivesse entre 100 e 105 metros, Itaipu sofreria perda de produtividade e seria menos viável tecnicamente. Caso a cota ficasse acima de 105 metros, Itaipu ficaria inviabilizada e seria necessário fazer o deslocamento pelo menos 100 km a montante na região de Porto Mendes. Em 1976 a Eletrobrás elaborou outro relatório detalhado sobre a viabilidade de Corpus e apontou as contradições técnicas, como o volume da vazão de águas utilizadas pela represa. O conteúdo relata parâmetros técnicos e os limites para o Brasil negociar com a Argentina. Além disso, expõe fragilidades do lado brasileiro, pois a construção de Itaipu criaria uma “perturbação no regime do rio à jusante da foz do Rio Iguaçu que, conforme sua magnitude, poderá ser alagada sendo causadora de prejuízo sensíveis”⁵⁴¹.

A metodologia adotada pelos técnicos brasileiros, diferente do estudo paraguaio-argentino e com alterações no projeto, concluiu que “a cota compatível para o represamento de Corpus será de 95 metros”. Porém, o consórcio *Lahmayer-Harza*, a pedido da Argentina, apresentou o projeto de viabilidade do projeto Corpus em 1976. O

⁵⁴⁰ Ofício nº 534 (286) de 31 de dezembro de 1976. Do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto para a embaixada argentina em Brasília.

⁵⁴¹ ESPOSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder. 2012, 250.

relatório aponta três possíveis locais para a instalação da hidrelétrica com cotas diferentes, variando entre 95 e 130 metros. Chegou-se à conclusão que a usina somente seria economicamente viável com cotas acima de 110 metros. Ou seja, os resultados diferentes evidenciaram a dificuldade para um entendimento trilateral e que prolongava as divergências entre o Brasil e a Argentina.

Mas apesar da aproximação argentino-paraguaia, as fontes possibilitam interpretar que o Paraguai levava Itaipu mais a sério comparada a Corpus, provavelmente por que já estava ocorrendo a sua construção, além da existência de um Tratado. Em abril de 1977, as vésperas da visita de Rafael Videla a Assunção, surgiu a inesperada visita de Stroessner ao Rio de Janeiro. A viagem teve um caráter secreto e havia o compromisso do Itamaraty de não transmitir publicamente tal informação até o momento em que o presidente paraguaio chegasse às terras brasileiras. A embaixada argentina interpretou o fato como “uma iniciativa paraguaia” e o Itamaraty concordou para “malograr” a visita de Videla ao Paraguai. Algo que parece óbvio. Para o embaixador argentino no Brasil, Oscar Camillión, não havia dúvidas de que Stroessner tinha a intenção de se encontrar com Geisel para tratar do tema Itaipu-Corpus. Afinal, o presidente paraguaio reconhecia que seria difícil agradar os três países envolvidos na questão e reconheceu que ainda existiam muitos problemas para serem resolvidos em relação a Itaipu.

Desde o golpe de Estado em março de 1976, o regime militar argentino buscou o diálogo com o governo brasileiro para negociar de forma trilateral a compatibilidade Itaipu-Corpus, mas sem êxito. As fontes permitem interpretar que as autoridades brasileiras não levavam o projeto Corpus a sério e insistiam que Itaipu era um assunto a ser discutido apenas entre o Brasil e o Paraguai. Com isso, a insatisfação argentina era cada vez maior e ganhava repercussão nos jornais dos três países envolvidos na questão, com maior notoriedade na Argentina. Muitas das notícias publicadas eram manifestações do embaixador argentino em Brasília, Oscar Camillion, que manifestava a repórteres brasileiros e argentinos a insatisfação de seu governo com a resistência do Brasil ao sentar à mesa de negociação. Desde 1976, quando assumiu o cargo, Camillion enfatizava que a contenda Itaipu-Corpus era prioridade nas relações entre Brasil e Argentina.

Segundo Espósito Neto, “diante da recusa brasileira, a diplomacia argentina voltou a introduzir o debate da ‘consulta prévia’ na agenda internacional. O palco escolhido foi a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em Mar del

Plata entre os dias 14 e 25 de março de 1977”⁵⁴². A representação argentina enfatizou a necessidade dos Estados serem consultados sobre as obras realizadas em rios compartilhados levando em consideração possíveis prejuízos na utilização das águas. A necessidade de colocar a consulta prévia na resolução a ser aprovada ao final do evento fez o embaixador brasileiro João Hermes de Araújo manter contato direto com o Itamaraty a fim de buscar orientações. A versão final do documento consolidou a solicitação argentina, o que para o Brasil foi contrária aos seus interesses nacionais.

Ainda no mês de março, o Palácio de San Martin enviou uma nota à chancelaria paraguaia para dar continuidade às conversações voltadas ao empreendimento Corpus e solicitando abrir negociações trilaterais com o Brasil⁵⁴³. A Argentina obteve a anuência do Paraguai por ocasião da visita do presidente Rafael Videla a Assunção em 25 de abril de 1977. A proposta foi enviada ao Brasil que, mais uma vez, recusou negociar com os argentinos. A justificativa brasileira era de que “Itaipu diz respeito ao Brasil e ao Paraguai; Corpus ao Paraguai e a Argentina”⁵⁴⁴.

A negação brasileira ao negociar fez o governo argentino lançar mão de uma atitude enérgica para atingir seu objetivo, como mencionado num ofício secreto da embaixada argentina em Brasília sugerindo que “*lo mejor para negociar es partir de posiciones extremas*”⁵⁴⁵.

As fontes pesquisadas permitem apontar que o governo argentino decidiu agir por meio do setor transportes. Primeiramente prejudicou a livre navegação de embarcações brasileiras no Rio da Prata. Em 1976, o governo brasileiro havia enviado uma nota ao regime militar argentino questionando o não cumprimento do Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação de 1856 e da Convenção Fluvial, de 20 de novembro de 1857, que permitia a circulação de embarcações brasileiras no referido rio. Até os primeiros meses de 1977 o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* não respondeu e isto desagradou o Itamaraty. Após o envio de outra nota aos argentinos, o governo Videla respondeu alegando que o acordo de 1856 havia sido assinado numa época em que “Buenos Aires não estava integrada à Confederação Argentina, quando esta última os firmou com o Império do Brasil”⁵⁴⁶. E acrescentou “que o governo

⁵⁴² Ibid. p.257

⁵⁴³ Ofício de 8 de março de 1977. Do Ministério de Relaciones Exteriores y Culto para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay.

⁵⁴⁴ FOLHA DE S. PAULO, 25 de abril de 1977.

⁵⁴⁵ Ofício Confidencial-Secreto nº 358 “S” de 19 de abril de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministério de Relaciones Exteriores y Culto.

⁵⁴⁶ ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná*, 2006, p. 117.

argentino sempre permitiu a livre navegação de embarcações estrangeiras em seus rios, mas insiste em que o acordo sobre navegação firmado em 1856 já não corresponde a atual realidade”⁵⁴⁷⁵⁴⁸.

E se não bastasse este argumento que não apresenta grande consistência, outra dificuldade surgiu no transporte rodoviário de caminhões. Em 1976, a *Secretaria de Estado de Transporte y Obras Públicas* da Argentina e o *Ministerio de Transportes* do Chile firmaram um acordo para utilização emergencial do túnel *Las Cuevas-Caracoles* enquanto estava sendo construído o *Túnel Internacional Carretero Cristo Redentor* na fronteira entre Mendonza (Argentina) e a Província de Los Andes, região de Valparaíso (Chile). A mudança interessava também ao Uruguai e ao Brasil por causa da rota comercial com o Chile e vice-versa. Em 19 de maio de 1977, uma nota da *Dirección Nacional de Transporte Terrestre* da Argentina enviada a Administração Nacional de Aduanas do Brasil fez o seguinte comunicado: “está proibida a utilização do túnel Las Cuevas-Caracoles para o transporte, entre outros, originários do Brasil em direção ao Chile e vice-versa”⁵⁴⁹. A mesma nota sugere que o transporte terrestre fosse feito nas proximidades da passagem fronteiriça *El Cristo Redentor* ou por outros pontos da Cordilheira. Logo o Itamaraty enviou um ofício em caráter de urgência ao Palácio de San Martín. Abaixo segue os principais destaques do referido documento:

A referida proibição prejudica sebremaneira o intercâmbio de mercadorias entre Brasil e Chile porquanto a passagem do Cristo Redentor fica interrompida por questões climáticas durante períodos prolongados nos meses de inverno. O mesmo óbice ocorre com a passagem fronteiriça de Puyehue, a qual, além disso, fica bem mais ao sul, obrigando as empresas de transporte a transitar por estradas com trechos não asfaltados e percorrer distâncias bem mais longas, circunstância que aumenta idevidamente os custos do frete e o consumo de combustível, inclusive argentino.

[...]

Em vista do que procede o governo brasileiro não se pode conformar com os termos discriminatórios da nota nº330 da DNTT que restringe a passagem pelo túnel La Cuevas-Caracoles em função da nacionalidade dos veículos e dos pontos de origem e destino das mercadorias e que criou precedente único ao restringir o tráfego de determinado ponto de fronteira habilitado ao intercâmbio entre os respectivos países limítrofes, em procedimento atentatório aos interesses do comércio brasileiro-chileno, por via terrestre.

Nessa codições o governo brasileiro considera indispensável a eliminação da restrição em apreço à liberdade de trânsito no túnel Las Cuevas-Caracoles, a

⁵⁴⁷ FOLHA DE S. PAULO, 30 de julho de 1977.

⁵⁴⁸ Telegrama Secreto nº517 de 13 de julho de 1977. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

⁵⁴⁹ Ofício Urgente nº225-680.12(B29) (B39) de 16 de junho de 1977. Do Itamaraty para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

fim de que se mantenham os bons entendimentos que tem permitido tão significativo desenvolvimento no transporte terrestre argentino-brasileiro⁵⁵⁰.

A nota ainda faz referência ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 9 de outubro de 1966, assinado entre Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai. Na ocasião, o governo brasileiro “entende que, uma vez habilitada determinada passagem por fronteira entre os dois países limítrofes respectivos, o tráfego por este ponto fica automaticamente extensivo aos veículos autorizados das demais partes contratantes”⁵⁵¹. E enfatiza que os veículos brasileiros que trafegam pelo túnel *Las Cuevas-Caracoles* pagavam a tarifa de pedágio cobrada. A resposta argentina, sem dar maiores esclarecimentos, era de que seria necessária uma revisão do tráfico de caminhões brasileiros em seu território e aguardaria a reunião agendada para os dias 15, 16 e 17 de setembro de 1977 e que seria realizada no Rio de Janeiro entre representantes do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

O fato é que o transtorno resultou numa pressão sobre o governo brasileiro pelas grandes empresas transportadoras do país. Em julho de 1977, representantes destas partiram para Brasília a fim de se encontrarem com as autoridades do Itamaraty, pois alegavam estar sofrendo prejuízos. No encontro, estudaram-se rotas alternativas, mas todas inviáveis tendo em vista os desvios de até dois mil quilômetros. Publicamente as transportadoras anteciparam seu apoio a qualquer decisão que o governo brasileiro viria a tomar. Uma notícia da *Folha de São Paulo* de 19 de julho de 1977 informava que nos bastidores do Itamaraty não era descartada a hipótese de o Brasil “fechar suas fronteiras ao trânsito de caminhões argentinos” como represália.

Diante do impasse, surgiram rumores na imprensa brasileira de que os problemas na área de transportes no Rio da Prata e na fronteira argentino-chilena eram uma represália ao Brasil por não aceitar negociar com a Argentina a respeito da compatibilização Itaipu-Corpus. E se não bastasse tal situação, o embaixador Oscar Camillion foi chamado de volta à Argentina sem dar explicações ao governo brasileiro. Ao mesmo tempo, o embaixador argentino no Paraguai também foi convocado a retornar ao país. No caso deste último, setores do Itamaraty acreditavam que seria um meio de Buenos Aires expressar seu descontentamento ao governo paraguaio caso aceitasse mudar a sua ciclagem de 50 para 60 hertz, a pedido do Brasil em relação à

⁵⁵⁰ Ibid.

⁵⁵¹ Ibid.

Itaipu, pois isto afetaria o ciclo nas hidrelétricas de Corpus e Yacyretá, sendo esta interpretação a meu ver algo consistente. O resultado foi que tal situação causou séria preocupação nas autoridades brasileiras.

É possível observar que o governo argentino evitou dar explicações a respeito para a imprensa. Afinal, criou-se uma oportunidade para atrair o Brasil e negociar. Numa política de aparências, o embaixador Oscar Camillion, antes de embarcar para seu país, foi questionado por jornalistas brasileiros a respeito e este apenas mencionou que houve um “mal entendido” ao mesmo tempo que as relações bilaterais “não seriam prejudicadas”. Segundo Camillion, o fechamento da fronteira não era uma ação premeditada e justificava-se pela revisão do acordo rodoviário multilateral entre Argentina, Brasil, Uruguai e Chile assinado em 1966. Em síntese, uma justificativa mal explicada que possibilita fortalecer o apontamento de que Buenos Aires forçou o governo brasileiro a buscar o diálogo com a Argentina⁵⁵².

O impasse com a Argentina fez com que o Alto Comando do Exército convocasse o chanceler Azeredo da Silveira para uma reunião secreta. O fato é que havia uma diplomacia militar paralela às chancelarias dos dois governos. Segundo Spektor, “entre abril de 1976 e julho de 1977, militares de primeiro escalão dos dois países dialogaram em visitas sigilosas a Buenos Aires e ao Rio de Janeiro para tratar do tema”⁵⁵³. No entanto, publicamente o governo brasileiro não tratava da questão causando desconfiança na imprensa ao apontar que o “Itamaraty poderia não estar tendo autonomia”. Isto ficou evidente quando Azeredo da Silveira foi questionado pelos repórteres sobre o conteúdo da reunião, limitando-se a responder ter sido a respeito das relações com a Argentina e que havia sido enviada uma nota ao governo argentino propondo dialogar sobre os vários problemas vivenciados na dinâmica entre os dois países e afirmando que não aceitaria tratar de um assunto específico. O provável motivo desta declaração seria dar a impressão que o Brasil não cederia ao negociar Itaipu e sua compatibilização com Corpus. Alguns setores do Itamaraty informaram que “o governo brasileiro reconheceu ser impossível manter o atual nível de tensão das relações bilaterais e resolveu dar a primeira resposta positiva aos ensaios argentinos de aproximação”⁵⁵⁴.

⁵⁵² FOLHA DE S. PAULO, 20 de julho de 1977.

⁵⁵³ SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Ernesto Geisel. 2002, p. 113.

⁵⁵⁴ FOLHA DE S. PAULO, 25 de julho de 1977.

Dias depois a Argentina respondeu a nota brasileira e seu conteúdo não foi divulgado para a imprensa, mas setores do Itamaraty limitaram-se a informar que o documento foi feito de “forma hábil”. O documento expressava que o governo argentino desejava “*una metodología para la constitución de una comisión tripartita encargada de procurar la adecuada conciliación de los grandes aprovechamientos que se proponen realizar el Paraguay, la Argentina y el Brazil*”⁵⁵⁵. Ao que tudo indica, a Argentina atingiu o seu objetivo ao fechar o túnel *Las Cuevas-Caracoles*, assim como dificultou o tráfico de caminhões provenientes do Brasil e a livre-navegação brasileira no Rio da Prata. Afinal, no início de agosto de 1977 o Itamaraty publicou uma nota aceitando negociar de forma trilateral a questão Itaipu. Como consequência, imediatamente ocorreu à abertura do túnel *Las Cuevas-Caracoles* ao tráfico rodoviário de caminhões brasileiros. Ao mesmo tempo, foi dada a garantia a livre navegação brasileira no Rio da Prata⁵⁵⁶.

5.2-) As negociações trilaterais: das dificuldades de entendimento ao Acordo Tripartite

Enquanto Brasil e Argentina buscavam resolver as pendências existentes nas suas relações, o governo brasileiro negociava com o Paraguai a ciclagem de Itaipu. Como já mencionado anteriormente, em abril de 1977 Stroessner foi ao encontro do presidente Geisel no Rio de Janeiro. Na ocasião, houve o comprometimento de respeitar a decisão paraguaia. Afinal, a construção de Itaipu já estava em andamento e não poderiam ocorrer maiores empecilhos para dar seguimento às atividades. Nos meses seguintes surgiram propostas para o Brasil aumentar os investimentos no Paraguai como compensação pela mudança na ciclagem de 50 para 60 hertz.

Os paraguaios aproveitaram a oportunidade para tentar barganhar recebendo doações voltadas para investimentos e tentando aumentar o valor do pagamento a ser recebido pela venda de energia ao Brasil. Algo que não foi bem visto pelo governo brasileiro que acertadamente recuou, considerando-se todos os investimentos, empréstimos e demais acordos bilaterais feitos entre os dois países nas décadas anteriores que já eram relevantes. As negociações aconteceram em junho daquele ano

⁵⁵⁵ Ofício Secreto nº 118 de 28 de julho de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Itamaraty.

⁵⁵⁶ ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná*, 2006, p. 117.

em dois encontros entre representantes dos dois países para tratar do tema. Na primeira reunião realizada no Rio de Janeiro, os paraguaios apresentaram a proposta de receber uma doação de 150 milhões de dólares pela compensação da ciclagem, destinados à construção de uma usina siderúrgica no país, além de que a mudança de frequência seria totalmente custeada pelo Brasil. Também manifestou-se a necessidade de negociar os valores pagos pelos royalties, em razão da quebra do padrão ouro-dólar e o aumento do “capital integralizado” pela ANDE. A representação brasileira não concordou de imediato com a proposta enfatizando que o acordo deveria ser feito na base de empréstimos e não doações e insistiu na divisão de custos com a mudança de frequência. Quanto ao aumento do pagamento dos royalties, que exigiriam o reexame de certos dispositivos do Tratado de Itaipu e seus anexos, estes deveriam ser discutidos de forma ampla em outra oportunidade. Já o segundo encontro entre os representantes dos dois países ocorreu nos bastidores da VII Assembleia Geral da OEA, desta vez reunindo os chanceleres. Azeredo da Silveira tratou com Alberto Nogués que o Brasil faria um empréstimo, e não doação, ao país vizinho com amortização de prazo para pagamento de 10 a 12 anos. Insistiu que os custos da conversão seriam cobertos pela Itaipu Binacional e não haveria alterações no Tratado de Itaipu e seus anexos. Finalizou afirmando que o Brasil não queria ter “responsabilidade” na mudança de ciclagem. O chanceler Alberto Nogués solicitou mais tempo para analisar a proposta brasileira.

Como mencionado anteriormente, enquanto estava ocorrendo o bloqueio a caminhões brasileiros no túnel argentino-chileno *Las Cuevas-Caracoles*, os embaixadores argentinos no Brasil e no Paraguai foram chamados ao mesmo tempo pelo seu governo para retornarem a Buenos Aires. Em relação ao país guarani é possível apontar que tal atitude significava uma pressão sobre a decisão a ser tomada a respeito da ciclagem. Como é perceptível observar num artigo do jornal *Clarín*, assinado pelo articulista Eduardo Van der Kooy, o autor manifestou que “se o Paraguai passar os 60 ciclos, o mais provável é que depois, a metade de Corpus e Yacyretá tenham que ser construídas com igual frequência”.⁵⁵⁷ Ou seja, a mudança de ciclagem teria reflexos econômicos na Argentina.

A pressão argentina e a contraproposta brasileira foi um dos peculiares momentos que o Paraguai manteve a neutralidade nas desavenças envolvendo Brasil e Argentina nos anos 1970. Sem conquistar o que desejava em relação a Brasília, além

⁵⁵⁷ FOLHA DE S. PAULO, 27 de setembro de 1977.

dos custos da mudança de frequência, o governo paraguaio decidiu, no final de 1977, manter a ciclagem em 50 hertz e caberia ao Brasil cuidar da sua parte na conversão da ciclagem de 50 para 60 hertz na compra do excedente energético do Paraguai na subestação de São Roque no estado de São Paulo. Um documento argentino que analisou a política externa do país no decorrer de 1977 interpretou a decisão paraguaia como uma “vitória” da Argentina⁵⁵⁸. Mas outra grande conquista de Buenos Aires naquele ano foi conseguir trazer o Brasil para a mesa de negociação a fim de discutir a compatibilidade Itaipu-Corpus.

Em agosto de 1977, os três países fizeram trocas de notas para formalizar o início das reuniões. Os brasileiros enfatizaram que as negociações deveriam ser apenas em caráter técnico e foi concordado pelas outras partes. As reuniões trilaterais tiveram início entre os dias 22 e 23 do mês seguinte. As rodadas de negociação estavam focadas em termos técnicos como sedimentação, águas excedentes, navegação, entre outros. Mas apesar de as reuniões já apresentarem avanços só por estarem simplesmente ocorrendo, considerando que o Brasil resistiu por muito tempo não negociar, a assinatura do acordo ainda era algo distante.

Inicialmente a maior divergência era em relação à cota de Corpus. Como mencionado anteriormente, o consórcio *Lahmayer-Harza* já havia apresentado em seu relatório, em 1976, que a produtividade da usina seria relevante se fosse acima de 110 metros. Porém, um documento da embaixada argentina em Brasília aborda como o assunto estava sendo discutido no Brasil, utilizando uma reportagem da revista *Veja* como exemplo. Nesta, o engenheiro Celestino Rodrigues afirmou que Corpus não pode passar da cota 93 e que, caso chegasse a cota 120, poderia ocorrer inundações no estado do Paraná. Mesma afirmação defendida por um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* mencionando que “a pretensão argentina de uma cota acima de 115, 46 metros ainda resultaria em problemas consideráveis para o Brasil e o Paraguai”⁵⁵⁹. Outra reportagem da *Veja*, feita a partir de conversas com funcionários do Itamaraty, menciona que “Itaipu deverá funcionar em regime de base. Ou seja, produzirá energia em ritmo constante, despejando, portanto, volume de água sempre igual à jusante do rio- o que não modificará a altura das águas e, além disso, regularizará o caudal”. E insistia que “mesmo na hipótese, apresentada como ‘remota’, de que a usina gere quantidades

⁵⁵⁸ Ofício Secreto nº 1308 “S” de 20 de dezembro de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

⁵⁵⁹ Ofício Secreto nº 358 “S” de 19 de abril de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

variáveis de energia, ou seja, funcione em ‘semibase’ ou em ‘ponta’, todas as precauções serão tomadas a fim de qualquer alteração do nível do rio não prejudique os barcos e os portos argentinos”. Para o engenheiro paraguaio Enzo Debernardi, Itaipu teria que ser de base com 18 turbinas. Para ser de ponta, como queriam os argentinos, teria que ter 30 turbinas para ter produtividade viável. Se a hidrelétrica brasileiro-paraguaia operar a uma potência constante, “a subida do nível médio das águas do Paraná na desembocadura do rio Iguaçu acima da cota 97 fará com que Itaipu perca potência. Em termos muito gerais, poderia dizer que Itaipu perderia 100 000 quilowatts por metros de Corpus além da cota 97⁵⁶⁰”.

A não definição da cota de Corpus chegou ao ápice na reunião trilateral ocorrida em Assunção entre os dias 27 e 28 de abril de 1978. Na ocasião, os representantes brasileiros declararam que a cota aceitável para Corpus seria de 103 metros em tom de “estar dando a palavra final”. A decisão foi entendida como uma surpresa pelos representantes paraguaios e argentinos, ao receberem a informação de que a decisão era do próprio presidente Ernesto Geisel. Diante da situação, não houve um desfecho favorável aos três países e outra reunião ficou marcada para o mês de junho daquele ano.

Notícias daquele período informavam que dificilmente ocorreria um encontro entre os presidentes de Brasil e Argentina, Geisel e Videla, pelo clima de ressentimento apresentado na questão Corpus⁵⁶¹. Segundo Matias Spektor, o governo Geisel rompeu com o marco do Itamaraty de manter uma cordialidade oficial em relação a Buenos Aires. Esta tinha como princípios e concepções “de evitar que a dinâmica entre os dois principais poderes da América do Sul levasse a uma rota de colisão”⁵⁶². Durante a presidência de Geisel a política externa passou a ter uma política de contenção da Argentina na América, sendo que antes Buenos Aires “era sistematicamente incluída nos projetos internacionais do Itamaraty”⁵⁶³. Destaca-se neste período a celebração do ambicioso pacto político feito com os países amazônicos firmando o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com ou sem anuência da Argentina, visando consagrar a doutrina brasileira para os rios internacionais em toda a América do Sul. A assinatura do documento foi um grande avanço apresentado durante a chancelaria de Azeredo da

⁵⁶⁰ VEJA, 27 de julho de 1977.

⁵⁶¹ FOLHA DE S. PAULO, 28 de abril de 1978.

⁵⁶² SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração*, 2002, p. 118.

⁵⁶³ Ibid, p. 132.

Silveira, pois todos os países setentrionais do subcontinente haviam sofrido perdas territoriais para seus vizinhos ou tinham questões limítrofes pendentes, conseguindo transpor as objeções de Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela. Documentos argentinos, como já mencionado anteriormente, mencionam que Buenos Aires percebia esta política de contenção brasileira em relação à Argentina.

Apesar da conjuntura crítica nas relações entre ambos os países, a insistência para intensificar as negociações era mais praticada pela diplomacia argentina do que a brasileira. Ainda no mês de maio de 1978, enquanto as chancelarias dos três Estados preparavam suas agendas para um novo encontro a ser realizado em Brasília, a Argentina enviou para as outras partes um anteprojeto do Acordo Tripartite. No conteúdo, Buenos Aires insiste na “consulta prévia” para realização de obras no Rio Paraná ao propor um “*acuerdo que habrá de regular el tratamiento y las soluciones de todos los problemas vinculados con los intereses de los países ribereños del Rio Paraná*”. No artigo quinto do anteprojeto é estabelecido que fossem consultados os ribeirinhos platinos a respeito de “*todos os aproveitamentos energéticos, de navegação e outros*”. A proposta causou irritação no governo brasileiro que não demorou ao enviar uma nota a Buenos Aires demonstrando a sua discordância e evidenciando que o artigo possibilita interpretar que os argentinos não estavam cumprindo com os termos das negociações desde o início e evidenciava ser a questão Itaipu-Corpus algo somente do interesse de Brasil, Paraguai e Argentina. Além disso, insistia que a “consulta prévia” era algo inaceitável, pois isso interferiria nas atividades realizadas dentro de seu território. Por conta disso, decidia-se pela suspensão da reunião tripartite que ocorreria em Brasília⁵⁶⁴.

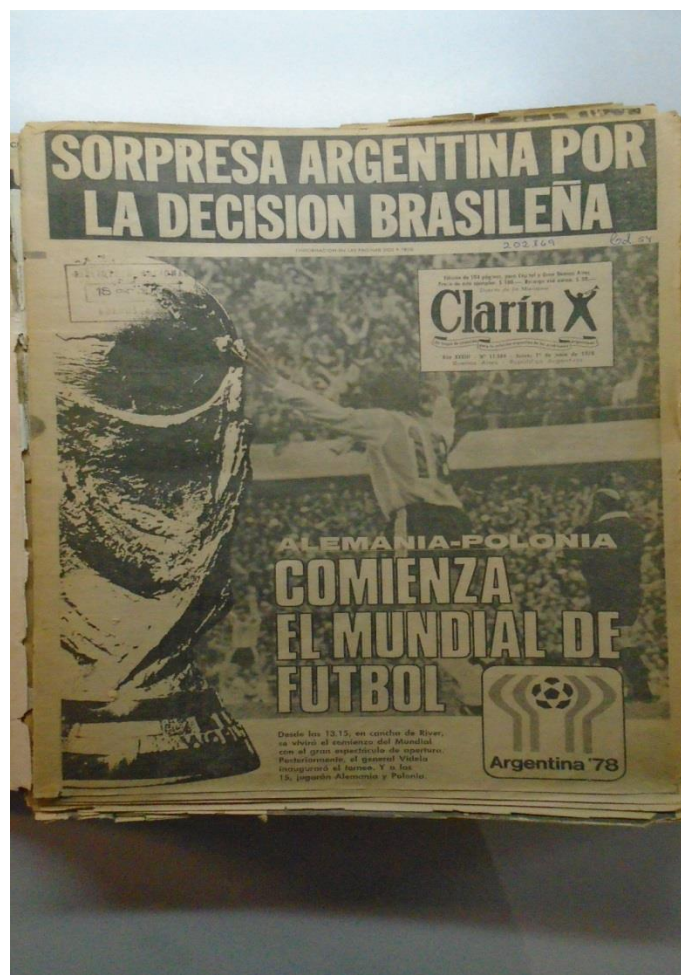
A decisão brasileira causou surpresa na Argentina e teve grande repercussão na imprensa. O *La Opinion* classificou o conteúdo da nota como “autoritário, unilateral e brutal, comparado por sua torpeza à sutileza de um elefante numa loja de louças. O estilo da nota brasileira é arbitrário e nervoso, quase histérico”⁵⁶⁵. Já o *Clarín* colocou a questão na primeira página dividindo com a manchete de capa que divulgava o início da Copa do Mundo de futebol da FIFA na Argentina, um dos maiores eventos esportivos do mundo ao lado dos Jogos Olímpicos de Verão. No editorial intitulado “*Quién*

⁵⁶⁴ Ofício Secreto nº118 de 30 de maio de 1978. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

⁵⁶⁵ FOLHA DE S. PAULO, 2 de junho de 1978.

resolvió la suspensión”, o periódico aponta que “*Brasil provoca uma crisis en la Cuenca del Plata, después de haber prometido sellar la paz en las represas*”⁵⁶⁶.

Figura 8: Capa do Jornal *Clarín* destacando a posição brasileira de suspender a reunião tripartite



Fonte: CLARÍN, Buenos Aires, 1 de junho de 1978

Enquanto a Argentina estava no centro das atenções do mundo por causa do Mundial de Futebol da FIFA realizada no país, o presidente Rafael Videla se reuniu com membros do Palácio San Martín para preparar em conjunto a nota de resposta ao Brasil. Ao enviar o documento, o governo argentino insistia dar prosseguimento as negociações voltadas a “coordenação de atividades entre os aproveitamentos de Itaipu e Corpus e os efeitos de tais obras no regime do Rio Paraná” e demonstrava estar em “permanente disposição de receber e analisar, com espírito amplo, os critérios ou as propostas que lhe possam ser apresentadas pelo Brasil ou pelo Paraguai”. Ao mesmo tempo, chamava a atenção para a importância da consulta permanente entre os três

⁵⁶⁶ CLARÍN, 1 de junho de 1978.

Estados, pois do contrário poderia existir dificuldades para navegação a jusante e prejuízos na atividade portuária.

A preocupação argentina fazia sentido, pois a construção de Itaipu poderia afetar a utilização agrícola, industrial e navegação do Rio Paraná. No entanto, técnicos brasileiros apresentavam relatórios que permitiam analisar que o processo de construção de Itaipu era feito com previsibilidade e que possíveis sequelas seriam informados a Argentina para precauções e medidas a serem tomadas. Algo que embasava a argumentação do governo brasileiro para existir a “informação prévia” e não a “consulta” ao Estado vizinho. Ou seja, era mais uma questão política do que técnica. Algo explorado pelo jornal *Clarín* ao longo daquele junho de 1978 ao dividir o impasse diplomático com o Brasil, em tom de crítica ao governo brasileiro, com as manchetes sobre a Copa do Mundo realizada na Argentina nas primeiras páginas.

Os três chanceleres estiveram presentes na VIII Assembleia Geral da OEA em Washington, mas não se reuniram para tratar do assunto. Para Sônia Carvalho, correspondente da *Folha de S. Paulo*, “sem dúvida, os três países perderam uma excelente oportunidade de reiniciar as conversações. Agora, ninguém sabe prever quando isso se tornará possível”⁵⁶⁷. Na ocasião, Azeredo da Silveiro reafirmou que o Brasil “só concordará em sentar novamente à mesa de negociações quando a Argentina retirar o seu anteprojeto”. Algo que não foi sinalizado pelo governo argentino até então. Em relação ao chanceler paraguaio Alberto Nogués, este não se pronunciava sobre o assunto, o que possibilita interpretar que o silêncio de Assunção era um posicionamento favorável ao Brasil, principalmente pelos avanços na construção de Itaipu no curso do Rio Paraná. Na imprensa argentina e brasileira, de forma geral, havia o entendimento de que o Paraguai estava ao lado do Brasil na questão. Algo que fez o periódico paraguaio *Pátria*, pertencente ao partido Colorado que governa ao país, fazer críticas aos analistas internacionais por emitirem tal pensamento, alegando que o Paraguai não era “submisso” a nenhum outro Estado e apenas defendia seus interesses nacionais. Entendo que a cautela paraguaia ao não se pronunciar fosse a melhor estratégia, pois até mesmo em relação ao Brasil, quando houve as discussões sobre a mudança de ciclagem em Itaipu, o país não conseguiu barganhar como desejava. Além disso, em relação à Argentina, o projeto hidroelétrico de Yacyreta passava por indefinições como traçado para construção da barragem (ver III Capítulo). E Corpus ainda não aparentava ser algo

⁵⁶⁷ FOLHA DE S. PAULO, 25 de junho de 1978.

concreto. Ou seja, priorizar Itaipu era para o país o caminho político e econômico mais viável.

Após um período de dois meses sem avanços para reiniciar as reuniões tripartites, o embaixador argentino em Brasília, Oscar Camillion, fez uma visita ao Itamaraty para esclarecer os ‘pontos polêmicos’ do *aide-mémoire* e do Anteprojeto de Acordo Tripartite. Camillion solicitou ainda a retomada dos entendimentos e o máximo sigilo durante as negociações”⁵⁶⁸. O encontro ocorreu após o chanceler Azeredo da Silveira ter demonstrado disposição para dar prosseguimento as negociações trilaterais.

No mês seguinte as delegações dos três países se encontraram na capital fluminense para firmar no antigo palácio do Itamaraty o “Documento do Rio de Janeiro”, um anteprojeto que possibilitava um entendimento para resolver os principais temas: o enchimento da barragem e o número de turbinas de Itaipu que seria de 18 unidades de 700 megawatts cada uma. Abaixo seguem os principais destaques do documento:

a-) o nível máximo de água máximo normal de operação – salvo circunstâncias naturais excepcionais – do reservatório do aproveitamento hidroelétrico que o Paraguai e a Argentina projetam construir na zona de Corpus será estabelecido na cota 105 m do nível do mar, no local da barragem, referido zero IGM argentino Mar del Plata [...]

[...]

d-) à Itaipu e ao aproveitamento hidroelétrico que se projeta na zona de Corpus serão garantidas facilidades durante a construção e o enchimento dos respectivos reservatórios, cujos cronogramas serão divulgados com antecipação suficiente, adotando uma prática análoga à que foi cumprida para o enchimento da represa⁵⁶⁹.

O desfecho da reunião possibilitou um sentimento de otimismo nos três países com ampla repercussão na imprensa. Na ocasião os três países concordaram que as cláusulas seriam acordadas “dentro do que juridicamente compete a cada Estado”.⁵⁷⁰ Mas a situação mudou no mês seguinte quando o ministro das Minas e Energia do Brasil, Shigeaki Ueki, encontrou-se com o presidente Geisel convencendo-o a autorizar a instalação de 20 turbinas, pois isto permitiria melhorar a operação em Itaipu quando houvesse uma demanda de ponta de energia. Ueki antecipou-se ao mencionar que os

⁵⁶⁸ ESPOSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder. 2012, p. 260.

⁵⁶⁹ Ibid.

⁵⁷⁰ Documento *Aide-Memoire* de 15 de fevereiro de 1979. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay.

argentinos não poderiam reclamar do aumento das turbinas, pois o Rio Paraná não sofreria danos à jusante⁵⁷¹.

A decisão brasileira de aumentar o número de turbinas teve péssima repercussão em solo argentino. Apesar de receber uma nota brasileira, de 29 de outubro de 1978, que justificava a decisão baseada em termos técnicos e que o país vizinho não sofreria abalos no aproveitamento do Rio Paraná a jusante, o governo argentino respondeu ao Itamaraty enviando uma nota evidenciando que as negociações entre os dois países foram “profundamente abaladas”⁵⁷². Algo que adiou a possibilidade de um entendimento definitivo, já que mais uma vez a questão política sobressaiu aos termos técnicos.

Durante o mês de novembro de 1978, os governos de Brasil e Argentina trocaram documentos *aide-mémoire* apresentando a evolução do litígio Itaipu-Corpus. Os argentinos alegavam que o governo brasileiro agia de “má fé” por não cumprir os termos negociados, o que era rebatido pelo Itamaraty reafirmando estar “disposto a prosseguir nas negociações tripartites a partir dos entendimentos já alcançados na reunião realizada no Rio de Janeiro”⁵⁷³. A nota foi compartilhada com o governo paraguaio que rechaçou a “má fé” denunciada pela Argentina alegando que o aumento de turbinas não afetava os termos do acordo⁵⁷⁴. Tal posicionamento é relevante, pois finalmente Assunção se posicionava publicamente.

Não convencidos, representantes argentinos pressionaram o Brasil e o Paraguai nas reuniões do Grupo de Peritos e no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), além das discussões a respeito durante a X Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata em Punta del Este, realizada em dezembro de 1978, mas não houve avanços significativos, pois não abria-se mão de aumentar o número de turbinas. Sendo assim, a embaixada argentina marcou um encontro com o Ministro de Minas e Energia do Brasil, Shigeaki Ueki, ainda em dezembro de 1978, com a presença do Ministro da Economia da Argentina, José Martínez, na qual estes tentaram convencer, sem sucesso, Ueki a rever a decisão das 20 turbinas. A alegação do ministro era de que “Itaipu não pode deixar de elevar a sua produtividade energética”⁵⁷⁵.

⁵⁷¹ ESPOSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder. 2012

⁵⁷² CLARÍN, 29 de outubro de 1978.

⁵⁷³ Ibid.

⁵⁷⁴ PATRIA, 30 de outubro de 1978.

⁵⁷⁵ ESPOSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder. 2012

O início de 1979 era marcado pela expectativa da posse de João Baptista Figueiredo, agendada para março. Na Argentina, acreditava-se que a mudança de governo melhoraria as relações diplomáticas com o Brasil, pois o desgaste durante o governo Geisel era notório já que este relutava “ceder” as reivindicações argentinas. Mas o principal alvo das críticas, tanto do governo de Buenos Aires e do Palácio de San Martin, quanto da imprensa argentina, foi o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira, entendendo que este era o maior responsável pelos obstáculos apresentados. Como visto no capítulo anterior, Silveira havia sido embaixador em Buenos Aires durante o governo Médici e já manifestava, por meio dos documentos diplomáticos, que seria difícil encontrar um entendimento com os argentinos, sem ferir os interesses brasileiros. Já como chanceler na gestão Geisel, Silveira apresentava dificuldades nas conversações com o embaixador argentino em Brasília, Oscar Camillión, até mesmo por este fazer uso da imprensa para expor o drama na questão que deveria ser em “segredo de Estado”. Porém, nos últimos meses no cargo, Azeredo da Silveira também fez uso da imprensa deixando vaziar trechos de uma nota argentina que fazia propostas ao Acordo Tripartite e pouco depois amplamente um *aide-mémoire* brasileiro que serão mencionadas nos parágrafos seguintes. Segundo Esposito, uma das últimas ações enquanto chanceler foi desfazer “a imagem de ‘vitima’ que a Argentina ostentava perante a opinião pública. Transformou-a em ‘corresponsável’ pelo fracasso dos entendimentos de Itaipu-Corpus”⁵⁷⁶.

Em janeiro de 1979, Azeredo da Silveira recebeu dois representantes argentinos, o chanceler Carlos Pastor e o almirante Horácio Colombo para tratarem sobre a compatibilização dos projetos Itaipu-Corpus, aparentando uma reaproximação. Mas a tentativa de entendimento sofreu outro obstáculo, pois além das divergências em relação ao aumento de turbinas em Itaipu, a Argentina propôs aumentar a cota de Corpus para 110 metros, das quais 5 seria de reserva. A proposta surgiu no final daquele mês quando o governo argentino entregou uma nota sugerindo que “*los gobiernos de la Argentina y del Paraguay podrán prever una reserva de hasta 5 metros por sobre el nivel máximo normal de operación indicado anteriormente*”.⁵⁷⁷ No documento, o “Projeto de Revisão e complementação do documento preparado no Rio de Janeiro”, acrescenta duas cláusulas substantivas em que houvesse “a explicitação do compromisso brasileiro-

⁵⁷⁶ Ibid.

⁵⁷⁷ Memorandum de 30 de janeiro de 1979 . Do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto para a embaixada brasileira em Buenos Aires.

paraguaio de não operar simultaneamente mais de 18 turbinas em Itaipu e a flexibilidade da cota de 105 metros em Corpus”. E solicitou a retirada da expressão “no que lhe diz respeito” as atividades “dentro do que juridicamente compete a cada Estado”⁵⁷⁸. Ou seja, era a insistência na consulta prévia.

A proposta mais uma vez desagradou o Itamaraty que enviou um *aide-mémoire* ao Palácio de San Martin enfatizando que não retiraria tais expressões do documento.

Essas ressalvas são de importância fundamental, pois resguardam, em relação a cada parte, todas as matérias que são de sua exclusiva competência. Tem, assim, significado relevante e negativo, sob o aspecto da filosofia do documento ora apresentada pela Argentina, de suprimir as duas referências correlatas⁵⁷⁹

No mesmo documento, o governo brasileiro responde sobre os 5 metros adicionais colocados na cota 105 metros de Corpus demonstrando que a cota aceitável para a referida hidrelétrica seria de 95 metros, correspondendo a 98,5 metros no ponto “trifínio”, tendo 2664 MW de potência instalada. No entanto, o Brasil estaria propenso a aceitar o aumento de 10 metros da cota não permitindo nada, além disso, pela seguinte questão:

O aumento dessa cota para 105 m que o Brasil estava propenso a aceitar, caso se verificasse um acordo, permitiria àquela represa ter uma potência instalada de 4410 MW, ganhando, assim, 1746 MW. Itaipu, por seu lado, de acordo com o que lhe cabe, segundo as condições do rio naquele ponto, terá, se não chegar a um acordo que preveja modificação desse dado, uma cota média de rejeite de 100 m, o que corresponde, em potência instalada, a 12.600 MW. Na hipótese de que se aceitasse, para Corpus, uma cota de 105 m, essa potência se reduziria a 11.720 MW, registrando-se uma perda de 880 MW.

São os 10 metros- que o Brasil, na hipótese de que se chegasse a um entendimento, estava disposto a ceder a Corpus, concessão realmente excepcional – que constituíam um dos fatores da equação de equilíbrio: cota de Corpus *versus* flexibilidade de operação de Itaipu.

Assim sendo, não se pode compreender a fórmula, agora proposta pela Argentina, da previsão de uma reserva de 5 metros acima da cota concessional de 105 m em Corpus (o que, já se enfatizou, constituiria excepcional vantagem), pois os 5 metros adicionais, em primeiro lugar desequilibrariam aquela equação e não teriam justificativa alguma como necessários ‘a assegurar uma adequada coordenação operativa entre os dois empreendimentos’.

A não aceitação da proposta argentina foi mal recebida no país vizinho e teve repercussão na imprensa. Para o *Clarín*, “o chanceler Azeredo da Silveira ‘selou o

⁵⁷⁸ Ibid.

⁵⁷⁹ *Aide-Memoire* de 15 de fevereiro de 1979. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay.

desacordo' uma vez que 'o Brasil sabe perfeitamente que a Argentina não construíra Corpus com uma cota inferior a 105 metros". No entanto, a matéria ignora o trecho da nota em que o Brasil estaria sujeito a aceitar a cota 105 para Corpus. Já o *La Opinion*, sob intervenção governamental, afirmou que "a reposta argentina agora deve ser de levar adiante a implantação do projeto para o desenvolvimento hidrelétrico do Médio Paraná, integralmente em território da Argentina". Outro artigo do mesmo periódico acusou o chanceler Azeredo da Silveira de despedir-se de seu mandato "violando outra vez as normas diplomáticas", ao divulgar publicamente os textos das negociações. Isto porque, o chanceler brasileiro, em suas últimas ações como chanceler, "desfez a imagem de 'vítima' que a Argentina ostentava perante a opinião pública. Transformou-a em 'corresponsável' pelo fracasso dos entendimentos de Itaipu-Corpus, e para tanto, utilizou a 'arma' predileta de Camillión: a imprensa"⁵⁸⁰.

A Argentina enviou a nota de resposta ao Itamaraty no início de março de 1979. Em seu conteúdo critica a nota de 19 de fevereiro enviada pelo Brasil sobre a cota de Corpus, mas sintetiza acreditar que haverá um acordo entre os três países "estando aberto ao diálogo"⁵⁸¹. No entanto, criticou a divulgação das notas de repostas enviadas ao Itamaraty na imprensa brasileira desde o início das negociações no segundo semestre de 1977 e que dificultares maiores entendimentos, zelando pelo segredo das conversações para a maior eficiência no processo. E rebateu a argumentação brasileira de que os argentinos não teriam cumprido com os termos da "Declaração do Rio de Janeiro", assinada em setembro de 1978, pois o referido documento não era definitivo. Por fim, acrescenta que a reserva da cota de 5 metros em Corpus "se prevê para circunstâncias excepcionais, nas que somente a ação da natureza poderia determinar perturbações eventuais no funcionamento das usinas. Qualquer hipótese depende de um acordo operativo que, desde logo, não pode ser imposto unilateralmente"⁵⁸².

A saída de Geisel da presidência abria a possibilidade de aproximação entre os dois países, principalmente com a saída de Azeredo da Silveira do Ministério das Relações Exteriores que era visto com desconfiança pelo Palácio de San Martín, ao mesmo tempo sendo muito criticado na imprensa argentina, como mencionado anteriormente. Geisel deixava a presidência brasileira num momento em que ganhava cada vez mais no Brasil o clamor pela abertura política democrática. Durante cinco anos

⁵⁸⁰ ESPOSITO NETO, Tomaz. Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder. 2012, p. 264.

⁵⁸¹ *FOLHA DE S. PAULO*, 7 de março de 1979.

⁵⁸² *Ibid.*

de mandato (1974-1979), seu governo conviveu com a crise do dólar, a diminuição das exportações e o aumento das importações que levou a balança comercial a um déficit de US\$ 5 bilhões. A maior causa desta situação foi o *Choque do Petróleo*, iniciado em 1973 diante de conflitos políticos no Oriente Médio envolvendo os países da Opep, com impacto na economia global. A indústria automobilística brasileira, um dos destaques do “Milagre Econômico”, foi seriamente afetada obrigando o país a importar 80% do petróleo que necessitava.

No campo da política externa, Geisel a definiu como “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” na busca de: vantagens no cenário internacional independentemente de sistemas políticos ideológicos; ampliação de parcerias; e ênfase nas relações multilaterais. Nesta conjuntura destacaram: o acordo comercial com a China, em 1978; cooperação e ampliação dos negócios com o Kuwait e a Líbia; manifestação do direito ao reconhecimento de Israel e condenação do antissemitismo; defesa do povo palestino a autodeterminação; aproximação com a União Soviética, valorizando a importação do petróleo russo; acordo nuclear com a Alemanha, em 1975; assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio e Protocolo de Expansão Comercial com o Uruguai; e o já citado anteriormente, Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, com os países setentrionais da América do Sul. Em relação aos Estados Unidos houve deterioração nas relações, principalmente a partir da chegada de Jimmy Carter a presidência, em 1977, quando Washington endureceu o discurso contra ditaduras militares na América Latina⁵⁸³. Algo que teve reflexos no gradual processo de entendimento entre Brasil e Argentina com ascensão de João Baptista Figueiredo em março de 1979. Segundo Francisco Doratioto, a chegada do novo presidente “ajudava a criar um ambiente conciliador a simpatia que Figueiredo tinha pela Argentina, onde vivera parte da sua infância ao acompanhar seu pai, que se exilara no país por motivos políticos”⁵⁸⁴. E, além disso, “impunha uma postura brasileira conciliadora, a necessidade de evitar o comprometimento da segurança e estabilidade, no subsistema platino de relações internacionais, necessárias à continuidade do projeto desenvolvimentista brasileiro”⁵⁸⁵.

Pouco antes da ascensão de Figueiredo, este se encontrou algumas vezes com Ramiro Saraiva Guerreiro que seria o chanceler durante o seu governo. Dentre os assuntos discutidos, o futuro presidente salientou a importância de resolver o impasse

⁵⁸³ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. *História da Política Exterior do Brasil*, 2002.

⁵⁸⁴ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata*, 2014. p. 154.

⁵⁸⁵ Ibid.

sobre a compatibilização de Itaipu e Corpus. Após assumir a pasta do Ministério de Relações Exteriores, Guerreiro criou um pequeno grupo de trabalho com assessores de sua total confiança que foi aprovado por Figueiredo. A estratégia consistia na consulta aos setores do poder Executivo brasileiro e elaborar uma posição unívoca, aprovada pelo presidente, para intensificar as negociações com o Palácio de San Martín⁵⁸⁶. O primeiro encontro de Saraiva Guerreiro com o chanceler argentino Carlos Pastor ocorreu durante a cerimônia de posse de João Baptista Figueiredo. O contanto entre ambos foi visto com otimismo por Pastor ao afirmar que “*precisamente, la asunción de los nuevos gobernantes brasileños abre una nueva etapa de expectativas em torno de la cuestión*”⁵⁸⁷.

Para compreender o gradual processo de aproximação é necessário analisar os elementos que possibilitaram a aproximação entre os dois Estados. No âmbito interno, a Argentina vivenciava um contexto de forte repressão praticada pela ditadura militar sob a presidência de Jorge Rafael Videla. Com o chamado Processo de Reorganização Nacional, as Forças Armadas objetivaram primeiramente restaurar a ordem recuperando o monopólio da força ao desarmar grupos clandestinos que executavam ações violentas como os *Montoneros*⁵⁸⁸. No plano econômico, José Alfredo Martínez de Hoz assumiu a pasta da fazenda e reduziu o papel do Estado na economia ampliando o espaço para o setor privado. Além disso, reduziu a indústria nacional⁵⁸⁹. Para Amado Cervo, Hoz, “inspirando-se nas potências do Primeiro Mundo e crendo poder alcançar o controle da inflação e a retomada do crescimento com suas políticas de vertente neoliberal, provocou, ao contrário, uma hecatombe dos índices internos”⁵⁹⁰. Segundo Moniz Bandeira, os militares “conjugaram o autoritarismo político e o liberalismo econômico, a supressão da democracia e o apoio a livre iniciativa, a violação dos direitos humanos e a proteção ao capital estrangeiro”⁵⁹¹. Após o golpe militar de 1976, a Argentina “mergulhou em um aprofundamento da crise econômica e política, que fez com que a

⁵⁸⁶ ESPOSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro- paraguaias de 1962 a 1979: fronteira energia e poder*. 2012, p. 263-264.

⁵⁸⁷ LA NACIÓN, 14 de março de 1979.

⁵⁸⁸ Foi uma organização político-militar existente na argentina, cujo objetivo era o estabelecimento de um Estado Socialista e fez uso da luta armada para derrubar a ditadura militar instaurada na Argentina. O grupo passou por um processo de enfraquecimento no final da década de 1970 diante da repressão sofrida pelo regime militar.

⁵⁸⁹ ROMERO, José Luís. *Breve História de la Argentina*, 1997 p. 119.

⁵⁹⁰ CERVO, Amado. *A Política Exterior da Argentina (1945-2000)*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Argentina: visões brasileiras*, 2000, p.22.

⁵⁹¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração na América Latina*, 1987, p.64.

Comunidade Europeia isolasse o país, proibindo as exportações dos países membros para a Argentina, deteriorando ainda mais a sua economia”⁵⁹².

Na política exterior, o país permaneceu como membro do Movimento dos Não-Alinhados, conservando suas relações com países socialistas e expandindo o comércio com a União Soviética, que se tornou o maior comprador de produtos argentinos e recusando acompanhar os Estados Unidos ao boicote as exportações destinadas aos russos, após a invasão soviética no Afeganistão em 1979. E apesar da tensão nas relações com os norte-americanos na administração Carter, que passou a defender a bandeira dos direitos humanos, o país deu continuidade nas relações com Washington numa política de autonomia decisória assentada na percepção dos interesses nacionais concretos⁵⁹³. Aliás, as divergências com os Estados Unidos eram um dos elementos em comum entre Argentina e Brasil. O que era mais um motivo para o entendimento entre os dois países na questão Itaipu-Corpus e alavancar a dinâmica política nas suas relações.

Outra questão que aproximava Brasil e Argentina era a questão nuclear. Ao longo dos anos 1970 o Estado brasileiro ampliou suas relações políticas com a Alemanha Ocidental, tendo como um dos principais destaques o acordo nuclear de 1975⁵⁹⁴. A parceria visava, sob liderança da *Kraftwerk Union –KWU* do Grupo Siemens, a construção de oito reatores nucleares para geração de eletricidade e da implantação, num período de 15 anos, de uma indústria teuto-brasileira para fabricação de componentes e combustível para reatores atômicos. O acordo não previa a transferência de tecnologia para enriquecimento de urânio, mas possibilitava o desenvolvimento tecnológico para o mesmo fim em solo brasileiro. O contrato representava para os alemães um ganho de 10 bilhões de marcos (cerca de 4 bilhões de dólares) e também uma simbólica aproximação com um importante país do chamado Terceiro Mundo num contexto de domínio político e econômico dos Estados Unidos⁵⁹⁵.

⁵⁹² WENDLING, Thayssa Carolinne Marques. *Guerra das Malvinas: uma análise da política externa Argentina à luz do realismo neoclássico*. 2017, p.107

⁵⁹³ CERVO, Amado. *A Política Exterior da Argentina (1945-2000)*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Argentina: visões brasileiras*, 2000, p. 21.

⁵⁹⁴ Projetos atômicos no Brasil já estavam sendo elaborados desde a década de 1940 em parceria com os Estados Unidos. O país chegou fornecer recursos minerais (monazita, tório e urânio) para o *Projeto Manhattan* que produziu as primeiras bombas atômicas no planeta. A parceria Brasil-Estados Unidos resultou nos investimentos voltados para a construção da Usina Nuclear Angra I, iniciada em 1972 na Praia de Itaorna em Angra dos Reis. Devido à crise econômica mundial, muito por causa do Choque do Petróleo em 1973, os Estados Unidos reduziram bruscamente os investimentos neste setor no Brasil, resultando na aproximação brasileira com a Alemanha Ocidental para intensificar seu programa nuclear.

⁵⁹⁵ OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *O sentido estratégico das relações bilaterais Brasil-Alemanha*, 2011.

Aliás, a potência norte-americana foi um dos primeiros países a manifestar seu descontentamento com o acordo atômico brasileiro-alemão. Os Estados Unidos demonstravam preocupação com a transferência tecnológica nuclear no cenário mundial devido às controvérsias que programas atômicos geravam, ainda mais num momento geopolítico complexo que os anos de 1970 vivenciavam. Brasil e Alemanha sofreram forte pressão internacional a ponto dos alemães serem indagados por terem firmado o acordo, tendo em vista que eram signatários do TNP. Ambos os países tiveram que assinar, em fevereiro de 1976, um Acordo Tripartite com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para demonstrarem a comunidade mundial as intenções pacíficas do Programa Nuclear firmado. Desta vez, o acordo com a AIEA exigia salvaguardas rígidas e teve a partir daquele instante a supervisão atenta dos Estados Unidos.⁵⁹⁶

Já na Argentina, um programa nuclear estava em franca expansão desde a década de 1950 na primeira passagem de Juan Domingo Perón pela presidência quando foi criada a *Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA)*. A primeira usina nuclear argentina foi Atucha, adquirida em 1968 da Alemanha, sendo a primeira da América Latina quando entrou em operação em 1974. Os problemas políticos vivenciados no país na primeira metade da década de 1970 tiveram impacto nos cortes do orçamento atômico afetando o desenvolvimento de pesquisas. Com a ditadura militar iniciada em 1976, a questão atômica foi intensificada e o país passou a ser exportador de tecnologia nuclear para países periféricos e, assim como o Brasil, sofre pressão das grandes potências mundiais, principalmente dos Estados Unidos. Segundo Mendonza, existia na Argentina da década de 1970 “*lo que podemos llamar una ‘cultura nuclear’, que mantuvo vigente las representaciones, los componentes ideológicos y los objetivos capaces de dar continuidad al desarrollo nuclear bajo condiciones “anómalas” materializadas en el terrorismo de Estado*”⁵⁹⁷. Em agosto de 1979, durante a visita do Ministro de Economia da República Federativa da Alemanha, Otto Lambsdorf, a América do Sul, este desmentiu que seu país estava negociando um acordo nuclear de longo prazo com a Argentina.

⁵⁹⁶ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O negócio do século: O acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha.* 2008.

⁵⁹⁷ MENDONZA, Diego Hurtado de. *Periferia y fronteras tecnológicas: Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983)*. 2009, p. 29.

A possibilidade de cooperação nuclear entre Brasil e Argentina ganhava os noticiários de ambos os países desde as primeiras reuniões tripartites Itaipu- Corpus em 1978. Segundo Jonas Marinho, “o movimento em direção à cooperação atômica foi relativamente inesperado, devido à rivalidade estrutural entre os dois países. Tal rivalidade, contudo, não foi superada apenas no âmbito governamental”⁵⁹⁸, mas também entre cientistas que permitiram a aproximação dos dois países na esfera atômica. Pouco antes da assinatura do Acordo Tripartite, o presidente Figueiredo admitiu que o Brasil poderia firmar um acordo nuclear com a Argentina, “se vier a ser julgado oportuno pelos dois países”. A declaração fez parte de uma entrevista concedida ao *Clarín* e divulgada pelo Palácio do Planalto.

Outro elemento fundamental que possibilitou a aproximação está relacionado ao desgaste da política externa argentina em relação ao Chile e ao Reino Unido que certamente refletia nas ações de Buenos Aires no sentido de não manter e intensificar outra frente de conflito com o Brasil. No caso das divergências entre Argentina e Reino Unido, o motivo era sobre a soberania das Ilhas Malvinas (em inglês *Falklands*) que era uma questão histórica e ganhou maior relevância internacional ainda durante o governo de Arturo Illia em meados dos anos de 1960. Como veremos a diante, as divergências resultaram em um conflito bélico em 1982. Já em relação ao Chile, a rivalidade Buenos Aires e Santiago inseria-se na doutrina geopolítica chilena que postulava o domínio do Pacífico Austral e o acesso ao Atlântico Sul, assim como o controle exclusivo do Estreito de Magalhães, da Terra de Fogo, da Passagem de Drake, de um setor da Antártida e do *Canal de Beagle*. Na visão dos militares argentinos, a segurança nacional seria perigosamente afetada pela projeção atlântica chilena que permitiria um enlace marítimo com o Brasil. Segundo Melo, “pressionada no Prata, nos Andes e no Atlântico por dois históricos rivais, a Argentina ficaria acuada numa posição defensiva e submetida a uma situação de cerco estratégico em terra como no mar”⁵⁹⁹. A confrontação bélica só foi evitada por intervenção do Vaticano que obteve em 1978 uma trégua entre os litigantes com oferta de mediação papal. A proposta apresentada pela Santa Sé só seria aceita pela Argentina em 1984.

E se não bastassem estes fatores havia o interesse comercial. Especificamente no Brasil, o interesse pelo gado argentino, especialmente da raça nelore, era notório por

⁵⁹⁸ MARINHO, Jonas Teixeira. *Da corrida atômica a cooperação: a questão nuclear nas relações Brasil-Argentina*. 2017, p. 48.

⁵⁹⁹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone do Sul*. 1996, p.100.

fazendeiros do país, principalmente do estado de São Paulo. Já o empresariado brasileiro manifestou interesse em ampliar os negócios com o mercado argentino. Em junho de 1979, 40 empresários brasileiros participaram de um encontro com o presidente Rafael Videla juntamente com o chanceler Saraiva Guerreiro na província de Tucuman. Na ocasião, o ditador argentino fez uma declaração sobre a necessidade de Brasil e Argentina “caminharem juntos conscientes de que seus destinos estão intrinsicamente ligados”. Ao ser questionado por repórteres brasileiros, Saraiva Guerreiro endossou que o “comércio entre os dois países deva ser ampliado”⁶⁰⁰.

Quanto ao Paraguai, o país vivenciava uma ditadura militar de décadas com forte repressão a grupos opositores, dos quais muitos estavam exilados na Argentina e no Uruguai. Mas um dos maiores opositores de Stroessner e conhecido internacionalmente passou grande parte no país sofrendo forte perseguição, Domingo Laino. Em setembro de 1978, ele concedeu uma entrevista a *Folha de São Paulo* mencionando: o terrorismo de Estado no país; o recebimento de empréstimos do regime *apartheid* na África do Sul para construir o Palácio da Justiça; o fornecimento de passaportes falsos para os assassinos do ativista chileno Orlando Letelier, opositor de Augusto Pinochet; o envolvimento de coronéis e generais no tráfico de drogas, contrabando, prostituição e jogos de azar; e o crescente aumento do número de brasileiros proprietários de terra no Paraguai como consequência da aproximação entre os dois países, os chamados brasiguaios⁶⁰¹. Sobre esta última questão, até os dias atuais os conflitos de terra envolvendo proprietários brasileiros é objeto de discussão no país guarani.

Denúncias de violações de direitos humanos no país se multiplicaram no cenário internacional. Isso condicionou uma mudança radical nas relações entre o Paraguai e os Estados Unidos durante a presidência de Jimmy Carter que “declarou guerra” ao que pela primeira vez descreveria como “uma ditadura militar, unipessoal e reacionária”, e reduziu drasticamente a assistência militar e econômica no país. Mas as relações paraguaio-estadunidenses já vinham se deteriorando desde o início da década de 1970, quando surgiram dificuldades suscitadas no processo de extradição do francês Auguste Ricord, residente no Paraguai e reivindicado por tráfico de heroína aos Estados Unidos. O caso abalou a imagem do país guarani no cenário internacional e principalmente do governo Stroessner. Isto porque, apesar de o Paraguai ter ratificado em 1971 a Convenção das Nações Unidas sobre Entorpecentes, realizada em 1961, havia suspeitas

⁶⁰⁰ FOLHA DE S. PAULO, 1 de julho de 1979.

⁶⁰¹ FOLHA DE S. PAULO, 24 de setembro de 1978.

de que o governo paraguaio estava vinculado ao tráfico de drogas ilícitas. Segundo Yegros e Brezzo, o apogeu econômico derivado da construção de Itaipu e da demanda internacional de algodão e soja deu ao Paraguai um grau crescente de autonomia e ajudou o regime a evitar as pressões de seu antigo “benfeitor”, os Estados Unidos⁶⁰². Neste cenário, o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus seria algo favorável para o Paraguai para contrabalancear a desvantagem perdida em relação a Washington com o incremento nas relações com o Brasil e a Argentina beneficiando-se economicamente de sua posição geográfica no centro da Bacia do Prata (contrapondo a situação de país mediterrâneo) sendo sócio de três hidrelétricas.

No final de agosto de 1979 retomaram-se gradualmente as negociações entre os três países. Mas desta vez, as diplomacias evitavam tratar publicamente sobre o assunto. Em diversos momentos, o embaixador argentino em Brasília, Oscar Camillión, que antes fazia constante uso da imprensa, limitava-se a responder “não dar maiores detalhes”⁶⁰³. O sigilo de Camillión demonstra a importância das negociações em segredo para a efetividade da assinatura do Acordo Tripartite. Isto porque, em algumas notas de resposta enviadas por Azeredo da Silveira, quando era chanceler, foi demonstrada insatisfação do Itamaraty com o Palácio de San Martín a divulgar na íntegra o conteúdo dos documentos enviados para a imprensa argentina. O próprio Oscar Camillión foi criticado por Silveira por causa de suas declarações a jornalistas sobre o impasse entre os dois países, numa espécie de “diplomacia pela imprensa”.

Bilateralmente, Brasil e Paraguai concordaram pela colocação de mais duas turbinas em Itaipu em termos de “possibilidade” e não de “obrigatoriedade”. A proposta de estabelecer em 105 metros a cota de Corpus foi lançada pelos negociadores técnicos brasileiros e as perdas na geração em decorrência disso estariam perfeitamente compensadas se a hidrelétrica de Itaipu puder operar em regime de ponta. Operando o fio d’água na hipótese de não existir nenhum acordo com a Argentina, Itaipu geraria 7, 5 milhões KW. “Mesmo que isso represente alguma perda, quando se realiza um acordo, as vantagens não podem ficar somente para um dos lados”, comentaram os técnicos⁶⁰⁴.

A não “obrigatoriedade” da utilização das duas turbinas em Itaipu, mas a “possibilidade” recebeu a concordância argentina. Um diplomata do Palácio de San

⁶⁰² BREZZO, Liliana ; YEGROS, Ricardo Scavone. *História das Relações Internacionais do Paraguai*, 2013.

⁶⁰³ FOLHA DE S. PAULO, 26 de setembro de 1979.

⁶⁰⁴ FOLHA DE S. PAULO, 6 de setembro de 1979.

Martin reconheceu que foi preponderante a atuação do chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, conseguindo “vencer a dura posição dos técnicos brasileiros e paraguaios que exigiam as duas turbinas de reserva, inaceitáveis para os argentinos”. Além disso, a Argentina concordou em suspender a navegação no Rio Paraná durante o preenchimento da represa de Itaipu⁶⁰⁵.

O encontro com as delegações do três países ficou marcado para 19 de outubro de 1979, em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este)⁶⁰⁶. Durante a cerimônia o chanceler argentino, Carlos Pastor, aproveitou para exaltar a diplomacia argentina em seu discurso ao declarar que os compromissos assumidos pela Argentina ao assinar o Acordo Triparte são “gestos de boa vontade com nossos vizinhos” acrescentando que seu país “aceita” deixar o Brasil utilizar o Rio Iguaçu para garantir a vazão do Rio Paraná, durante o enchimento da represa de Itaipu. O que foi entendido por representantes brasileiros na reunião como uma atitude “deselegante”⁶⁰⁷. Em seguida, no seu discurso Saraiva Guerreiro foi pragmático ao declarar que “nossos países agiram com seriedade e espírito objetivo”⁶⁰⁸. Ou seja, até no momento da assinatura de um acordo surgiu à oportunidade de uma “cutucada” entre Brasil e Argentina.

O Acordo Tripartite tem em seus pontos básicos, segundo Eliseo Rosa, os seguintes:

- (1) o nível d’água acima de Corpus e abaixo de Itaipu deverá ser 105 metros acima do nível do mar; (2) Itaipu será operada por Brasil e Paraguai de tal modo que as mudanças de vazão variarão dentro dos parâmetros mutuamente aceitáveis para permitir a navegação normal a jusante do Rio Paraná; (3) Itaipu operará com dezoito turbinas de setecentos megawatts cada; (4) durante o enchimento do reservatório de Itaipu, as informações serão compartilhadas entre todas as partes e o Brasil garantirá um nível satisfatório

⁶⁰⁵ FOLHA DE S. PAULO, 5 de outubro de 1979.

⁶⁰⁶ A delegação brasileira a reunião foi chefiada pelo chanceler Saraiva Guerreiro e com dois convidados especiais: os embaixadores Oscar Camillión, da Argentina, e José Antônio Moreno, do Paraguai. Os demais integrantes foram: César Cals, Ministro das Minas e Energia; o embaixador Carlos Duarte da Rocha, recém chegado a missão diplomática brasileira em Buenos Aires; o presidente da Itaipu Binacional, general Costa Cavalcanti; o chefe do Departamento de Assuntos Americanos do Itamaraty, João Hermes; o assessor do gabinete diplomático, Orlando Carbonar; o presidente da Eletrobrás, Maurício Schulman; o porta voz do Itamaraty, Bernardo Perlcas; o diretor da Eletrobrás, Mauro Moreira; e o ex-presidente da Eletrobrás, Mario Bhering. No lado argentino estiveram: o embaixador Hector Subiza, chefe do Departamento de América Latina; ministro Arturo Osório Araña; o engenheiro Bernardo Bronstein, secretário geral da Secretaria de Energia; e o almirante Horácio Colombo, delegado argentino na Comissão Mista do Rio Paraná e um dos principais negociadores do acordo. E finalmente dentre os representantes paraguaios: o engenheiro Enzo Debernardi, vice-presidente da Itaipu Binacional; o chanceler Alberto Nogués e demais diplomatas do Palácio Lopez.

⁶⁰⁷ FOLHA DE S. PAULO, 20 de outubro de 1979.

⁶⁰⁸ Ibid.

de água a jusante, liberando água suficiente de suas barragens no Rio Iguaçu; (5) os três países cooperarão de modo a preservar o equilíbrio ecológico e a qualidade ambiental das áreas sob influência das instalações hidrelétricas⁶⁰⁹

Para Armando Gallo Filho, o Acordo Tripartite demonstrou que o Tratado da Bacia do Prata, assinado em 1969, não superou na prática os obstáculos de integração que supostamente o texto do Tratado parecia trazer⁶¹⁰. Foi necessário a assinatura de um novo documento dez anos depois, entre Brasil, Paraguai e Argentina, para de fato consolidar os avanços de integração na Bacia do Prata.

De esta manera, las relaciones Argentino-Brasileñas, que se habían deteriorado em la década de 1960-70, fueron suavizadas por el Acuerdo Cooperativo Itaipú-Corpus [...].

Abarcando definiciones de cotas, sobre la base de concesiones mútuas según el Acuerdo Itaipú-Corpus, promete transformar el perfil geopolítico de la Región Platina⁶¹¹

O acordo representava um avanço no aspecto geopolítico da Bacia do Prata, mas em termos técnicos Itaipu perderia a capacidade de produzir em torno de 880.000 kwa, ou seja, de 12,6 milhões para 11,7 milhões de kwa. Mesmo assim, é inegável que houve mais benefícios para as relações do Brasil com seus vizinhos Paraguai e Argentina, do que a perda de produção da binacional brasileiro-paraguaia.

Amaral e Silva aponta que “o Acordo Tripartite mais que pôs fim a controvérsia, ele contribuiu para a estabilidade no Prata que, alguns anos depois, seria fundamental para o início dos acordos que levariam a integração regional pelo Mercosul”⁶¹². A mesma opinião é apontada por Leonel Itaussu Almeida Melo ao mencionar que o acordo “propiciou a normalização do relacionamento brasileiro-argentino e a retomada da cooperação bilateral no começo dos anos 80”⁶¹³. Para Rubens Ricupero, o desfecho significou a remoção “da pedra que bloqueava o caminho de uma relação mais satisfatória com seus vizinhos”⁶¹⁴. Já para Carlos Eduardo Vidigal, o processo de

⁶⁰⁹ ROSA, Eliseo J. *Economia, política e poder hidroelétrico: o Rio Paraná*, 1983, p.96

⁶¹⁰ YAHN FILHO, Armando Gallo. *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*, 2005, p. 104.

⁶¹¹ CASTRO, 1983 Apud ZUGAIB *A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*, 2006, p.117. p. 124.

⁶¹² AMARAL E SILVA, *Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral*, 1954-1973, 2006, p.89.

⁶¹³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no cone sul*, 1996, p.16.

⁶¹⁴ RICUPEDERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e o EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. *Sessenta anos de política externa brasileira; 1930-1990*. 1996.

negociação entre Brasil e Argentina revelou o papel das “forças profundas”, tais como a comunhão de certos valores dos dois países e os fluxos econômicos.

Em síntese, a assinatura do Acordo Tripartite encerrou uma conjuntura crítica que acometeu as relações entre os três países e inaugurou um processo de integração nos anos seguintes que culminaria com a criação do Mercado Comum do Sul, em 1991. Mas mais do que isso, possibilitou uma aproximação nunca antes vista entre os dois maiores países da América do Sul.

5.3-) As décadas seguintes após o Acordo Tripartite

5.3.1-) Do Acordo Tripartite ao MERCOSUL

A partir de 1979 foi crescente a colaboração entre Brasil e Argentina, após a assinatura do Acordo Tripartite. Algo que revela o quanto a questão do aproveitamento hidro elétrico do Rio Paraná, enquanto não solucionada com um acordo firmado, tornou-se um entrave para os avanços nas relações bilaterais. A cooperação revelou-se necessária diante da conjuntura no cenário internacional, vivenciando o aumento dos juros e a consequente elevação da dívida externa, somado ao desequilíbrio interno das economias regionais⁶¹⁵. O acordo, segundo Moniz Bandeira,

Permitiu que, menos de dois meses depois, o ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, viajasse para Buenos Aires, a fim de negociar com seu colega José A. Martinez de Hoz a eliminação dos obstáculos ao fomento do comércio entre Brasil e a Argentina, a cooperação no campo energético, a execução de projetos conjuntos e a formação de empresas binacionais, ao mesmo tempo em que se propunha a restauração da ALALC, como aconteceria, sob a denominação de Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI). Em 1980, por fim, os presidentes Videla e Figueiredo encontraram-se e , sepultando a hipótese de conflito permanente entre a Argentina e o Brasil, pretenderam implementar a integração econômica dos dois países, com a formação do eixo industrial São Paulo-Buenos Aires, cuja produção se destinaria ao abastecimento de toda a América do Sul⁶¹⁶.

⁶¹⁵ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata*, 2014. p. 176.

⁶¹⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Da rivalidade à integração*. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org). *História do Cone Sul*, 1998, p. 319.

No mesmo encontro, os empresários brasileiros que acompanharam o presidente Figueiredo promoveram com o empresariado argentino o Encontro de Cooperação Econômica, durante o qual concretizaram ajustes de complementação automotriz, dirigidos pela *Volkswagem*, além de outras companhias multinacionais que traçavam novas estratégias para atingir o mercado da América Latina. Porém, Moniz Bandeira menciona que, “apesar de alguns setores empresariais, interessados em obter a representação de firmas brasileiras, a Argentina econômica mais uma vez reagiu, com desconfiança (...), embaraçando os esforços para integração econômica dos dois países, pelo menos da forma como se projetava”⁶¹⁷. Ou seja, uma Argentina agrária, voltada para a exportação de gêneros alimentícios, e um Brasil em processo de avanço de sua industrialização. Neste sentido, os argentinos caminhavam cada vez mais para um papel de importadores de produtos manufaturados brasileiros, e o Brasil comprador dos produtos agrários da Argentina.

Apesar de uma tentativa política do presidente Rafael Videla de aplicar uma taxa de 20% sobre produtos importados do Brasil, em 1980, para agradar setores empresariais argentinos que demonstraram descontentamento com uma possível política *anti-dumping* brasileira, tal medida perdurou por poucos meses. Isto porque, Figueiredo havia anunciado que países pertencentes a ALADI, da qual à Argentina era a principal parceira, pagariam menos imposto sobre o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Neste processo de acordos comerciais, O Brasil teve considerável participação no processo de importações argentinas “ao saltar de 10, 2% em 1980, para 18,1%, em 1984, quase a empatar, praticamente, com os Estados Unidos, considerando que, no mesmo período, suas exportações de manufaturados para aquele país aumentaram de 55,4% para 72,5 %, bem como toda a América Latina”. Em contrapartida, a exportações da Argentina para o Brasil chegaram à cifra dos US\$ 765.000 para uma queda continua de um média de US\$ 350.000, em 1983. O reflexo desta atitude esta ligada a uma política de valorização agrária em detrimento da indústria adotada pelo governo dos militares na segunda metade da década de 1970 na Argentina, além da abertura de mercado do país para produtos manufaturados do exterior. Segundo Moniz Bandeira, o “Brasil, entre 1975 e 1984, respondeu por aproximadamente 40% das importações argentinas de manufaturados, entre os quais aparelhos de TV, tratores,

⁶¹⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Eixo Brasil-Argentina: o processo de integração da América Latina*, 1987, p. 67.

camionetes, terminais de vídeo, unidades centrais de processamento de dados, produtos químicos e barras de ferro”⁶¹⁸.

Porém, as relações comerciais entre Brasil e Argentina se incrementaram nos anos de 1980, não apenas por um processo de expansão de exportações de produtos manufaturados da indústria brasileira e também por ajustes na política econômica argentina, mas pela considerável dívida externa vivenciada pelos dois países naquele contexto, além da majoração dos juros do governo norte-americano de Ronald Reagan que foi resultado de ações domésticas de corte de impostos. Tal situação foi contemporânea a atitude estadunidense de subsidiar produtos agropastoris similares aos principais exportados por Brasil e Argentina que prejudicou principalmente este último. Aliás, o Reino Unido, histórico grande mercado de exportações argentinas, sobretudo na segunda metade do século XIX e início do XX, passou a fazer parte da Comunidade Econômica Europeia e tornou-se sério competidor de carnes e cereais no mercado mundial num processo de subsídios destes produtos. Ou seja, o cenário internacional colocou ambos os países sul-americanos numa situação de dependência mútua⁶¹⁹.

Em 1982 ocorreu a Guerra das Malvinas que constitui evento central na história argentina. Naquele ano, o presidente argentino Leopoldo Galtieri tomou a frente de uma decisão bélica, ocupar as Ilhas Malvinas. Administrada pela Grã-Bretanha, a então primeira-ministra Margaret Thatcher respondeu da mesma forma a ação argentina resultando numa guerra que perdurou por cerca de dois meses. O Brasil, que a princípio discordou do método de ação armada, apoiou o país vizinho na disputa fornecendo aviões da Embraer, pilotados por brasileiros, e outros materiais militares⁶²⁰. No entanto, os britânicos saíram vitoriosos e pouco mais de 640 combatentes argentinos perderam suas vidas. Neste mesmo conflito, os Estados Unidos violaram os compromissos geopolíticos que faziam parte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁶²¹⁶²² que visava proteger um de seus membros caso fossem atacados. O país norte americano e a Argentina faziam parte deste tratado. Para Alessandro Candéas, “a tentativa de recuperação das ilhas revela outro elemento muitas vezes presente na

⁶¹⁸ Ibid

⁶¹⁹ CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos*, 2005.

⁶²⁰ Ibid

⁶²¹ O referido Tratado foi assinado em 1947.

⁶²² CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*, 2002.

política externa argentina, segundo analistas locais: a dificuldade de correta percepção do contexto internacional”⁶²³.

Quando assumiu a presidência da república no Brasil, em 1985, José Sarney solicitou que o Brasil importasse “cerca de 1,3 milhão de t de trigo, além do petróleo cru e derivados, a fim de evitar o déficit comercial da Argentina, que chegaria naquele ano a US\$ 400 milhões”⁶²⁴. Tal atitude foi seguida de um acordo definindo que um importasse do outro de forma significativa a partir do momento que o parceiro tivesse um déficit de US\$ 50 milhões. No mesmo ano, Sarney teve um encontro com o presidente argentino Raúl Afonsín na ponte internacional Tancredo Neves sobre o Rio Iguazu. Na ocasião, foi feita uma proposta de criação de uma comissão mista para estudar a cooperação e a integração econômica de Brasil e Argentina. No ano seguinte, os presidentes assinaram a Ata para Integração Brasileiro-Argentina e criaram a Comissão de Execução do Programa de Integração binacional. Tal medida visava uma integração com outros países partindo do Cone Sul⁶²⁵. Naquele ano, o chanceler paraguaio, Carlos Saldivar, visitou o Brasil em duas ocasiões para assinar acordos de isenção da “Taxa de Melhoramentos de Portos”, referentes aos portos de Santos e Paranaguá que eram utilizados pelo Paraguai⁶²⁶. Em 1987, o país guarani foi isentado de qualquer tributação para importação e exportação de mercadorias por via ferroviária ao utilizar o porto de Rio Grande no sul do Brasil. O Paraguai passaria por mudanças políticas no final dos anos 1980, quando o general Andrés Rodríguez comandou o golpe de Estado que derrubou Alfredo Strossner do poder e encerrando o regime autoritário strossnerista que perdurou por quase 35 anos.

Em 1988, Brasil e Argentina assinaram o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento” com a finalidade de fixar uma área de livre comércio num prazo de dez anos. Naquele momento vinte e quatro protocolos foram assinados tratando de diversos temas como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, cooperação nuclear e transporte terrestre. Em 1990 foi assinado o Acordo de Complementação Econômica nº 14, incorporando os vinte e quatro protocolos mencionados no Tratado de 1988. Outro encontro ocorreu em Buenos Aires, em 1990,

⁶²³ CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos*, 2005, p. 24.

⁶²⁴ Ibid

⁶²⁵ CANDEAS, Alessandro. *A integração Brasil-Argentina: historia de uma ideia na “visão do outro”*, 2010.

⁶²⁶ FERNANDES DE PAULA, Orlando. *O Paraguai na agenda externa brasileira e a temática Itaipu*. 2014, p.59.

quando os presidentes de Brasil e Argentina firmaram a Declaração sobre Política Nuclear Comum, que aprova o Sistema Comum de Contabilidade e Controle e determina entendimentos com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Já em 1991, firmou-se o Acordo Bilateral para Uso Exclusivamente Pacíficos de Energia Nuclear criando a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e logo foi assinado o Acordo Quatripartite (Brasil, Argentina, ABACC e AIEA)⁶²⁷.

No mês de março de 1991, os presidentes de Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai assinaram a “Ata de Assunção” inaugurando o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em agosto do mesmo ano, Andrés Rodrigues, chefe de Estado do Paraguai, visitou o presidente brasileiro, Fernando Collor, para assinar a declaração conjunta em respeito à democracia sul-americana. Na declaração, ambos demonstraram satisfação pela criação da referida organização internacional que reafirmava a “vontade política de estreitar ainda mais os laços de união entre seus povos” e ampliava “as atuais dimensões de seus mercados nacionais”⁶²⁸. Em 1994, seria assinado o Protocolo de Ouro Preto estabelecendo a estrutura institucional do Mercosul lhe conferindo personalidade jurídica internacional.

5.3.2-) Itaipu

Em relação à Itaipu, o lago da represa começou a ser formado em 13 de outubro de 1982 e a primeira unidade geradora da hidrelétrica entrou em operação em 5 de maio de 1984. As duas últimas das 20 unidades geradoras projetadas entraram em operação entre setembro de 2006 e março de 2007 e elevando a capacidade instalada para 14.000 MW. Desde o início da sua operação até 2017 atingiu-se a marca de 2.5 bilhões de MWh de geração acumulada, sendo que em 2016 atingiu o recorde mundial de 103.098.366 MWh, superando o recorde de 98, 8 milhões de MWh produzido pela hidrelétrica chinesa Três Gargantas, em 2014. Segundo informação do site da empresa binacional, o Ativo Imobilizado e Intangível no Balanço Patrimonial de 2016, totalizando US\$ 17,5 bilhões, pode representar o valor da construção da Itaipu. A

⁶²⁷ CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos*, 2005.

⁶²⁸ FERNANDES DE PAULA, Orlando. *O Paraguai na agenda externa brasileira e a temática Itaipu*. 2014 p.60.

energia produzida na hidrelétrica fornece cerca de 15% do consumo brasileiro e 86% do consumo paraguaio.⁶²⁹

Apesar da magnitude de Itaipu e a sua relevância econômica para o Brasil e o Paraguai, desde a década de 1970, quando já estava ocorrendo o processo de construção, diversas críticas foram feitas por ambientalistas a respeito dos efeitos negativos no meio ambiente, apesar do intenso trabalho para preservar as espécies. No âmbito turístico, o Salto das Sete Quedas deixou de ser uma atração quando ocorreu o alagamento para o represamento de Itaipu no início dos anos 1980. Uma das maiores personalidades que lamentaram o fato foi o poeta Carlos Drummond de Andrade ao publicar um poema no *Jornal do Brasil*.

Sete quedas por mim passaram, e todas sete se esvaíram.

Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, pulverizada, já não desperta o mínimo arrepio.

Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes, aos apagados fogos de Ciudad Real de Guaira vão juntar-se os sete fantasmas das águas assassinadas por mão do homem, dono do planeta. Aqui outrora retumbaram vozes da natureza imaginosa, fértil em teatrais encenações de sonhos aos homens ofertadas sem contrato.

Uma beleza-em-si, fantástico desenho corporizado em cachões e bulhões de aéreo contorno mostrava-se, despia-se, doava-se em livre coito à humana vista extasiada. Toda a arquitetura, toda a engenharia de remotos egípcios e assírios em vão ousaria criar tal monumento.

E desfaz-se por ingrata intervenção de tecnocratas. Aqui sete visões, sete esculturas de líquido perfil dissolvem-se entre cálculos computadorizados de um país que vai deixando de ser humano para tornar-se empresa gélida, mais nada.

Faz-se do movimento uma represa, da agitação faz-se um silêncio empresarial, de hidrelétrico projeto. Vamos oferecer todo o conforto que luz e força tarifadas geram à custa de outro bem que não tem preço nem resgate, empobrecendo a vida na feroz ilusão de enriquecê-la.

Sete boiadas de água, sete touros brancos, de bilhões de touros brancos integrados, afundam-se em lagoa, e no vazio que forma alguma ocupará, que resta senão da natureza a dor sem gesto, a calada censura e a maldição que o tempo irá trazendo?

Vinde povos estranhos, vinde irmãos brasileiros de todos os semblantes, vinde ver e guardar não mais a obra de arte natural hoje cartão-postal a cores, melancólico, mas seu espectro ainda rorejante de irisadas pérolas de espuma e raiva, passando, circunvoando, entre pontes pênseis destruídas e o inútil pranto das coisas, sem acordar nenhum remorso, nenhuma culpa ardente e confessada.

(“Assumimos a responsabilidade! Estamos construindo o Brasil grande!”)

E patati patati patatá... Sete quedas por nós passaram, e não soubemos, ah, não soubemos amá-las, e todas sete foram mortas, e todas sete somem no ar, sete fantasmas, sete crimes dos vivos golpeando a vida que nunca mais renascerá.⁶³⁰

⁶²⁹ ITAIPU BINACIONAL. COM

< <https://www.itaipu.gov.br/> > Acesso em 17 de junho de 2018.

⁶³⁰ *JORNAL DO BRASIL*, 9 de setembro de 1982.

Dentre os problemas sociais, destaca-se o caso da população indígena Ava-Guarani que habitava a região e tiveram suas terras inundadas, tendo que se deslocar para uma reserva delimitada e estabelecida pela Empresa Itaipu. Segundo Giseli Deprá, a “invasão do espaço destes índios não foi feita necessariamente mediante a violência física direta. Mas, sim, por todo um círculo de interesses avançando paulatinamente sobre as fronteiras do espaço dos indígenas”⁶³¹. Ao migrarem para a área demarcada pela empresa Binacional Itaipu, os índios se depararam com uma realidade que teve reflexos problemáticos para os mesmos. No trecho abaixo, Deprá faz um apontamento sobre esta questão.

Independente dos traços culturais, a situação dos índios, na sua maioria, é de severa dificuldade, considerando que a área demarcada pela empresa Binacional Itaipu não comporta o número de famílias que hoje residem ali. O espaço reservado para plantio de roças e/ou auto-suficiência é muito pequeno e as dificuldades se agravaram diante do descaso das políticas indigenistas. Políticas que, frente aos problemas desencadeados na aldeia, aplicam medidas paliativas⁶³².

Em 1986, os Ava-Guarani elaboraram um *Abaixo Assinado* que foi encaminhado ao Banco Mundial. No trecho abaixo, Deprá aponta as características deste documento que “não repercutiu na imprensa regional, assim como, a priori, não foram abordados nos jornais fatores negativos em relação à inundação de milhares de alqueires de terra”⁶³³.

Este registro mostra que o processo de territorialização/desterritorialização vivido pelos Ava-Guarani no Oeste do Paraná, não deve ser jamais ser entendido simplesmente como de mão única, uma vez que os índios são o conjunto de explicações, crenças e idéias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos. procuraram mostrar diversas formas a importância do tekohá e de sua identidade étnica constantemente negada. No documento, revelam as manipulações da Hidrelétrica que através de estudos antropológicos financiados por ela forjavam informações sobre cultura e a vida dos AvaGuarani, com a finalidade de facilitar a retirada destes indígenas das terras necessárias para a formação do lago⁶³⁴.

A situação vivenciada pelos indígenas e os pequenos proprietários que sentiram os efeitos do processo de expansão de industrialização brasileira, deixando suas terras, os deixavam na situação dependência do Estado. Particularmente no caso dos Ava-

⁶³¹ DEPRÁ, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná*, 2006, p.42

⁶³² Ibid. p.47.

⁶³³ Ibid, p.74.

⁶³⁴ Ibid.

Guarani, estes foram para uma reserva de 250 hectares com a promessa de que seria por tempo determinado até que a Itaipu resignasse um território com a dimensão geográfica de aproximadamente 1.500 hectares que lhes eram de direito. Em 2013, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) emitiu uma nota relatando a situação vivenciada pelos Ava Guarani buscando articulação com o Ministério Público, órgãos federais e com o poder público local de Guairá “para a proteção e a promoção dos direitos constitucionais deste povo indígena”⁶³⁵.

No âmbito das negociações diplomáticas voltadas para coordenar Itaipu Binacional, em 1986, às notas reversais estabeleceram como órgãos de administração o Conselho de Administração, composto por seis membros de cada país e indicados pelo Ministério de Relações Exteriores de ambos, assim pela ANDE (Paraguai) e Eletrobrás (Brasil) e a Diretoria Executiva. Sete anos depois, sob a presidência de Itamar Franco no Brasil e de Juan Carlos Wasmony no Paraguai (o primeiro presidente eleito em quase 40 anos), assinaram o acordo referente a nova versão do Estatuto de Itaipu Binacional e a ocupação de cargos de diretores. A versão final foi apresentada em 1995 e ficava estabelecido que a administração da Diretoria Executiva deveria ser por cogestão com representantes dos dois países tendo responsabilidades idênticas. No entanto, essa versão do Anexo A não chegou a entrar em vigência, pois foi retirada de apreciação no Congresso Nacional brasileiro em 2002 causando insatisfação no Paraguai que já tinha aprovado a mudança no seu legislativo em 1996. A cogestão somente seria negociada intensamente no governo de Fernando Lugo em 2009⁶³⁶. Que, aliás, desde 2007, quando lançou sua candidatura à presidência do Paraguai, declarava publicamente ser favorável revisar o Tratado de Itaipu, especialmente no preço a ser pago pelo Brasil pela energia excedente não utilizada da parte paraguaia. Tal questão sempre fez parte dos noticiários do país desde a assinatura do acordo em 1973. Em 1987, quando publicou a obra *herança de Stroessner*, Alfredo da Motta Menezes fez um apontamento sobre o futuro das relações entre Brasil e Paraguai a respeito do Tratado de Itaipu.

A mudança no preço da energia é um assunto ainda a ser totalmente resolvido, mas, é minha impressão, ela virá. Primeiro, porque tem base legal e segundo, o Paraguai entende claramente sua importância como modelo com

⁶³⁵ FUNAI. COM [Esclarecimentos da Funai sobre a presença Avá-Guarani no Oeste do Paraná](#)
Disponível em:
<<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/538-esclarecimentos-da-funai-sobre-a-presenca-ava-guarani-no-oeste-do-parana>> Acesso em 14 de junho de 2018.

⁶³⁶ FERNANDES DE PAULA, Orlando. *O Paraguai na agenda externa brasileira e a temática Itaipu, 2014.*

o qual o Brasil espera diminuir a antiga fobia sul-americana sobre o expansionismo brasileiro e, conseqüentemente, abrir novos mercados para os seus produtos, principalmente os industrializados⁶³⁷.

A impressão de Menezes, como se percebe, ocorreu. Em 20 de abril de 2008, Fernando Lugo, ex-bispo católico, foi eleito pelo PDC (Partido Demócrata Cristão) e quebrou uma hegemonia de 61 anos do Partido Colorado na presidência. O fato foi enfatizado pela *Folha de São Paulo* que fez questão de mencionar que era o “domínio mais longo vigente no mundo até então”. Apesar da Transparência Internacional ter denunciado compra de votos por parte dos Colorados, a votação foi tranqüila e teve a presença de observadores da OEA para garantir a seriedade nas eleições. Aliás, o pleito de 2008 ficou marcado por um “racha” entre os Colorados. O candidato derrotado nas primárias, Luis Castiglioni, disse que o partido sofria uma “infecção grave”. A candidata *colorada* na ocasião foi Blanca Ovelar que teve 30,7% dos votos contra 40,8% de Fernando Lugo. E logo no discurso da vitória, este confirmou que negociaria com o Brasil a respeito de Itaipu. No mesmo dia, Frei Betto, ex-assessor do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o Brasil poderia negociar o Tratado de Itaipu com o Paraguai. Porém, naquele período o pronunciamento oficial do governo brasileiro era de que o Brasil não iria negociar a revisão do Tratado assinado em 1973⁶³⁸.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, no mesmo dia em que foram realizadas as eleições presidenciais em solo guarani, o periódico *ABC Color* criticou veementemente o Brasil chamando-o de “explorador” por causa de Itaipu. “Sob a manchete ‘O Brasil explora o Paraguai em Itaipu’ o jornal dedicou nove páginas ao tema, detalhando por que defende a renegociação do Tratado”⁶³⁹. O texto de capa expõe o seguinte:

O Paraguai é um dos poucos países com excedentes energéticos do mundo, graças ao enorme potencial hidrelétrico de seus grandes rios. Apesar disso, em virtude de tratados firmados por ditaduras militares e mantidos por governantes corruptos, não pôde dispor do fruto de seus recursos naturais, como faria legitimamente qualquer nação do planeta. Em Itaipu nosso povo é obrigado a “ceder” ao Brasil a maior riqueza com que conta o país para sair da pobreza, a um preço ínfimo [...]. Reverter esta humilhante e insólita injustiça deve ser máxima prioridade do governo que surja das urnas das eleições de hoje⁶⁴⁰.

⁶³⁷ MENEZES, Alfredo da Motta. A Herança de Stroessner, 1987, p. 129.

⁶³⁸ *FOLHA DE S. PAULO*, 20 de abril de 2008

⁶³⁹ *Ibid.*

⁶⁴⁰ *Ibid.*

A opinião da imprensa paraguaia sobre o Tratado de Itaipu, trinta e cinco anos depois da assinatura do acordo, tomando como exemplo o periódico *ABC Color*, trouxe à tona uma questão polêmica nas relações entre Brasil e Paraguai num momento em que o país guarani se libertava do histórico domínio do Partido Colorado. Na posse de Fernando Lugo, em 15 de agosto do mesmo ano, o presidente Lula admitiu a possibilidade de o Brasil renegociar o Tratado de Itaipu. Porém, afirmou que iria estabelecer um limite em relação às reivindicações paraguaias afirmando que “tudo aquilo que for possível negociar nós vamos negociar, porque nós queremos ajudar os parceiros”. E acrescentou que o Brasil “tem uma enorme responsabilidade de ajudar os países mais pobres da América do Sul e do Mercosul a se desenvolver”⁶⁴¹. No entanto, a disposição de Lula não era um consenso no governo brasileiro. O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, era totalmente contra. Acrescentou que a revisão do Tratado poderia fazer com que o Congresso Nacional brasileiro fosse chamado para debater o assunto. Já para o chanceler do governo Lula, Celso Amorim, o Brasil não estava querendo ser “bonzinho” para com seus vizinhos e sim, defender seus interesses em longo prazo.⁶⁴²

É possível apontar que disposição de Lula em relação a Assunção para rever o Tratado de Itaipu, pagando a mais pelo excedente de energia paraguaio, também tenha sido uma maneira de evitar a repetição de um desgaste diplomático com outro país sul-americano durante seu governo (2003-2010). Em 2006, o então presidente boliviano, Evo Morales, havia cumprido uma promessa de campanha eleitoral: exigir dos países importadores que pagassem a mais pelo gás do país. O Brasil foi um dos que mais sofreram com a promessa do mandatário boliviano, pois a Petrobrás foi nacionalizada. No dia 1º de maio daquele ano, Evo Morales mandou que tropas militares do seu país tomassem posse da multinacional brasileira⁶⁴³. A polêmica decisão repercutiu em todo o mundo e no Brasil não foi diferente. Grande parte da imprensa brasileira, como a revista *Veja* e o jornal *Folha de São Paulo*, criticou a atitude de Morales e aproveitou para também criticar a política externa do governo Lula. Na mesma semana, os presidentes dos dois países se encontraram em Viena. Na ocasião, Lula revelou ao seu colega que estava sofrendo forte pressão no país e que aquilo era prejudicial a sua reeleição que

⁶⁴¹ *FOLHA DE S. PAULO*, 16 de agosto 2008.

⁶⁴² *Ibid.*

⁶⁴³ *FOLHA DE S. PAULO*, 02 de maio de 2006

ocorreria no mesmo ano⁶⁴⁴. Depois de intensas negociações, em fevereiro de 2007, o Brasil firmou o acordo no qual concordava pagar a mais pela importação do gás boliviano⁶⁴⁵.

Em julho de 2009, foi a vez dos paraguaios conquistarem um importante avanço em suas reivindicações perante o Brasil. Num encontro entre Fernando Lugo e Lula, ocorrido em Assunção, o Brasil aceitou pagar três vezes a mais pelo excedente da energia vendida pelo Paraguai no aproveitamento energético de Itaipu, sendo que o número passaria de 120 milhões para 360 milhões de dólares⁶⁴⁶. Para o ex-diplomata Rubens Barbosa, o relacionamento com o governo paraguaio foi um exemplo que “demonstrou como a ideologização foi contrária ao interesse nacional”⁶⁴⁷.

Apesar do consenso entre os presidentes de ambos os países, o acordo teria que ser aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. Foi apenas em maio de 2011, com o Brasil sendo governado por Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), que o Senado Federal aprovou o novo acordo de pagar o triplo aos paraguaios. Partidos de oposição como o DEM, PSDB e PPS demonstraram claramente serem contra o novo acordo e até o ex-presidente e então senador mineiro pelo PPS, Itamar Franco (que faleceu pouco menos de dois meses depois), afirmou que “consumidores e contribuintes [brasileiros] serão claramente afetados por esse aumento”⁶⁴⁸. Mas alguns deputados governistas não concordaram com a opinião dos oposicionistas. Para a senadora filiada ao PT pelo Paraná, Gleisi Hoffmann, as tarifas não vão aumentar “porque o tesouro vai pagar”⁶⁴⁹. Opiniões divergentes à parte, quatro dias depois, a presidente Dilma visitou a capital Assunção para se encontrar com o presidente Fernando Lugo e também acompanhar as comemorações dos 200 anos de independência do Paraguai⁶⁵⁰. E se o novo acordo sobre Itaipu a princípio agradou ao governo paraguaio, é inevitável apontar que no início da década de 2020, quando ocorrer o vencimento do contrato, previsto para 2023, e consequentemente a necessidade de sua renovação, o tema Itaipu certamente voltará a

⁶⁴⁴ FOLHA DE S. PAULO, 16 de maio de 2006

⁶⁴⁵ FOLHA DE S. PAULO, 18 de fevereiro de 2007

⁶⁴⁶ FOLHA.COM *Paraguai diz que aceita oferta sobre Itaipu*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u599624.shtml>> Acesso em 25 de abril de 2018.

⁶⁴⁷ O ESTADO DE S. PAULO, 13 de agosto de 2013.

⁶⁴⁸ IMPLICANTE. ORG *Brasil aceita rasgar contrato e pagar o triplo ao Paraguai por energia de Itaipu*. Disponível em <<http://www.implicante.org/noticias/brasil-aceita-rasgar-contrato-e-pagar-o-triplo-ao-paraguai-por-energia-de-itaipu/>> Acessado em outubro de 2011.

⁶⁴⁹ FOLHA DE SÃO PAULO, 12 DE MAIO DE 2011.

⁶⁵⁰ Ibid.

ser objeto de discussão nas relações entre os dois países, provavelmente de forma mais ampla do que no final da década de 2000.

5.3.3-) Yacyretá e Corpus

Com relação à Yacyretá-Apipe, na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, problemas econômicos vivenciados na Argentina, muito por conta da instabilidade política e da crise mundial do Petróleo que afetou a economia global, tiveram impacto no atraso para o desenvolvimento das obras que somente foram iniciadas em 1983. Entre 1974 e 1983, os argentinos assumiram o comando da EBY com oito diferentes diretores executivos.

Em 1980 ocorreu o processo de licitação para aquisição de turbinas que atraiu várias corporações transnacionais. A vencedora foi a *Allis-Chamers Corporation* dos Estados Unidos, logo após o banco norte-americano EXIMBANK oferecer aos governos de Assunção e Buenos Aires um crédito de US\$ 700 milhões. Como consequência, os rumores sobre esquemas de corrupção ganharam espaço no cenário internacional. No entanto, a METANAC, empresa argentina associada a inglesa *Boving*, fizeram uso do discurso nacionalista para ter privilégios no empreendimento. Com isso, a *Allis-Chamers* ofereceu uma participação com a METANAC no empreendimento da qual forneceria 16 turbinas e a empresa argentina-inglesa as quatro restantes. Mas na segunda metade dos anos 1980 a empresa estadunidense entrou em processo de falência e o desenvolvimento do planejamento sofreu sérios problemas. Logo a sua Divisão Hidráulica foi vendida à alemã *Voith GmbH* da qual esta recebeu da EBY a concessão do contrato das turbinas por US\$ 270 milhões ao mesmo tempo que continuaria recebendo empréstimos do EXIMBANK para fabricar nove turbinas. A inglesa *Dominion Engineering Works* forneceria quatro, e a METANAC sete⁶⁵¹.

Em 1989, foram assinadas as *Notas Reversales* que definiram o projeto final das obras voltadas para proteção dos vales e córregos da margem direita do reservatório, do lado paraguaio. No ano seguinte, após um encontro entre os presidentes de Paraguai e Argentina, Andrés Rodríguez e Carlos Menen, o argentino chamou Yacyretá como “*um monumento a la corrupción*” expondo a obscuridade na construção da obra.

⁶⁵¹ PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos relevantes em outros países*, 2007.

Em 1994, os chefes de Estados de ambos os países inauguram a hidrelétrica quando foi colocada em operação a primeira turbina. Quatro anos depois, as 20 turbinas de Yacyreta entraram em operação com 60% da sua capacidade. A cota máxima de 83 metros ao nível do mar foi atingida em 2011, na presença dos presidentes Fernando Lugo (Paraguai) e Cristina Kirchner (Argentina). Em maio de 2017, ainda sob o governo argentino de Mauricio Macri e do governo paraguaio de Horacio Cartes, ambos firmaram um acordo para o pagamento da dívida paraguaia em relação à Argentina referente à sua parte devida para construção da hidrelétrica. Até então, o Estado argentino alegava que a dívida paraguaia era de US\$ 9 bilhões, incluindo os juros do empréstimo. O Paraguai não reconhecia o valor do débito, alegando que o valor estava em US\$ 4 bilhões, desconsiderando a legalidade do pagamento dos juros. O acordo assinado estipula que o Paraguai quitará a dívida no prazo de 20 anos, com carência de 10 anos, iniciando o pagamento em 2027. Também ficou acordado o aumento na produtividade da hidrelétrica com a expansão da central elétrica no vertedouro *Aña Cuá* na margem paraguaia⁶⁵². Atualmente Yacyretá tem uma potencia máxima instalada de 3.200 MW, com uma produção média de 20.000 GW. O seu comprimento total é de 72,5kms, sendo que 75% desse total se encontram em território paraguaio. O custo de sua construção esta em torno de US\$ 17 bilhões⁶⁵³.

E assim como ocorrido com a construção de Itaipu e diversos outros projetos hidrelétricos ao redor do mundo, problemas sociais surgiram com a construção da hidrelétrica no decorrer das décadas seguintes à assinatura do Tratado em 1973. O mercado de trabalho de Yacyreta foi formado por diversos segmentos de classe com diferenças culturais, migratórias e étnicas proporcionando uma nova realidade social. Neste processo, os índios guarani Mbyá, que viviam nas ilhas de Yacyretá e Talavera, perderam as suas terras quando o reservatório da hidrelétrica em construção inundou a área. Com isso, foram forçados a abandonar o território migrando para a Argentina, o Brasil e a região central do Paraguai. No programa de indenizações, os Mbyá foram excluídos do programa de Reassentamento Urbano e Rural da empresa binacional. Ainda em 1980, antropólogos denunciaram a política de negação da existência de indígenas no local atingido pela hidrelétrica. Em 1987, vivendo em situação de precariedade, os índios fizeram contato com a *Equipo de Misiones de la Conferencia*

⁶⁵² LA NACION, 4 de maio de 2017.

⁶⁵³ ENTIDAD BINACIONAL YACYRETA

Disponível em: < <https://www.eby.gov.py/> > Acesso em 16 de junho de 2018.

Episcopal Paraguay (EMCEP) solicitando ajuda nas negociações. O pedido foi aceito e logo se iniciou um longo processo de negociação com a EBY. Depois de uma intensa pressão, a binacional adquiriu 339 hectares de terra em San Rafael, aproximadamente 30 quilômetros de Yacyretá, que foram repassados aos Mbyá⁶⁵⁴.

O reassentamento dos índios e o cumprimento das normas ambientais passaram a ser uma exigência do Banco Mundial para conceder empréstimos a empresa a fim de dar continuidade a construção de Yacyretá. Organizações Não Governamentais internacionais e membros da Comissão de Defesa dos Recursos Naturais do Poder Legislativo paraguaio participaram do processo e denunciaram alteração dos dados apresentados pela empresa para receber os empréstimos junto ao Banco Mundial. No final dos anos 1990 este aceitou o relatório apresentando pela Binacional, mas a ONG paraguaia *Solidariedade* denunciou atrasos e o não cumprimento na política de reassentamento das comunidades que sofreram perdas com o alagamento das áreas próximas da usina. Em agosto de 2002, a diretoria do Banco Mundial aceitou a denúncia, que também foi apresentada e aceita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Logo ocorreram as investigações que concordaram na existência dos problemas apresentados⁶⁵⁵.

As sequelas sociais, econômicas e ambientais de Yacyretá tiveram impacto na construção da hidrelétrica de Corpus, também por causa de outros projetos hidroenergéticos desgastantes como Itacuí na bacia do Rio Paraná. Em abril de 1996, sob pressão de organismos ambientalistas internacionais, como o *Greenpeace*, o governo da província argentina de Misiones realizou um plebiscito para conhecer a opinião da população sobre a construção da hidrelétrica no Rio Paraná. Com a participação de quase de 300 mil eleitores venceu o “não” com 55, 7% dos votos. Desde os anos de 1980 os estudos para a sua viabilidade nunca garantiram a concretização da sua viabilidade, projetada para ser construída entre Encarnación (Paraguai) e Pousadas (Argentina). Os estudos permitem apontar que ao longo das últimas décadas os governos dos dois países priorizaram a construção de Yacyretá pela viabilidade do projeto. Em 2007, quando Cristina Kirchner assumiu a presidência argentina, esta manifestou ao presidente paraguaio, Nicanor Duarte Furtos, a intenção de impulsionar a construção de hidrelétrica. Atualmente, Corpus faz parte do projeto *Mas Yacyreta* que

⁶⁵⁴ PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos relevantes em outros países*, 2007.

⁶⁵⁵ Ibid.

objetiva aumentar o potencial energético de Yacyreta. No entanto, tendo em vista todas as questões ambientais, sociais, políticas e econômicas vivenciadas nas relações entre Paraguai e Argentina, é possível apontar que Corpus não passa de um projeto. O seu significado histórico na Bacia do Prata se restringe ao adiamento dos entendimentos entre Brasil e Argentina nos anos de 1970. Tema que inspirou o desenvolvimento desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho estudamos as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina num processo de cooperação e discórdia em torno dos interesses políticos e econômicos de cada Estado na Bacia do Prata. Inicialmente, analisaram-se as relações entre Brasil e Paraguai, entre 1962 e 1966, sobre o litígio fronteiriço a respeito dos Saltos das Sete Quedas na fronteira entre os dois países. A questão envolvia pendências históricas a respeito da caracterização fronteiriça e foi explorada como objeto de “interesse nacional” pela ditadura de Alfredo Stroessner a favor da imagem de seu governo no âmbito interno. O desfecho das negociações culminou com a assinatura da Ata das Cataratas, em junho de 1966, formalizando a intenção dos dois países de construir de forma conjunta uma hidrelétrica que usufruísse do potencial energético da região. O motivo que catalisou o entendimento brasileiro-paraguaio foi o interesse da Argentina na questão, por ser um país a jusante no Rio Paraná, e ao convocar todos os cinco países ribeirinhos da Bacia do Prata para uma reunião a ser realizada em Buenos Aires a fim de tratar dos interesses políticos e econômicos platinos dos cinco países.

A assinatura da Ata das Cataratas acelerou a retomada das negociações entre Paraguai e Argentina a respeito das atividades voltadas ao aproveitamento conjunto do Rio Paraná na região de Yacyretá-Apipe a jusante de onde seria construída a então hidrelétrica de Sete Quedas. Logo, ambos os países resolveram as pendências a respeito do impasse sobre a livre navegação paraguaia no trecho argentino do Rio Paraná e abrindo caminho para intensificar as relações entre ambos. Em seguida, iniciaram-se as reuniões anuais entre os chanceleres dos países da Bacia do Prata a fim de atender interesses comuns no melhor aproveitamento platino. A pesquisa possibilitou interpretar que a diplomacia brasileira foi hábil ao evitar a institucionalização da “consulta prévia”, desejada pela Argentina, para a realização de obras em rios compartilhados entre os países a fim de evitar prejuízos na utilização dos mesmos. A análise dos trabalhos da diplomacia brasileira para defender os interesses do país na questão foi um dos objetivos propostos e alcançados nesta pesquisa. Ao mesmo tempo em que foi possível observar a dificuldade da diplomacia argentina de evitar a construção de Itaipu com a institucionalização da “consulta prévia”.

Apesar de a Argentina ter conquistado no cenário internacional a regulamentação institucional para a consulta prévia, como na Assembleia Geral das Nações Unidas, não se atingiu o objetivo de evitar a construção de Itaipu. Afinal, o

Brasil intensificou a construção da hidrelétrica e, ao mesmo tempo, ampliou sua influência no subcontinente sul-americano, especificamente platino, além de intensificar as relações com os países da região. No entanto, tal situação não está relacionada apenas ao crescimento brasileiro na região, mas aos problemas internos vivenciados na Argentina no período, com instabilidade política e deficiências na sua economia, enquanto nos primeiros anos da década de 1970 o Brasil apresentava grandioso crescimento econômico.

Apesar de o Brasil e a Argentina serem, um para o outro, importantes parceiros comerciais, no período estudado foi notório observar que o aproveitamento hidroenergético se tornou um entrave nas suas relações diplomáticas e impedindo um processo de integração regional efetivo. Afinal, é inimaginável ocorrer à integração platina e, mais ainda, sul-americana, sem os entendimentos e a cooperação entre o Brasil e a Argentina.

Outro objetivo proposto nesta pesquisa foi compreender o âmbito interno dos três países sobre a construção das hidrelétricas no Rio Paraná. A preocupação argentina com a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia não se restringiu a determinado grupo político na Argentina, mas a todos os governos do país no período estudado. Independente de quem estava no poder, internamente a defesa dos “interesses nacionais” foi explorado intensamente e foi objeto de discussão por diversos grupos, seja para atacar ou defender quem estava na presidência. Reivindicar a “consulta prévia”, pelo receio de que o Rio Paraná pudesse ter sua utilização inviabilizada com a construção de Itaipu era um argumento válido pelos argentinos, mas que passou de uma questão técnica para política com certo exagero. Afinal, técnicos brasileiros já haviam demonstrado aos argentinos que tal preocupação não era contundente apresentando resultados de estudos sistemáticos. Além disso, ao contrário da Argentina, no Brasil era maior a experiência nos trabalhos voltados para a construção de hidrelétricas comparada ao país vizinho. No Brasil, foi possível observar que grupos opositores e boa parte da imprensa escrita apoiou o governo na construção de Itaipu e fazendo diversas críticas ao comportamento da Argentina. Em relação ao Paraguai, apesar de surgirem críticas sobre uma possível “submissão” do governo Stroessner em relação ao Brasil, manifestações de apoio ganharam as colunas de jornais não ligados ao Estado paraguaio, levando-se em conta os ganhos econômicos previstos a favor do país.

O interesse brasileiro por Itaipu envolveu interesses internos e externos. Levando-se em conta a demanda energética e o impacto econômico do aproveitamento

hidro energético do Rio Paraná, havia razões contundentes para o Brasil dar continuidade ao projeto de construção da hidrelétrica. No âmbito externo, Itaipu foi símbolo do predomínio brasileiro na Bacia do Prata e mais um elemento de influência brasileira em relação ao Paraguai. O que não significa a submissão do país guarani em relação a Brasília, e nem mesmo a intenção brasileira de prejudicar o aproveitamento do Rio Paraná a jusante pelos argentinos.

Outro objetivo proposto neste trabalho foi em relação ao Paraguai, podemos observar suas ações considerando a situação interna e o contexto externo na Bacia do Prata. Stroessner estava no poder desde o golpe de agosto de 1954. O gradual processo de consolidação da ditadura implantada foi efetivado no decorrer dos anos de 1960. O país é mediterrâneo e necessita compensar a desvantagem geográfica para se interconectar no comércio mundial. Com isso, a necessidade brasileira e argentina de usufruir dos recursos hídricos da Bacia do Prata foi um dos principais elementos a favor do Paraguai afim de buscar benefícios entre seus vizinhos quando estes necessitavam atender a demanda energética interna com o processo de crescimento urbano e industrialização. Sendo um país que compartilha o Rio Paraná com Brasil e Argentina, e por isso tendo legítimo direito de usufruir em conjunto dos aproveitamentos hidro elétricos, o Paraguai tirou vantagem da rivalidade entre seus vizinhos para angariar benefícios. No entanto, o país não foi completamente neutro nas divergências entre Brasil e Argentina a respeito do impasse relacionado ao projeto de Itaipu e sua compatibilização com Corpus. O motivo? Mesmo sendo sócio de ambos, Itaipu era um projeto técnico viável e sua construção era uma realidade com o passar do tempo, o que significava ganhos econômicos consideráveis. Já Corpus apresentava dificuldades no projeto e não dava indícios concretos de construção. Um dos momentos que o Paraguai manteve neutralidade foi sobre a proposta brasileira de mudar a sua parte na ciclagem de Itaipu de 50 para 60 hertz e que teria impacto econômico no país. Como compensação, o governo Stroessner buscou barganhar com o Brasil, sem êxito. E, além disso, sofreu pressão argentina já que a mudança da ciclagem teria impacto nas hidrelétricas de Yacyretá e Corpus, sendo ambos sócios, pois na Argentina se utiliza a frequência de 50 hertz. Caso o Brasil tivesse cedido as reivindicações do governo Stroessner para compensar a alteração da ciclagem, as circunstâncias daquele contexto geopolítico no período permitem acreditar que o Paraguai teria mudado a ciclagem para 60 hertz.

E finalmente mais um objetivo proposto neste trabalho possibilita interpretar que a necessidade de intensificar as relações entre Brasil e Argentina, principalmente no comércio e no setor nuclear, foi fundamental para o entendimento conciso de ambos para firmarem juntamente com o Paraguai o Acordo Tripartite. Após a assinatura do documento as relações brasileiro-argentinas passaram por um processo de intensificação e permitiu que fosse instituído o MERCOSUL no decorrer dos anos 1990. E apesar de divergências entre Estados serem comuns, as relações entre Brasil, Paraguai e Argentina até o momento demonstram um relevante amadurecimento. Algo que possibilita fortalecer a cooperação na Bacia do Prata e o avanço no gradual processo de integração regional.

FONTES

Tratados

ARGENTINA. Relatório da *Comision Mixta Técnica Paraguayo-Argentina de Yacyreta-Apipe*, de 8 de abril de 1974.

BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_IATIPU.pdf

BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973, p. 6. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_IATIPU.pdf

BRASIL. Itaipu Binacional. Tratado de Itaipu e seus anexos. 1973, p. 8. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_IATIPU.pdf

PARAGUAI. Entidad Bibacional Yacyretá. Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973, p. 22. Disponível em:

<http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

PARAGUAI. Nota Reversa de 30 de agosto de 1979. Entidad Bibacional Yacyretá. Tratado de Yacyreta y Normas Complementarias. 1973. Disponível em: <http://www.yacyreta.org.ar/docum/2006/tratadodeyacyreta.pdf>

Relatórios

Comision Mixta Tecnica paraguay-argentina del Apipe (Sinthesis del Informe Técnico-Economico-Financeiro) de agosto de 1964.

Comision Mixta Tecnica paraguay-argentina del Apipe (Sinthesis del Informe Técnico-Economico-Financeiro) de agosto de 1964, p. 3.

Comision Mixta Tecnica paraguay-argentina del Apipe (Sinthesis del Informe Técnico-Economico-Financeiro) de agosto de 1964.

Contrato entre La Comision Mixta Tecnica Paraguayo-Argentina de Yacyreta-Apipe y Harza y Asociados para el Estudio de Factibilidad Tecnico- Economico Financeiro del

Aprovechamiento del Rio Paraná a La Altura de Las Islas Yacyreta Y Apipe de 20 de outubro de 1971.

Documentos Confidencias

Documento Confidencial-Urgentíssimo de 15 de janeiro de 1973. Nº 664.611 (B 46) da Embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Documento Confidencial- Urgentissimo DAM- I 08-241. (B28). 6 de fevereiro de 1974. Do Itamaraty ao Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai.

Telegramas

Telegrama Confidencial de 09 de fevereiro de 1965 – CDO nº CTRB/C/DPF/6/921.6(43). (42).

Telegrama Confidencial Urgentíssimo DAM-I 342.5 de 30 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Telegrama Secreto nº517 de 13 de julho de 1977. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Memorandos

Memorandum Confidencial-Urgente de 13 de outubro de 1970 DBP/63/581.(40 a) do Itamaraty. Da Divisão da Bacia do Prata e Chile para a Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Americanos.

Memorandum Nº 83 de 29 de outubro de 1973. Do Grupo de Trabajo Cuenca de la Plata para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Memorandum nº3366 de 4 de novembro de 1976. Do Departamento da América Latina do Palácio de San Martin para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Documento *Aide-Memoire* de 15 de fevereiro de 1979. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay.

Memorandum de 30 de janeiro de 1979 . Do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto para a embaixada brasileira em Buenos Aires.

Aide-Memoire de 15 de fevereiro de 1979. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay.

Ofícios

Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil.

Ofício de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai.

Ofício de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310. Da embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai.

Ofício AAA\DAM\SDF\DAJ\24 de 19 de setembro de 1962. Do Itamaraty para a embaixada paraguaia no Brasil.

Ofício nº 534 (286) de 31 de dezembro de 1976. Do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto para a embaixada argentina em Brasília.

Ofício de 8 de março de 1977. Do Ministério de Relaciones Exteriores y Culto para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay.

Ofício Urgente nº225-680.12(B29) (B39) de 16 de junho de 1977. Do Itamaraty para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

Ofício Confidencial-Secreto nº 358 “S” de 19 de abril de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministério de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício nº348\254.(43) de 05 de setembro de 1963. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Ofício da Embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty de 11 de março de 1963- nº122/650.4(04).

Ofício do Itamaraty de 19 de abril de 1965-CDO nº118.

Ofício do Itamaraty de 22 de junho de 1965-CDO nº DAM/35/579. I (43).

Ofício do Itamaraty de 15 de setembro de 1964- M.R.P nº97.

Ofício do Itamaraty de 5 de abril de 1965- CDO nº 245/920.(42).(43)

Ofício do Itamaraty de 25 de setembro de 1965- D.P.I nº527.

Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965- CDO nº 310.

Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965- CDO nº310

Ofício do Itamaraty de 29 de outubro de 1965 – CDO nº310.

Ofício do Itamaraty de 25 de janeiro de 1966- CDO nº 47/254(43).

Ofício do Itamaraty de 21 de junho de 1966- CDO nº443/930.2(42)(43).

Ofício do Itamaraty de 24 de junho de 1966 nº 469\430.1(42)(43).

Ofício do Itamaraty de 23 de junho de 1966 nº 456\930.2(42)(43).

Ofício do Itamaraty de 22 de junho de 1966- CDO nº930.1 (42)(43).

Ofício do Itamaraty de 03 de janeiro de 1966. CDO- nº1\430.1(43)(41).

Ofício reservado do Itamaraty de 21 de dezembro de 1966- CDO nº1011.

Ofício Nº 351-541.2 de 20 de junho de 1969.Da Embaixada do Brasil em Assunção para o Itamaraty.

Ofício Nº 2 240 (43) de 4 de janeiro de 1971. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Ofício do Ministério de Relaciones Exteriores do Paraguai para o Itamaraty de 20 de dezembro de 1963- M.R.B nº 151.

Ofício nº 342 de 13 de novembro de 1972. Da embaixada argentina no Brasil para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício nº 382 de 29 de maio de 1974. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício DAM/Confidencial de 31 de janeiro de 1967. Da Secretária Geral para Assuntos Americanos para o Itamaraty.

Ofício nº 382 de 29 de maio de 1974. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício Confidencial-Urgentíssimo DTBP/DBP/AIG de 8 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 14 de dezembro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DBP/DTBP/AIG de 14 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Ofício Secreto de 9 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministro de Relaciones Exteriores da Argentina, Eduardo McLoughlin.

Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 20 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial 664.611 (B-29) de 16 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Telegrama Confidencial nº54 de 24 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DTBP/DBP de 15 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP 406 (B-29) de 26 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 13 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DTBP/DBP/DNU de 23 de outubro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DBP/DTBP/AIG de 27 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial nº 00181 “S”- 273 de 15 de outubro de 1973. Do Comando em Jefe de la Armada para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício Confidencial DTBP/DBP de 25 de outubro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 22 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DBP/DTBP de 30 de outubro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 11 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial 604/ 73 de 16 de outubro de 1973. Do *Comando en Jefe de la Armada Argentina* para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício Confidencial-Urgentíssimo DTBP/DBP/AIG de 8 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 26 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial-Urgentíssimo de 20 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial nº 270 de 21 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício Confidencial-Urgentíssimo DAM-I /DSI de 12 de abril de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 29 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG I de 14 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty.

Ofício Confidencial nº 270 de 21 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Ofício Secreto nº 1308 “S” de 20 de dezembro de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício Secreto nº 358 “S” de 19 de abril de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Ofício Secreto nº118 de 30 de maio de 1978. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

Periodicos

ABC COLOR, 28 de março de 1970.

ABC COLOR, 25 de abril de 1973

A NOTÍCIA, 9 de novembro de 1970

CLARÍN, 4 de dezembro de 1973.

CLARÍN, 28 de setembro de 1972.

CLARÍN, 11 de dezembro de 1972.

CLARÍN, 1 de junho de 1978.

CLARÍN, 29 de outubro de 1978.

COLUNISTA COMERCIAL, 31 de maio de 1973

FOLHA DE S. PAULO, 15 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 02 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 20 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 24 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 02 de setembro de 1963.

FOLHA DE S. PAULO, 15 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 02 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 20 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 24 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 7 de abril de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 11 de junho de 1966.

FOLHA DE S. PAULO, 22 de setembro de 1972.

FOLHA DE S. PAULO, 22 de setembro de 1972.

FOLHA DE S. PAULO, 4 de março de 1973.

FOLHA DE S. PAULO, 25 de abril de 1977.

FOLHA DE S. PAULO, 30 de julho de 1977.

FOLHA DE S. PAULO, 30 de julho de 1977.

FOLHA DE S. PAULO, 20 de julho de 1977.

FOLHA DE S. PAULO, 25 de julho de 1977.

FOLHA DE S. PAULO, 27 de setembro de 1977.

FOLHA DE S. PAULO, 28 de abril de 1978

FOLHA DE S. PAULO, 2 de junho de 1978.

FOLHA DE S. PAULO, 25 de junho de 1978.

FOLHA DE S. PAULO, 7 de março de 1979.

FOLHA DE S. PAULO, 1 de julho de 1979.

FOLHA DE S. PAULO, 24 de setembro de 1978.

FOLHA DE S. PAULO, 26 de setembro de 1979.

FOLHA DE S. PAULO, 6 de setembro de 1979.

FOLHA DE S. PAULO, 5 de outubro de 1979.

FOLHA DE S. PAULO, 20 de abril de 2008
FOLHA DE S. PAULO, 16 de agosto 2008.
FOLHA DE S. PAULO, 02 de maio de 2006
FOLHA DE S. PAULO, 12 DE MAIO DE 2011.
FOLHA DE S. PAULO, 16 de maio de 2006
FOLHA DE S. PAULO, 18 de fevereiro de 2007

COLUNISTA COMERCIAL, 31 de maio de 1973

JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de janeiro de 1969.
JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de janeiro de 1969.

JORNAL DO BRASIL, 9 de setembro de 1982.

LA NACIÓN, 10 de dezembro de 1973.
La NACION, 9 de junho de 1971.
LA NACIÓN, 3 de outubro de 1972.
LA NACIÓN, 14 de março de 1979.
LA NACION, 4 de maio de 2017.

LA TRIBUNA, 1 de junho de 1966
LA TRIBUNA, 10 de junho de 1966.
LA TRIBUNA, 22 de junho de 1966
LA TRIBUNA, 25 de abril de 1973
LA TRIBUNA, 4 de dezembro de 1973.

O ESTADO DE S. PAULO, 13 de agosto de 2013.

PÁTRIA, 1 junho de 1966.
PÁTRIA, 27 de junho de 1966.
PÁTRIA, 27 de junho de 1966.
PÁTRIA, 27 de março de 1970.
PÁTRIA, 24 de abril de 1973.

PÁTRIA, 5 de dezembro de 1973.
PÁTRIA, 30 de outubro de 1978.

TRIBUNA DA IMPRENSA, 24 de janeiro de 1969.

ÚLTIMA HORA, 21 de janeiro de 1964.
ÚLTIMA HORA, 26 de novembro de 1965.
ÚLTIMA HORA, 29 de novembro de 1965.
ÚLTIMA HORA, 26 de novembro de 1965.
ÚLTIMA HORA, 02 de dezembro de 1966.
ÚLTIMA HORA, 16 de fevereiro de 1966.
ÚLTIMA HORA, 28 de fevereiro de 1966.
ÚLTIMA HORA, 10 de março de 1966.
ÚLTIMA HORA, 12 de março de 1966.
ÚLTIMA HORA, 26 março de 1966.
ÚLTIMA HORA, 07 abril de 1966.

ÚLTIMA HORA, 30 de Maio de 1966.

ÚLTIMA HORA, 14 de junho de 1966.

ÚLTIMA HORA, 22 de junho de 1966.

ÚLTIMA HORA, 25 de junho de 1966.

VEJA, edição de 27 de setembro de 1972

VEJA, edição de 27 de julho de 1977.

Sites

ENTIDAD BINACIONAL YACYRETA

Disponível em: < <https://www.eby.gov.py/>> Acesso em 16 de junho de 2018.

FOLHA.COM *Paraguai diz que aceita oferta sobre Itaipu.* Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u599624.shtml>> Acesso em 25 de abril de 2018

FUNAI. COM

Disponível em:

<<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/538-esclarecimentos-da-funai-sobre-a-presenca-ava-guarani-no-oeste-do-parana>> Acesso em 14 de junho de 2018.

IMPLICANTE. ORG *Brasil aceita rasgar contrato e pagar o triplo ao Paraguai por energia de Itaipu.* Disponível em <<http://www.implicante.org/noticias/brasil-aceita-rasgar-contrato-e-pagar-o-triplo-ao-paraguai-por-energia-de-itaipu/>> Acessado em outubro de 2011.

ITAIPU BINACIONAL. COM

< <https://www.itaipu.gov.br/>> Acesso em 17 de junho de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, Capítulos e Artigos

ANDUJAR, Andrea; GRAMMÁTICO, Karin; MORICHETTI, María; PITA, Valéria; SCIRICA, Elena; VISSANI, Victoria. *História Argentina: el contexto latinoamericano y mundial (1850 hasta nuestros días)* (Org). Buenos Aires: Santillana, 2011.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: 2ª Ed, UNB, 1986.

BARBOSA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BELINI, Luzia Marta; Ulloa, Victor. *A Usina Hidrelétrica de Yacyretá: insustentabilidade e exclusão social no Rio Paraná*. Sociedade & Natureza. Uberlândia, 2009, p. 377. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n3/a12v21n3.pdf>

- BETIOL, Laércio. *Itaipu- Modelo Avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata*. 2ª ed.- Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- BHERING, Mario Pena. In: CABRAL, Ligia Maria Martins. *Energia Elétrica e Integração na América do Sul*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.
- BREZZO, Liliana ;YEGROS, Ricardo Scavone. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2013.
- BUENO, C; CERVO, A. L. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: EdUnB, 2002. v. 1. 526 p.
- CANDEAS, Alessandro. *Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”*. Brasília: FUNAG, 2010.
- CANESE, Ricardo; MAURO, Luis Alberto. *Itaipu: dependência o desarrollo*. Asuncion: Araverá, 1985.
- _____. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional* (online), 2005. vol.48, n.1, pp.178-213
- CARDOSO, Efraím. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2007.
- CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo- Christian Guy Caubet. Academia, 1989.
- CERVO, Amado. *A Política Exterior da Argentina (1945-2000)*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Argentina: visões brasileiras*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2000.
- _____; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: EdUnB, 2002. v. 1. 526 p.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Teórico e Poder*. São Paulo: HUCITEC: USP, 1992.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para Historia de Itaipu*. Assunção: Editora Gráfica Contuna S.A, 1996.
- DEVOTO, J. Fernando; FAUSTO, Boris. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*, 2 ed. São Paulo: Editoria 34, 2005.
- DIAS, Renato Feliciano. (Coord). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade, 1988.
- DÍAZ DE ARCE, Omar. *El Paraguay contemporáneo (1925-1975)*. In: AMERICA Latina : *historia de medio siglo*. Coord. por Pablo González Casanova. 8.ed. México : Siglo Veintiuno, 1991.
- DONGUI, Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2 ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- ESCUDE, Carlos; CISNEROS, Andrés. *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas*. Buenos Aires : Centro de Estudios de Política Exterior Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales(CARI) Nuevo Hacer, grupo editor latinoamericano, 2000.
- ELHANCE, A. P. *Hydropolitics in the 3rd World: conflict and cooperation in international river basins*. Washington, Dc:United States Institute of Peace Press.1999.

- FLECHA, Antonio Salum. *La política internacional del Paraguay*. Asunción: Araverá-Fundacion, 1990.
- GUIA, Andres. *Bicentenario de la Argentina: historia de la energía eléctrica (1810-2010)*. Buenos Aires: FODECO, 2012
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KEOHANE, Robert. O; NYE, Joseph. *Power and Independence*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers 1989.
- LANÚS, Archibaldo. *De Chapultec al Beagle: Política Exterior Argentina de 1945-1980*. Buenos Aires: EMECE, 1989.
- LEITE, Antonio Dias. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LLAVER, Maria del Carmem . *El Problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná*. RARI, V, nº15, 1979, p.27.
- LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica internacional*. São Paulo: Senac, 2000.
- LEZCANO, Carlos María. *Política Exterior, Percepciones de Seguridad y Amenaza em Paraguay*. Santiago: FLACSO/CEEA, 1993.
- LIMA, Maria Regina Soares de. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2013.
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 111-153.
- LUNA, Felix. *De Peron a Lanusse (1943-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MAGALHÃES, Juracy. *Minha Experiência Diplomática*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1971.
- MARINHO, Jonas Teixeira. *Da corrida atômica a cooperação: a questão nuclear nas relações Brasil-Argentina*. Porto Alegre: Revista Conjuntura Austral (online), 2017. v.8, n.41 p.39-57.
- MAASS, Matthias. *The elusive definition of the small state*. Londres: *International Politics*, 2009.
- MARQUES DA SILVA, Roberta Rodrigues. *A política externa do Uruguai no período recente: as teorias das relações internacionais e os dilemas de um estado pequeno*. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2012.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MENDONZA, Diego Hurtado de. *Periferia y fronteras tecnológicas: Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983)*. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología e Sociedad , 2009.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras formas definitivas no Brasil*, 2004.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto . *As Relações Internacionais no Cone Sul: Iniciativas de Integração*. In: Amado Cervo; Mario Rapoport. (Org.). *História do Cone Sul. História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, v. , p. 289-333.
- _____. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.

- _____. O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina. Brasília: Ed. da UnB, 1987.
- NEUMANN, Iver; GSTÖHL, Sieglinde. *Lilliputians in Gulliver's World? Small States in International Relations*. Centre for Small State Studies. Institute of International Affairs - University of Iceland. Working Paper, 2004. 28p.
- NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PARDO, Carlos; FRENKEL, Leopoldo. *Perón: La unidad nacional entre el conflicto y la reconstrucción (1971-1974)*. Córdoba: Ediciones del Copista, 2004.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PECEQUILO, Cristina; HAGE, José Alexandre. Dilemas sul-americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu. Meridiano 47, Brasília, 2007.
- PUIG, Juan Carlos. Política Internacional Argentina. p. 19-45. In: PERINA, R.; RUSSEL, Roberto. Argentina en el mundo (1973-1987). Buenos Aires: GEL, 1988.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Empresas Transnacionais. *Um Grande Projeto por Dentro*. (In): REIS, Maria José e BLOEMER, Neusa M.S.(Orgs.). *Hidrelétricas e Populações Locais*. Editora Cidade Futura, Florianópolis, 2001, p.39.
- RICUPERO, Rubens. "O Brasil no mundo". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva/MAPFRE, v. 1, COSTA E SILVA, Alberto (org). "Crise colonial e independência (1808-1830)", 2011.
- ROSA, J. Eliseo. *Economics, Politics and Hydroelectric Power: The Parana River Basin*. *Latin American Research Review*, vol. XVIII, nº 3, p. 77-107, 1983.
- ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme, 1996.
- ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos . *Diversificação das Relações Internacionais e Teoria da Interdependência*. In: Gilmar Antonio Bedin; Maria Odete de Oliveira; Raimundo Batista dos Santos Junior; Shiguenoli Miyamoto. (Org.). *Paradigmas das Relações Internacionais. Paradigmas das Relações Internacionais*. 1ed .Ijuí: UNIJUÍ, 2000, v. , p. 245-299.
- SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SIMONOFF, Alejandro César. *Teoría y práctica de la autonomía: la política exterior de Illia*. Relaciones Internacionales, [S.l.], v. 16, n. 32, mar. 2015.
- SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*, 3 ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.
- SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Ernesto Geisel (1974-1979)*, *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2002, vol.45, n.1, pp.117-145.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

WASMOSY, Juan Carlos. *Archivo Itaipu: Memória y Documentos Inéditos*. Assunção: Colorshp Estación Gráfica SRL, 2008.

ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil*. Tese de Doutorado. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

Dissertações e Teses

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. Um estudo obre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O negócio do século: O acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha*. Niterói: UFF (Dissertação de Mestrado), 2008.

DEPRÁ, Giseli. *O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná*. (Dissertação de Mestrado). Dourados: UFGD, 2006.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*. São Paulo. Tese de doutorado pela PUC, 2012.

FERNANDES DE PAULA, Orlando. *O Paraguai na agenda externa brasileira e a temática Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). 2014.

MARQUES DA SILVA, Roberta Rodrigues. *A política externa do Uruguai no período recente: as teorias das relações internacionais e os dilemas de um estado pequeno*, 2012

MELO, Luciano Morais. *O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos 1960 e 1970*. Dissertação (mestrado em História). Dourados: UFGD, 2011.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação (mestrado em sociologia política). São Paulo. PUC/SP, 1987.

MORAES, Ceres. *A consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*. Dissertação (mestrado em história). Porto Alegre: PUCRS, 1996.

OLIVEIRA, Márcio Gimene. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*, Dissertação (mestrado em geografia). Brasília. UnB, 2008.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *O sentido estratégico das relações bilaterais Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 2011

_____. *As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: O Paraguai em Jogo (1939-1954)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. *Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos relevantes em outros países*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2007.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Notas sobre a história do Paraguai de 1870 a 1954*. Dourados, 1996. Digitado. 97 p.

VALES, Tiago Pedro. *Política Externa, Forças Armadas e Operações de Paz: as contribuições uruguaias*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 2011.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil e Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)*. Brasília: Unb, 2007.

WENDLING, Thayssa Carolinne Marques. *Guerra das Malvinas: uma análise da política externa Argentina à luz do realismo neoclássico*. Belo Horizonte: Revista Fronteira (online) 2017, p.98-118.

YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) São Paulo: PUCSP, 2005.